



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**Secretária Nacional da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**  
**Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos**  
**Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

**42ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

**Data e horário:** 28 de novembro de 2023, de 09:00hs às 18:00h.

**Local:** Sala de Reuniões Plenárias, 10º andar

**Telefone para contato:** (61) 2027-3901

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

**Abertura**

- Condução: Vice-Presidência.
- **Registro dos membros e quórum**
- Instalação do quórum. 09:42

Presentes:

<b>Representantes de Governo</b>	<b>Representantes da sociedade civil</b>
1. MDHC - CGCT	1. ITTC
2. MDHC - OUV	2. ANADEP
3. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	3. GAJOP
4. MINISTÉRIO DA SAÚDE	4. SOMOS
	5. GRUPO DE AMIGOS E FAMILIARES
	6. EDUCAFRO
	7. AJD
	8. COFEN
	9. AGENDA NACIONAL
	10. CFESS
Soma RG: 4	Soma SC: 10
Total: 14.	

Também estiveram presentes membros do CNPCT Paulo Lopes da UFRN, Jaqueline Correa da Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio, peritos do MNPCT, Leonardo Frente pelo desencarceramento de santa Catarina, Paula Godoy Ouvidora da SENAPPEN, Matheus Rondon, Ana Claudia e Wesley do Comitê do Mato Grosso, Denise Novais do Ministério das Mulheres, Paulo Marquezini da DPE-MT, Paulo Lemos, Rodrigo da Silva Martins - Pastoral Carcerária - MT, Leonardo Jacometti de Oliveira - Defensor Público - MT.

1. **Leitura e aprovação da pauta da 42ª RO CNPCT.**
2. **Foi homologado a nova coordenação do MNPCT.**

-A minuta de resolução está pronta e será enviada ao gabinete ministerial para assinatura e publicação.

### **3. Repasse do encontro de comitês e mecanismos**

-Sugestão de contratação de serviços adicionais para apoiar os próximos eventos e maior participação do poder público

-Orçamento do Comitê

-Em quanto está e como poderá ser utilizado no próximo ano com o que sobrou do ano de 2023.

-Foi informado que o resto do orçamento foi colocado em recursos do Prodoc para consultorias

-Ficou agendado uma reunião extraordinária no dia 11/12 para finalizar os encaminhamentos do encontro de comitês e mecanismos, juntamente com o MNPCT.

#### **-Encaminhamentos:**

Reunião Extraordinária para tratar de:

-Prestação de contas do orçamento anual do CNPCT

-Apresentar programação para 2024 (pré-calendário) com possibilidade de reunião de planejamento presencial em janeiro

-Aprovação das diretrizes para criação de comitês e mecanismos

-Temas de consultorias

Inversão de pontos de pauta:

Retirada do informe sobre o GT audiência de custódia no dia 28 que iria para o ponto de pauta 7 do dia 29, ficando o horário de 16:30 a 17:30 para tratar sobre questões orçamentárias.

### **4. Apresentação do relatório de inspeção do Mato Grosso**

-Apresentação feita pelos peritos do MNPCT

-Houve fala de representantes do comitê estadual, da DPE-MT, e representação do legislativo estadual

-Mercado no sistema penitenciário do estado que impossibilita a família levar os alimentos, pois estes alimentos estão disponíveis no mercado

#### **Encaminhamentos:**

-Pontos focais do estado no CNPCT para monitorar as recomendações do MNPCT ao estado

-Retomar contato com o Conanda para fazer resolução conjunta sobre os parâmetros arquitetônicos

-Oficiar a DPE e (nucleo da infância) socioeducativo da DPE MT quais medidas foram tomadas em relação as práticas de tortura e utilização de armamentos menos letais nos espaços socioeducativos

- Oficiar o MP MT se há investigação em relação as práticas de tortura e utilização de armamentos menos letais no socioeducativo

-Convidar a Maiara Coordenadora do Sinase para participar das reuniões do CNPCT e

-Sugerida criação do GT sobre alimentação no sistema prisional (servir 5 refeições)

-Implementação do mecanismo estadual (Celeridade na aprovação do PL de criação do mecanismo)

-Proibição de armas letais e não letais socioeducativo (enviar recomendação do CNPCT)

-Equipes de saúde completas e presentes nas unidades

- Chamar servidores para completar quadros dos concursos com validade
  - Capacitação dos funcionários em geral com relação a manejo em saúde mental
  - Que a administração penitenciária aplique a Resolução 348 do CNJ no que se refere aos procedimentos de autodeclaração e autodeterminação da identidade de gênero e/ou orientação sexual, sendo a autonomia da pessoa o elemento para sua admissão nos espaços específicos de convivências - "alas LGBT" - sendo admitida também a consulta da população LGBT sobre a admissão de pessoas nesses espaços, em uma perspectiva de administração compartilhada
  - Solicitar fiscalização da Secretaria estadual de Saúde e do CRM sobre os prontuários médicos, receitas, administração e estoque de medicamentos, com a finalidade de apurar possível contenção química e hipermedicação (estabelecimento de medidas de segurança, residências terapêuticas e entidades socioeducativas)
  - Questionar a falta de fiscalização das residências terapêuticas
  - Oficiar a direção da unidade e secretaria de adm penitenciária questionar de onde vem os recursos que são vendidos na cantina, pra onde vai o dinheiro
  - Oficiar a direção das unidades que foram vistoriadas e secretaria de adm penitenciária o porquê da diminuição da quantidade de alimentos que podem ser levados pela família
  - Oficiar o MP/MT para averiguar o funcionamento das cantinas e para onde vai os recursos
  - Questionar a secretaria de adm. penitenciária e o MP a falta de reposta aos questionamentos feitos pela pastoral carcerária
- Adequar as unidades construídas e paralisar as novas construções com prioridade de água, esgoto

#### **Intervalo para almoço 13:04 às 14:00**

##### **5. Apresentação relatório do Tocantins**

##### **-Apresentação pela perita do mecanismo nacional e DPE/TO**

- Foi realizado inspeção conjunta com a DPE/TO em duas unidades do estado, foi feito uma síntese sobre o sistema prisional a partir destas inspeções
- Foi dito que as resoluções do CNPCP de forma geral, aumentaram a quantidade de vagas no sistema, mas fechando unidades de educação, e outras de trabalho, e construindo mais camas
- Foi sugerido a criação de um GT sobre alimentação no sistema prisional
- Foi sugerido estudos e aprofundamento na questão racial no sistema prisional
- Foi questionado à Senappen quais os desdobramentos que têm em relação às resoluções do CNPCP e se há um movimento para eventual revogação destas
- Convidar o CNJ e o CFP para as reuniões
- Mato Grosso e Tocantins serão contemplados com fiscalização da ouvidoria da Senappen
- Foi sugerido também utilização do PRODOC para formação dos membros do CNPCT

##### **Encaminhamentos:**

- Pedir informações quanto ao andamento da investigação com o MP e secretaria de adm. penitenciária sobre o caso de violência sexual que o interno sofreu (decisão favela nova Brasília) pois já há pedido de providência
- Representação ao CNMP sobre o promotor local
- Ofício secretaria de adm. penitenciária para entender por que as visitas não voltaram regularmente, como era antes da pandemia, com possibilidade de levar alimentos inclusive temáticos
- Oficiar o juiz da execução penal que retorne as visitas

- Enviar a secretaria de adm penitenciária, juiz corregedor e MP/TO a recomendação do CNPCT sobre a utilização de armamentos menos letais e uso de câmeras corporais (tanto penitenciário como socioeducativo)
- Reunião com o Senappen (com Fabricio) sobre a arquitetura penal
- Reunião com Rafael Mazini - Senappen sobre implementação de câmeras corporais e como vai funcionar

Possibilidade:

- Enviar ao sistema interamericano sobre a deterioração da saúde de interno que perdeu a visão (tortura psicológica)

#### **6. Deliberação sobre a vice-presidência**

- Foi falado sobre o parecer da Conjur
  - A coordenadora da SNDH Erica afirmou que há vontade política por parte do Gabinete da secretaria para que a vice-presidência fique com a sociedade civil
  - Foi sugerido pela Patricia que os membros do CNPCT deliberem sobre a vice-presidência
  - Fabio Simas falou sobre o parecer da Conjur
  - Foi sugerido pela vice-presidência uma votação para decidir sobre a permanência com a sociedade civil
  - Foi deliberado por unanimidade que a vice-presidência permaneceria com a sociedade civil
  - Fernanda Fernandes falou sobre o parecer da Conjur que o entendimento é de conveniência
- Foi feito repasse sobre as anuências ao decreto de alteração da composição do CNPCT pela coordenadora do SNDH Erica

Alteração de ponto de pauta para o dia 29/11:

- Informe parcial sobre o GT de Audiências de Custódia

- Maria Clara se colocou à disposição para fazer as incidências nos sistemas de justiça

**A Reunião Ordinária foi encerrada às 17:18.**



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**Secretária Nacional da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**  
**Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos**  
**Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

**42ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

**Data e horário:** 29 de novembro de 2023, de 09:00hs às 18:00h.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

## Abertura

- Condução: Vice-Presidência.
- **Registro dos membros e quórum**
- Instalação do quórum. 09:35

Presentes:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC - CGCT 2. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 3. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1. ITTC 2. ANADEP 3. GAJOP 4. SOMOS 5. GRUPO DE AMIGOS E FAMILIARES 6. EDUCAFRO 7. AJD 8. COFEN 9. AGENDA NACIONAL 10. REDE 11. UFRN
Soma RG: 3	Soma SC: 11
Total: 14.	

Também estiveram presentes peritos do MNPCT, Paula Godoy ouvidora da SENAPPEN, Matheus, Ana Claudia e Wesley do Comitê do Mato Grosso, Cintia Vasconcelos Ministério da Saúde, Thessa guimarães, do CRP-1, Pedro Costa, professor da UNB, Isis Frazão-Maranhão, DPE-MA, Conceição Amorim-Maranhão, Elisvaldo Silva-Pastoral Carcerária MA

### 1. Leitura da pauta e aprovação da pauta

- Foram incluídos pontos sobre o orçamento, e as caravanas
- O informe do Maranhão foi alterado para o ponto 3 do dia 29

### 2. Repasse da missão de acompanhamento da Focopen no Pernambuco

- Relato sobre a formação de policiais penais na penitenciária de Itaquitanga, a dificuldade de acesso das famílias na visita, pois é em área afastada, as visitas não podem levar alimentos Foi relatado a baixa adesão dos policiais penais do estado à Focopen em uma divisão
- Foi apresentado também uma portaria da Focopen no Pernambuco sobre os procedimentos administrativos no presídio de Itaquitanga II

**Encaminhamentos:**

- Incidência do GT visitação para contribuir na ADPF 247 recente sobre o sistema prisional sobre as visitas familiares
- Oficiar a OAB se tem conhecimento da portaria conjunta Focopen-Seres-OAB-TJPE
- Que cada missão da força seja precedida de diagnóstico
- Oficiar a OAB nacional e de Pernambuco e DPE pois a portaria conjunta viola as prerrogativas dos advogados
- Reforçar os pedidos do mecanismo de
- Reforçar o pedido sobre o escopo das boas práticas da Focopen
- Convidar a coordenação da Focopen para a próxima RO presencial

**3. Repasse do Maranhão**

- Senappen fez algumas atualizações sobre o que foi solicitado na última reunião
- Unidade de Carolina está sendo reformada para se tornar uma unidade feminina, estão sendo adaptadas para receber mulheres
- Elisvaldo, pastoral carcerária relatou:
  - alimentação ruim
  - em algumas unidades não tem EPI, pois tem produção de blocos e não está sendo pago o valor aos internos que trabalham
  - visitas quinzenais ao invés de semanal
  - sem resposta às solicitações
  - ação da FPE e do GEOP nos presídios e a importância de ter documentado os procedimentos de atuação destas forças

DPE relatou:

- Em audiência pública foi relatado a forma como a transferência foi feita para local distante de São Luiz, por estrada de terra, e uma das mulheres privadas de liberdade estava grávida, distanciando as famílias
- Relatou que mulheres que deveriam ser consideradas albergadas, estão ficando em unidade prisional e sendo submetidas a tratamento como pessoa privada de liberdade
- foi solicitado que envie a relação dos membros do comitê estadual

**Encaminhamentos:**

- Reunião com CNPCT e MNPCT com Maranhão, para tratar sobre a questão das mulheres, com Sedihpop, juiz da VEP, SEAP-MA
- Requisição de documentação à SEAP com os questionamentos aqui feitos e os estudos de viabilidade dos locais
- Fazer questionamentos à Sedihpop e SEAP-MA quanto a mudança e deslocamento das famílias que vão visitar (perguntas que Ana Claudia e Matheus fizeram)

Sugestão:

- ida conjunta ao maranhão em 2024 do CNPCT, MDHC e Senappen para aproximação com o governo do estado local e a questão das mulheres no sistema prisional

**4. Apresentação do relatório de inspeção em Santa Catarina**

- Foi relatado a ampliação de vagas por meio de construção de treliches na unidade de Mafra
- A impossibilidade de famílias levar alimentos adicionais

## Intervalo 12:17

### Encaminhamentos:

- Reforçar as recomendações do MNPCT (estão nos slides de apresentação)
- Próximo ano ter uma incidência maior com o STF com relação aos contêineres

### 5. Apresentação do relatório temático LGBTI+

- Foi pedido que se pensasse na capacitação dos comitês estaduais no tema, para identificar as violações da população LGBTI+, e formação aos policiais penais
- acrescentar nos canais de denúncia da ouvidoria de direitos humanos dados de perfil de pessoas privadas de liberdade que sofrem violações de direitos humanos (público LGBTI+)

### Encaminhamentos:

- Reforçar as recomendações do relatório às instituições (estão no slide de apresentação) - enviar o relatório junto
- O GT de visitação fazer audiência pública sobre as vistas ao público LGBTI+, ONG's, entidades religiosas e não familiares
- GT visitação participar da audiência pública do MJSP no dia 13 de dezembro
- nota técnica sobre uso de preservativo e hormonioterapia
- 

### 6. Portaria do MDS sobre as comunidades terapêuticas

- apresentado pelo MNPCT e CRP-1
- foi contextualizado a atuação das comunidades terapêuticas no Brasil, o repasse de verbas de instituições consideradas manicomialis sua continuidade na estrutura, a forma de fiscalização destas entidades, a possibilidade de internação de adolescentes
- Foi apresentado como os donos de comunidades terapêuticas estão presentes na maioria das cadeiras da sociedade civil nos órgãos de regulação, a exploração do trabalho de pessoas, torturas e um pedido que não se façam mais repasses de verbas públicas para estas instituições
- Resolução 3 de 2020 do Conade que permite a internação de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas

### Encaminhamentos:

- Convidar Samio Falcao Mendes da diretoria de apoio às comunidades terapêuticas para entender a portaria e iniciar o diálogo, para participar da próxima reunião presencial
- ofício conjunto solicitando o mds o valor repassado aas comunidades em 2023
- ofício solicitando informações de como vai funcionar as fiscalizações remotas
- ofício questionando o que acontece com comunidades que tem denuncia e porque continua a financiar, quais os critérios as comunidades precisam para ter para ser financiados e em quais situações o repasse de verba publica pode cessar
- oficiar o mpf, se há investigação em andamento sobre o recebimento de verbas públicas por parte de comunidades terapêutica denunciadas
- criar fiscalização nacional com MNPCT, CNDH, CNPCT
- GT de comunidades terapêuticas do CNPCT ser efetivada
- oficiar o Ministério da saúde qual a política em relação as comunidades terapêuticas
- próximo ano criar diálogo com o conade, conanda, cndh, cnas sobre as comunidades terapêuticas
- oficiar os comitês e mecanismos estaduais pedindo se há algum dado, incidência ou informações sobre comunidades terapêuticas nos estados

-

### **7. Repasse sobre audiências de custódia**

- APT fez o repasse sobre o debate sobre audiências de custódia no encontro de comitês, será enviado o documento para o email do CNPCT
- foi sugerido que se iniciasse um diálogo com o subcomitê da ONU, com o CNJ

#### **Encaminhamentos:**

- produzir uma recomendação CNPCT sobre audiências de custódia presencial a partir do GT e fazer incidências no judiciário
- incidir com o CNJ com relação a audiência de custodia e tratar também sobre o juiz de garantias
- reunião extraordinária no dia 11 de dezembro para tratar da finalização do documento do encontro de comitês e o planejamento para o ano de 2024

-

### **8. Portaria das caravanas de direitos humanos (Ponto incluído)**

- foram apresentados alguns pontos a se acrescentar para a anuência da portaria
- foram levantadas outras questões com relação à caravana, preocupações do CNPCT
- foram esclarecidas algumas dúvidas e questionamentos sobre as caravanas como o processo preparatório
- foi dado anuência por consenso dos membros presentes na 42ª RO, desde que seja incluído o caráter consultivo do CNPCT e a participação não obrigatória

-

### **9. Informe do GT do edital do MNPCT**

- foi feito um repasse sobre a primeira reunião do GT do edital, foi apresentado os pontos do jurídico de 2 entidades representadas no CNPCT (CFESS e Cofen), foi criado um calendário de reuniões e foi estabelecido que o edital estaria pronto até o dia 17 de janeiro para ser votado na 1ª reunião ordinária do CNPCT

### **A Reunião foi Encerrada**

\*\*\*

MINISTÉRIO DOS  
DIREITOS HUMANOS  
E DA CIDADANIA



# **DEGRAVAÇÃO**

## **42<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

**Dias: 28 e 29/11/2023**

**Brasília/DF**

## DEGRAVAÇÃO

### 42ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

1 **42ª RO do CNPCT-Dia 1-1:**

2 **Interlocutor não identificado** – E retorno ao comitê nacional de prevenção e  
3 combate de tortura, ao qual tive a honra de participar em 2013 até 2016 e retorna  
4 então para cá. Só do ministério da saúde, já atuei da saúde prisional como  
5 coordenador nacional na saúde, implantei a política de saúde prisional. E aquela tal  
6 equipe coletora que o pessoal fala que está dentro da resolução 487 do CNJ. E  
7 atualmente estou no departamento de saúde mental do ministério da saúde,  
8 também já fui do comitê do CNPCP, que é do ministério da justiça e agora estou de  
9 volta ao ministério da saúde, para implantar a resolução 487 do ministério da saúde,  
10 junto com CNJ e no desafio de estar aqui com o comitê. Então, é uma honra e um  
11 prazer de estar aqui com vocês novamente. Obrigado.

12 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Coordenadora Geral de Combate à Tortura)**  
13 – Bom dia, eu sou Nana. Coordenadora geral de combate à tortura.

14 **Sra. Fernanda Fernandes (Associação Nacional de Defensores Públicos -**  
15 **ANADEP)** – Bom dia, todos e todas. Me chamo Fernanda e estou aqui  
16 representando a associação nacional de defensores públicos a ANADEP.

17 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** – Eu  
18 sou a Sofia, agora aqui na vice-presidência do comitê, representando o instituto  
19 terra, trabalho e cidadania.

20 **Sr. Bruno Renato Teixeira (Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos**  
21 **Direitos Humanos - MDHC)** – Olá, pessoal bom dia. Meu nome é Bruno Renato  
22 Teixeira, estou como ouvidor nacional dos direitos humanos, aqui do ministério de  
23 direitos humanos e da cidadania, representando agora o ministério também. É um  
24 prazer voltar a esse colegiado depois de tantos anos, na condição de perito e

25 também perito de mecanismo, que eu participei. É também, como representante do  
26 governo do ministério a antiga SDH do antigo comitê, antes da lei que instituiu o  
27 sistema. Então, para mim é o motivo de muita satisfação, poder ver grandes amigos  
28 aqui de luta, de várias expressões, de unidades pelo Brasil afora. Então, retornar ao  
29 comitê é o motivo de muita alegria, agradeço convite por estar aqui novamente  
30 representando o ministério nesse colegiado que, de tanta luta, de tantos  
31 enfrentamentos. Muito obrigado pela oportunidade, seguimos juntos.

32 **Sra. Patrícia de Oliveira Silva (Agenda Nacional Pelo Desencarceramento) –**  
33 Bom dia a todos e todas. Patrícia Oliveira, representante da agenda nacional pelo  
34 desencarceramento.

35 **Sr. Antônio José Coutinho de Jesus (Conselho Federal de Enfermagem -**  
36 **COFEN) –** Bom dia a todas e todos, eu sou enfermeiro Coutinho, aqui  
37 representando conselho federal de enfermagem.

38 **Sra. Zenaide Cavalcanti de Medeiros Kernbeis (Conselho Federal de**  
39 **Enfermagem - COFEN) –** Eu sou enfermeira Zenaide, representando o conselho  
40 federal de enfermagem como suplente.

41 **Sr. Ivo Anselmo Hohn Junior (Associação de Juízes e Juízas - AJD) –** Bom dia,  
42 meu nome é Ivo. Eu represento aqui a associação de juízas e juízes para a  
43 democracia.

44 **Sra. Paula Cristina da Silva Godoy (Ouvidora da SENAPPEN) –** Bom dia, eu sou  
45 a Paula, representando o Rafael da SENAPPEN.

46 **Sra. Carolina Barreto Lemos (MNPCT) –** Bom dia a todos, todas e todes. Sou  
47 Carol, sou perita do mecanismo nacional.

48 **Sr. Fábio do Nascimento Simas (Conselho Federal de Serviço Social - CFESS)**  
49 **–** Bom dia a todos, todas e todes. Sou Fábio Simas, sou assistente social, estou  
50 representando o conselho federal de serviço social na suplência, acho que como o  
51 colega Marden aqui falou, é um prazer, na primeira reunião enquanto composição

52 de membros do comitê nacional, estou muito feliz por estar participando desse  
53 espaço, na suplência da Dácia Telles enfim, eu acho que voltando aqui na  
54 construção do sistema, assim como Patrícia fui membro da primeira equipe de  
55 mecanismo no Brasil, no estado do Rio de Janeiro no ano de 2011. Fui cooperador  
56 do comitê estadual do Rio de Janeiro, entre 2015 e 2016 e hoje eu estou na  
57 universidade federal fluminense, como professor e dentro das minhas ações, dentro  
58 da unidade federal fluminense eu condeno uma pesquisa nacional sobre os comitês  
59 e mecanismos no Brasil. Alguns colegas aqui e inclusive, já fizeram até reunião on-  
60 line comigo. É um prazer voltar aqui, já participei de uma reunião do comitê nacional  
61 antes do comitê nacional ser criado em lei. Quando comitê se reunia, digamos  
62 assim, de forma informal, é um prazer estar aqui com vocês. Obrigado.

63 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Eu sou o Caio, eu preciso de mais um microfone  
64 aqui na mesa, se possível. Sou membro do comitê e represento o SOMOS,  
65 comunicação, saúde e sexualidade. Obrigado.

66 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** –  
67 Obrigada a todo mundo que se apresentou, bem-vindo a todos. A primeira reunião  
68 agora, e eu ia pedir também, o Bruno já se apresentou, que está online? Mas eu  
69 acho que só tem o Bruno mais se lá 4, 5 pessoas, se fizerem uma rápida  
70 apresentação também, já que tem gente que se apresentou aqui.

71 **Sr. Leonardo (Frente pelo Desencarceramento de Santa Catarina)** – Oi, pessoal,  
72 tudo bem? Eu sou Leonardo, eu represento os familiares de presos do estado de  
73 Santa Catarina. Também faço parte da executiva da UNEGRO, do movimento sem-  
74 terra do MST e faço parte do movimento indígena em Santa Catarina.

75 **Sr. Taciano Zimmerman (MRE)** – Bom dia a todas e todos. Eu sou Taciano, sou  
76 diplomata no ministério das relações exteriores na divisão de direitos humanos.

77 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** – Mais  
78 alguém on-line? Então nós podemos seguir aqui para registro dos membros e do  
79 quórum. Eu ia pedir ajuda da Débora, para fazer isso hoje, a Tamires não está. Tem

80 quórum, tem? Ah, está bem. Então, você quer fazer sua leitura só para gente saber  
81 quem está, por favor.

82 **Sra. Débora** – Bom dia a todos, estão me ouvindo? Nós temos os membros de  
83 governo, a CGCT, a Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania,  
84 o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, EDUCAFRO, ITTC,  
85 ANADEP, Agenda Nacional pelo Desencarceramento, GAJOP, Grupo de Amigos e  
86 Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade, COFEN, SOMOS, AJD e o Conselho  
87 Federal de Serviço Social. O quórum ele está instaurado.

88 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** –  
89 Obrigada Débora. Vou fazer aqui, porque aí gente pode começar a nossa reunião.  
90 Então, o registro que dos membros do quórum, a homologação da nossa  
91 coordenação do mecanismo, o repasse sobre o encontro de comitês e mecanismos,  
92 prestações de contas e a apresentação do documento final. A apresentação do  
93 relatório do mecanismo do estado de Mato Grosso, a gente ter uma pausa para o  
94 almoço e quando a gente volta tem apresentação de expressões da defensoria e do  
95 mecanismo em Tocantins. A deliberação sobre a vice-presidência, a discussão do  
96 PL 2253 de 2022 sobre as saídas temporárias, o informe parcial do GT de audiência  
97 de Custódia, e a revisão dos encaminhamentos. Então, eu vou passar a aqui para  
98 esse ponto administrativo, que é a homologação da coordenação, é alguém aqui do  
99 comitê que vai fazer esse repasse? Do mecanismo.

100 **Interlocutora não identificada** – A gente enviou para comitê um ofício  
101 comunicando a nova menção da coordenação, tendo em vista que o mandato meu  
102 e da Camila, Camila e meu na verdade, terminou no dia 25 e na nossa eleição  
103 interna ficou deliberado que eu queria para coordenação geral e o Rogério para a  
104 coordenação adjunta, e é isso gente. Espera a homologação desse órgão para a  
105 publicação de resolução, é resolução ou portaria Rogério você lembra? É resolução  
106 para homologar o resultado, é isso.

107 **Interlocutora não identificada** – Bom então, eu acho que é isso. Eu acho que tem  
108 um trâmite burocrático só para gente dá anuência aqui, mas isso é uma coisa  
109 interna, depois a condenação pode fazer isso. Então, a gente pode passar a aqui  
110 para esse repasse do encontro de comitês e mecanismos. Esse repasse de foi  
111 pensado para gente fazer nosso repasse como coisa administrativa, essa prestação  
112 de contas da administrativa, mas enfim o repasse. Bom então, vou deixar aqui  
113 aberto microfone para quem estava aqui no encontro de comitês e mecanismos se  
114 quiser fazer alguma fala sobre o encontro. Inclusive, eu acho que mantendo para  
115 as outras pessoas que não estavam aqui e que foi deliberado no encontro.

116 **Interlocutora não identificada** – Acho que cabe comitê nacional como um todo  
117 trazer uma a avaliação também. Então, eu acho que nós tivemos algumas questões  
118 que acabaram... Primeiro dia, o atraso, a falta de pessoas do próprio ministério para  
119 nos dar suporte, por exemplo, nós ficamos esperando o coffee break, porque nós  
120 tínhamos as informações do coffee break, a gente achou que ia chegar o coffee  
121 break e depois ele descobriu que não tinha coffee break. Então, eu acho que a gente  
122 também precisa pensar nisso, foram reuniões longas, começou cedo, nós paramos  
123 para almoçar e depois já eram 17h e pouco da tarde, então eu acho que gente  
124 precisa fazer uma avaliação, conjunta de como se deu isso até para a gente pensar  
125 também a atividade do sistema. Para que não aconteça na atividade do sistema o  
126 que aconteceu no encontro de comitês. Então, eu acho que os outros membros dos  
127 comitês também podem falar um pouco, mas eu diria que essa falta de apoio, que  
128 não sei a palavra seria apoio, mas vou usar falta de apoio do MDHC. Porque assim,  
129 as pessoas não estavam muitas aqui, tínhamos que ficar indo atrás para ver, para  
130 isso, para aquilo. Então, eu acho que isso também é importante destacar.

131 **Sra. Fernanda (Associação Nacional de Defensores Públicos - ANADep)** –  
132 Bom dia, de novo. Nós estivemos aqui na reunião do encontro dos comitês  
133 estaduais, junto com o comitê nacional. Penso que, de certa forma foi um aspecto  
134 positivo, a gente possa aqui todo mundo reunido, tanto dos comitês estaduais,  
135 quanto o nacional, todo o mundo compartilhando as mesmas angústias, do que essa  
136 atividade de combate à prevenção da tortura, obviamente sentimos falta um pouco

137 dessa questão de organização e penso com o comitê que também tem um  
138 protagonismo no nessa questão toda, de zelar para que esses encontros  
139 aconteçam, que nós possamos nas próximas oportunidade de repente, pensar na  
140 contratação de um serviço cerimonial, na contratação do coffee break enfim, dos  
141 serviços que são necessárias ali para ter um suporte de um evento dessa  
142 importância e dessa envergadura. Que de fato, não acontece tanta frequência e  
143 quando acontece precisa ter ali o seu cuidado, para que os resultados sejam  
144 produzidos. Os debates em si, apesar de toda essa questão da organização, penso  
145 que foram também muito proveitosas, nós estivemos discussões sobre perícia,  
146 sobre nas questões relacionadas a sistematização das denúncias que chegam aqui  
147 no âmbito do comitê nacional, as questões relacionadas a audiência de Custódia,  
148 enfim. Tivemos esse feedback também dos comitês estaduais sobre os problemas  
149 que são muito semelhantes, e observações que temos feito nos últimos anos,  
150 relacionadas ao retrocesso de alguns direitos no âmbito da prevenção e combate à  
151 tortura em liberdade, privação de liberdade tanto penais do sistema das unidades  
152 prisionais, mas também relacionado socioeducativo, relacionada política  
153 antimanicomial e nesse aspecto penso que foram muito positivo, é claro que sem a  
154 contratação de uma gravação, na verdade uma organização que pudesse fazer a  
155 ata, nós tivemos que improvisar ali para fazer registro, não sei se falo depois, mas  
156 poderia fazer uma apontamento sobre se conseguiu mesmo ou não, porque de fato  
157 nós tivemos que organizar ali em cima da hora, mas penso que do que conseguimos  
158 fazer com as condições que tínhamos o resultado do encontro o se só, da  
159 possibilidade das pessoas conversarem, compartilharem não só as angústias, mas  
160 também propostas de soluções. Para essa atividade tão importante, que é prevenir  
161 e combater a tortura, foi positivo. E nesse aspecto, esse registro também o GT de  
162 que fiz parte do segundo dia, que foi o GT de audiência de Custódia, que foi  
163 conduzida pela APT de uma forma muito brilhante e que fez com que pudesse ter  
164 sido registrado, tanto as boas práticas como as dificuldades hoje encontradas com  
165 as audiências de Custódia, no formato virtual. Então, tivemos boas práticas no  
166 estado do Rio de Janeiro que hoje não tenho nenhuma audiência de Custódia  
167 virtual, dificuldades apresentadas por outros estados também, sobre as audiências

168 serem presidenciais nesse contexto pós pandemia, e de tudo que temos de  
169 sistematização, informatização do sistema inclusive no âmbito do sistema de justiça.  
170 E tenho certeza de que não GT sobre privação de unidades de privação de liberdade  
171 também, as conclusões foram muitas produtivas. Penso que para os próximos  
172 encontros, além dessa questão contratual necessária para a organização, nós  
173 poderíamos pensar também eventualmente um tempo mais prolongado, de maneira  
174 que gente possa no primeiro dia ter aquela ambientação em inicial que aquela todo  
175 o mundo se conhecendo, muito proveitosa, cada um compartilhando um pouco da  
176 sua dificuldade de boas práticas em cada estado. O segundo dia de discussão  
177 mesmo nos grupos de trabalho, como foi feito. No terceiro dia talvez para se registrar  
178 em alguma de carta ou em uma outra proposta, alguma conclusão de  
179 encaminhamento do encontro. Por último, registro aqui também a importância da  
180 participação dos integrantes do mecanismo nacional de prevenção e combate à  
181 tortura que muito contribuíram, desde a abertura da mesa com falas muito  
182 importantes, mas durante todo o encontro com a suas experiências e com todas às  
183 suas atribuições para essa pauta eles acompanham de forma muito qualificada e  
184 competente. É isso, obrigada.

185 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC) –**  
186 Obrigada, Fernanda. Mais alguém quer falar, dar algum repasse, falar como as  
187 impressões sobre o encontro? Se não a gente passa para o próximo ponto.

188 **Sra. Carolina Barreto Lemos (MNPCT) –** – Eu quero dar um repasse, eu estou,  
189 nós fizemos uma revisão no segundo dia da recomendação nº 5, eu estou fazendo  
190 uma revisão do texto, mas é isso. E aí depois a gente envia isso para comitê, e o  
191 comitê envia para os participantes. Não sei qual seria o melhor fluxo nesse sentido,  
192 mas eu não tive condições mesmo de fazer antes, está bom?

193 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes –** Bom dia, perguntando aqui só sobre a relatoria das  
194 duas sessões, porque o meu já mandei uma parte que foi a reunião com os comitês  
195 que eu mandei grupo, mais próxima depois eu compartilho com todos. E a outra é  
196 da caravana que está em processo, de até o meio de passar para Maria Clara que

197 ele será fazer outra coisa. Sobre a reunião eu acho que foi bacana, acho que foi  
198 importante a retomada, depois de muito tempo do encontro, acho que isso é muito  
199 significativo a gente destacar. Acompanho a Patrícia na questão de um certo  
200 esvaziamento que apareceu de representante do estado e aí eu não falo só do  
201 MDH, sei das outras representações, do governo federal também, mas eu acho que  
202 também tem um ponto bacana para a gente ressaltar como aspecto positivo, que  
203 foi a possibilidade da gente conversar de maneira mais retidas sobre as caravanas,  
204 ficaram uma interrogação se tinha sobre membros do comitê e a gente teve  
205 oportunidade de conversar com a Isadora sobre isso. Mas respondendo a Fernanda  
206 que tinha colocado sobre a autoria, é isso.

207 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC) –**  
208 Obrigada Paulo. Como não tem mais ninguém que queira dar voz de impressões  
209 sobre o encontro, acho que eu estava aqui compartilhando do que todo mundo  
210 disse, acho que é um evento importante para gente restabelecer laços de conhecer  
211 as pessoas presencialmente muda significativamente, muito envolvido para a gente  
212 conversar uma pessoa que te conhece pessoalmente é muito mais fácil. Eu vou  
213 passar para Fernanda que ela quer perguntar.

214 **Sra. Fernanda (Associação Nacional de Defensores Públicos - ANADEP) –**  
215 Obrigada presidenta. Eu queria só saber Paulo, se a gente teria uma previsão dessa  
216 conclusão dos registros que fizemos? A vai fazer hoje. Certo, eu não sei se  
217 eventualmente as questões dos repasses, se a gente poderia fazer a partir do  
218 registro ou desde já há algum encaminhamento a partir das discussões que  
219 tivemos? Então eu lembro que tivemos de discussões sobre a existência de um  
220 sistema de informatizado, que possa registrar as denúncias do comitê nacional de  
221 prevenção ao combate à tortura e formulação de estatísticas. Lembro que também  
222 tivemos uma discussão sobre perícias e a possibilidade de ter participação e  
223 inclusive dos intervém dos mecanismos estaduais e dos comitês estaduais de  
224 prevenção ao combate à tortura. Para que eles pudessem comentar inclusive, ali na  
225 localidade as alterações pertinentes. E lembro que nós tivemos a discussão que a  
226 Carol bem mencionou sobre a questão da estrutura dos mecanismos estaduais, eu

227 acho que teve um certo consenso sobre isso e eventualmente a gente já poderia,  
228 não ser que vocês pensam se seria melhor esperar o registro ou se desde já a gente  
229 poderia fazer algum os encaminhamentos nesse sentido. Das discussões que a  
230 gente lembra eventualmente, foram ali um pouco consensuais.

231 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes** – O que eu tenho mais notados, é mais a relatoria  
232 Fernanda, das falas. Não dá sistematização dos pontos específicos, se você quiser  
233 pode sentar e fazer essa retirada desses pontos específicos. O que eu tenho são  
234 os registros mesmos, do encontro dos comitês menos, mas na sessão que nós  
235 tivemos para discutir as caravanas, a gente fugiu muito da temática das caravanas  
236 e abordou diferentes questões para as de caravana. Então, talvez de trabalho mais  
237 malicioso, delicado de pegar os pontos nas sessões das caravanas, mas na seção  
238 dos comitês eu acho que é só uma coisa de passar os olhos e talvez a gente tenha  
239 destacado, e se tinha mandado no grupo da gente para avaliar. Mas a gente pode  
240 sentar-se e fazer isso, se você quiser combinar.

241 **Sra. Fernanda (Associação Nacional de Defensores Públicos - ANADEP)** – Eu  
242 acho que a gente pode dar uma olhada nessa relatoria e amanhã ambiente pode  
243 trazer enfim, dependendo do nosso tempo de amanhã, os pontos principais para ver  
244 a gente já faz o encaminhamento sobre esses temas para amanhã.

245 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** – Em  
246 relação ao documento que estou revisando aqui, ele é uma reformulação da  
247 recomendação nº 5, e aí eu acho que uma vez do documento pronto, eu acho que  
248 o colegiado vai ter que analisar esse texto final de validar esse texto final e publicar.  
249 Mas aí vai ter que ser um ato realmente de vocês, do colegiado, é isso.

250 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que bem relação a essa aprovação,  
251 talvez a gente possa, porque não fica pronto hoje, mas talvez a gente possa fazer  
252 uma reunião extraordinária, só para a aprovação mesmo desse documento, porque  
253 nem que seja publicada em nesse ano, e a gente espera próximo ano para publicar  
254 esse documento. Porque a gente vai ter que aprovar no pleno e não está pronto

255 agora essa nossa última reunião ordinária do ano. Então, talvez se a gente  
256 conseguir e se reunir, eu acho que uma coisa rápida e objetiva, uma vez que todo  
257 mundo já tiver tido contato com o documento só de aprovação em uma reunião  
258 extraordinária.

259 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** – Eu  
260 vou passar então...

261 **Interlocutora não identificada** – Mas será que não é o caso da gente e, vai ser  
262 uma reunião extraordinária então que a gente vai precisar marcar para fazer a  
263 aprovação desse documento final enquanto na solução. E aí seria uma reunião do  
264 CNPCT, aí eu acho que não sei se a gente consegue viabilizar essa data aqui, mas  
265 entendo que seria necessário. E sobre os outros documentos eu acredito que, em  
266 relação aos dias de Custódia vai ser apresentado também documento de sobre  
267 privatização também. Eu acho que esses foram os principais encaminhamentos do  
268 encontro. Todos eles eu acho que poderia se desdobrar em documentos tenho  
269 soluções próprias. E aí eu queria perguntar o também, porque não sei se foi feito  
270 repasse mais detalhadas sobre isso lá na reunião, em relação ao encontro do  
271 sistema, como que vai ficar, se tem uma avaliação sobre isso.

272 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que quem pode responder melhor e isso  
273 é a coordenação, porque a gente soube depois que ia ser cancelada, depois do  
274 encontro dos mecanismos de comitês que ia ser cancelado, e aparentemente não  
275 tem data para acontecer, mas aí eu não sei se tem uma previsão.

276 **Interlocutora não identificada** – No caso, aí o orçamento vai para o ano que vem,  
277 não teve problemas em relação a isso? Como é que ficou em relação a isso?

278 **Interlocutora não identificada** – Eu tive que fazer uma ginasticazinha, eu peguei  
279 o que sobrou, joguei para o PRODOC e aí é um dinheiro pode usar em consultoria,  
280 mas que não voltam a para já te fazer um encontro. Só que é importante fazer isso,  
281 porque se fica registrado que não houve um gasto do dinheiro, o nosso orçamento  
282 cai para o próximo ano então, para o nosso orçamento não cair e se manter o que

283 teve esse ano ou mais eu tive que jogar para o PRODOC. E aí para gente de com  
284 um mínimo de produto entregue, porque é isso, o governo quer produto e, quem  
285 trabalha em órgão público sabe o que é isso. Nós iremos fazer uma reunião com  
286 algumas lideranças religiosas, atendendo uma demanda que vem sendo insistente,  
287 o CNPCP está engajado nisso, pela questão do censo religioso no presídio. A  
288 coordenação, desculpa gente estou muito cansada, minha cabeça está péssima, a  
289 coordenação de apoio ao CNPCT vai encaminhar isso hoje, como já havia dito o  
290 motivo de adiar a reunião, é porque a gente não tem corpo físico, pessoas para  
291 garantir a reunião do sistema, assim como não tínhamos para o encontro dos  
292 comitês em isso piorou no final do ano. Com a demanda de todos colegiados que  
293 estão dentro do MDHC para uma única secretaria nacional com pouca gente  
294 trabalhando, se a gente tentar fazer a reunião do sistema, a chance de ter os  
295 mesmos problemas do encontro dos comitês era muito alta. Então, para gente não  
296 ter que enfrentar mais esse desgaste que aborrece a todos nós, nós preferimos  
297 adiar. Tanto que hoje a gente não tem nem prisma. Então, está bem clara a situação,  
298 eu acho. Os gastos do encontro dos comitês ficaram com diárias e passagens em  
299 R\$ 199.000 e uns quebrados. Então, a gente tinha R\$ 300.000, eu consegui  
300 remanejar R\$ 114.000 para o PRODOC, e aí a ano que vem a gente debate como  
301 o usar esse dinheiro em consultoria, e em outras questões. Aí nas temos a questão  
302 da audiência de Custódia, na nós termos a questão da privatização do sistema  
303 prisional, que foi discutida no encontro dos comitês e aí a gente debate como vai  
304 usar esse dinheiro, na primeira reunião do ano se for o caso. E pode e ir refletindo  
305 até lá. O PRODOC é um programa que o ministério tem que é para consultoria,  
306 contratar pessoas externas para desenvolver algum tipo de trabalho. Pessoas,  
307 organizações, universidades, essas coisas.

308 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC) –**  
309 **Gente? Vocês acham que é o caso da gente, o Carol você tem alguma previsão de**  
310 **quando você acha que terminaria de consolidar esse documento?**

311 **Sra. Carolina Barreto Lemos (MNPCT) –** Hoje durante o dia estou fazendo, estou  
312 fazendo várias outras coisas ao mesmo tempo e assistindo a reunião. Vamos ver,

313 eu acho que de hoje para amanhã a gente consegue amiga. Então ótimo, até o final  
314 de semana está mais tranquilo para mim.

315 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC) –**  
316 Talvez podemos remarcar uma reunião extraordinária só para a aprovação, vou  
317 abrir aqui... Talvez na semana do dia, dá para fazer ou na semana do dia 5, 6,7,8.  
318 Dia 6 na quarta-feira uma semana depois daqui, é uma coisa de 1h eu acho, no  
319 máximo. É on-line. Dia 7...

320 **Interlocutora não identificada –** Dia 7 eu e o Rogério não vamos estar, mas não  
321 é um problema, vocês podem fazer se a gente. Não tem nenhum problema, só estou  
322 te falando que...

323 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC) –** No  
324 dia 11, então a gente pode marcar no dia 11? Segunda-feira de manhã, pode ser?  
325 Dia 11 às 9h. Mas é por enquanto acho que só tem esse tema para tratar. Então,  
326 eu acho que tem de ter uma pauta aqui, que eu não sei se está aqui ou não, que é  
327 uma aprovação do calendário eu acho que não está aqui. Talvez, para o ano que  
328 vem. A está, tem uma proposta aqui que a Nana fez aqui de calendário para o  
329 próximo ano. Então, essa é uma coisa que a gente tem que aprovar nessa reunião  
330 de hoje.

331 **Interlocutora não identificada –** Bom, eu posso sugerir, eu acho que seria bom,  
332 nós estamos com muita que está na pauta aqui, eu acho que para além do  
333 calendário precisamos de fato se planejar, porque a tem falado sobre coincidir as  
334 ROs com as ações de incidência. Nós falamos um pouco sobre talvez, se tivesse  
335 sobra de recursos, é por isso que eu perguntei também, para a gente conseguir  
336 fazer uma reunião de planejamento presidencial, do comitê aqui e aí, eu acho que  
337 gente precisa entender também como é que faz planejamento do orçamento, qual  
338 que é o prazo que a gente tem para apresentar essas propostas, se o encontro do  
339 sistema vai ficar para o ano que vem, como é que vai fazer. Então, acho que tem  
340 muita, muitos detalhes, não só a agenda das datas das reuniões ordinárias. Talvez

341 a gente passe e isso para essa reunião extraordinária, que a gente consegue ter  
342 mais informações sobre essas questões do orçamento e como que a gente se  
343 planeja até lá. Porque eu acho que só a aprovação do calendário não vai se  
344 suficiente, a gente precisa de fato planejar o ano que vem. Inclusive, tem edital do  
345 próprio comitê, ano que vem tem muita questão.

346 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** – Eu  
347 concordo, acho que talvez a gente possa deixar esse ponto, esses dois pontos de  
348 falta e lembrar exatamente o que eu não lembro, porque nós tivemos a questão do  
349 nosso governo, que ele começou pouco, de nós sermos a extensão dele pelo prazo  
350 de que a gente não tinha tomado posse ainda. Então, eu imagino que termine em  
351 março, abril o nosso biênio aqui, mas eu não tenho certeza então, algo que nós  
352 podemos ter certeza, inclusive para pensar, para não ficar nessa coisa, nessa  
353 vacância de não ter membros do comitê, até a formação de novos membros. E  
354 tomarem posse etc., porque foi que aconteceu na última vez, nós ficamos uns seis  
355 meses mais ou menos do comitê inoperante. E se isso for acontecer, porque nós  
356 não temos nenhum edital, não pensamos sobre isso ainda. Mas ainda que seja  
357 pensado na próxima RO nós não iremos dar conta na outra, talvez já terem os  
358 membros eleitos. Então, talvez até pensar na extensão do mandato dos que estão,  
359 até a posse dos novos membros que forem eleitos. Talvez possa se algo que a  
360 gente possa discutir mais aprofundada mente na reunião extraordinária.

361 **Interlocutora não identificada** – Presidenta eu queria fazer uma pergunta, eu não  
362 sei se tem aqui, eu vi aqui a prestação de contas do quarto encontro, mas não sei  
363 se seria pertinente a gente fazer uma prestação de contas do orçamento do ano  
364 inteiro e das possibilidades de eventual remanejamento. Ouvi a Nana falando sobre  
365 o remanejamento do PRODOC, até para saber se eventualmente é possível ainda  
366 uma outra despesa este ano e as possibilidades que nós teríamos a partir desse  
367 remanejamento, de um comitê prover ou não deliberar sobre a alternativa em  
368 relação a esse montante e em relação ao restante aqui, indo ao encontro do que a  
369 Maria Clara registrou. Então, dois encaminhamentos, não é? Se nesse ano ainda  
370 nós poderíamos fazer uma prestação de contas sobre o orçamento inteiro, não sei

371 se deveria ser uma reunião fechada, aberta, não sei essa questão orçamentária,  
372 mas eu acho que pode ser aberta e já apresentando uma proposta para o ano que  
373 vem também, que não seria vinculada, porque já terá uma nova eleição para a  
374 sociedade civil. Mas que nós possamos fazer essa programação. Obrigada.

375 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** – Eu  
376 acho que nós temos aqui 3 pontos que seriam então discutidas nesta reunião  
377 extraordinária, para gente conseguir seguir a pauta aqui. Seria a aprovação da  
378 resolução das diretrizes e crise nos comitês, a aprovação do calendário discutindo  
379 as minúcias desse planejamento, esse pré planejamento para o próximo ano e uma  
380 prestação de contas.

381 **Interlocutora não identificada** – A rubrica do comitê é de diárias e passagens, ela  
382 só pode ser gasta em diárias e passagens. Então, a partir do momento que ela não  
383 é gasta em diárias e passagens, a alternativa que a CGAP teve que construir para  
384 gente não perder o dinheiro completamente e não ter quebra no nosso orçamento  
385 futuro, foi a transferência do PRODOC. Essa transferência tinha prazo que já  
386 passou, então nós temos prazo administrativo que não conseguimos negociar,  
387 porque não são nossos. Então, para não cometer não perder o dinheiro, esse  
388 dinheiro foi para o PRODOC, ele é um dinheiro do comitê, mas ele está no  
389 PRODOC. Eu posso até ver, se a gente pode cancelar o envio para o PRODOC  
390 devolver, mas aí para gente tem que gastar R\$ 114.000 esse ano. Não pode ficar  
391 para o ano que vem. Pelo menos é a informação que o tem da CGAP, agora se  
392 vocês quiserem podem marcar uma reunião com o Toshio e debater isso com ele.  
393 Que é o responsável por essa questão orçamentária aqui no SNDH.

394 **Sra. Patrícia de Oliveira Silva (Agenda Nacional Pelo Desencarceramento)** –  
395 Está aqui, anotado. Então, assim eu acho que eu vou fazer uma fala que eu já falei  
396 em outras reuniões. É hora de arrumar a casa, e aí quando eu falo é hora de arrumar  
397 a casa, nós sabíamos do... Vou repetir o que venho falando, igual vitrola arranhada.  
398 Nós falamos, vamos para reunião do comitê nacional, vamos tirar o um dia para  
399 fazer a incidência, nós nunca conseguimos fazer isso. E aí vou falar mais uma vez,

400 eu defendi o tempo todo, que o encontro de comitês e mecanismos deveria ter sido  
401 feito igual junto com o encontro do sistema. E aí foi dito que, era separado. Então,  
402 é preciso reafirmar e isso nessa reunião de hoje de novo. E eu acho também, que  
403 a gente precisa dialogar mais, por exemplo, a gente descobre agora que o recurso  
404 foi para o PRODOC, não tínhamos essa informação. Então, assim a gente precisa  
405 estar mais conectados, e a aí as coisas acontecendo, a gente fica sem as  
406 informações e aí não dá para ser assim. Não dá para ser assim, porque senão a  
407 gente não consegue planejar, a gente não consegue ter um comitê forte. Aí o nosso  
408 papel vai ser vir aqui para a reunião, a aí fica aqui dois dias, delibera e vai embora.  
409 Esse não é o papel do comitê, o comitê precisa implementar políticas públicas, o  
410 comitê nasceu para isso. Então, eu acho que a gente precisa planejar o calendário,  
411 o que é que nós conseguimos gastar ainda em dezembro. Porque assim, eu  
412 entendo que todos os membros do comitê e deveria ser consultado sobre, para onde  
413 iria o recurso. Então, eu acho que uma oportunidade hoje da gente repactuar isso.

414 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes** – Oi, eu queria dizer é isso, o problema é a gente não  
415 ter conseguido gastar, mas eu achei que foi bom encaminhamento feito aqui para  
416 isso, porque Ana falou para não perder esse dinheiro não só para esse ano e não  
417 perder a possibilidade de orçamento para o ano que vem. Então, eu acho que é  
418 bacana o encaminhamento para gente manter isso. É uma pergunta mesmo de  
419 ignorância Ana, como nós fazemos para planejar esse dinheiro gasto para o ano  
420 que vem? Então pensando nesses tempos que você falou, nós temos que propor o  
421 gasto até quando? Até março? Até fevereiro? A gente pode sentar-se, inclusive  
422 talvez nessa reunião se a pauta não ficar muito extensa de dezembro, se sugerir  
423 temática e é isso, você já trouxe as audiências, a privatização. Então, como a gente  
424 consegue aproveitar esse encaminhamento? Eu acho que é isso, que é ótimo, se  
425 não for possível fazer essas atividades então, que pelo menos a gente consiga  
426 guardar, para gente poder fazer seja as ações do ano que vem, não reduzindo  
427 orçamento do ano que vem, mas só para a gente conseguir alinhar qual é o prazo  
428 que a gente teria para propor coisas, o que a gente pode propor para funcionar com  
429 isso.

430 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** – Eu  
431 vou passar para o Bruno, e eu acho importante que o comitê também nesse  
432 planejamento pensa nas ações que querem fazer, se é ação incidência, etc, que  
433 este esteja também do planejamento para que esse orçamento possa contemplar  
434 essas ações, de maneira mais profícua do que foi. Vou passar para o Bruno.

435 **Sr. Bruno Renato Teixeira (Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos**  
436 **Direitos Humanos - MDHC)** – Obrigado presidenta, só para tentar contribuir com o  
437 debate, é no sentido de que esse recurso que a Nana falou que foi remanejado para  
438 a cooperação interno internacional, é na verdade esse recurso é colocado dentro  
439 de um projeto do âmbito do PNUD, essa diferença, essa sobra que teria que ser  
440 exemplo empenhada até o dia 15, a previsão, a orientação, não é nem do ministério,  
441 mas sim da própria estrutura da planejamento, do ministério da fazenda, e orienta  
442 como os recursos prazos para o empenho em 2023. Então, tendo em vista que  
443 houve essa diferença de valor, o remanejamento desse valor para cooperação  
444 internacional a abriu uma janela oportunidades para contratação de consultores, até  
445 então como recurso era único e exclusivamente para diárias e passagens, com esse  
446 remanejamento o para o PRODOC das nações unidas, vai permitir a contratação  
447 de consultores, ainda que o valor seja abaixo, qual é o valor?

448 **Interlocutora não identificada** – R\$ 114.000.

449 **Sr. Bruno Renato Teixeira (Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos**  
450 **Direitos Humanos - MDHC)** – R\$ 114.000? Em média das consultorias giram em  
451 torno de R\$70.000 a R\$90.000, uma consultoria. Se for com uns produtos mais  
452 reduzidos, um projeto um pouco mais simples, pode-se pensar e inclusive em duas  
453 consultorias em torno de R\$55.000. Uma consultoria de R\$114.000 mais ampla para  
454 a gente contratar, a possibilidade de contratação até de pessoas jurídicas. Então,  
455 isso abre uma janela de oportunidades para já em 2024 se executar uma consultoria  
456 no âmbito do comitê, na qual o comitê possa estar definindo quais são os pontos,  
457 as diretrizes, a política que essa consultoria pode estar auxiliando na  
458 implementação. Então, a gente já inicia o ano de 2024 com esse salto dentro da

459 cooperação internacional, para montar uma consultoria já nos primeiros meses do  
460 ano. Então, eu acho que como havia essa necessidade, foi para todas as áreas do  
461 governo federal de prazo para execução dos recursos e empenhos, sobretudo não  
462 era nem sobre execução, mas empenho, esses R\$114.000 foram empenhados e a  
463 possibilidade já em 2024 é de se pensar de uma contratação de consultoria, e  
464 exclusivamente para o comitê da forma como o comitê decidir, definir para se  
465 executar já no início do ano. Acho que foi uma iniciativa do acertada, e abriu uma  
466 possibilidade de que a até então era só de diárias e passagens do comitê, ter um  
467 consultor ou uma equipe de consultores executando o projeto que definir. Era só  
468 para tentar auxiliar aí na discussão. Obrigado.

469 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC) –**  
470 Obrigada Bruno. Eu acho que esclareceu alguns pontos sobre essa consultoria. Eu  
471 acho superimportante, porque a gente já tinha falado aqui algumas vezes de  
472 consolidar documentos que estivesse uma validação externa. Então, para esses  
473 pontos que nós estamos conversando aqui, Custódia, privatização das unidades  
474 prisionais. Então, a gente pode conversar sobre isso e começar com pessoas que  
475 irão fazer pesquisas qualificadas, com metodologias e etc. Então, eu acho  
476 superimportante para esse comitê e para gente trazer um outro nível para os nossos  
477 documentos, que nós vamos aprovar no pleno e também de publicar esses  
478 documentos em outros lugares. Então, eu acho que talvez a gente possa elencar já  
479 nessa reunião extraordinária, o que é que a gente acharia de importante em termos  
480 de consultoria e aí entender quem é a gente poderia de fato contratar para fazer  
481 essas consultorias, e como elas serão feitas, se a gente chama essas pessoas  
482 individualmente, se ela está ao chamamento público, eu não sei como funciona,  
483 mas imagino que deve ser a estratégia de chamamento ao público.

484 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes –** Edital, edital presidenta.

485 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC) –**  
486 Então a gente pensar aqui, e aí pensar de fato para a gente conseguir trazer um  
487 edital rápido, porque a gente tem uma dificuldade aqui de aprovação de documentos

488 do órgão administrativo gigantesca para que a gente consiga fazer isso com a  
489 celeridade, para poder de fato gastar esse dinheiro com algo que seja benéfico aqui  
490 para comitê e para as pessoas das quais estamos aqui lutando. Então, é para gente  
491 avançar aqui na pauta para dar tempo, queria saber se mais alguém tem alguma  
492 coisa para a falar, para a gente já encerrar e passar para o próximo ponto.

493 **Interlocutora não identificada** – Só para a reforçar a pergunta que Paulo tinha  
494 feito, sobre esse prazo justamente aquele que tem para apresentar a proposta do  
495 orçamento. Para o ano que vem.

496 **Interlocutora não identificada** – O planejamento do ano que vem já foi. Não um  
497 planejamento, mas o valor global a gente pediu e já foi.

498 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** – Qual  
499 que é o valor?

500 **Interlocutora não identificada** – Nós pedimos o mesmo tanto desse ano, não sei  
501 se ficou tudo, porque aí já não passa por mim, uma coisa é a que eu peço, outra  
502 coisa é que vai. Então, vamos ter que esperar a resposta da aprovação  
503 orçamentária, ainda não aprovou o orçamento. Ainda vai ser votado, mas eu pedir  
504 o mesmo valor desse ano, não sei se agregaram mais, porque aí que já ultrapassa  
505 as minhas atribuições.

506 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** – Está  
507 certo. É porque não tínhamos uma demanda objetiva, que era tentar fazer essa  
508 reunião de planejamento para especialmente em janeiro, mas eu não sabia se seria  
509 possível.

510 **Interlocutora não identificada** – Com o orçamento que nós aprovamos nesse ano,  
511 seria possível, seria tranquilamente possível. Porque a gente conseguiu manter o  
512 padrão de gastos das reuniões bimestrais do comitê, que é em torno de R\$50.000,  
513 dá em torno de R\$50.000 e um pouquinho cada reunião. Nós não ultrapassamos  
514 esse teto em nenhuma reunião. E mesmo contando com as missões do mecanismo,

515 tudo que foi de mandado, foi encaminhado, nós não estouramos o nosso orçamento.  
516 Então, nós executamos um orçamento de diárias e passagens com bastante  
517 tranquilidade, em alguns momentos eu fiquei preocupada, mas deu tranquilo. A  
518 questão do PRODOC, a gente tem todo o ano para apresentar, a questão é que  
519 assim gente, vou ser muito franca com vocês, os prazos aqui no ministério não são  
520 grandes, as coisas muitas vezes chegam para mim da noite para o dia. Já tive que  
521 responder coisas em vinte minutos, então assim o PRODOC está sendo gerido pela  
522 secretaria executiva. Então, assim eles já até me mandaram um e-mail pedido a  
523 uma reunião, eu vou fazer essas indagações a secretaria executiva, o PRODOC  
524 antigamente era gerido pela DDH. Só que pela deficiência de pessoal e pelo  
525 acúmulo de funções nós não demos conta de gerir, quem geria era até a Fernanda,  
526 e aí hoje ela está na secretaria executiva. Porque é isso, nós estamos no limite do  
527 que é possível de trabalho para o número de pessoas que nós temos, mas ele é  
528 muito mais tranquilo de ser encaminhado tal, não tem tanta dificuldade. A burocracia  
529 é a mesma, elaborar um projeto, fazer um edital para este projeto. Eu penso que  
530 poderíamos fazer inclusive uma consultoria para o encontro, para a realização do  
531 encontro, que vocês falaram de uma pessoa disponível para fazer a ata vida para  
532 fazer todos os encaminhamentos se for o caso, mas aí é uma avaliação que o comitê  
533 precisa fazer coletivamente.

534 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC) –**  
535 Obrigada Nena. Eu acho que esclarecido todos esses pontos, acho que a gente  
536 pode passar então para o próximo ponto da pauta. Que é a apresentação do  
537 relatório do Mato Grosso. O encaminhamento ficou que nós vamos ter uma reunião  
538 extraordinária para deliberar esses pontos, que eu vou ler aqui quais são os pontos.  
539 A aprovação da resolução dos comitês estaduais e mecanismos, a aprovação do  
540 pré calendário, do pé planejamento para 2024, com a possibilidade dessa reunião  
541 presidencial em janeiro, para planejamento. A prestação de contas, a Nena já falou  
542 um pouco mais, acho que talvez possa estar mais claro de quanto a gente gastou  
543 em cada RO, ele do encontro que ela já mencionou, então talvez o tanto que a gente  
544 gastou com essas, que foram individuais em alguns momentos, acompanhamento

545 para a missão com mecanismos, a Maria Clara também foi para Rio Grande do  
546 Norte naquele momento de crise, ele aí também podemos fazer a indicação dessa  
547 reunião extraordinária, dos tema de consultoria dos quais a gente acha que seria  
548 importante.

549 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes** – Presidenta, só um esclarecimento por favor.

550 **Interlocutora não identificada** – Pode falar.

551 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes** – Rapidinho, dialogando com a fala da Maria Clara e  
552 foi encaminhado, é só para ter um cuidado especial para a reuniões em janeiro,  
553 talvez a de janeiro o orçamento 2024 ainda não tenha sido aprovada pelo congresso  
554 nacional, o que ele implica na dificuldade de recurso. Até passagens e diárias ficam  
555 comprometidas, talvez só reste pagar e isso deve ter uma justificativa só de  
556 emergência não é? Aquilo que já está previsto em lei que é emergência, para a  
557 utilização de recursos extraordinários desse período. Antes da aprovação da lei  
558 orçamentária anual, então talvez janeiro possa ser um mês complicado. Esse ano  
559 por exemplo, só conseguiu aprovar o orçamento já quase ali perto do carnaval. Só  
560 para ter isso no radar, que possa ter essa dificuldade de Janeiro. Dificuldade mesma  
561 administrativo de, não é nem... Só esse ponto. Obrigado.

562 **Interlocutor não identificado** – Sofia, mas aí eu acho que, então surgiu aqui um  
563 ponto de pauta importante, se a gente não tem a possibilidade de fazer reunião  
564 janeiro, a gente tem que fazer a discussão da prorrogação do mandato como você  
565 tinha falado. Porque a reunião de Janeiro seria importante para gente montar o  
566 processo eleitoral, a composição do comitê já que acaba mais ou menos em março.  
567 Então, talvez a gente tenha que garantir isso, antes a gente ter um tempo de fazer  
568 isso, seja em fevereiro ou início de março.

569 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** –  
570 Gente, a Fernanda está dando uma ideia aqui. Porque assim, estou um pouco  
571 preocupada com o horário aqui agora da nossa pauta, e a gente acabou se  
572 estendendo um pouco. Às 16h15 teria um informe parcial, é esse que você está

573 falando? Esse uniforme sobre o acesso e as mulheres? Então espera aí, vou passar  
574 para Fernanda.

575 **Sra. Fernanda (Associação Nacional de Defensores Públicos - ANADEP)** – É o  
576 seguinte, nós tivemos essa informação agora no nosso orçamento, eu acho que se  
577 implica muita coisa, até porque vai ter eleição de novo da sociedade civil. Eu tinha  
578 pedido para incluir, como ponto de pauta tanto o informe parcial sobre o GT de  
579 audiência de Custódia, que foi um tema importante, considerado na reunião dos  
580 comitês, como a questão de informe imparcial do GT de mulheres no sistema  
581 prisional. Acontece que, no entanto, a proposta que tinha feito era exatamente para  
582 gente fomentar novas estratégias, já que não houve reunião do GT. Então, na  
583 verdade não tem informe imparcial, porque não teve reunião. Como não houve  
584 reunião e isso é uma questão mais de mérito do que de organização, mas parece  
585 que hoje essa questão de organização é mais premente, porque se não organizar  
586 o ordenamento na verdade não anda, a minha proposta seria de a gente tirar essa  
587 de hoje de informe e imparcial de audiência de Custódia. Até porque o pessoal da  
588 APT que conduziu o GT não se encontra aqui é tirar o informe imparcial sobre  
589 mulheres no Sistema prisional, de maneira que poderíamos tratar isso até em uma  
590 reunião extraordinária eventualmente. Não, não é do Maranhão. Tem uma  
591 específica do Maranhão. Não, tem uma específica do Maranhão. Dessas duas eu  
592 que tinha proposto, então eu acho que se for para ter extraordinária, a gente pode  
593 fazer uma extraordinária sobre esse GT e eventualmente fazer o encaminhamento.  
594 A minha proposta era que, uma pauta de amanhã fosse para hoje, nesse tema de  
595 audiência de Custódia e amanhã, ficaríamos com o tempo de informe parcial do GT  
596 de mulheres, como outro tempo que foi de amanhã para hoje. Só para tratar sobre  
597 prestação de contas dos orçamentos deste ano, se a gente mantém ou não esse  
598 encaminhamento para a despesa com consultoria, já que a Ana mencionou se  
599 poderia ser mantido ou não, mas se não for mantida tem que fazer uma despesa  
600 esse ano ainda. Então, para avaliar se é possível fazer mesmo ou não, e para que  
601 a gente faça o mínimo de um planejamento para a primeira reunião do ano que vem.  
602 Porque de fato, o que o ouvidor trouxe, o doutor Bruno é muito importante mesmo,

603 porque muito provavelmente, na verdade há uma chance de não ser aprovado, não  
604 é? Então é bom a gente se programar, porque senão a gente vai terminar, enfim.  
605 Esses dois pontos que eu coloco aqui de sugestão, para gente trazer ponto de  
606 amanhã para hoje, não sei qual dos pontos poderiam ser. Seria o ponto da audiência  
607 de Custódia.

608 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** – Bom,  
609 então a gente tiraria esse informe sobre o GT de audiência de Custódia de hoje, e  
610 aí colocaria o que nesse lugar? E mudaria esse para esse informe parcial sobre as  
611 mulheres no sistema prisional. Então, esse ponto de falta ficaria no ponto de falta  
612 número 7 de amanhã. E aí hoje nesse tempo, a gente poderia fazer uma discussão  
613 então de algum desses pontos que se iriam ser tratados na reunião extraordinária,  
614 como aprovação do calendário de eu não sei se a Renata conseguiria uma, enfim.  
615 Algo prévio sobre a prestação de contas.

616 **Interlocutora não identificada** – Gente, vamos decidir essa reorganização no  
617 almoço. Para dar seguimento a pauta.

618 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** – Sim,  
619 sim eu concordo. Eu acho que a gente tem que dar, vamos dar andamento o a pauta  
620 de gente pode discutir internamente aqui, até na mesa diretora essa mudança.  
621 Então, agora seria a apresentação do relatório e do Mato Grosso, e eu vou passar  
622 a palavra aqui para o mecanismo e para os membros do comitê do Mato Grosso  
623 que estão aqui.

624 **Sra. Cecília (Perita do Mecanismos e Ponto Focal do Estado do Mato Grosso)**  
625 – Pode colocar para gente, Débora? Por favor. Acho que dá para começar. Está  
626 dando para me escutar? Pessoal que está online também. Um bom dia pessoal, só  
627 repentino eu sou Cecília e perita do mecanismo e ponto focal do estado do Mato  
628 Grosso. A nossa inspeção aconteceu em junho de grande parte nós tivemos  
629 sucesso na missão, por conta da parceria do pessoal da sociedade civil local. Na  
630 nossa inspeção nós tivemos como convidados o ministério público federal, a

631 defensoria pública, a pastoral carcerária, o comitê estadual do Mato Grosso e o  
632 conselho regional de psicologia. Pode passar. Nós fizemos inspeções em nove  
633 unidades, foi a uma semana puxada, e nós vamos tentar trazer um pouco de cada  
634 uma aqui, e eu acho importante vocês fazerem a leitura do relatório, eu acho que  
635 foi encaminhado para todos vocês. Nós tivemos uma demora na finalização desse  
636 relatório, em função das unidades não entregarem todas as documentações a  
637 tempo. Eu acho que todo mundo sabe, quando nós fazemos a inspeção, a gente  
638 solicita vários documentos que irão fazer com que a gente conseguir triangular  
639 essas e informações. E tivemos essa demora por parte de algumas unidades que  
640 acabaram inviabilizando o relatório ficar pronto mais cedo. Então, nós iremos  
641 começar a apresentar e depois a gente vai abrir palavras também para o pessoal  
642 que está aqui do Mato Grosso, Ana Claudia, Wesley, Matheus enfim algumas  
643 pessoas online também. Depois a gente apresenta.

644 **Sra. Viviane (Perita do Mecanismo)** – Bom dia, pessoal. Juntamente com a equipe  
645 formada pelo Camila e Cecília, meu nome é Viviane sou perita do mecanismo e  
646 estive na missão do estado do Mato Grosso. E um dos primeiros locais visitados foi  
647 a penitenciária central do estado, não tem como não falar dessa unidade sei fazer  
648 uma recapitulação do termo de ajustamento de conduta que idealizou essa unidade.  
649 Essa é uma unidade que inicialmente, ela foi construída para 810 vagas, ela foi  
650 dentro desse termo de ajustamento entre no estado do Mato Grosso, o tribunal de  
651 justiça, o ministério público, nosso sentido de modernização e melhoria do sistema  
652 prisional do estado. Foram elaborados uma série de medidas, acessando esse  
653 termo de ajustamento de conduta os mecanismos tem sérias críticas, principalmente  
654 dentro dos projetos que foram idealizados dentro desse termo, nós percebemos que  
655 não existe um diálogo com a sociedade civil. Não foi pensado políticas de  
656 desencarceramento e isso é um problema muito sério no estado, não houve  
657 priorização no atendimento à saúde, o sistema prisional ele teve uma expansão  
658 muito grande em unidade e vagas, mas o corpo de servidores não acompanhou,  
659 que foi um termo de ajustamento que captou recursos estaduais e federais de  
660 montas absurdas. Então, um dos pontos principais para a central do estado é essa

661 ampliação sem nenhum diálogo, sem nenhuma política que realmente para de uma  
662 segurança para as pessoas privadas de liberdade. Então, como primeira unidade  
663 visitada, é a maior unidade do estado do Mato Grosso, desta ampliação de 810  
664 vagas, ela passou para 2300 vagas. Então, é uma unidade imensa, nós tivemos  
665 como primeira inspeção, apesar de uma equipe significativa e nós visitamos todos  
666 os raios, conversando com o máximo de pessoas do espaço, com servidores. Foi  
667 um trabalho extenso, eu até falei com o comitê que nós poderíamos ter feito  
668 relatórios na mesma extensão, só sobre essa unidade muito violadora. Nós  
669 encontramos situações que representam muito o recorte de como está o sistema  
670 prisional do estado, situações extremamente não percebidas pelas autoridades  
671 locais. Então, nós temos a visita do GMF, nós temos a visita do juiz da vara de  
672 execução, nós temos a presença do ministério público, da defensoria pública. E, no  
673 entanto, todos os problemas dessas unidades são de extremamente visibilizados, a  
674 princípio vou passar alguns dados só para mostrar realmente este quadro dessa  
675 unidade. Então, é uma unidade então que ela foi ampliada a partir desse TAC.  
676 Então, nós passamos de 810 vagas para 2.300 vagas, distribuídas em oito raios,  
677 sendo um de segurança máxima. É o primeiro raio de segurança máxima, e  
678 infelizmente eles tratam esse raio como modelo a ser reproduzido. Apesar das  
679 violações e do espaço ser usado de forma absurda, então nós temos um raio 8 e  
680 para além do raio 8, nós temos oito raios na unidade com capacidade para 432  
681 vagas cada raio. Isso nós já trazemos esses números, porque é uma afronta as  
682 diretrizes de arquitetura penal, no qual os raios não devem ultrapassar uma  
683 capacidade de 200 vagas. Então, são oito raios, imensos, extremamente vigiado,  
684 feito em um modelo de concreto pré-fabricado e reproduzido ao longo de todo o  
685 estado. Então, nós temos um raio 8 de segurança máxima, os demais raios com  
686 432 vagas. Os valores investidos para a construção de seis raios foram de 9.7  
687 milhões de reais, para um raio, para o raio seis com 432 vagas foram 9.7 milhões  
688 de reais. O raio 1,2, 3,4,5 e 7 foram investidos 70.9 milhões de reais. O valor do raio  
689 8 que é de segurança máxima com 54 celas e 62 vagas, foi investido o valor de 4.3  
690 milhões. O total da unidade em termos de fundos estadual e federal foi de 103.9  
691 milhões, sabe que esse 9 é de 900.000. E esse TAC dá uma abertura para que haja

692 construções, prestações com dispensa de licitações. Então, esse é o recorte do  
693 TAC, é um recorte de como o estado está tratando essa melhoria do sistema, com  
694 o dinheiro federal sem respeitar as diretrizes federais e sem nenhuma construção  
695 com a sociedade civil, e os impactos extremamente negativos que estão muito bem  
696 descritos no relatório. Nós temos um tempo pequeno para apresentar, mas DPE é  
697 um retrato das violações do estado do Mato Grosso. Então, nas temos estruturas  
698 físicas, análogas a RDD, em quais sentidos? Pessoas em isolamento por mais de  
699 três meses, sem contato com a família, sem contato com outras pessoas privadas  
700 de liberdade, em celas extremamente escuras, sem atendimento à saúde e física e  
701 mental. Então, nós encontramos pessoas que tiveram crises de choro, reações  
702 suicidas, então é um quadro extremamente chocante. Nesse mesmo local que é o  
703 raio de segurança máxima, nós temos pessoas em surto, sem atendimento,  
704 aguardando transferência. E nós temos o destaque de castigo, não existe banho de  
705 sol na presença de outras pessoas privadas de liberdade, o banho de sol e a área  
706 de lazer, ela não comporta mais do que 2 m quadrados, e a pessoa não tem sol  
707 direto, não tem iluminação. Então, essas pessoas estavam em extrema angústia  
708 metal, sem contato com a família e os poucos contatos que eram permitidos, eram  
709 com advogados. Celas que trazem, está muito bem descrito no relatório através de  
710 fotos, são células escuras, sem ventilação cruzadas, sem espaço físico para  
711 comportar a superlotação. Porque apesar da construção ser de 2300 vagas, no dia  
712 da inspeção nós tínhamos 2645 pessoas privadas de liberdade, distribuídas em  
713 raios. Existem espaços que eles são tidos como, espaços que existem uma maior  
714 aglomeração, para espaços que tenha um pouco mais de distribuição. Então, nem  
715 todos os raios possui a mesma configuração de distribuição das pessoas, mas eles  
716 têm a mesma semelhança. O tribunal de justiça fez uma inspeção antes da nossa,  
717 ele constatou com muitos elogios que lá tem um sistema de ar, de ventilação  
718 mecânica. Então, nós não temos as janelas, os espaços de ventilação, existe essa  
719 ventilação mecânica. Quando eles recebem a visita a ventilação é ligada, no  
720 restante do dia a ventilação é desligada. Então, foi reportado pelas pessoas  
721 privadas de liberdade que eles ficam sem ventilação por um período de 14h,  
722 comportas completamente chapadas no escuro, então essa é a realidade que nós

723 encontramos. Não tem insolação então, não tem entrada de sol de iluminação, não  
724 têm ventilação, não tem ventilação natural, não têm ventilação cruzada. A cela é  
725 escuro e não existe um corte de energia, e isso é feito dentro do sistema prisional  
726 e, que a energia está sendo retirada, então é uma iluminação que era colocado da  
727 externa e as pessoas ficam ali com a limitação de água, com limitação de ar. E uma  
728 situação que reflete essa questão do bem colocada, a porta ela é fechada por 14h,  
729 existe banho de sol uma vez por semana.

730 **Interlocutora não identificada** – O Viviane, há uma dúvida aqui o que venha a ser  
731 essa ventilação mecânica?

732 **Sra. Viviane (Perita do Mecanismo)** – Essa ventilação mecânica, são exaustores  
733 presentes nos raios, que estão ligados. Então, ao invés de ser no ventilador é um  
734 exaustor, então ele faz a troca do lar, então eles se sentem no direito de desligar os  
735 exaustores e as pessoas. Lembrando que o estado do Mato Grosso ele chega a ter  
736 temperaturas que ultrapassam, nós tivemos essa onda de calor, o estado do Mato  
737 Grosso é constante. Existem também ondas de frio, então a gente tem essa  
738 situação excepcional no estado, mas nós temos a temperatura que beira cerca de  
739 35 a 40 °. Então, nós encontramos reflexo justamente nas pessoas com  
740 adoecimento, falta de atividade, falta de vaga de trabalho. Então a PCE ela  
741 condensa todo o recorte do sistema prisional do estado, então nós temos um padrão  
742 violado de construção arquitetônica, nós temos uma violação uma da assistência  
743 básica, nós temos estruturas que fazem não só adoecimento físico, como mental.  
744 Nós temos uma limitação de visitação, então a PCE ela traz toda essa estrutura, eu  
745 vou acelerar aqui, mas então esse é o retrato que nós encontramos um dentro da a  
746 unidade, e isso na parte da manhã e às pessoas e com isso, com essa ideia de um  
747 ambiente escuro, cela escura, com porta as chapadas em completo isolamento.  
748 Então, lá não temos o respeito à separação de presos provisórios, presos  
749 sentenciados, nós temos o número altíssimo de pessoas portadoras de deficiência,  
750 nós temos um número imenso de pessoas idosas, nós temos uma série. É um  
751 reflexo muito evidente é a falta de assistência de saúde, praticamente não tem  
752 plantões durante o final de semana, não tem plantões da saúde noturna, a equipe

753 de saúde não dá conta do atendimento, não existe a entrega de medicamentos.  
754 Encontramos pessoa aguardando mais de um ano por cirurgia, pode atendimento,  
755 assistente social não dá conta da demanda, então nós temos uma unidade que ela  
756 é tida como modelo a ser reproduzida no Brasil, extremamente violadores, com  
757 esgoto vazando no dentro dos raios, porque foi uma construção que foi idealizada  
758 para ser feita em 45 dias, então temos um raio construído em 45 dias, com estrutura  
759 extremamente precárias, esgoto, animais com vetores de doenças. Então, uma  
760 estrutura completamente violadora, e para além disso nós temos as intervenções  
761 os grupos táticos, nós temos revistas frequentes e que dentro nesse espaço que  
762 não têm ar, não tem ventilação, são lançados gás lacrimogêneo, bombas,  
763 armamento menos letal, a bala de borracha dentro de um espaço extremamente  
764 violador. Então, é necessária uma leitura aprofundada, é uma unidade muito grande,  
765 nós fizemos uma análise de todos esses pontos e nós gostaríamos disso. Então,  
766 tem prática de isolamento, cela escura, prática de tortura, encontramos pessoas  
767 com marcas pelo corpo, nós encontramos inclusive balas de borracha nos raios.  
768 Então, é necessária uma atenção especial em relação a essa unidade e essa ideia  
769 do estado de Mato Grosso de que é uma unidade modelo.

770 **Interlocutora não identificada** – Passando essas fotos que ainda são da PCE.

771 **Sra. Viviane (Perita do Mecanismo)** – Só acrescentando ponto que é muito  
772 importante, e isso é aplicado nas demais unidades, existe um mercado, o mercado  
773 não estado do Mato Grosso ele tem que ser, nós fizemos várias recomendações de  
774 que ele seja fiscalizado e alterado em relação a sistemática atual. Porque é um  
775 mercado que tem a captação financeira e vulnerabilidade dessas pessoas imensas.  
776 Nós estamos falando na monta mais ou menos de R\$100.000 a R\$500.000 que  
777 rodam dentro desses mercados mensais, e eles não apresentaram a contabilidade,  
778 é administrado pelos policiais penais dessa unidade, os familiares eles não podem  
779 complementar a alimentação, forçando com que as pessoas comprem do mercado,  
780 pessoas têm a remuneração pelo trabalho, depositada dentro da conta desses  
781 mercados. Então, eles não recebem a remuneração, existe uma conta dentro do  
782 mercado e o dinheiro que é entre aspas administrado dentro desse mercado é

783 revertido para o uso dentro da unidade. Então, o refeitório dos servidores foi  
784 construído com esse dinheiro, raios e celas de unidades foram construídas com  
785 esse dinheiro, então existe uma rotação do dinheiro ali dentro que é muito escura,  
786 não é clara, não se toca nesse ponto justamente para que eles consigam ter esse  
787 controle. Deveria ser um mercado com a participação dos conselhos da  
788 comunidade, os conselhos da comunidade no não participam, deveriam ser  
789 fiscalizados pelo ministério público. O ministério público não fiscaliza, existe vendas  
790 de item básico, como colchão, água, tonéis, comida, tudo dentro dessa unidade.  
791 Então, nós temos a unidade fornece as refeições em que as pessoas ficam de jejum,  
792 naquela sistemática de 14h em jejum, a água é controlada. Então, esse mercado  
793 força que as pessoas comprem, a remuneração delas é colocada para ser  
794 descontada dentro dos mercados, é que os preços praticados lá são um absurdo.  
795 Então, nós temos colchões vendidos a R\$180, que é o estado deveria fornecer, nós  
796 temos tonéis de água, porque a água não, água é controlada, aquele tonel ali ele é  
797 vendido a R\$365, e quando tem a revista, os policiais quebram, então isso é uma  
798 coisa constante. Então, rasgam colchões, destrói alimentação as pessoas têm que  
799 continuar comprando. Então, existem situações extremamente violadores nessa  
800 unidade e replicada nas outras. Então, esse é um dos pontos, nós temos principais  
801 recomendações que agem nos plantões dos setores da saúde durante o período  
802 noturno e nos finais de semana, que a penitenciária central seja realizada imediatos  
803 reparos para resolver os vazamentos de esgotos nos corredores e celas, que não  
804 haja a interrupção do sistema de ventilação mecânica do ar da celas, que sejam  
805 permitidas visitantes levarem os mesmos itens fornecidos no mercado, e que o os  
806 itens vendidos, eles tenham os valores adaptados à realidade das pessoas  
807 custodiadas e que seja implementado atendimento à saúde, plantão de saúde  
808 noturnos nos finais de semana. Para além das recomendações, nós colocamos que  
809 essa estrutura ela tem que ser readaptada, existe um projeto do estado do Mato  
810 Grosso de que essa unidade chegue a mais 6000 vagas no mês, com essa  
811 replicação de raios. Então, é uma unidade que o comitê de que dar uma atenção  
812 especial, como modelo a ser replicado e as violações são repetidas nas outras  
813 estados também.

814 **Sra. Cecília (Perita do Mecanismos e Ponto Focal do Estado do Mato Grosso)**

815 – Eu vou estar falando pouquinho agora do centro integrado de assistência  
816 psicossocial Adauto Botelho, o Adauto Botelho faz parte de um complexo de saúde,  
817 com cinco unidades e a gente optou por estar visitando essa que é a maior. O que  
818 é que nós observamos lá? O Adauto Botelho ele acaba recebendo as pessoas que  
819 estão cumprindo medida de segurança do estado, além das pessoas com  
820 transtornos mentais que são encaminhadas pelo município ou até por outros  
821 municípios. Os principais problemas que nós encontramos? É uma unidade é  
822 enorme também, começou por não ter projeto terapêutico singular. Qual que é a  
823 justificativa que nós recebemos? Essas pessoas de medidas de segurança, elas  
824 estão lá há mais ou menos dois anos, e durante um ano e meio os policiais  
825 estiveram que ficar lá, porque a equipe de enfermagem tinha medo de lidar com  
826 essas pessoas. Por incrível que pareça, essa foi a justificativa que nós recebemos.  
827 Demorou muito para os policiais penais saírem desse hospital, ele é um hospital,  
828 ele a partir do momento da saída deles o diretor justificou que queria montar uma  
829 equipe. Não existe essa equipe, existem profissionais em um número muito  
830 reduzido que trabalham em um esquema de plantão e acabam não dando conta da  
831 demanda realmente desses pacientes. Existem raios que não tenham psiquiatra,  
832 quem acabou medicando é o clínico, o problema é grave que nós encontramos é a  
833 falta de uma equipe de boas institucionalizações, a RAPS não funciona plenamente  
834 no Mato Grosso, a gente percebeu que existe pouquíssimo recursos para serem  
835 encaminhados, existem somente seis residências terapêutica, no começo eram dez  
836 e acabaram sendo desativadas por irregularidades nós iremos falar isso pouco mais  
837 para frente. Essas pessoas que estão em medidas de segurança não têm  
838 informação nenhuma sobre os processos, a parte jurídica não funciona, uma total  
839 desassistência, a estrutura física do local está passando por uma forma, estão  
840 fazendo assim em um prédio suntuoso até de mais, mas enquanto isso, essa  
841 reforma já está se alongando por muito tempo, que nós poderemos ver pelas fotos  
842 é a inadequação total, um prédio quase caindo aos pedaços, tanto pelos pacientes  
843 quanto para os funcionários. A equipe de enfermagem que nós entrevistamos e teve  
844 acesso, não foi preparado para trabalhar com pessoas de saúde mental, acabaram

845 vindo quem eles conseguiam contratar, pode passar por favor. É a questão da  
846 higiene e da limpeza é muito precária, nós andamos por todo o espaço e vocês  
847 podem estar vendo, o que é que nós percebemos? A hiper medicação, muitos  
848 pacientes assim deitados em plena luz do dia, analisando o controle de medicação  
849 do hospital, o que é que nós podemos perceber? Existe uma lista de pacientes que  
850 tomam medicação regular e no dia a dia nós percebemos que existia além de alguns  
851 dias de muita dedicação, mas muito mesmo. Por exemplo, eu vou dar só um  
852 exemplo para entenderem, se tinha trinta pacientes que tomavam Diazepam,  
853 durante a semana em dois dias da semana pulavam para 60. O que a gente percebe  
854 comi isso? É uma contenção química, uma maneira de estar deixando as pessoas  
855 dessa forma aí, deitados o de inteiro. Pode passar por favor.

856 **Interlocutor não identificado - Mardem** quantas pessoas você viu lá em medidas  
857 de segurança, dentro do Adauto Botelho? E quantos presos? Porque há de uma  
858 distorção também do sistema de justiça, que é pegar um preso que tem transtorno  
859 mental grave e moderado e jogar dentro do manicômio judiciário. Você tem mais ou  
860 menos essa estimativa de números?

861 **Sra. Cecília (Perita do Mecanismos e Ponto Focal do Estado do Mato Grosso)**  
862 – Eu tenho certinho no relatório, mas a gente tinha na base de vinte mulheres e  
863 acho que uns trinta homens, a quantidade certinha eu já te vejo no relatório. A  
864 estrutura física que nos encontramos, paredes mofadas, chão completamente  
865 descascado, pode passando. E infelizmente a gente encontrou em quase todos os  
866 espaços essas caixas de contenção, um sinal de que além da contenção química,  
867 também existia essa contenção com faixas. Em alguns tinham faixas até amarradas  
868 nas janelas, então isso nos preocupou bastante, pode passar. Esse relatório, ele  
869 tem muita informação do Adauto, nós pegamos pouca coisa para passar para vocês,  
870 porque realmente são nove unidades. Então, quais as principais recomendações?  
871 Maior controle sobre a quantidade e validade das medicações, para evitar de fato  
872 um desperdício. Por quê? Analisando a ainda aquela folha de medicação que nós  
873 conseguimos receber, nós percebemos que muitos remédios foram desprezados  
874 por acabar a validade, mas coisa assim enorme, coisa de mais de 1000

875 comprimidos, 2.000 comprimidos, e o mesmo tempo existia a falta de outros  
876 remédios. Então, o que é que nós observamos? Não existe um controle sobre isso,  
877 lá é um almoxarifado que acaba distribuindo a medicação para vários municípios, e  
878 não existe uma organização em termos de distribuir antes da validade, é ao mesmo  
879 tempo vários remédios faltando. Que seja tomada providência em relação aos  
880 animais tutores de doença, na área de armazenamento de alimento. Por que que a  
881 gente diz isso? A cozinha do Aauto, ela é muito bem montada, nós podemos até  
882 acompanhar a alimentação, tanto de funcionários quanto de paciente é a mesma  
883 comida, depois eu acho que no relatório tem várias fotos. Só que, o lugar onde são  
884 armazenados os alimentos que iram ser preparados, é muito insalubre, é sujo, então  
885 a comida é até bonita nos bandejões, mas a gente não sabe como é que isso é está  
886 sendo no dia a dia. Isso eu já falei também, que seja prioridade a formação de uma  
887 equipe que resiste à menor, com a efetivação que é padronizada na lei. E a limpeza  
888 e a higiene dos espaços foi assim que deixou muito a desejar, saindo da Ahmenon.  
889 Nós vamos para as residências terapêuticas, as residências terapêuticas muito nos  
890 chocaram, praticamente um depósito de pessoas, o município de Cuiabá está sob  
891 intervenção por várias irregularidades, enfim, quem está administrando a saúde do  
892 município é o estado. Então, nós começamos bastante com pessoal do estado e do  
893 município também, em relação a questão da habilitação. Eles colocam que já está  
894 sendo providenciado, mas pelo que, mas percebemos faltaram muitos itens ainda  
895 para eles conseguirem serem habilitados. Como no Aauto os pacientes não têm  
896 projetos terapêutico nenhum, a ociosidade com o estreadante, nós vimos pessoas  
897 largadas na cama também, nas cadeiras, por foi o grito que pareça vocês irão ver  
898 nas fotos. Uma precariedade estrutural e de mobiliário, fios elétricos expostos,  
899 instalações sanitárias que não funcionam, vasos sanitários entupidos, uma coisa  
900 que a gente colocou muito no relatório, a questão dos funcionários. Técnico de  
901 enfermagem e cuidadores sociais com o acúmulo de função, então as residências  
902 que nós visitamos tinham dois funcionários, uma pessoa da enfermagem e um  
903 cuidador social, eles fazem tudo, eles limpam, fazem de tudo, comida, cuidam dos  
904 pacientes, é uma exploração. Analisamos os contratos, custou, mas conseguimos  
905 o envio desses contratos desses profissionais e realmente ali não estava escrito

906 que ele teria que fazer tudo isso. Então, a gente caminhou para a previdência,  
907 número de funcionários insuficientes, pelo menos uma das residências que a gente  
908 visitou, existiam pessoas dependentes mesmo de cuidado. O profissional de  
909 enfermagem não conseguia dar conta, porque não tem quem ajuda a limpar, tem  
910 que ajudar a fazer comida. E o que é que gente observou, os prontuários não são  
911 atualizados há mais de ano, então não têm a anotação na prescrição, do que foi  
912 dado de remédio, as receitas são renovadas automaticamente por um médico da  
913 UBS X, do campo X, tudo na base da boa vontade e isso ficou muito batente essa  
914 irregularidade, e nós recomendamos também essa questão com a equipe de  
915 profissionais, materiais. Pode passar o próximo. À realidade das GTs que a gente  
916 visitou, nós visitamos duas, a Tucano e a Sabiá, então os materiais de limpeza, nós  
917 analisamos os vidros de passagens de plantão durante vários meses a gente  
918 fotografou e analisando essas passagens de plantão, por várias vezes a gente notou  
919 que o profissional que passava um plantão para outro, descrevia que eu tinha  
920 sabão, que não tinha comida, existiam diz que eles falavam não fizemos nada de  
921 diferente para almoço, porque só tinha arroz e feijão. Então, é uma situação de  
922 grave que precisa de um olhar mais apurada, aí eu já falei, os portuários  
923 incompletos, sem as medicações prescritas. Os residentes com uma higiene muito  
924 precária, uma coisa grave também, os benefícios dos residentes que tem, não são  
925 todos que têm benefícios, são usados para comprar material para outras pessoas,  
926 ou para a própria casa. No Mato Grosso, a residência terapêutica tem uma gerência  
927 a única para todas as seis unidades e uma equipe com quatro pessoas também,  
928 para todas essas unidades. Elas visitam sim inclusive, em uma das casas que nós  
929 estávamos visitando, essa equipe chegou, mas eles acabam fazendo um trabalho  
930 administrativo, apesar de ter nutricionista dessa equipe, nós não percebemos um  
931 com a data adequada das necessidades dessas pessoas. Eles acabam fazendo o  
932 serviço de comprar material, de ir buscar benefícios, não é uma supervisão técnica  
933 como deveria ser. Pode passar. Problemas, mas de saúde, nós encontramos esses  
934 pacientes muito debilitados, a parte clínica deles assim estava muito a desejar,  
935 ociosos o tempo inteiro, sentados na cadeira, eles têm uma televisão para assistir  
936 e que não pode assistir toda hora também. Que seria a única coisa que teria para

937 fazer e nem isso, os perfis são todos misturados, de acordo com a portaria do  
938 ministério da saúde, então tem pessoas muito dependentes, tem pessoas  
939 praticamente em uma situação de autonomia, e o que é que acaba acontecendo  
940 com essa inconformidade, lá é tratado como um lugar de restrição de liberdade, nós  
941 escutamos muito dos funcionários a nós tivemos uma fuga, espera aí, mas  
942 residência terapêutica a pessoa tem liberdade de ir e vir. Então, isso nos espantou  
943 muito, como é que está sendo tratado essa questão dentro das residências  
944 terapêuticas, é realmente tudo muito trancado, eles não têm esse acesso, essa  
945 inclusão não é feita. Esse desenvolvimento da autonomia é zero então, uma das  
946 recomendações que a gente fez também foi uma avaliação clínica urgente, nós  
947 mandamos um ofício logo na semana que nós voltamos, pedindo isso. Pode passar  
948 por favor. As fotos do lugar, por aí dá para ver a situação que eles se encontram,  
949 essa cadeira que está aí, todas são assim, é aí que eles se sentam para passar o  
950 dia e vendo o dia passar, infelizmente. As recomendações praticamente já falei tudo,  
951 a questão da implementação das RACKS que seja imediatamente vistoriados e  
952 fiscalizadas as condições de controle e dispensação de medicação. Porque nós  
953 percebemos que não existe controle, tem alguns remédios mais fortes, eu acho que  
954 ficam ao bem querer de quem estar lá dar ou não, porque receitas do prontuário  
955 tinham mais de um ano de defasagem, pedimos a avaliação clínica de todos, que  
956 sejam formulados os projetos terapêuticos, para realmente promover a melhoria. E  
957 deixar de ser um tratamento medicamentoso, que é o que acontece lá. E o quadro  
958 de funcionários que a gente também percebeu que é uma situação muito grave, a  
959 gente recomendou uma readequação em números e funções para garantir esse  
960 atendimento adequado. Existe um uma sobrecarga desses funcionários que,  
961 acabam não tendo tempo para devolver a atividade para a qual foi contratado.

962 **Interlocutora não identificada** – Obrigada Cecília. A todos, todas e todes. Gostaria  
963 antes de começar a minha parte, gostaria de lembrar aqui a apresentação dos  
964 nossos relatórios não dispensam a leitura apurado e a releitura das recomendações  
965 e que também esse fluxo de apresentação de relatório do mecanismo, é um fluxo  
966 mais básico, mais elementar do nosso sistema, e nós esperamos que o comitê

967 possa atuar no estado do Mato Grosso, fazendo articulações políticas e necessárias  
968 para a implementação das nossas recomendações. Um pouco das unidades  
969 socioeducativas que nós fomos. Fomos em duas unidades uma masculina e outra  
970 feminina, feminina é a única do estado, e a masculina na verdade funciona como  
971 duas, porém, é a mesma direção, é a mesma administração. Então, nós tratamos  
972 como apenas uma unidade que é o masculino provisório de internação de Cuiabá.  
973 Todas essas duas unidades ficam dentro de um complexo, onde existem outras  
974 repartições. Comentando primeiramente, todas as duas unidades estão muito fora  
975 dos parâmetros do SINASE observamos o fenômeno da aceitação do sistema  
976 socioeducativos, alojamentos que mais parecem celas. Na unidade feminina nós  
977 tínhamos quatro adolescentes, todas provenientes de cidade do interior e sem visita,  
978 sem acompanhamento familiar, nesta unidade feminina a marcou muito para nós a  
979 questão da precariedade material, falta de manutenção, não existia uma equipe de  
980 limpeza a para fazer um asseio da unidade. Então, as agentes socioeducativas  
981 também teriam que limpar por vez está unidade, no meio daquela coisa, um meio  
982 albergue, ou algo assim. Existia um banheiro coletivo para as meninas, porém com  
983 pia quebrada, vaso quebrado. Os alojamentos que mais pareciam celas, eles não  
984 davam qualquer tipo de privacidade. Com relação ao tratamento pedagógico dessas  
985 adolescentes privadas de liberdade, não existia um acompanhamento com relação,  
986 não existe um acompanhamento de um profissional psicopedagogo ou  
987 psicopedagoga que pudesse seriar essas meninas de acordo com seu estágio  
988 escolar. Então, todas estavam recebendo tratamento educacional e indiferenciado,  
989 o que fazia que muitas não quisessem mais frequentam a as aulas, inclusive uma  
990 estava sofrendo com depressão e por conta disso não estava frequentando a  
991 escola. Uma coisa gravíssima também que encontramos no sistema socioeducativo  
992 do Mato Grosso, a extrema militarização dos agentes, que eles chamam lá de  
993 agentes de segurança socioeducativo, essa é a nomenclatura deles. Quando  
994 entramos na unidade masculino, encontramos uma pessoa chamada SAIS que é a  
995 tropa de elite dele lá. O fardamento desses profissionais é semelhante ao do  
996 exército americano, certo. Encontramos essa agente socioeducativa com um  
997 armamento letal na cintura, na porta da unidade. Encontramos também prática

998 sistemática de tortura, encontramos revista vexatória contra adolescentes e contra  
999 familiares. Os profissionais dessas duas unidades reportaram e nos mandaram  
1000 também uma lista de documentações, o regimento interno do sistema  
1001 socioeducativo do Mato Grosso, porém que estava desatualizado, que não tinha  
1002 publicado, ou seja, eram regimento interno não oficial, um ato administrativo que  
1003 não se tornou prefeito, mas que, porém, eles estavam usando como referência. O  
1004 conselho disciplinar e ocasionalmente faz oitivas de adolescentes que estão sendo,  
1005 que serão punidos ou seriam punidos sem a presença de defensor público, violando  
1006 o ECA, violando o SINASE sem a presença de advogado, deixando o adolescente  
1007 por sua própria sorte, com relação a sua defesa em caso de acusação de faltas  
1008 graves, faltas médias. Por favor, coloca o próximo slide. Também a vida dessas  
1009 adolescentes dessas dez unidades é marcada por uma grande ociosidade e falta  
1010 de atividades complementares, bastante e ósseo com e o tratamento recrudescido.  
1011 Não está aberto? Já está com o tempo meio apertado. Como é já tinha falado o  
1012 adolescente fica muitas horas no alojamento, existe a aplicação de castigos  
1013 coletivos, para quem não sabe, o castigo coletivo é quando uma pessoa comete  
1014 uma falta, todas as outras pessoas pagam por ela, todas as pessoas acabam por  
1015 exemplo, teve um incêndio no colchão, me parece que talvez tenha sido incêndio  
1016 provocado e aí nessa oportunidade todos os adolescentes dessa unidade ficaram  
1017 sem colchão, dormindo na pedra por mais de uma semana. Inclusive os castigos  
1018 coletivos são defesas inclusive, na LEP do sistema prisional, e a nossa legislação  
1019 nos diz muito claramente, que jamais os adolescentes poderão ter um tratamento  
1020 mais gravoso do que aquele conferido aos adultos. Existe também o baixo número  
1021 de atendimento profissionais de saúde, como por exemplo dentista, e houve  
1022 também a suspensão de atividades físicas dos adolescentes, devido à reforma.  
1023 Queria chamar a atenção para a situação de ambas as unidades, onde existe um  
1024 espaço externo grande, porém um espaço ocioso, onde poderia ter uma quadra  
1025 pólen esportivas, onde essas adolescentes poderiam estar desenvolvendo atividade  
1026 de esporte, atividades de recreação, atividades que lhes permitisse de uma  
1027 adolescência mais tranquila, ainda que dentro do sistema socioeducativo e não tem,  
1028 não dispõe desse espaço.

1029 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que está a questão dos profissionais de  
1030 saúde, eu acho que vale até ressaltar, nós pegamos o livro de controle de  
1031 atendimentos de dentistas essas unidades, são 3 profissionais contratados para  
1032 trabalhar 8h por dia. No dia da nossa visita só tinha um é ninguém soube dizer onde  
1033 estavam os outros, nós fomos lá no final do mês praticamente, dia 22, 23 nós  
1034 estávamos lá, durante aquele mês só 3 atendimentos teriam sido feitos por essa  
1035 equipe de três profissionais. Então, por aí a gente vê que não existe controle  
1036 nenhum, não sabemos qual é o esquema que existe, mas ninguém soube dizer  
1037 onde estavam os outros dois dentistas e porque a durante praticamente o mês  
1038 inteiro, só três menores teriam sido atendidos.

1039 **Interlocutora não identificada** – Pode passar Débora, por favor. Nós observamos  
1040 o espaço externo ocioso o, onde poderia haver por exemplo uma quadra pólen  
1041 esportivas e o carro-chefe é ociosidade e o isolamento que nos distanciam dos  
1042 objetivos do SINASE, principais recomendações às educativas a outras  
1043 recomendações, este relatório sai o conceito e 136 recomendações para as três  
1044 áreas do sistema prisional, sistemas socioeducativo em instituição de saúde mental.  
1045 Primeira para prevenir tortura, que é o nosso esforço aqui, a instalação de câmeras  
1046 e todos espaço comuns dessas unidades socioeducativos, mas para que a gente  
1047 tenha realmente o registro de eventuais situações de violência, subsidiar  
1048 financiamentos as visitas das famílias do interior, presidencial de autorização de  
1049 visitas virtuais semanais, muitos adolescentes, tantos garotos e garotas muitos são  
1050 de cidades do interior e as unidades elas têm que promover a participação da  
1051 família, no cumprimento da medida socioeducativo é tanto extremamente crucial  
1052 para o sucesso das medidas socioeducativas. O crescimento da grade de  
1053 medicação fornecida pelo estado sem interrupções, muitos medicamentos estavam  
1054 faltando, inclusive de medicamentos que a gente chama de uso controlado,  
1055 medicamentos psicotrópicos. Aliás eu queria chamar a atenção para hiper  
1056 medicalização de adolescentes do sistema socioeducativo, todos às 4 adolescentes  
1057 da unidade feminina estavam fazendo o uso de mais de um medicamento  
1058 psicotrópico, com isso gostaria de lembrar também o conceito de tortura da

1059 convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura da OEA que nós utilizamos  
1060 nosso trabalho, que nos diz que a tortura é todo aquele método tende a anular a  
1061 essa personalidade da pessoa. Então, a hiper medicalização que faz com que as  
1062 pessoas privadas de liberdade fiquem em estado de zumbi o dia todo, só seja uma  
1063 contenção química está aí também nesse rol, o daquele que pode ser considerada  
1064 tortura. Ainda que não seja uma forma de tortura clássica ou convencional. Aí nessa  
1065 mesma linha, reavaliação de uma necessidade real das medicações psicotrópicas  
1066 evitando aconteceu química. Que seja suspensa todo e qualquer sanção disciplinar  
1067 que ocorreu sem defesa e oitiva dos adolescentes. Pode passar Débora por favor.

1068 **Sra. Viviane (Perita do Mecanismo)** – Só lembrando o ponto extremamente  
1069 importante, tanto no sistema socioeducativo do Mato Grosso quanto todo o Brasil,  
1070 tem uma recomendação específica para que seja vedado os de armamento letal e  
1071 mental. E inclusive, que seja não só revisto, mas esse grupo tático do sistema  
1072 socioeducativo que ele seja extinto. Então percebemos muitos armamentos letais e  
1073 aí são, granadas de gás de pimenta, tonfas e escudos, uma série de armamentos  
1074 extrema militarização e armamentos letais. E inclusive com reportagens de  
1075 transferência de armamento munições da polícia civil, como doação ao sistema  
1076 socioeducativo, então é um ponto que a gente quer a participação do comitê para a  
1077 queda de possa trazer essa vedação a nível nacional e imediato ao estado do Mato  
1078 Grosso. O Mato Grosso tem uma ação de inconstitucionalidade do porte do agente  
1079 socioeducativo, já declarado pelo STF e dá sentido também de que, seguindo todo  
1080 as normativas nacionais e internacionais e, que não haja armamento letal e menos  
1081 letais dessas unidades.

1082 **Interlocutora não identificada** – Obrigada Viviane. Vamos agora para passar para  
1083 o centro de ressocialização industrial a menores Lemos Dantas. Que foi a segunda  
1084 instituição prisional que visitamos, e inicialmente essa unidade, é uma unidades que  
1085 seria para semiaberto porém, existem pessoas privadas de liberdade de vários  
1086 perfis inclusive, 40% dessa população dessa unidade é de pessoas em situação  
1087 provisória, gostaria de ressaltar que que temos recomendação específica para  
1088 defensoria pública, para o TJ do MT com relação a mutirões carcerária para serem

1089 feitos com relação especificamente a situação das pessoas presas provisória que  
1090 representam mais de 50% da população carcerária do estado, é o um nível altíssimo  
1091 e precisa ser feita alguma coisa com relação a isso, porque não sei justifica. Alguns  
1092 problemas que encontramos no centro de ressocialização Lemos Dantas, que  
1093 inclusive também na PCS repete a mesma situação. A inexistência de equipe a  
1094 saúde à noite e fim de semana, se alguém passar mal no final de semana à noite,  
1095 basicamente fica por isso mesmo, não tem estrutura além dos policiais penais é  
1096 muito frequente não acreditar que as pessoas estão passando mal e deixarem  
1097 praticamente para morrer. Falta de atendimento especiais para muitos, não há  
1098 nutricionista atuando na unidade, banho de sol muito curto ao passado contrariando  
1099 LEP, trabalhadores extramuros sem documentos. Essa unidade, é uma unidade que  
1100 tem até um número expressivo de pessoas, expressivos do que a média, de  
1101 pessoas trabalhando. Porém, essas pessoas que trabalham, elas estão sujeitas a  
1102 diversas situações muito complicadas, como por exemplo, não receber diretamente  
1103 a sua renumeração pela falta de documentos. Então, conversamos com essas  
1104 pessoas que tinham depositados na conta do mercadinho, na conta da ASPEC para  
1105 virar um crédito, o crédito para ele poder comprar esses produtos que são  
1106 comercializados pela ASPEC com um preço supera acima da média, nós temos de  
1107 ter de mercearia que chegou a custar 2 a 3 vezes o preço que nós encontramos na  
1108 rua. Especialidades médicas com a demora superior a dez meses, basicamente as  
1109 pessoas não conseguem não tem tempo razoável para conseguir uma consulta,  
1110 acompanhamento com algumas especialidades médicas. Insalubridade das celas  
1111 quando chegamos lá, estava tendo uma revista por parte da GIR, que é o grupo de  
1112 intervenções rápidas. Está presente também no estado do Mato Grosso, não é a  
1113 única tropa de elite da polícia penal, mas é uma das, chegamos a esse pavilhão  
1114 onde estava tendo a revista em pleno estado de caos, comida pelo chão, misturado  
1115 com sujeira, misturado com lixo, pertences quebrados. Tudo o que geralmente a  
1116 gente encontra quando há essas revistas. Pode passar por favor. Pessoas sem  
1117 acompanhamento médico, pessoas cadeirantes sem acompanhamento médico.  
1118 Problemas de pele sem tratamento, muitas doenças tratáveis sem tratamento.  
1119 Inclusive no menor por falar em tratamento, embora não seja definitivo isso, nós

1120 encontramos uma prática completamente objeta, essa prática se chama cura gay,  
1121 a cura de estava sendo empreendida por e instituições religiosas, que a gente tem  
1122 atuação na unidade. Inclusive, os próprios pastores que são reclusos conversaram  
1123 com a gente e disseram que, no pavilhão tem uma pessoa nos procurou dizendo  
1124 que queria deixar de ser gay e nós estamos fazendo tratamento com essa pessoa.  
1125 Então, é mais um aspecto, a gente tem uma recomendação especificamente em  
1126 relação a isso, inclusive usando dos precedentes do CFP que considera também  
1127 essa prática objeta sem nenhum respaldo científico e basicamente violadora do  
1128 direito das pessoas LGBT. Mais uma coisa para ficarmos atentos com relação a  
1129 atividade de instituição religiosas no âmbito da privação e liberdade, porque essa  
1130 atuação de sempre ela cumprir os melhores fins de direitos assistência religiosa.  
1131 Muitas vezes elas podem ser intervenções muito violadoras direitos humanos  
1132 básicos. A pessoa com ferida sem tratamento no pé. Cento de ressocialização o  
1133 industrial Lemos Dantas recomenda ações que sejam realizados mutirões  
1134 carcerários com foco específico na agilização processual dos presos provisórios da  
1135 Ahmenon que representa mais de 40% da população carcerária da unidade, já tinha  
1136 comentado as recomendação e existe uma recomendação também com relação as  
1137 pessoas da PCE, que são mais de 50%, aquela grande unidade que foi a primeira  
1138 que nós explanamos, que tem aproximadamente 2300 pessoas. Visitas  
1139 extraordinárias autorizadas pelo diretor, tem duração mínima de 1h pois o tempo  
1140 regulamentar de 20 minutos é demasiado desígnio para qualquer tipo de visita, que  
1141 seja construído a estrutura específica para lavar as cubas de alimentação do centro  
1142 de ressocialização Ahmenon, porque eles estavam lavando as cubas de  
1143 alimentação das pessoas no chão. Não existia uma pia, uma estrutura adequada  
1144 Ahmenon essas são apenas, pode passar Débora.

1145 **Interlocutora não identificada** – Só lembrando também que no Mato Grosso nós  
1146 encontramos muitas pessoas, dentre os reeducando, cumprindo nas áreas de  
1147 saúde. Ahmenon, principalmente e são responsáveis levar a medicação para os  
1148 raios, dá assessoria para o médico quanto está em consulta, então essa foi uma  
1149 das recomendações também que nós fizemos e que acabou sendo muito observado

1150 em todos os lugares. A falta de profissionais acaba fazendo esses improvisos que  
1151 podem dar certo, a pessoa às vezes não faz aquilo como deveria fazer e tem uma  
1152 troca também, segundo alguns que nós entrevistamos. Se ele vai com a cara entre  
1153 aspas, de algum preso, ele leva remédio, senão ele não leva, acaba virando uma  
1154 moeda de troca. Na penitenciária feminina Ana Maria Couto May, ela faz parte do  
1155 complexo ali, o mercadinho que é uma das coisas que nós mais indignados, eu acho  
1156 que essa é a palavra do Mato Grosso, porque todas as penitenciárias têm esse  
1157 mercadinho, os preços são realmente exorbitantes de tudo que tem no mercadinho  
1158 a família não pode levar. Tem que ser uma maneira de se esforçar com que sejam  
1159 comprados. Ali a gente, no relatório vocês conseguem ver esses preços negra  
1160 nessa lista que nós anexamos. Existe também uma cozinha onde são feitos  
1161 salgados que passam os raios, e salgado são vendidos pelo dobro do preço e para  
1162 as detentas, do que é cobrado dos funcionários. Então, só que é assim, elas acabam  
1163 aceitando isso, segundo o depoimento delas, porque é a única coisa que tira um  
1164 pouco da monotonia alimentar. Porque a alimentação, como em todos os lugares  
1165 que nós visitamos, tem as críticas, a questão de não vir frutas, saladas, é sempre a  
1166 mesma coisa. A estrutura física dessa unidade é bem antiga, então alguns raios  
1167 estão sem energia elétrica já há tempos, existe a promessa de reformas, mas enfim.  
1168 Por enquanto, alguns raios não tem em dia, várias celas sem chuveiro, então toma  
1169 banho de caneca, vasos sanitários quebrados. E lá existe também algumas pessoas  
1170 de medida de segurança, que estão aguardando serem transferidas para Ahmenon,  
1171 que tem suas vagas limitadas. Então, elas estão misturadas com presas comuns, e  
1172 que a gente recebeu de relato é isso. Como elas estão misturadas, às vezes tem  
1173 detentas que entra em surto, e não existe preparo dos profissionais para estarem  
1174 lidando com isso, e as próprias companheiras de celas que acabam entendendo a  
1175 questão transtorno mental. Pode passar por favor. Esse são salgados que são  
1176 vendidos pelos corredores, existe uma funcionária que não recebe para isso, ela  
1177 passa pelos corredores e vai anotando que cada detenta a compra, por exemplo  
1178 uma coxinha, um pedaço de bolo é R\$18 reais, é os policiais penais pagam R\$9  
1179 reais. Sem explicação do porquê, não é? No mercado também tem a mesma  
1180 configuração das outras unidades que nós visitamos, não nos foi mostrado a

1181 contabilidade, a pessoa responsável na unidade é uma policial penal. Pode passar.  
1182 Lá tem uma área de gestantes e puérperas, no dia da nossa visita, também foi  
1183 encontrado, só que essas gestantes são muito desassistidas, não existe roupa para  
1184 a gestante lá. Então, o que a gente acaba vendo, é que elas acabam improvisando  
1185 uma roupa que caiba, cortando na lateral para a barriga poder caber, roupa íntima  
1186 para a gestante não existe. Lá tem uma situação assim, que chamou muita atenção,  
1187 a ginecologista atende simultaneamente com o ortopedista, na mesma sala. Então,  
1188 como é que pode uma pessoa passar na ginecologista, falar dos seus problemas  
1189 ao mesmo tempo que outra está sendo atendida pelo ortopedista homem. Então,  
1190 uma das recomendações que a gente fez segundo notícias que nós tivemos, não  
1191 sei, talvez o pessoal do Mato Grosso que está aqui possa confirmar, parece que  
1192 isso foi mudado, ainda não sabemos. A vacina do bebê estava atrasava lá também,  
1193 e o atendimento da equipe psicossocial foi muito criticada, e eles quase não têm  
1194 acesso. E uma coisa também que nós podemos edificar, a equipe multiprofissional  
1195 não tem um espaço adequado para trabalhar, eles não têm telefone, para eles  
1196 fazerem contato com família, outros órgãos, eles dependem muito de celular  
1197 pessoal. Então, isso acaba dificultando muito também. No dia que, mas fomos  
1198 visitar, nós encontramos um raio em castigo coletivo, que também é proibido, mas  
1199 é uma prática que acontece no lugar, de um raio interino de castigo coletivo com  
1200 tudo racionado, água lá também é racionada, como as outras unidades, são ligadas  
1201 poucas vezes ao dia, como foi falado da PCE, do Ahmenon. E a dificuldade de  
1202 contato com os familiares foi uma das queixas maiores, não existe um trabalho  
1203 realmente de tentar-se a ponte, fazer com que a família participe, é uma  
1204 penitenciária que tem pessoas de todo estado, e a gente escutou muito que, em  
1205 existe até um apelido dado a essas pessoas que não são lá de Cuiabá, que elas  
1206 são chamadas de forasteiras. O que é que essas forasteiras passam? Elas não  
1207 recebem visitas e a maioria tem uma situação social de vulnerabilidade, elas  
1208 acabam fazendo uma troca de serviços. Então, elas acabam lavando roupas,  
1209 limpando espaço das outras presas, para conseguir o material de higiene adequado,  
1210 porque o kit de ele que eles recebem é muito precário e insuficiente. Então, essas  
1211 forasteiras as entre aspas, acabam, para ter o mínimo, elas acabam fazendo esses

1212 serviços. Pode passar. Como todas outras unidades do Mato Grosso, não tem  
1213 equipe de saúde à noite, fim de semana. A equipe de técnicos de enfermagem fica  
1214 a maior parte do tempo sozinhos, sem o enfermeiro, e a maior reclamação deles é  
1215 bem assim firme, porque eles acabam tendo que tomar decisões, impactam na vida  
1216 até de pessoas, porque eles colocaram que chegam os casos trazidos pelos  
1217 policiais penais, eles que têm que decidir se é grave ou não, sem ter que ir para  
1218 uma UPA ou não. Então, é uma questão de um grave isso. O médico clínico vai uma  
1219 vez por semana lá, em meio período. A sensibilidade da equipe de serviços sociais  
1220 e a chefia de enfermagem que fica de meio período só também, foi uma das  
1221 reclamações que a gente mais recebeu, e essa dificuldade de acesso à exames  
1222 externos, essa unidade, ela depende do município agendar. Então, assim nós vimos  
1223 pessoas que estão há sete, oito meses esperando um exame simples, que quando  
1224 vier já vai estar defasado a questão de saúde pela qual foi pedida. Pode passar. Na  
1225 penitenciária, nós fizemos várias recomendações também, que eu gostaria que  
1226 vocês vissem no relatório, nós pegamos várias principais aqui, que haja informação  
1227 específicas sobre o tratamento de pessoas LGTB, para os profissionais de todas as  
1228 categorias, porque foi nos relatado muito preconceito, muita inabilidade para lidar  
1229 com essa situação. Que sejam providenciadas salas diferentes para atendimento  
1230 de serviço social da unidade, garantindo direito de privacidade, o atendimento  
1231 individual. Lá os profissionais, ficam todos tem uma sala só, cada um atendendo  
1232 pessoa, a pessoa não tem aquela privacidade para estar conversando. Então,  
1233 acabam nem indo, alguns falar que acabam não procurando, porque depois tudo o  
1234 que foi falado é espalhado por lá. Que seja proibido, e isso a gente pediu  
1235 expressamente, que seja proibido o atendimento simultâneo, na mesma sala da  
1236 ginecologista e da ortopedista, disponibilizando salas separadas. Eu gostaria agora,  
1237 até de pedir para o pessoal que está aqui presente do Mato Grosso para  
1238 complementar, porque eu acho que depois da nossa ida, eles devem ter retornado  
1239 a nessas unidades, eu acho que complementar um pouquinho, a nossa visita, para  
1240 depois a gente abrir.

1241 **Sr. Matheus Rondon (Conselho Estadual de Direitos Humanos do Mato**  
1242 **Grosso)** – Bom dia a todos, e a de todos que estão que presente. Meu nome é  
1243 Matheus Rondon, como eu tinha apresentado, sou conselheiro do SETASC do  
1244 conselho estadual de direitos humanos do Mato Grosso. Eu gostaria de trazer  
1245 alguns pontos que foram importantes do relatório, especificamente sobre  
1246 socioeducativo, a minha fala vai se fazer esse momento, com relação a  
1247 excessividade das revistas vexatórias que são realizadas dentro do sistema  
1248 socioeducativo do estado de Mato Grosso. No ponto 340 do relatório, mais  
1249 precisamente na página 128, nós temos uma descrição de que as revistas ocorrem  
1250 de modo detalhado no corpo dos adolescentes, incluindo as suas partes íntimas,  
1251 exigindo desnudamento pela retirada de roupas e sapatos. A gente precisa ressaltar  
1252 um ponto de extrema importância, que segundo as agentes socioeducativas  
1253 conforme consta no ponto 339 do relatório, através da proibição de revistas  
1254 minuciosas nos visitantes, foram necessárias redobrar as revistas nos adolescentes  
1255 através do desnudamento de roupas ou revistas nos alojamentos. Quando a gente  
1256 fala de revistas vexatórias do estado de Mato Grosso, principalmente  
1257 socioeducativo, é importante de compreender que esta revista, ela é extremamente  
1258 excessiva. Então, se eu tenho um caso de uma adolescente que está saindo do seu  
1259 quarto, teoricamente, se dirigindo à sua sala de aula dentro da própria unidade e  
1260 por ser unidades pequenas, normalmente a sala de aula já está ao lado dos quatro,  
1261 ao momento de sair do quarto ele necessita fazer o desnudamento total,  
1262 agachamento entre 3 vezes, na frente das o das pessoas que estão presentes  
1263 dentro socioeducativo. Ao ingressar na sala, ele consegue ingressar normalmente,  
1264 mas caso ele precisa sair para beber água, em precisa retirar a roupa novamente  
1265 fora da sala de aula, fazer o agachamento novamente, beber água, mesmo sendo  
1266 visto por um agente, para ingressar na sala de aula novamente, ele precisa repetir  
1267 no processo. Então, o desnudamento novamente, agachamento e o ingresso na  
1268 sala de aula. Saindo da sala de aula, os procedimentos repetem. Quando a gente  
1269 fala sobre qualquer tipo de retirada desses adolescentes de seus quartos, esse  
1270 procedimento recorrente, nós temos uma repetição desse procedimento também  
1271 com os visitantes, então os familiares que precisa retornar para as unidades, para

1272 visitar os seus filhos que estão ali em cumprimento de medida socioeducativo, eles  
1273 precisam passar também pela revista vexatórias. No ano passado conselho  
1274 estadual de direitos humanos durante a realização de inspeção no caso masculino,  
1275 em Cuiabá, nós verificamos esta como um principal ponto de reclamação dos  
1276 adolescentes. Eles pontuam que a excessiva de da revista vexatórias para os  
1277 visitantes, acabam sendo um obstáculo para que essa visita possa cenas  
1278 frequentes, por conta do próprio constrangimento que todos os familiares passam  
1279 dentro da unidade. O conselho estadual de direitos humanos e Mato Grosso enviou  
1280 um ofício à secretaria de segurança pública do estado de Mato Grosso, através de  
1281 uma parceria realizada pelo conselho estadual direitos humanos e pela OAB, onde  
1282 foi informado pelo estado de que seria disponibilizados o aparelho de raio X para as  
1283 unidades. Entretanto, até o momento as unidades socioeducativas não constam  
1284 com esses aparelhos, sobre a justificativa que passarão por reformas. Conforme a  
1285 gente pode observar no relatório, a unidade socioeducativo masculina de Cuiabá  
1286 ele está em reforma, se eu não me engano, desde 2010 e até o momento não está  
1287 pronto. Com relações ao socioeducativo, a gente entra em outro ponto de extremo  
1288 importância, a instalação arquitetônica das unidades socioeducativo do estado de  
1289 Mato Grosso diz respeito totalmente as normativas criadas pelo ministério de  
1290 direitos humanos, o com relação ao padrão arquitetônico das unidades. Nós não  
1291 temos quartos para os adolescentes, então nós temos um desrespeito gigantesco  
1292 com a SINASE porque os adolescentes ficam perto de celas para cargos na grade,  
1293 com adiados durante todo dia. Cola relação à estrutura arquitetônica, entramos em  
1294 outro ponto. O estado de Mato Grosso no mês passado atingiu temperaturas 44. 5  
1295 ° por volta de 3h da tarde com uma umidade a aproximadamente 10%. As unidades  
1296 não possuem sistema de ventilação, as peritas já representaram sobre isso, através  
1297 na penitenciária central do estado, mas a situação piora nas unidades mais antigas,  
1298 como por exemplo socioeducativo feminino e socioeducativo masculino. As  
1299 unidades como por exemplo, a penitenciária central do estado possui um sistema  
1300 totalmente inefetivo direito girassol, como foi apresentado pelas peritas e no  
1301 socioeducativo, essa situação acaba piorando, porque ainda temos situações como  
1302 no socioeducativo masculino, de uma excessividade de adolescentes dentro das

1303 celas, para o cumprimento de medidas socioeducativas, uma cela totalmente  
1304 escura, sem ventilação e com o sistema de esgotamento sanitário do aberto, dentro  
1305 da própria cela. Então, nós temos relatos de ratos que sai durante a noite, esses  
1306 ratos passam por cima dos adolescentes, baratas, toda espécie de insetos estão ali  
1307 ele livres e em contato com os adolescentes. Outro ponto de extrema importância,  
1308 que eu trago dentro do relatório específico com sistema socioeducativo, é a hiper  
1309 medicalização desses adolescentes que estão dentro da unidade, nós temos  
1310 adolescentes que fazem o uso de três medicamentos psiquiátricos durante o dia,  
1311 em excesso de dosagem, sem qualquer justificativa plausível para a utilização  
1312 desses medicamentos. Então, nós temos a adolescentes que estão totalmente  
1313 dopados quimicamente como uma forma de contenção química, para que eles  
1314 cumpram as suas medidas socioeducativo dentro das unidades. Então, é uma  
1315 situação extremamente terrível que nós evidenciamos dentro do sistema  
1316 socioeducativo do estado de Mato Grosso, e que ele já foi alertado várias vezes à  
1317 secretaria de segurança pública e eu posso trazer essa resposta até mesmo  
1318 enquanto membro da diretoria de comissão de direitos humanos da ordem dos  
1319 advogados do Brasil em Mato Grosso, que a resposta da secretaria de segurança  
1320 pública, é que a comissão de direitos humanos da OAB não tinha prerrogativas para  
1321 ingressar dentro da a unidades socioeducativo e que a gente não tinha capacidade  
1322 técnica para poder trazer esses aborda mentos sobre o sistema socioeducativo e  
1323 que isso deveria ser abordado pela comissão de infância e a juventude da OAB.  
1324 Algo totalmente inadequado, porque todos os apontamentos foram realizados com  
1325 base nas normativas internacionais direitos humanos e que plenamente são  
1326 capazes de serem utilizados por qualquer pessoa que tenha conhecimento desses  
1327 instrumentos, ou até mesmo que não tem um conhecimento pode estar utilizando.  
1328 Bom, um outro ponto que eu trago de extrema importância, e aí já me esquivando  
1329 pouco do sistema socioeducativo, com relação a penitenciária central do estado,  
1330 como foi bem apontado pelas peritas, nós temos a questão da saúde mental dentro  
1331 do estado de Mato Grosso como um ponto muito grave, dentro da penitenciária  
1332 central, conforme a gente pode verificar também no relatório, nós temos a realização  
1333 de uma espécie de exorcismo dento das unidades penitenciárias, principalmente da

1334 penitenciária central, para aqueles pacientes que estão em episódio de surtos  
1335 psiquiátricos. Então, o que acontece, se os outros reeducando chamam os agentes  
1336 da polícia penal, os policiais penais, ele se aproxima daqueles pacientes que estão  
1337 em episódios surtos e começam a realizar orações como uma tentativa de exorcizar  
1338 aquele paciente, e não realiza nenhum tipo de comunicação ou de derivação  
1339 daquele paciente para uma equipe médica. Então, o são pontos extremamente  
1340 importantes onde a gente vê uma instrumentalização do sistema penal, dentro de  
1341 estado que precisa ser revista, efetivamente precisamos de um apoio tanto do  
1342 comitê nacional, quanto do mecanismo nacional. Ponto também de extrema  
1343 importância, já finalizar na minha fala para poder conseguir contemplar também os  
1344 meus colegas, nós verificamos sobre a necessidade dentro do estado de Mato  
1345 Grosso de uma efetiva participação, tanto defensoria pública quanto dos advogados  
1346 dentro do conselho disciplinar que é instaurado dentro sistema socioeducativo. Nós  
1347 não temos participação da defensoria república ou dos advogados do conselho  
1348 disciplinar dentro dos sócios. Então, os adolescentes são submetidos ao conselho  
1349 disciplinar sem a participação de advogado, ou sem a participação o defensor  
1350 público. E são punidos por esse conselho disciplinar, sem ter a garantia dos seus  
1351 direitos mais básicos. Então, eu encerro a minha palavra, repassando agora para  
1352 Ana Cláudia, que vai dar sequência nos pontos. Muito obrigado.

1353 **Sra. Ana Claudia (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)** – Bom dia, eu  
1354 sou a Ana, minha instituição de origem é a conferência nacional dos bispos do  
1355 Brasil. Pastoral carcerária em todo o Brasil, ela marca presença no combate à  
1356 tortura, e eu não poderia deixar de começar esse discurso se fazer a memória a  
1357 várias pessoas que nós vimos morrer, sofrer dentro do sistema prisional. Queria  
1358 dizer para vocês que, apesar das nossas diferenças e dos nossos desencontros  
1359 dentro dessa luta, que vocês quando chegasse em casa, percebessem quanto esse  
1360 trabalho importante, o quanto esse trabalho salvam vidas, e com quanto a esse  
1361 trabalho dá voz às pessoas que estão completamente abandonadas pela  
1362 sociedade. Em 2020, em plena pandemia nós recebemos uma série de denúncias  
1363 extremamente graves sobre com sistema prisional, que envolviam torturas

1364 extremamente cruentas na unidade do interior, e a partir de 2020 foi montado uma  
1365 força-tarefa de combate à tortura e de inspeção no estado de Mato Grosso, formada  
1366 pela defensoria pública do estado, inclusive Dr. Paulo Marquezine está aqui de  
1367 modo online. O tribunal de justiça do Mato Grosso e a pastoral carcerária como um  
1368 olhar da sociedade civil nesse sistema. Atualmente da gente faz visitas  
1369 mensalmente no sistema prisional, todas essas coisas que vocês viram, são coisas  
1370 que a gente vê na nossa rotina e eu queria trazer esse olhar da apresentação das  
1371 peritas, do mecanismo nacional também, para as situações do interior, porque no  
1372 interior a situação é a mesma e muitas vezes ainda pior. Nós temos penitenciárias  
1373 com situações de estrutura de violência, de transgressão de direitos ainda pior do  
1374 que a PCE e o feminino. No feminino por exemplo, quando os peritos visitaram o  
1375 Mato Grosso foi emitido uma nota dizendo que, o Mato Grosso investiu 200 milhões  
1376 no sistema prisional. Nós temos um investimento baixíssima nas unidades  
1377 femininas, as unidades no interior elas não veem investimentos e infraestrutura.  
1378 Elas são na esmagadora maioria das vezes, as unidades do interior eram cadeias  
1379 masculinas e que foram ocupadas pelas mulheres, o mesmo acontece com  
1380 socioeducativo. A gente tem como exemplo socioeducativo de Sinop, onde  
1381 simplesmente eles tiraram os presos da cadeia, era uma cadeia masculina e  
1382 colocaram os adolescentes. Precisamos falar em Mato Grosso certamente sobre a  
1383 arquitetura hostil, o Mato Grosso está fazendo altos investimentos em uma proposta  
1384 arquitetônicas que é uma tortura. Vocês viram aí essas penitenciárias central do  
1385 estado, ela é uma unidade que foi totalmente reformada, ela era extremamente  
1386 precarizada, fomos apresentados assim como sociedade, não em termos de plantas  
1387 de forma técnicas, que haveria um modelo diferenciado, principalmente para a  
1388 questão da ventilação. As tomadas, fontes de energias foram tiradas da  
1389 esmagadora da maioria das unidades prisionais, então eles não têm. Nós temos  
1390 essas ondas terríveis de calor e o sistema prisional em algumas unidades a gente  
1391 ainda encontra latão, mesmo com todo este calor não existe a sensibilidade de  
1392 nenhuma ação, no sentido de mitigar os intensos calores que a gente tem no nosso  
1393 estado. Nós temos um problema gravíssimo de fornecimento de água que não se  
1394 justifica para o estado que investiu 200 milhões de reais nos presídios, nós temos

1395 problemas de racionamento de água, nós temos problemas de acesso à água  
1396 potável, nós temos problemas graves de ventilação, com todo esse calor no meio  
1397 da pandemia nós não tivemos a sensação do uso do spray de pimenta. Com a força-  
1398 tarefa no combate à tortura a gente conseguiu minimizar aquela tortura cruenta, nós  
1399 tínhamos episódios terríveis, coisa de ditadura. Então, se conseguiu minimizar, mas  
1400 a gente ainda não alcança localmente a questão do spray de pimenta. Você imagina  
1401 você no latão ou uma cela sem ventilação, em um calor de 45 ° recebendo spray de  
1402 pimenta. A arquitetura é hostil nos preocupa porque, os investimentos eles  
1403 continuam hoje, hoje as unidades socioeducativo também parte delas foram  
1404 reformadas, mas elas copiam o padrão do sistema prisional. Com a exceção da  
1405 unidade de Lucas do Rio verde, onde nós encontramos uma arquitetura compatível  
1406 com aquela que a legislação exige, todas as demais quando reformadas estão  
1407 imitando a planta arquitetônica do sistema prisional para adultos. Então, assim a  
1408 gente apela realmente para que nós tenhamos algum tipo de apoio, no sentido de  
1409 rever antes as outras unidades socioeducativo elas sejam também reformadas.  
1410 Com relação à saúde mental, ela nos preocupa ainda mais do que o sistema  
1411 prisional o, porque o sistema prisional querendo ou não ainda existe algum diálogo,  
1412 quando a gente consegue acessar um GMF, a gente consegue acionar o tribunal  
1413 de justiça, a gente tem uma defensoria pública que é atuante. Nós já estamos aí há  
1414 três anos, todas essas dificuldades elas são reais, estão no nosso dia a dia, a gente  
1415 vê nas expressões, oficia, tem relatórios, de gente precisa realmente de uma  
1416 resposta mais concretas com relação aos problemas urgentes, como é a questão  
1417 da ventilação, da água, do esgoto. Mas no que dizem respeito à questão da saúde  
1418 mental, ela nos preocupa ainda mais do que o prisional, porque esse diálogo, essas  
1419 iniciativas se quer foram começadas. Então, assim vocês têm aqui no levantamento  
1420 de quantas pessoas estão medida de segurança, de quantas pessoas estão dentro  
1421 do Adauto Botelho ou dentro de casa, mas eu posso dizer para vocês com toda a  
1422 certeza, porque a gente visita as unidades do interior. Existem muito mais pacientes  
1423 mentais abandonados nas cadeias, sem essa identificação de medidas de  
1424 segurança, cada vez que a gente volta da inspeção, a gente volta com casos  
1425 gravíssimos, pacientes mentais que assassinaram pai, mãe, avós, seus cuidadores,

1426 porque estavam abandonados pelo sistema de saúde, que não teriam entrado de  
1427 ações de criminalidade dessa gravidade, se tivessem tido um suporte do sistema  
1428 de saúde. Então, é extremamente grave, porque hoje e esses pacientes estão  
1429 abandonados na cadeia, muitas vezes sem identificação e eles estão fora dessa  
1430 estatística com toda a certeza, ou abandonados pelas ruas da nossa cidade. Em  
1431 Cuiabá a maior parte, o prefeito a significativa da nossa população em situação de  
1432 rua são pacientes psiquiátricos, alguns graves. A questão da revista vexatória, que  
1433 o colega já falou, ela é uma prática de todas as unidades socioeducativo então, ela  
1434 não é pontual de uma ou outro gestor que resolveu fazer isso, ela é a mesma prática  
1435 em as unidades socioeducativas que nós temos. E a questão das atividades  
1436 socioeducativas o que a gente percebe? Com a exceção, volto mais uma vez a dizer  
1437 de Lucas do Rio verde, onde eles têm atividades de inclusive fora do sistema, tem  
1438 uma falha em extremamente grande, nós estamos simplesmente prendendo esses  
1439 meninos. Nós não estamos aplicando o processo de ressocialização. Queria  
1440 agradecer e passar para o meu colega Wesley.

1441 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC) –**  
1442 Paulo, eu acho que você estava escrito antes, depois o Wesley, Paulo Marquezine  
1443 primeiro, Wesley, depois Paulo Lemos assessor do deputado.

1444 **Sr. Paulo Marquezini (DPE - MT) –** Bom dia a todos, todas e todes. Primeiramente,  
1445 eu gostaria de cumprimentar a equipe do mecanismo nacional, que compareceu  
1446 aqui em Mato Grosso, na pessoa da Dra. Cecília, Dra. Camila. Cumprimentei o  
1447 apoio pastoral que a companhia aqui em Mato Grosso. Gostaria também, de  
1448 ressaltar a importância da visita, a importância desse relatório elaborado, enaltecer  
1449 a qualidade do documento, e as informações que ele estão. Em relação a eventuais  
1450 complementações das informações, existe uma recomendação, o relatório da  
1451 secretaria para que cuide a gente em lato senso, relações da saúde do sistema. Eu  
1452 gostaria de informar aqui, sobre a existência de um concurso já realizado e na  
1453 pendência de nomeação, tanto de policiais quanto de enfermeiros, psicólogos, os  
1454 advogados e outras carreiras. Em relação esse concurso, existe a ação civil pública  
1455 inicialmente distribuída pelo sindicato dos policiais, e posteriormente com a adesão

1456 da defensoria no polo ativo, após a saída da equipe aqui de Mato Grosso, houve  
1457 uma concessão de liminar determinando a contratação desses profissionais, mas  
1458 ainda pendente de comprimento pelo estado. Então, já existe um concurso e já  
1459 inclusive previdência social que visa a obter a nomeação dos profissionais. Em  
1460 relação à arquitetura, e na hora compartilho aqui os apontamentos, tanto do relatório  
1461 quanto da pastoral e ressalta a importância de medidas para alterar a arquitetura é  
1462 especial, em relação a chapas estão fechadas no período noturno, de 15h a 17h  
1463 dependendo dos relatos até as 8h da manhã. Tornando a ventilação mais precária  
1464 ainda do que já é, e a iluminação também pouca. E no mais, ressaltar também que  
1465 temos aqui no estado pela defensoria um grupo de atuação estratégica que visita  
1466 as unidades normalmente, junto com o poder judiciário. Obtivemos algumas  
1467 melhorias como ressaltado pela Ana da pastoral, e atualmente estamos voltando às  
1468 nossas atenções para uso de armas menos letais, inclusive já entrei em contato  
1469 com a Camila que me auxilia com materiais. E por fim, coloco a defensoria à  
1470 disposição do mecanismo, do comitê para futuras parcerias e para que possamos  
1471 melhorar no combate a essas práticas ilegais. Em relação a fala da pastoral, eu  
1472 gostaria de deixar aqui também a informação de que no ano passado, a defensoria  
1473 criou um grupo específico voltada à saúde mental, esse grupo também já recebeu  
1474 relatório do mecanismo e existe a intenção de que esse grupo passa a fazer visitas  
1475 periódicas também nas residências terapêuticas e, que tomem medidas de forma a  
1476 melhorar a atual situação desses locais. Agradeço o espaço e coloco aqui mais uma  
1477 vez a defensoria pública do estado de Mato Grosso à disposição do comitê e do  
1478 mecanismo. Muito obrigado.

1479 **Interlocutora não identificada** – Obrigada Paulo, eu queria agradecer as peritas  
1480 que apresentar o relatório e também os convidados aqui do Mato Grosso, pessoas  
1481 inscritas, eu sei que eu queria pedir para as pessoas, para que a gente pudesse  
1482 fazer a nossa fala um tempo mais curto, por que pelo avançado da hora em que as  
1483 fala também já viesse com os encaminhamentos propostos está bem? Então,  
1484 vamos pensar em um tempo de 3 minutos mais ou menos por fala de cada um.

1485 Quem está escrita agora, na sequência que estava on-line é o Paulo e na sequência  
1486 eu falo de quem está escrito aqui presencialmente.

1487 **Interlocutora não identificada** – Paulo Lemos.

1488 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** – Paulo  
1489 Lemos. Então, vamos esperar aqui, o Wesley. Então vamos lá, tem uma ordem aqui  
1490 que eu fui vendo as plaquinhas, não necessariamente vai ser ordem que cada um  
1491 levantou na sequência. Aí eu tinha notado a Carol, Simas, a Jaque, o Wesley e  
1492 depois levantaram a plaquinha aqui Marley, Coutinho e Caio. É a Jaque

1493 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**  
1494 **Resistência Contra O Genocídio)** – Primeiro eu acho que não consigo falar,  
1495 qualquer comentário do relatório sem antes parabenizar as peritas do mecanismo  
1496 assim, para mim é um choque, ouvir tudo, embora a gente saiba, mas assim  
1497 louvável o trabalho de vocês nesse olhar diferenciado, vocês mesmo citaram que  
1498 houve uma inspeção um tempo antes e com outro olhar, então força e aí meninas.  
1499 Bem vamos lá, vamos ser rápidas a única questão, porque uma das recomendações  
1500 ali apontada, em relação a venda dos itens, é que eles tenham um valor compatível  
1501 com a realidade das pessoas privadas de liberdade, e eu entendo que contas assim,  
1502 e qual que é a realidade assim, eu entendo que a não comercialização não tem  
1503 qualquer passividade de comercialização dentro do espaço de privação de  
1504 liberdade. Então, eu entendo que não dá para qualificar o preço dentro daquela  
1505 realidade, para mim é inaceitável este comércio, inaceitável, inaceitável não consigo  
1506 entender qualquer coisa que um preço acessível seja aceitável. Não há a  
1507 acessibilidade nisso. E diversas pessoas privadas de liberdade de pobreza extrema,  
1508 então assim mesmo gente tivesse um valor muito acessível, ainda para pessoas  
1509 seria impossível o acesso. E ainda que fosse possível, entendo que isso é  
1510 inaceitável. Então, só quanto a essa recomendação, queria colocar só essa  
1511 observação. Não sei se sugeria muito a questão da inspeção, mas eu acho que uma  
1512 das coisas que me causou preocupação é o investimento de milhões de verbas  
1513 públicas numa contratação de dispensa de licitação. Não entendo que isso não tem

1514 qualquer respaldo, então não sei assim se a gente poderia pensar em alguma coisa,  
1515 algum uma incidência nesse sentido quanto ato de improbidade administrativa,  
1516 enfim. Eu acho que não dá para gente, não dá para ter essa informação sem  
1517 nenhuma ação, eu ache que gente tem que tentar de alguma forma sobre essa  
1518 questão que para mim fica evidente que tem aí ilegalidade nessa dispensa de  
1519 licitação, para o valor desse, que é uma questão que a construção gente, não há  
1520 nenhuma especificidade que obrigatoriamente somente uma empresa poderia  
1521 construir. Então, eu acho que esse é muito preocupante. A questão, me deu  
1522 desconforto, um desespero pelo fato de pensar na equipe de saúde sem a  
1523 capacitação adequada que também em relação ao número que não atende, que foi  
1524 levanta aqui diversas vezes. Ai eu não sei se talvez pensar um pouco sobre essa  
1525 questão, porque a capacitação, porque eu vi aí para a adequação do número das  
1526 recomendações, é porque o momento do relatório pode estar aí em outra  
1527 recomendação, mas eu vi tipo assim a adequação do número, embora a gente não  
1528 tenha, qual seria o número adequado, qual seria o número para atender uma  
1529 unidade que tem vaga de 2300 pessoas. Talvez pensar uma coisa mais direta e  
1530 objetiva, de eu fico pensando, talvez tenha faltado a questão da capacitação, porque  
1531 essa questão é muito preocupante não é, você aumenta o número de profissionais  
1532 da saúde e ainda assim continuar profissionais da saúde sem a capacitação  
1533 adequada, a gente não está, enfim. É uma melhoria, mas eu acho que não tem a  
1534 efetividade que a gente espera. E aí para encerrar, só uma questão que recordou  
1535 aqui quando, diversas questões que vocês levantaram na verdade em relação ao  
1536 desdobramento, em relação a questão do uso de armamentos menos letais e tudo  
1537 mais. Porque eu entendo que já temos uma recomendação nesse sentido, que eu  
1538 até verifiquei aqui a publicação com a ajuda do Caio, ela foi publicada no dia 24 de  
1539 julho de 2023, que diversas dessas discussões nós fizemos exatamente neste  
1540 plenário, inclusive quanto ao uso de imagens, quanto ao desligamento, quanto à  
1541 necessidade de obrigatoriedade de comunicação das inspeções e das operações,  
1542 os procedimentos para elas, a gravação áudio visual das inspeções, porque entende  
1543 que o grau de violência ali é extremo, porque o que eles comercializaram lá, foram  
1544 obrigados a comercializar, são quebrados. Então, enfim obrigando inclusive uma

1545 nova aquisição, uma nova compra. E aí eu só entendo que, talvez a gente deveria  
1546 em incluir, seria bacana incluir essa recomendação, até vi aqui a recomendação nº  
1547 12 de 2023. Eu acho que seria bacana inclusive, acho que a gente reforça aquela o  
1548 resultado, uma discussão que a gente teve aqui, acho que talvez fosse importante  
1549 também apontar até mesmo em outros relatórios essa recomendação dentro do  
1550 prazo.

1551 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC) –**  
1552 Obrigada Jaque. Passa para o Wesley.

1553 **Interlocutora não identificada** – Eu queria responder em relação a cantina. Pode  
1554 ser um minutinho. Doutora Jaque eu concordo plenamente com a sua perspectiva,  
1555 porém, temos alguns detalhes que a gente tem que se ater. O artigo 13 da LEP  
1556 disse o seguinte, o estabelecimento penitenciário explorado instalações e serviços  
1557 que atendam os presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados  
1558 à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela administração.  
1559 Então, em tese a existência de cantina em sistema prisional não é uma coisa ilegal,  
1560 é uma coisa prevista pela LEP. O problema é, primeiro não haver a disponibilização  
1561 de assistência material, água por exemplo pela unidade e as pessoas terem que  
1562 recorrer ao mercadinho. Segundo a questão dos preços extremamente os abusivos,  
1563 que constituem a exploração econômica da privação de liberdade mais uma vez,  
1564 que sempre trazemos essas questões aqui, de também não há uma clareza de para  
1565 onde esse recurso vai, esses lucros exorbitantes que ASPEC associação dos  
1566 profissionais da penitenciária central do estado. Então, assim para onde está indo  
1567 esse dinheiro? Está sendo investido aqui? Para a compra de armas, ele está indo  
1568 para a construção de novas unidades? Ele está sendo revertido para investir em  
1569 armamentos letais? Armamentos menos letais? Então precisa haver uma  
1570 transparência e uma regulação para que essas cantinas funcionem de maneira  
1571 adequada, de maneira não violadora. E não se valem das fragilidades das pessoas  
1572 que são privados de liberdade, a ASPEC eu gostaria que pedisse uma prioridade  
1573 do comitê nacional em relação a essa questão de ASPEC, que é uma questão

1574 extremamente grave, que está presente em mais de uma unidade no sistema  
1575 prisional do Mato Grosso. Só isso.

1576 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC) –**  
1577 Wesley.

1578 **Sr. Wesley da Mata (Comitê do Mato Grosso) –** Bom dia, eu me chamo Wesley  
1579 da Mata, também sou do CEPET do estado de Mato Grosso, lá eu represento  
1580 conselho de direitos humanos e no conselho de direitos humanos eu sou pelo  
1581 movimento LGBT, cujo qual é o que o fala aqui. A nossa preocupação é muito  
1582 grande com a população LGBTQIA privada de liberdade no estado de Mato Grosso.  
1583 Trago aqui um relato que até a Ana conosco do CEPET, ela fez em uma das visitas  
1584 nós encontramos no município de Rondonópolis, uma mulher trans não latão, e  
1585 confesso que foi acionada ela mudou de presídio até, mas isso é um ponto a ser  
1586 colocado. Outros pontos também são da população LGBT, é a colocação dela em  
1587 ala evangélica, ala evangélica simplesmente para fazer o que ele chama de  
1588 exercício, ou a cura gay dentro do presídio. Isso acontece muito estado de Mato  
1589 Grosso, nós temos problemas também com a triagem, não tem profissionais para  
1590 fazer essa triagem, muitas vezes é em troca de uma coisa e se não gostou vai para  
1591 a ala evangélica como um ato de punição ali também. Reforçar que tem até uma  
1592 das recomendações que fala sobre formação específica sobre o tratamento da  
1593 população LGBTQIA para profissionais na penitenciária feminina, que também  
1594 serve para todas outras penitenciárias. Porque a realidade da população LGBT é  
1595 muito latente o estado de Mato Grosso, visto que na somos um estado em que  
1596 reprovou a criação do conselho LGBT por 95% da assembleia legislativa. Nós só  
1597 temos um grupo de combate à homofobia, que é um grupo ligado ao secretário de  
1598 segurança pública, que nem os dados sobre os casos LGBT fobia no estado de  
1599 Mato Grosso nós temos. Então, é invisibilizado a população LGBT e a população  
1600 privada de liberdade é mais invisibilizado ainda. É isso, obrigado.

1601 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC) –** Eu  
1602 vou passar a palavra para o, como fala o nome? Mardey, antes disso aqui eu só

1603 queria falar uma coisa Sra. Presidente, a Paula que representa a SENAPPEN está  
1604 que, e talvez se ela pudesse, não sei se você sabe eu não, esclarecer para gente  
1605 como o SENAPPEN tem feito o controle desses itens que são vendidos nas  
1606 cantinas. Se tem feito esse controle.

1607 **Sr. Mardey** – Bem, eu não vou partir aqui de uma mera defesa de alguma coisa,  
1608 mas eu mais quero interessante por debate meio que trazer alguns aspectos de  
1609 dados de realidade. Primeiro, parabenizar ao mecanismo pelo relatório, bem  
1610 interessante puxa inclusive, eu acho que é um dos poucos relatórios que eu vejo  
1611 que entra em estruturas da saúde mental, isso para gente é muito importante,  
1612 inclusive vou me deter de levar uma cópia desse relatório para o meu chefe, para  
1613 ele tomar conhecimento e a gente ver como é que a gente pode estar mais próximo  
1614 do estado, para ver as questões da realidade locais. Entendo também que as  
1615 relações que acontecem na nossa república, ela é interfederativa, então depende  
1616 muito dos municípios também, depende não, é deles a gestão dos equipamentos  
1617 de saúde. O que nós fazemos e que o estado faz em suas relações interfederativa,  
1618 repasses de recursos e monitoramento e a avaliação de serviços, como é que  
1619 opera, como é que não opera e nessa avaliação e monitoramento é importante que  
1620 a gente analisa essas informações. Passamos praticamente a seis anos, 6, 7 anos  
1621 com desinvestimento na saúde mental muito profunda, desinvestimento de recurso  
1622 financeiro e desinvestimento de educação permanente de saúde. O maior  
1623 desinvestimento em ações de saúde foi deslumbrado em 2017 com a publicação da  
1624 portaria 35/88 e a gente chama de antirreforma psiquiátrica, não é? Que nós  
1625 conseguimos agora, a uns dois, três meses atrás revogar a 35/88 me deu por meio  
1626 da portaria 757, trazendo de volta saúde a mental para dentro dos trilhos da reforma  
1627 psiquiátrica brasileira. Então, durante esse período que nós passamos agora, que  
1628 nós estamos retomando a perspectiva da saúde mental, o relatório desse para gente  
1629 é bastante importante, talvez tendo como uma das diretrizes encaminhar mesmo  
1630 formalmente para ministério da saúde, com as recomendações que venha a existir  
1631 com mecanismo de observações juntos aos territórios e as responsabilidades  
1632 interfederativa então se deslocam para esses lugares. Nesse momento então, nós

1633 estamos nesse campo exatamente de reforço ao território e uma das coisas  
1634 importantes para levar para os companheiros do estado é que já existe e está aberto  
1635 a desde fevereiro, algo que foi também bastante curioso sistema de cadastramento  
1636 e serviços ficou fechado, então não havia expansão do serviço. Havia as expansões  
1637 de serviços que a gente já conhece, que são aquelas comunidades ditas, unidades  
1638 terapêuticas. Houve ampliação de hospitais, leitos de hospitais psiquiátricos  
1639 conhecido como o manicômio, mas houve pouco investimento e não havia abertura  
1640 desse sistema que é exatamente da rede de atenção psicossocial, são centro de  
1641 atenção psicossocial, serviços sociais terapêuticos, unidade de acolhimento, todas  
1642 as suas modalidades. A partir de fevereiro então a gente abriu o sistema para poder  
1643 cadastrar logo os serviços e além de cadastrar novos serviços, você também pode  
1644 fazer obras. Inclusive, entra na perspectiva do PAC três, programa de aceleração  
1645 do crescimento volto. Nós temos então, obras e nos serviços a serem reabilitado  
1646 em cada âmbito local regional, havendo a ausência, ou aquele que gente chama de  
1647 vazios assistenciais, é importante em que a conversa aproxima o município e o  
1648 estado da união, para que juntos possa pensar na ampliação desses serviços e  
1649 perspectiva de cadastramento desses novos serviços dentro do nosso sistema de  
1650 apoio à política pública. Acho que é isso. Obrigado.

1651 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC) –**  
1652 Obrigada, vou passar para

1653 **Interlocutora não identificada –** Sofia, tem uma pessoa inscrita online

1654 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC) –** Ele  
1655 estava lá e nós demos a palavra, mas não acho que ele não falou, não sei se, a tá,  
1656 tá bom. Então, Paulo Lemos.

1657 **Sr. Paulo Lemos (Assessor) –** Boa tarde, para quem está em Brasília, apesar de  
1658 não terem almoçado. Bom dia a todos, todas e todes. Eu sou assessor do deputado  
1659 Lúdio Cabral daqui do estado de Mato Grosso, deputado é presidente da comissão  
1660 de saúde da assembleia legislativa do estado de Mato Grosso e membro titular da

1661 comissão de direitos humanos, além de outras também. Nós estamos aqui  
1662 participando de mais de um assessor, temos aqui pelo menos três assessores do  
1663 gabinete acompanhando aí reunião, sendo que, entre eles nós temos os membros  
1664 do conselho estadual de direitos humanos, que é o nosso colega Lúcio Andrade,  
1665 que também se foi ouvidor-geral de polícia do estado do Mato Grosso, eleito pela  
1666 sociedade civil e ouvidor-geral da defensoria pública do estado de Mato Grosso,  
1667 eleito pelo sociedade civil, tive a oportunidade também que se ouvidor-geral  
1668 defensoria pública e Presidente das sub comissão de direitos humanos da ordem  
1669 dos advogados do Brasil. No temos aqui um núcleo que trabalha com pessoas com  
1670 deficiência e neuro diversidade e obviamente com direitos humanos e essa  
1671 perspectiva da saúde em lato senso inclusive, da saúde mental. Acabando de  
1672 apresentar o projeto de lei de saúde mental para todos os servidores públicos do  
1673 estado de Mato Grosso, em decorrência dos inúmeros casos de afastamento e  
1674 licença por problemas de saúde mental e vimos nesta reunião que esse problema  
1675 me parece ser um dos como falou a representante da comissão carcerária, também  
1676 prioritária dentro sistema carcerária e outra unidade, outras unidades de  
1677 acolhimento. Enfim, nós estamos aqui do gabinete para estar acompanhando a  
1678 reunião, nós recebemos relatório, nós estaremos lendo desse relatório, estaremos  
1679 fazendo apontamentos devido e gostaríamos de pedir também a comissão de  
1680 direitos humanos da OAB, a defensoria pública, enfim, todas as entidades e as  
1681 organizações que estão participando agora dessa união, que oficializa mediante  
1682 ofício ou pedido de providências e etc. Encaminhando tanto para comissão de  
1683 direitos humanos da assembleia quanto para a comissão de saúde, onde o  
1684 deputado Lúdio Cabral é presidente, nós vimos aqui inúmeros problemas dentro do  
1685 sistema, vinculado diretamente à saúde, não só a saúde mental. Foi citada aqui a  
1686 medida da questão de segurança, relacionada saúde mental, mas também vários  
1687 outros problemas de pessoas com deficiências, tuberculose. O Mato Grosso estado  
1688 de décima mais casos de hanseníase no Brasil e com certeza isso está dentro do  
1689 sistema também. Então, nós gostaríamos de receber esses dados, essas  
1690 informações da comissão da pastoral carcerária também para poder reunir com o  
1691 relatório que foi muito bem-feito e detalhado e pensarmos juntos aqui em estratégia,

1692 do que nós podemos fazer com as diversas ferramentas que o mandato tem, mas  
1693 não só mandato como as comissões citadas e a própria assembleia legislativa do  
1694 estado de Mato Grosso. À tortura de fato ela tem que ser combatido em todas suas  
1695 frentes, não só na frente clássica, mas em todas aquelas que envolvem direitos da  
1696 personalidade jurídica, e em suas dimensões, físicas, mental, espiritual, mas não  
1697 na perspectiva de exorcismo como foi citado aqui. Confesso a vocês que gerou uma  
1698 vergonha alheia, é algo assim surreal. Estamos à disposição para somar com o  
1699 comitê nacional de combate à tortura e que também com todas as entidades e  
1700 organizações estatais de não-governamentais aqui do estado de Mato Grosso, para  
1701 que possamos enfrentar esse mau, e só para finalizar é caricato o fato de nós termos  
1702 uma expansão de investimento na abertura de novas cadeias no estado de Mato  
1703 Grosso, em uma perspectiva de encarceramento e ao mesmo tempo uma política  
1704 nacional de fechamento de escolas. Fechamento sistemático de escolas, que está  
1705 acontecendo no estado de Mato Grosso e que nós temos enfrentado inclusive o  
1706 mandato do deputado Lúdio Cabral, denunciado, temos feito todo o possível para  
1707 evitar o fechamento dessas unidades escolares mais tenha acontecido isso no  
1708 estado do Mato Grosso. Escolas fechando e cadeias abrindo. Do Muito obrigado.

1709 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** – Muito  
1710 obrigada. Vou passar a palavra agora para Fábio.

1711 **Sr. Fábio do Nascimento Simas** – Bom dia a todos, a todas. Estão me ouvindo,  
1712 não é? Primeiro, parabenizar o mecanismo nacional e os convidados pela excelente  
1713 apresentação, excelente relatório, embora não tenha lido todas as páginas, mas eu  
1714 passei seus olhos, enfim. Que trabalho importante que vocês vêm desenvolvendo  
1715 e foi feita aqui no Mato Grosso, enfim, denunciando essas diversas formas de  
1716 violações. Eu tenho duas questões, uma é em relação ao sistema socioeducativo,  
1717 primeiramente eu acho que não faz parte também da estrutura legal do comitê  
1718 nacional, mas é muito importante do conselho nacional de direito da criança  
1719 participe dessas reuniões ordinárias, enfim. Eu acho que a pauta dos adolescentes  
1720 privadas de liberdade pode ficar secundarizado, é importante que participe sempre  
1721 das reuniões ordinárias. Há um fenômeno nacional, embora haja uma carência de

1722 dados efetivos, o último levantamento do SINASE, data do ano de 2017 eu acho  
1723 que a tarefa também para essa nova gente, para esse governo, mas há uma  
1724 tendência de diversos órgãos na redução de números de adolescentes privado de  
1725 liberdade no Brasil, que e especialmente no pós pandemia. Esse fenômeno foi  
1726 observado no estado de Mato Grosso? É uma pergunta. Acho que com base nisso  
1727 também, uma questão importante que a gente vem discutindo e vem de há muitos  
1728 anos, não é de hoje, militando também lá no Rio de Janeiro, mas tem outros espaços  
1729 que também acredito que vai impactar ainda mais o número de redução de  
1730 adolescentes privadas de liberdade, é a não aplicação de medida de internação  
1731 para adolescentes acusados do ato infracionário, análogos a comercialização de  
1732 drogas, consideradas ilícitas. A gente sabe que isso já existe uma súmula para a  
1733 primeira internação, mas assim é para a primeira internação, muito juízes e ainda  
1734 utilizam como descumprimento reiterado de medidas socioeducativo. Bom,  
1735 considerando que a medida de internação é uma medida excepcional, segundo,  
1736 considerando dado de realidade que o sistema socioeducativo em todo o Brasil são  
1737 locais de inseminação de práticas de tortura, a apresentação de vocês praticamente  
1738 o todos os relatórios demonstram isso, eu acho que a gente tem que andar como  
1739 bandeira de luta que o adolescente acusado de tráfico não pode receber medida  
1740 privativa de liberdade. Uma outra questão, em relação socioeducativo do Mato  
1741 Grosso que é interessante pontuado pelas colegas, mas que a gente precisa pensar  
1742 também em uma forma crítica até pela realidade do Rio. No Rio de Janeiro a gente  
1743 fez um grande movimento pela descentralização das unidades de internação e,  
1744 tendo em vista que até 2010,2011 só existia as unidades da região metropolitana  
1745 do Rio de Janeiro e foram inauguradas duas unidades de internação, uma no Norte  
1746 Fluminense e outra no Sul Fluminense para acolher a demanda do interior, porém  
1747 acabou que essas unidades ficaram mais lotadas e os juízes da época, a gente até  
1748 participou, curiosamente falando de audiências públicas com judiciário e com um  
1749 Ministério público, aqueles adolescentes que recebiam a liberdade assistida ou  
1750 semiliberdade, passaram a receber internação em função de terem unidades  
1751 naquelas regiões, enfim, acho que esse é um dado de realidade para a gente pensar  
1752 de problematizar. O segundo aspecto que eu quero trazer para vocês, acho que

1753 também se deve à instituição do qual eu faço parte, do qual eu represento, que o  
1754 Conselho federal de serviço social, ainda que seja a primeira reunião, não sei se já  
1755 foi falado outra vez, mas importante ressaltar, se tem alguma a articulação no  
1756 estado do Mato Grosso, em especial pela apresentação do relatório, o Conselho  
1757 regional de serviço social, se foi feito uma articulação do produto desse relatório do  
1758 Conselho Regional de Serviço Social, porque além do número pequeno de  
1759 profissionais que ali estão, a gente já observa que há violação por exemplo nas  
1760 condições éticas e técnica, o federal sobre isso, o acho que é importante o CREAS  
1761 de Mato Grosso estar atuando justamente para que tem infraestrutura o trabalho  
1762 como sala e número de profissionais e uma questão que bom, acho que todos vocês  
1763 sabem, mas acho que a gente tem que ressaltava sempre, acho que não faz parte  
1764 da legislação que rege a profissão de assistente social, acho que viola o nosso  
1765 código de ética, assistente social participar de qualquer perspectiva de terapia do  
1766 ponto de vista de exorcismo ou então de curandeiro, caso você tenha notícia ou  
1767 informação de que algum profissional de serviço social e tenha participado de  
1768 alguma dessas ações, os nossos conselhos regionais devem ser imediatamente  
1769 comunicado na forma de denúncia. Obrigado.

1770 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
1771 **e Cidadania - ITTC) –** Obrigada. Vocês querem responder as perguntas?

1772 **Interlocutora não identificada –** Só pegando a última, depois ela fala dos sócios.  
1773 Nós fizemos em contato com Conselho do Mato Grosso e mandamos também para  
1774 o federal, porque realmente toda a questão ética está sendo desrespeitada em  
1775 relação aos profissionais que não estão tendo a mínima condição de trabalho, mas  
1776 pelo menos no Mato Grosso, a gente não viu nenhum profissional participando da:  
1777 "Cura gay."

1778 **Interlocutora não identificada –** Eu vou tentar condensar as informações que  
1779 acabou que a gente vai na sequência, mas uma questão preocupante a participação  
1780 do assistentes social no Conselho disciplinar no socioeducativo e foi uma  
1781 reclamação dos profissionais, tanto a psicóloga quanto à assistente social sendo

1782 demandados para participar desses espaços contra o trabalho elaborado com os  
1783 adolescentes e contra, então, nós temos essa explicitação dessa reclamação e uma  
1784 recomendação justamente pelas colocando como um embate de não querer  
1785 participar e ao mesmo tempo deixar esses espaços vazios, então, esse dilema. O  
1786 impacto no número de adolescentes nas unidades socioeducativas, ele merece um  
1787 estudo mais aprofundado, porque a gente não pode falar que a redução também  
1788 não seja um aspecto extremamente negativo dos adolescentes não estarem  
1789 chegando em uma medida socioeducativo, porque estão morrendo nas ações  
1790 policiais, então, a gente vê com muita preocupação qualquer dado estatístico e o  
1791 reflexo em cima do socioeducativo. A perspectiva que a gente tem ali no estado do  
1792 Mato Grosso nesse recorte do socioeducativo é dizer que as políticas que estão  
1793 sendo elaboradas, primeiro a reforma não unidade iniciou no ano de 2012, então, a  
1794 desculpa e os governos passaram, mas a reforma ficou, então, todas as reformas  
1795 no prisional, no socioeducativo, na saúde mental, parece que há algum indício de  
1796 que as reformas não são para acabar, eleição para permanecer dentro desses  
1797 governos e o socioeducativo não é diferente existe um projeto imenso, inclusive que  
1798 nós colocamos de ampliação de vagas de 60 para 100 contra a resolução do  
1799 CONANDA, então, são unidades grandes e aspectos que tinham como positivo, por  
1800 exemplo tinham poliesportivo com uma piscina que era utilizada pelos adolescentes,  
1801 foi cortado por conta da reforma e o impacto que isso teve na vida dos adolescentes  
1802 foi imenso, de ociosidade, saúde mental, saúde física e de confinamento dentro dos  
1803 alojamentos também. Então, assim a princípio o número e essa participação, a  
1804 gente sempre tem uma preocupação como membro do comitê e representando a  
1805 assistência social, porque nós percebemos assim, tem que ser cargo público para  
1806 que eles possam exercer com a liberdade, a assistência social não dá conta das  
1807 demandas, então, tem que ser exigido o número mínimo da assistência social, no  
1808 caso do socioeducativo o fato de os próprios assistentes sociais não denunciar  
1809 essas questões também uma preocupação que a gente a porta para o Conselho.

1810 **Interlocutora não identificada** – Só complementar aqui com relação aos  
1811 profissionais de serviço social, nós fizemos uma recomendação específica com

1812 relação ao sistema prisional. Que seja respeitado a jornada de 30h, que a jornada  
1813 nacional estipulada, não sei se por lei ou por resolução, os assistentes sociais do  
1814 sistema prisional do Mato Grosso e estavam cumprindo uma carga horária de 40h,  
1815 que não está de acordo, então, nós fizemos essa recomendação.

1816 **Interlocutor não identificado** – Só para complementar a informação sobre a  
1817 centralização das unidades do socioeducativo, atualmente em Mato Grosso nós  
1818 temos seis unidades do socioeducativo masculino, então, nós temos a unidade de  
1819 Cuiabá com a capacidade para 60 adolescente, mais cinco unidades no interior do  
1820 estado na capital.

1821 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
1822 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada. Vou passar para o Coutinho.

1823 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**  
1824 **Enfermagem - COFEN)** – Boa tarde a todos. Nós estamos aqui representando o  
1825 Conselho Nacional de Enfermagem. Primeiramente eu queria hoje há no relatório  
1826 do Mato Grosso, realmente nós que não somos dessa área, a gente fica impactado  
1827 com as informações e convidado que vocês nos apresentam, realmente é  
1828 preocupante que exige realmente um posicionamento e medidas que possam  
1829 melhorar essas condições. Eu sou do estado do Espírito Santo, conheço o hospital  
1830 Dalton Botelho, ao qual você se referir a um aí na inspeção que fizeram, houve a  
1831 uns 15 anos atrás quando foi desmontado tudo, a ideia de internação das pessoas  
1832 com problemas mentais e houve uma evolução muito grande, mas me parece que  
1833 o negócio não andou, caiu realmente o nível dessa atenção às pessoas que lá  
1834 buscam. Lá tinha um hospital dia, não sei se tem ainda, não tem, acabou, então,  
1835 realmente é preocupante, um hospital que eu estive muitas vezes lá visitando.  
1836 Queria assim, falar dessa parte lei da observação que vocês fizeram da psiquiatria,  
1837 os pacientes psiquiátricos, que nós da enfermagem forense, uma das competências  
1838 do enfermeiro forense, é justamente o sistema não só o sistema prisional, mas  
1839 também a psiquiatria, porque pelo que vocês mostraram no relatório, existe muita  
1840 violência contra os pacientes psiquiátricos e que muitas vezes isso fica escondido,

1841 não aparece e quem a visita ou até familiar quando chega no hospital para visitar  
1842 esses pacientes, às vezes é relatado que foi uma queda, que foi um traumatismo  
1843 entre eles, a briga entre presos e nós da enfermagem forense temos uma visão  
1844 diferente, a gente consegue identificar o que é um trauma de alguma forma natural  
1845 e um trauma feito por alguém, então, nós temos essa visão e por isso uma das  
1846 competências nossa é justamente a atuar nesses ambientes de pacientes  
1847 psiquiátricos. Foi falado também aqui da atribuição do técnico de enfermagem e que  
1848 o técnico tem enfermagem pais várias atividades dentro dessas instituições e que a  
1849 nossa lei o registro profissional, lei 7498 no seu artigo 3, ele estabelece deixa bem  
1850 claro as atribuições do técnico de enfermagem no ambiente de assistência e que  
1851 estas constatações que vocês apresentaram no relatório não é a atividade do  
1852 técnico de enfermagem, não é. A minha pergunta é se esse relatório, essa parte do  
1853 relatório do foi encaminhada para o Conselho regional de enfermagem do Mato  
1854 Grosso? Mediante isso, então, eu vou entrar em contato com a presidente lá, Sra.  
1855 Ligia, para que ela realmente de atenção neste relatório e possa realmente ajudar  
1856 a todos nós evitando que haja um desvio de função deste profissional e quando um  
1857 profissional acaba fazendo várias atividades que não é dele, alguém se acomoda e  
1858 aí a coisa não funciona. E aí por último, eu queria reforçar aqui, eu e a doutora  
1859 Zenaide, estamos aqui, nós estamos tentando se mostrar para o comitê da  
1860 importância de ter um enfermeiro forense também nesses ambientes de internação,  
1861 pode ser no sistema prisional no sistema psiquiátricos, para que nós possamos  
1862 também ajudar com uma visão de assistência lei de acolhimento, ajudar através dos  
1863 nossos relatórios essas situações de trauma, violências contra essas pessoas  
1864 nesses ambientes. Então, eu queria só dizer aqui para os membros do comitê, de  
1865 que nós precisamos realmente pedir o apoio do comitê, do Ministério dos direitos  
1866 humanos para que possamos realmente encaixar e inserir o enfermeiro forense  
1867 nesses ambientes para que nós possamos ajudar a sociedade e não deixar os  
1868 agressores, os perpetradores impunes diante dessa violência que existem aos  
1869 nossos pacientes e aos nossos detentos. Era isso.

1870 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
1871 **e Cidadania - ITTC) – Obrigada. É o Caio.**

1872 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**  
1873 – Alô? Está funcionando? Há 5 anos atrás, em 2018, a SOMOS fez uma série de  
1874 visitas em umas unidades prisionais e fez o primeiro diagnóstico e mapeamentos  
1875 de LGBT no sistema prisional e um dos estados visitados foi o Mato Grosso, nós  
1876 visitamos o centro de detenção provisória em Cuiabá e a penitenciária da Mata  
1877 Grande, como era conhecida em Rondonópolis. O jornal Gazeta de Cuiabá fez uma  
1878 manchete que eu acho um pouco assim, exagerado do jeito que comunica, mas não  
1879 está falando mentira nenhuma, e a manchete é: "Presos em Mato Grosso são  
1880 exorcizados e abusado sexualmente." Ou seja, fazem mais de 5 anos que isso  
1881 acontece e com um mesmo modus operandi, ala da travesti era uma ala pequena,  
1882 que era vendida como modelo, como perfeita, onde elas podem usar roupa  
1883 feminina, fazer curso, etc., ai que lindo, só que como não tinha esse passo para  
1884 castigo, o castigo era, como tu colocaste, na galeria dos presos evangélicos, então,  
1885 a gente percebe que há 5 anos o mesmo procedimento acontece de forma  
1886 absolutamente igual, realmente nada mudou. Naquela ocasião a gente também  
1887 identificou que os procedimentos de inclusão das pessoas na ala eram muito  
1888 particulares ali, porque enquanto na maioria dos lugares os procedimentos eram de  
1889 autoidentificação ou procedimentos vistos como acontecia em Porto Alegre, ali em  
1890 Cuiabá, era procedimento de heteroidentificação, ou seja, o psicólogo fazer uma  
1891 anamnese da pessoa, examinava a vida pregressa dela e dizia se ela era LGBT ou  
1892 não, então, aconteciam umas coisas bastante estranha, como por exemplo o  
1893 homem cis ter um relacionamento com uma travesti, mas eles já foi casado no  
1894 cartório, então, talvez acho que não, então ele deve se hétero. Então, tirava pessoa  
1895 da política, então, verificava vulnerável em outro espaço, embora toda a cadeia  
1896 soubesse que ele tinha um relacionamento com uma travesti. Então, que eu  
1897 colocaria é que foi possível verificar se esse procedimento continua sendo feito  
1898 dessa forma, continua sendo feito? Então, se continua sendo feito a recomendação  
1899 é de que a administração prisional passe a utilizar o procedimento que é

1900 recomendado pelo Conselho nacional de justiça, que é um procedimento de  
1901 autodeclaração, mas que isso possa ser equilibrado com a consulta, com uma  
1902 gestão compartilhada com as pessoas que já estão na galeria, normalmente a  
1903 recomendação que a SOMOS faz em relação a ter autodeclaração, mas que  
1904 autodeclaração não seja tão solta a ponto de criar situações que a gente já viu, em  
1905 que pessoa simplesmente se autodeclaram sem critério nenhum e acabam  
1906 ocupando esse espaço destinado a segurança dos LGBT.

1907 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
1908 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada, caio. Você que responder sobre isso?

1909 **Interlocutora não identificada** – Eu queria responder sobre. Então, o que a gente  
1910 tem constatado com relação à população LGBT? Essas práticas elas continuam,  
1911 hoje o que ficou diferente é que a população LGBT, ela tem um pouco mais de  
1912 visibilidade dentro do sistema, alguns espaços discutem essa situação, mas não  
1913 com a garantia de direito que a gente deseja, então, uma discussão que eu o chamo  
1914 de cosmética. Então, eles recebem lá o seu perfuminho da Avon, eles têm seus  
1915 eventos, ele tem seu momento de jantar e o resto do ano é a história que vocês  
1916 estão vendo aqui. Então, a gente tem situações que são diferentes, ali o Caio falou  
1917 da triagem feita por psicólogos que já eram uma coisa questionável, nós vimos  
1918 presídio no interior onde quem faz a triagem o policial, então, você chega e  
1919 pergunta: "Como foi feita a triagem?" E às vezes aquele presídio tem um profissional  
1920 só para cuidar da ala LGBT. Como foi feito a triagem? Eu já recebi essas respostas,  
1921 a gente olha para eles, se ele parecer um homem normal, foram essas as palavras  
1922 do gestor, se ele parecer um homem normal a não coloco na ala LGBT. E aí a gente  
1923 tem questões que são extremamente complexas, gente, em várias unidades do  
1924 estado do Mato Grosso você só tem acesso a direitos se você estiver nas salas de  
1925 fitas religiosas, então, lá você pode ver, não estou dizendo que eles tenham acesso  
1926 como eles deveriam ter, mas lá minimamente você tem a chance de ter acesso a  
1927 serviço de educação, saúde, muitos presídios você só pode trabalhar se você  
1928 passar por uma ala evangélica, isso existe em Mato Grosso, está bem? E aí o que  
1929 acontece? A pessoa para ter um pouco mais de liberdade das suas práticas

1930 religiosas, inclusive não somente essas, às vezes ele se autodeclararam, porque ele  
1931 prefere ficar na ala LGBT do que ficar em uma ala onde ele vai ter o pressão em  
1932 cima de opressão Então, hoje uma realidade muito complexa, nós temos um  
1933 tratamento cosmético com população LGBTI em Mato Grosso, a questão do acesso  
1934 a direitos precisa realmente ser discutida, debatida a partir de uma realidade  
1935 cruenta, que é você chegar em uma unidade prisional e ter dificuldade com gestor  
1936 da unidade, porque você precisa retirar uma mulher trans de dentro de um latão.  
1937 Era isso, eu espero ter respondido. Obrigada, Caio.

1938 **Interlocutora não identificada** – Primeiro eu queria agradecer as peritas e peritos  
1939 que participaram da elaboração desse relatório, da inspeção e também as  
1940 organizações do Mato Grosso que se fazem aqui presente e que trouxeram dados  
1941 têm importantes assim. Algumas coisas me chamaram a atenção em relação a  
1942 apresentação desse relatório e primeiro eu queria perguntar, mas acho que não vai  
1943 dar tempo de vocês respondem função da hora, eu acho que isso vai ser um  
1944 trabalho posteriormente, existem grupos vocais dentro do próprio mecanismo e  
1945 também dentro do comitê. É uma função do comitê fazer o acompanhamento da  
1946 implementação das recomendações do mecanismo, mas esses primeiros contatos  
1947 com os atores institucionais, eles são feitos nesse momento da visita, das  
1948 inspeções, então, gostaria de perguntar quais foram as respostas que vocês  
1949 obtiveram desses atores, como está sendo as tratativas, eu conversei aqui com um  
1950 pouco paralelamente como tem sido essa relação com a Defensoria pública, o  
1951 defensor público aqui presente também trouxe alguns passes de como tem sido a  
1952 atuação. Então, para a gente fazer esse trabalho de acompanhamento da  
1953 implementação das recomendações, a gente precisa estar a par de como estão  
1954 sendo essas tratativas e como que a gente segue também potencializado para que  
1955 os atores locais possam seguir acompanhando e segui fazendo seu trabalho  
1956 também, principalmente, os órgãos de controle, Ministério público, Defensoria  
1957 pública e os órgãos públicos também competentes. Então, eu queria deixar essa  
1958 pergunta, mas em função do tempo, eu sugiro que a gente se dessa conversa  
1959 especificamente sobre a situação do Mato Grosso em relação aos pontos focais

1960 para a gente vê como a gente restabelece os diálogos com os atores locais, para  
1961 ver em que pé que estão os acompanhamentos dessas recomendações. Eu queria  
1962 é falar especificamente em relação ao socioeducativo, também lembrar que o  
1963 comitê contra a tortura da ONU, ele e emitiu uma recomendação específica para o  
1964 socioeducativo também e flagrantemente tem sido desrespeitado. O CONANDA,  
1965 gente inclusive já reformou a composição dos membros convidados do comitê e a  
1966 gente seria o CONANDA também para que participasse tem uma estratégia também  
1967 que a gente tirou da última reunião, mas que a gente fizesse resoluções específicas  
1968 em relação ao socioeducativo. O CONANDA tem trabalhado em uma resolução  
1969 sobre os parâmetros arquitetônicos, então, eu sugiro que a gente retome esse  
1970 contato para essa recomendação conjunta sobre os pontos da arquitetônicos, mas  
1971 queria sugerir também perguntará o defensor público aqui presente, se já foi feito  
1972 uma análise de uma possibilidade também de uma ação civil pública em relação ao  
1973 socioeducativas, porque são várias violações sistemáticas, tem denúncias  
1974 específicas de tortura, tem denúncias de revista vexatória, tem castigos coletivos,  
1975 eu queria saber também o que já foi dado como encaminhamento sobre a  
1976 investigação específica das práticas de tortura em relação ao castigo coletivo. É  
1977 importante inclusive e até para a gente realizar denúncias internacionais, o que é o  
1978 caso, em relação ao acompanhamento da implementação das recomendações do  
1979 CAD, preciso que se esgotem essas instâncias locais, então, saber o que já foi feito  
1980 em relação às denúncias de tortura individualizadas sobre os castigos coletivos que  
1981 foram mencionados e as práticas de revista vexatórias. Então, eu gostaria de  
1982 indagar a Defensoria Pública, sugiro como encaminhamento para este comitê que  
1983 se limita essa recomendação a Defensoria Pública do estado e especificamente da  
1984 responsabilidade do socioeducativo dentro da Defensoria Pública e para saber  
1985 quais medidas foram tomadas até o momento em relação a interrupção imediata  
1986 dessas práticas de tortura, em relação ao uso de armamentos menos letais e letais  
1987 dentro dessas unidades, para que a gente implique essa instância no mínimo,  
1988 mesmo que a gente não tem esse retorno imediato, saber o que elas não fizeram  
1989 também, a omissão também uma forma de responsabilização. O Ministério público  
1990 também, saber o que eles iniciaram como investigações de práticas de tortura que

1991 foram mencionadas no relatório, essas práticas detalhadas do castigo coletivo e das  
1992 revistas vexatórias e uso de armamentos menos letais. É isso, eu acho que a gente  
1993 precisa dar continuidade mediante a interlocução do grupo vocal e pensar, talvez  
1994 em uma ação mais estruturada para o ano que vem, me chamou a atenção às  
1995 denúncias sobre a questão do acesso à água e a ventilação como um todo, em um  
1996 estado que é muito afetado pelos climas extremos e a gente está vivenciando essa  
1997 situação do agravamento da situações climáticas e a gente precisa, talvez em  
1998 quanto comitê, pensar em uma ação mais estruturada com relação ao problema de  
1999 água e ventilação, que recorrente não só no Mato Grosso, mas em várias unidades  
2000 do país, aí sim a gente precisa pensar em uma ação como um todo, de que forma  
2001 a gente tem essa responsabilização em relação ao agravamento dessas condições  
2002 de racionamento de água e ventilação que impõe uma prática de tortura sistemática.

2003 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
2004 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada. Acho que já posso dar a palavra para o defensor  
2005 que já está aqui presente, Paulo, mas aí eu não sei, eu queria fazer uma consulta  
2006 com você, já são 13h eu acho que talvez fosse o caso de deliberar as  
2007 recomendações, enfim, os encaminhamentos depois do almoço, então, a gente  
2008 escuta e agora é defensor aqui e aí... E a Patrícia que a última inscrita e depois a  
2009 gente faz as recomendações quando a gente voltar do almoço.

2010 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**  
2011 **Do Norte – UFRN)** – Bom dia. Eu já fiz, inclusive, o encaminhamento do relatório  
2012 do mecanismo para o defensor responsável pelo socioeducativo e nós internamente  
2013 também iremos indagar sobre as medidas adotadas. Então, não é nenhuma  
2014 oposição para que seja acatado o encaminhamento solicitado.

2015 **Interlocutora não identificada** – Tem uma pergunta aproveitando a presença do  
2016 defensor que. Se existe um núcleo focado para a criança e adolescente, porque é  
2017 importante ter, igual tem no estado do Rio de Janeiro o Cdedica, que se divide em  
2018 duas partes e que principalmente, vá ao sistema socioeducativo, então, eu acho  
2019 que é importante saber. Uma outra pergunta também a para o assessor do

2020 deputado. Importante também lembrar que tem um comitê no Mato Grosso, então,  
2021 que assim, que a assembleia comissão dos direitos humanos que fortaleça esse  
2022 comitê, porque também é um espaço de política, de prevenção e combate à tortura.  
2023 Então, as minhas duas perguntas por enquanto é em relação a isso eu também  
2024 fiquei em uma dúvida, porque o senhor falou em visita, mas seria uma fiscalização,  
2025 não é? Eu fiquei na dúvida quando senhor falou visita eu não entendi se era uma  
2026 fiscalização com uma ida na unidade, eu fiquei com essa dúvida.

2027 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**  
2028 **Do Norte – UFRN)** – Desculpa, eu não entendi. Quando eu disse visita a senhora  
2029 diz na minha outra fala, isso?

2030 **Interlocutora não identificada** – Isso, eu fiquei na dúvida se era uma fiscalização  
2031 ou se era só uma ida ao espaço.

2032 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**  
2033 **Do Norte – UFRN)** – Não, eu acho que eu me referia às residências terapêuticas.  
2034 Quando eu digo visita, é uma atividade fiscalizatória para verificar quais as  
2035 condições de buscar melhorias. Em relação à pergunta da existência do núcleo da  
2036 infância, a única a idade da Defensoria responsável pela infância, ela é fisicamente  
2037 localizada ao lado do socioeducativo, inclusive com a ideia de aumentar a  
2038 frequência e de permitir a presença do defensor responsável pelo socioeducativo,  
2039 pela infância no local físico. Então, não existe propriamente nos modelos do Rio de  
2040 Janeiro, mas existe essa preocupação de decifrar o defensor responsável pelo  
2041 socioeducativo, inclusive fisicamente próximo do local.

2042 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
2043 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada, Paulo. Lemos... aqui com a gente ou algum dos  
2044 assessores e estavam também, tinham acho que algum.

2045 **Interlocutor não identificado** – Presente. O colega Guto Andrade, ele é membro  
2046 do Conselho estadual dos direitos humanos e ele também acompanham os  
2047 trabalhos do mecanismo estadual. Eu fui destacado por essa reunião por

2048 acompanhar as reuniões dos direitos humanos da assembleia, a comissão de saúde  
2049 também um de deputado é presidente, por ter sido o ouvidor da Defensoria,  
2050 presidente do Conselho nacional de ouvidoria da Defensoria do Brasil, eu me  
2051 esqueci de falar, foi chefe de gabinete da Secretaria de segurança pública do estado  
2052 do Mato Grosso e tive a oportunidade de conhecer a realidade bem por dentro  
2053 mesmo. Então, só aquilo que nós temos de mais importante do que falar a princípio  
2054 é ouvir. Eu queria te sugerir que nessa reunião, que nós fizéssemos uma reunião  
2055 na quinta-feira da semana que vem, as organizações aqui do estado do Mato  
2056 Grosso, todas estão convidadas que estão participando aqui nesta reunião, aqui no  
2057 gabinete do deputado Lúdio Cabral, enquanto titular da comissão de direitos  
2058 humanos e presidente da comissão de saúde, que também pode adentrar dessas  
2059 versões de saúde que foram colocadas aqui, na quinta-feira às 14h da tarde, se for  
2060 possível, na próxima semana. E aí todas as organizações que estão participando  
2061 aqui dessa reunião estão convidadas e se puderem trazer as informações que foram  
2062 colocadas aqui nessa reunião, para que a gente possa sistematizar de tratar essas  
2063 informações e pensar no que nós podemos fazer com as ferramentas que temos no  
2064 mandato, as comissões e na assembleia legislativa.

2065 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
2066 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada. Eu acho que agora a gente poderia fazer a falta  
2067 de almoçar de 1h e quando a gente voltar, a gente retoma com os encaminhamentos  
2068 aqui as sugestões. Então, a gente revolta em 1h.

2069 **Interlocutor não identificado** – Ia só fazer uma sugestão. O próximo item é outro  
2070 relatório, apresentação de outro relatório. A minha sugestão seria que enquanto um  
2071 outro relatório é apresentado, os membros que são quem propõe os  
2072 encaminhamentos, envia esses encaminhamentos no grupo, de forma direta, por  
2073 exemplo eu enviaria que a Secretaria respeite a resolução do CNJ, aí alguém no  
2074 grupo pega, compila todos eles e a gente joga para a tela e aí a prova os  
2075 encaminhamentos dos dois relatórios ao mesmo tempo.

2076 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
2077 **e Cidadania - ITTC)** – Pode ser. Então, a gente volta das 14h.

2078 **42ª RO do CNPCT-Dia 1-2:**

2079 **Interlocutora não identificada** – Gente, boa tarde, boa tarde a todo mundo que  
2080 está aqui, as pessoas que estão on line também. Vamos começar o nosso próximo  
2081 ponto de pauta com a apresentação do relatório conjunto Defensoria pública e  
2082 mecanismo do Tocantins. Eu vou passar aqui a palavra para a Ronilda do  
2083 Mecanismo, ia pedir para a Débora também, enfim, ou eu me ajudar a controlar o  
2084 tempo de meia hora para a apresentação do relatório. Obrigada.

2085 **Sra. Ronilda Vieira Lopes** – Então, vamos começar. Boa tarde a todos e todas.  
2086 Muito obrigada pela presença. Eu vou passar a palavra para o Fabrício, porque ele  
2087 tem mais propriedade para falar das inspeções, que nós realizamos em conjunto no  
2088 mês de abril. Aí a gente vai passando aqui os slides e vamos apresentando  
2089 conjuntamente aqui.

2090 **Sr. Fabrício Silva Brito** – Bom dia a todos e todas. Meu nome é Fabrício, sou  
2091 defensor público no estado do Tocantins. Inicialmente, gostaria de agradecer a  
2092 oportunidade de estar representando esse relatório aqui diretamente ao Comitê  
2093 nacional de prevenção e combate à tortura. E gostaria de fazer a introdução aqui  
2094 para ressaltar a importância desse trabalho, que foi realizado de forma conjunta  
2095 entre o mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura e a Defensoria  
2096 pública. Um trabalho nunca antes realizado no estado do Tocantins, que tem  
2097 rendido muitos frutos, nós, do Tocantins, nós temos assim, uma alegria muito  
2098 grande de ter conhecido o trabalho do mecanismo nacional de combate à tortura,  
2099 através da Ronilda e da Bárbara. Foi uma grata surpresa e satisfação essa parceria,  
2100 que está, que iniciou no mês de abril com inspeções conjuntas realizadas em dois  
2101 presídios do estado do Tocantins. No estado do Tocantins, eu sou defensor público  
2102 da execução penal há sete anos. Eu sou defensor público há sete anos da execução  
2103 penal e confesso que no início desse ano eu estava muito desmotivado no meu

2104 trabalho, porque, como a gente diz lá do Tocantins, a colega que trabalha comigo,  
2105 os problemas no sistema penitenciário, eles não se renovam, não é? Então, são os  
2106 mesmos problemas e a gente, que está atuando no sistema penitenciário, está  
2107 batendo ali naquela tecla toda vez ao mesmo tempo, com as mesmas pessoas.  
2108 Então, é um desgaste muito grande, emocional até. Então, eu preciso fazer esse  
2109 registro até que o mecanismo nacional de combate à tortura no estado do Tocantins  
2110 revigorou nossas forças, porque a gente estava, inclusive, com dificuldade de fazer  
2111 o nosso trabalho, ele a Ronilda chegou lá falando: "Ah, nós temos prerrogativas e  
2112 tal." E eu falei assim: Prerrogativas, eu, defensor, não tenho mais, porque a gente  
2113 já estava cansado já. Então, quando a gente entrou no presídio com o mecanismo  
2114 nacional de combate à tortura e com o doutor Carlos Vilhena do Ministério público  
2115 federal, tudo foi diferente de tudo está sendo diferente a partir dessa atuação. Então,  
2116 nós realizamos uma visita de inspeção em dois presídios, a gente fez um trabalho  
2117 estratégico, organizamos a inspeção juntamente com o mecanismo, levamos para  
2118 dois presídios do estado do Tocantins a equipe do mecanismo, a equipe da  
2119 Defensoria, uma equipe multidisciplinar, composta de Assistente Social, psicólogo,  
2120 arquiteta e a gente fez o levantamento de todas as situações relacionadas a esses  
2121 dois presídios. Foi uma semana intensa de trabalho, além dessas inspeções, nós  
2122 fizemos três dias de seminário, o seminário sobre a Política antimanicomial no  
2123 sistema de justiça, que foi o primeiro seminário realizado sobre o tema. E nós  
2124 conseguimos levar lá no Tocantins pessoas que participaram da elaboração da  
2125 Resolução 487. Fizemos esse seminário e no final desse seminário foi divulgada a  
2126 carta do Tocantins com os principais direcionamentos dessa atuação. E também foi  
2127 realizada uma audiência pública sobre a prevenção e o combate à tortura no estado  
2128 do Tocantins, a Ronilda vem fazendo esse trabalho lá de implementação do Comitê  
2129 e do mecanismo estadual. Então, foi o ponto de partida essa semana de intensa de  
2130 trabalho. Depois dessas inspeções, a gente teve muito trabalho para poder, muita  
2131 dificuldade de fazer o levantamento dos documentos que o mecanismo que  
2132 requisitou as autoridades, o que atrasou o nossa relatório e ele está sendo publicado  
2133 hoje aqui nessa reunião, por conta desses atrasos, mas é importante destacar que,  
2134 apesar de nós estarmos publicando os relatórios só agora no mês de novembro,

2135 todas as medidas urgentes foram tomadas através de recomendações expedidas  
2136 conjuntamente da Defensoria pública, pela Defensoria pública, o mecanismo  
2137 nacional de combate à tortura no mês de junho. Essa recomendação só foi  
2138 respondida agora no mês de novembro, pela Secretaria, dizendo que está tudo ok,  
2139 que está tudo bem, não é? Então, só essa introdução só uma contextualização  
2140 desse trabalho, assim, como eu falei, que vêm rendendo bons frutos e um deles foi  
2141 que, de imediato, na semana que a gente fez esse registro lá de trabalho no  
2142 Tocantins iniciou o movimento no tribunal de justiça a partir desse trabalho conjunto  
2143 para a implementação da Política antimanicomial no sistema de justiça e isso  
2144 avançou. Nós temos agora lá grupo de trabalho, que está fazendo a análise de todos  
2145 processos das pessoas em medida de segurança. Então, precisava de fazer esse  
2146 registro e o agradecimento ao mecanismo nacional de combate à tortura, na pessoa  
2147 da Ronilda, pela ajuda mesmo que ela deu a Defensoria para revigorar as nossas  
2148 forças de atuação. O sistema prisional do Tocantins, ele é o um sistema  
2149 relativamente pequeno, com aproximadamente 4000 presos no contexto assim do  
2150 Brasil, eu acho que todo mundo vai pensar assim: Ah,... E a gente também pensa  
2151 lá, é uma questão fácil de ser resolvida, porque a gente não tem nenhum presídio  
2152 com mais de 1000 presos, o maior presídio do estado do Tocantins é de Palmas,  
2153 que tem 600... 750 presos. Porém, nas palavras do Dr. Carlos Vilhena, o Tocantins  
2154 não é o inferno, Bárbara também estava e pode relatar as experiências que ela  
2155 vivenciou em outros estados, e o doutor Carlos relatou isso para o secretário, os  
2156 Tocantins não é o inferno, mas ele está na ante-sala do inferno, por quê? Porque  
2157 existe e principalmente, depois desses quatro anos no governo passado houve uma  
2158 Política de endurecimento no sistema carcerário e, então, houve um movimento de  
2159 restrição de direitos e até hoje a unidade, as unidades prisionais do estado do  
2160 Tocantins sofrem de sequelas da Covid e até hoje alguns dos serviços não foram  
2161 retomados de forma completa. O que a gente vai destacar aqui mais para frente. É  
2162 importante esclarecer também... Quer falar sobre a linha de Custódia? Próximo  
2163 slide, por favor. Ah, está bem. Um dos problemas que a gente tem no Tocantins é  
2164 em relação a porta de entrada, não é? Então, a gente tem uma dificuldade muito  
2165 grande no estado do Tocantins, que até hoje não voltou ainda as audiências de

2166 Custódia de forma presencial. Então, no estado, essas audiências são realizadas  
2167 de forma híbrida. Na capital do estado o promotor de justiça, ele permanece de  
2168 forma remota, nas unidades do interior, a maioria das audiências, é realizada de  
2169 forma virtual. Então, um grande gargalo é esse, nós temos também o  
2170 descumprimento das resoluções do CNJ, que tratam sobre a necessidade de  
2171 juntada a prévia do laudo de exame de corpo de delito e agora com a Resolução  
2172 487, há a necessidade de uma equipe multidisciplinar de atendimento das pessoas  
2173 na porta de entrada, isso ainda não foi criado, mas com esse trabalho que está  
2174 sendo desenvolvido lá a partir desse movimento pela luta antimanicomial, isso já  
2175 vem sendo melhorada com a equipe multidisciplinar do tribunal de justiça. Mas ainda  
2176 gente precisa muito avançar. Uma questão bem preocupante relação às audiências  
2177 de Custódia no estado do Tocantins é um procedimento que existe do magistrado  
2178 e do promotor de justiça da capital de consignar, ir na audiência a possibilidade da  
2179 pessoa vítima de violência responder por crime de denúncia caluniosa, uma vez  
2180 não comprovada por laudo de exame de corpo de delito a existência de lesões. Em  
2181 razão desse posicionamento, do magistrado e do Ministério público, a Defensoria  
2182 pública tem tomado providências e uma das providências foi tomada junto com o  
2183 mecanismo nacional de combate à tortura, com uma reclamação junto ao CNJ da  
2184 postura desse magistrado.

2185 **Sra. Ronilda Vieira Lopes** – Aproveitar também um tópico da audiência de  
2186 Custódia. Uma consequência também que nós percebemos no estado a respeito  
2187 das audiências de Custódia foi em decorrência da pandemia, a suspensão dessas  
2188 audiências, houve grande aumento no índice da letalidade policial o que coloca no  
2189 próximo, por gentileza. Nós percebemos, fizemos uma pesquisa durante o evento  
2190 que nós participamos enquanto o mecanismo da Defensoria pública e fizemos uma  
2191 levantamento, o levantamento sobre o aumento dessa letalidade policial. E nós  
2192 percebemos que a suspensão dessas audiências contribuiu de forma substancial  
2193 para que, de fato, houvesse um aumento na questão da letalidade policial no estado  
2194 do Tocantins, que quase que duplicou praticamente, não é? A gente pode perceber  
2195 aí no gráfico esse aumento para passou a marca de 50%, a gente pode ver que em

2196 2015 aí tinha um número bem reduzido no estado do Tocantins lá, em 2015 de 10  
2197 para 2020 o está quase chegando a 50. Então, cerca de quase 40% aumentou esse  
2198 número e nós percebemos que durante a pandemia foi o que aconteceu esse maior  
2199 aumento, entre 2019, de 2020 a 2021 quase que duplicou. Consegue ver a placa  
2200 no gráfico do Tocantins lá no cantinho esse número quase que duplicou. Em  
2201 contrapartida, nenhum estado do Rio de Janeiro e São Paulo apresentam uma  
2202 redução, apresentou uma redução significativa no número de mortes envolvendo  
2203 atividade policial. Isso os especialistas atribuem graças a implementação de  
2204 câmeras nos uniformes dos policiais, a implementação de câmeras fez com que, de  
2205 fato, houvesse essa redução. E nós recomendamos para que o estado do Tocantins  
2206 também estudasse essa viabilidade e implementação de câmeras nos uniformes  
2207 dos policiais. Voltando aí no slide 6, para que o Fabrício fale rapidamente sobre a  
2208 implementação da extinção das visitas, não é?

2209 **Sr. Fabrício Silva Brito** – Como eu disse, eu acho que não é uma exclusividade do  
2210 Tocantins, o sistema penitenciário... A pandemia não acabou ainda no cárcere,  
2211 então, esse é uma realidade em Palmas e isso foi muito latente assim, ganhou uma  
2212 força muito grande e esse movimento ainda é muito presente. Então, a nossa luta  
2213 no Tocantins é para a retomada das visitas semanais e a retomada das visitas  
2214 íntimas também em alguns estabelecimentos, porque nós visitamos dois  
2215 estabelecimentos lá, foi o presídio do Cariri, que é um presídio de segurança  
2216 máxima, apenas no nome, porque a Secretaria, ela vem alterando o nome das  
2217 unidades sem qualquer critério e escolher uma unidade para dizer que é de  
2218 segurança máxima só no sentido de restrição de direitos, mas não obedece regras  
2219 previstas em lei. E esse movimento ainda é presente, nós estamos lutando para que  
2220 essas visitas semanais sejam retomadas, mas a gente ver muita dificuldade e muita  
2221 letargia também dos órgãos de execução em tomar providências necessárias e  
2222 suficientes para que essa questão seja resolvida e que o retorno das visitas ocorram  
2223 como ocorriam antes da pandemia. A unidade penal de Cariri, você quer fazer uma  
2224 introdução de Cariri?

2225 **Sra. Ronilda Vieira Lopes** – A unidade penal de Cariri, a unidade que nós  
2226 visitamos, foi considerada como unidade sendo de difícil acesso, ela fica a cerca de  
2227 trinta a 40 minutos do município, o mais próximo da cidade, não é? Não tem, não  
2228 existe transporte público até a unidade e foram relatados, tanto pelas pessoas,  
2229 quanto pelos familiares que nós vimos posteriormente um alto custo para que essas  
2230 famílias consigam de fato fazer a visita nessa unidade. Eles chegaram a dizer que  
2231 o frete de um veículo para quem não tem veículo próprio para chegar até a unidade  
2232 custa em torno de 300 a R\$400,00, não é? E sendo ali unitário, o preço está em  
2233 sem a R\$150,00 para que, de fato, consiga acessar. Essa unidade foi caracterizada  
2234 pelo baixo índice de visita, em que pese ela tem mais de 500 pessoas privadas de  
2235 liberdade, nós verificamos uma documentação menos de 263 aproximadamente  
2236 famílias cadastradas para visitas. A estrutura dessa unidade, ela possui uma  
2237 estrutura bem rígida, composta por cinco pavimentos, incluindo quatro blocos de  
2238 visitas, sendo que cada cela tem capacidade para quatro pessoas,  
2239 aproximadamente. E também nessa unidade há um raio, um módulo separado  
2240 chamado de raio 5, ele possui 16 vagas, sendo destinados à presos no isolamento,  
2241 sendo seis celas destinadas a presos e isolamentos e 10 celas para as viagens. Os  
2242 critérios de separação dessa unidade, fomos informados que ele ocorre por meio  
2243 de análise detalhada sobre o vínculo dos custodiados com determinadas facções e  
2244 organizações criminosas. Esse foi um ponto que nós identificamos no estado do  
2245 Tocantins, que a triagem das pessoas é feita de acordo com a localidade que ela  
2246 mora, o racismo estrutural sem precedentes. Então, independentemente se a  
2247 pessoa é faccionada ou não, ela já chega ali na unidade prisional e já é destinada  
2248 praticamente a participar de determinada facção. O ponto também que nós  
2249 verificamos é que não existe uma equipe multidisciplinar para a triagem, a triagem  
2250 é feita por um policial penal, policial penal de plantão perguntado sobre os critérios  
2251 para que seja feita essa triagem, eles disseram que é de acordo com a localidade  
2252 onde a pessoa vive, se a pessoa tem algum envolvimento com as organizações  
2253 criminosas e etc.. Pode passar, por gentileza? Aí a gente tentou colocar um pouco  
2254 do perfil da população lá dessa unidade, ela tem capacidade para 586 pessoas e  
2255 no dia da visita ela estava com aproximadamente com esse número, que é essa

2256 informação de 400 novos da lotação, ela somente foi informada para a gente no  
2257 mês de junho, como o Fabrício bem falou aqui, nós enfrentamos uma tremenda  
2258 dificuldade para receber de fato os documentos para a análise e triangulação das  
2259 informações dos quais nós estivemos lá, não é? Nós reiteramos por diversas vezes  
2260 solicitação para os gestores, para a Secretaria e somente depois que nós  
2261 acionamos o Ministério público é que de fato a documentação foi entregue, foi  
2262 entregue na totalidade, praticamente do que a gente pediu, mas isso prejudicou,  
2263 inclusive, a feitura do nosso relatório, que nós tivemos aí que esperar cerca de três  
2264 meses para que a gente conseguisse triangular. Então, a capacidade de 576, a  
2265 lotação 409, dentre a questão de raça e etnia, a gente, eles informaram que 76,  
2266 havia, desses 409, 76 eram considerados pretas, como preta, 259 pardas, 7  
2267 amarelos, 55 brancas e 11 não declararam a sua raça ou etnia. Estado civil a gente  
2268 fez também essa triangulação, com base na documentação, 203 me chamou a  
2269 atenção grande de quantidade de pessoas declarada como solteira e a gente  
2270 precisa linkar com aquela questão da dificuldade da visita, porque o local é  
2271 extremamente afastado da cidade, muito difícil o acesso, as pessoas carentes não  
2272 conseguem fazer visita, tanto que nós recomendamos também ao estado e ao  
2273 Ministério, o DNIT que fala, para analisar a viabilidade do calçamento, do  
2274 asfaltamento do local até a unidade, porque não é só a unidade, tem outras  
2275 unidades lá de meio aberto e também tem famílias, o local, a localidade é super  
2276 prejudicada devido à dificuldade de acesso. Uma questão também que eu gostaria  
2277 de chamar bastante a atenção, nós até tratamos de forma assim, bem contundente  
2278 no relatório é sobre a questão da orientação sexual. Pode passar, por gentileza?  
2279 Como vocês podem ver, apenas uma pessoa se declarou na unidade como sendo  
2280 através da documentação como sendo homossexual. Pode passar mais um  
2281 pouquinho, por gentileza. Isso. Não, é naquele, volta, por gentileza, pode voltar,  
2282 pode voltar, mais um, volta. Você está passando, avançando, é para voltar. Isso,  
2283 nesse. Então, a questão do público LGBT, a gestão informou para a gente que  
2284 nunca recebeu nenhuma pessoa do público LGBTQIA, **você olha para o número**  
2285 **de praticamente 400 e poucas pessoas privadas de liberdade e nunca teve**  
2286 **ninguém com essa especificidade na unidade, então, me chamou bastante**

2287 atenção e eu linko com a questão da falta de equipe para a triagem, porque  
2288 não há um acolhimento devido. Então, de fato essa unidade, ela não atende  
2289 aos parâmetros da Resolução 34 do CNJ, não há o devido acolhimento das  
2290 pessoas. Então, a gente entende que a falta de triagem adequada também, a  
2291 rigidez da unidade é violadora nesse sentido de não reconhecer esse público.  
2292 Então, é necessário que, tanto a gestão da unidade, quanto a Secretaria de  
2293 Cidadania e justiça adotem providências e reconheçam que eles têm essa  
2294 falha, reconheçam que de fato eles precisam olhar para esse público e que  
2295 determine a equipe multidisciplinar para fazer a triagem de todas as pessoas,  
2296 visando assegurar o direito dessa população. Então, assim, ao certo e isso é  
2297 uma coisa generalizada no estado, porque nós não sabemos de fato quantas  
2298 pessoas LGBTQIA tem das demais unidades do estado também, tendo em  
2299 vista que o sistema informativo é falho, bastante falho. Então, você olha para  
2300 o público de mais de 400 pessoas e a própria direção falar que não existe  
2301 nenhuma pessoa que se autodeclarou como sendo LGBTQIA é uma situação  
2302 preocupante, não é? Aí também a gente tem a figura da unidade extremamente  
2303 machistas, porque nós adotamos esse termo? A começar pelo efetivo da  
2304 unidade, a unidade, ela informou que tem um total de 133 colaboradores,  
2305 sendo que apenas 18 pessoas são do sexo biológico feminino e, dessas 18,  
2306 9,10, são policiais e penais apenas uma exerce o cargo de chefia na unidade.  
2307 Então, conforme a gente ver nesse gráfico aí, 91% dos trabalhadores da  
2308 unidade são homens e isso impacta de forma muito contundente nos demais  
2309 trabalhos, inclusive, incidindo em revistas vexatórias nos corpos de  
2310 mulheres, porque dessa unidade, inclusive, nós fomos revisitadas,  
2311 defensoras, estagiárias, nós passamos por revistas vexatórias por um policial  
2312 do sexo biológico masculino, eu vou falar disso com mais precisão mais para  
2313 frente. Então, se faz necessária que a CGU reveja o quadro de policiais,  
2314 devendo garantir que haja mais policiais e penais do sexo biológico feminino,  
2315 não só nessa unidade de Cariri, mas em todas as demais unidades. Nós  
2316 recebemos a informação, inclusive, que não unidade do barra da Grota não  
2317 existe nenhuma policial penal do sexo biológico feminino que efetua esses

2318 procedimentos de revistas nos familiares. Então, assim, a gente tem essa  
2319 questão do sexismo, da disparidade e desigualdade nessa questão de  
2320 possibilitar que os cargos de chefia esteja exercidos é exclusivamente por  
2321 homens. E uma questão também que nós detectamos nessa unidade é a  
2322 questão da carga horária extensiva, dessa unidade alguns policiais têm  
2323 plantão de trabalhar cinco dias seguidos e folgar doze. Como que a pessoa  
2324 trabalha cinco dias seguidos, me diz? Como que a pessoa fica sem dormir  
2325 praticamente ali com 1h de descanso? Não dá, gente. A saúde mental desse  
2326 servidor vai para o lixo, praticamente, e a gente chama a atenção para que  
2327 essa questão seja revista também, não é? Passando aí. A questão da revista  
2328 vexatória indireta nas mulheres, foi um ponto bastante pensado entre nós  
2329 também, é até um ponto que motiva a mudança, a questão de aumento do  
2330 efetivo de policiais e penais do público feminino, porque de fato, os  
2331 procedimentos de revistas são feitas por policiais e penais do sexo biológico  
2332 masculino. Então, assim, mulheres, mães, advogadas, defensoras, filhas,  
2333 independente, nenhuma de nós merecemos ser revisitadas por homens, ainda  
2334 que seja por meio de um bodyscan. No dia que nós fomos na unidade, eu  
2335 passei por essa revista, eu questionei, inclusive, a pessoa, o policial penal, eu  
2336 falei que eu estava super constrangida e ele foi super áspero comigo: "Até a  
2337 juíza passa." Aí a sem, é uma situação bem delicada, se uma juíza se submete  
2338 a passar por uma situação dessa. Então, assim, é revista vexatória sim,  
2339 porque de fato, é uma situação que é degradante para a gente, viola a  
2340 dignidade dessas mulheres. Então, é uma coisa que precisa ser chamada a  
2341 atenção.

2342 **Sr. Fabrício Silva Brito** – E sobre isso que a Ronilda falou, eu estive no interior do  
2343 estado também e, diante desse quadro de um minuto de mulheres na polícia penal  
2344 do estado do Tocantins, com frequência as visitas são suspensas por falta de equipe  
2345 para a revista. Então, com a justificativa de não ter mulher policial para poder fazer  
2346 a revista, a unidade extingue, suspende a visita com essa justificativa de que não  
2347 tem policial e essas poucas mulheres que trabalham no sistema penitenciário

2348 tocantinense, elas são cobradas a fazer plantões extraordinários para poder suprir  
2349 essa ausência de policiais penais do sexo feminino.

2350 **Sra. Ronilda Vieira Lopes** – Só o último tópico sobre essa questão das revistas  
2351 vexatórias, nós verificamos também que existe lá nessa unidade uma oposição de  
2352 vestimenta hostil, então, as mulheres são obrigadas a vestir um determinado tipo  
2353 de roupa, tem que ser aquelas calças legging de cor clara, a sandália tem que ser  
2354 clara e a blusa tem que ser clara, só entra nesse sentido. E nós, mulheres, vou  
2355 chamar a atenção aqui, porque a gente sabe o quanto isso é ruim para gente  
2356 principalmente, nos dias difíceis que a gente tem está vestindo roupas que marcam  
2357 os nossos corpos. Então, assim, é uma situação violadora que merece a atenção,  
2358 elas estão ali para visitar o seu familiar, elas não podem ser penalizadas e isso é  
2359 uma penalização, é uma violência contra os corpos dessas mulheres também, não  
2360 é? Passando aí para o próximo slide, para a assistência material, alimentação.  
2361 Dessa unidade nós também detectamos que há uma precariedade nos serviços de  
2362 alimentação, em que pese ao unidade do Cariri, ela seja abastecida por uma  
2363 empresa terceirizada, nós verificamos algumas irregularidades no contrato de  
2364 alimentação e também no momento da entrega, os presos relataram para nós que  
2365 o que ofertado não é suficiente. Eu chamo a atenção para aquelas imagens das  
2366 marmitas ali, vocês vêem as marmitas do Canto, dá para ver que a pessoa comeu  
2367 e ficou com fome, que é insuficiente, não é? E a do lado ali vocês vêem que vem  
2368 pouca quantidade e o arroz, vocês podem ver que vai está bem expresso no nosso  
2369 relatório, que é o arroz que não está cozido e isso eles relataram muito que estão  
2370 servindo a comida se que não são apropriadas para consumo. Então, tem essa  
2371 carência, outras pessoas relataram também as longas horas, como nas demais  
2372 unidades prisionais, os intervalos de jejum e da última entrega da refeição até a  
2373 primeira. E a gente viu também ali no cantinho vocês vêem que tem um pacote de  
2374 salsicha, um monte de coisa misturada no chão ali, nós verificamos que há uma  
2375 diferença na refeição servidas para os servidores e para os custodiados e eles  
2376 relataram que recebem mais salsicha e o local de acondicionamento também estava  
2377 bem bagunçado mesma, a gente chama a atenção aí, inclusive, para a vigilância

2378 sanitária para estar verificando essas questões aí, não é? Passando para o próximo.  
2379 A educação e cultura, como vocês podem ver, a unidade com cerca de 400 e poucos  
2380 detentos, pessoas privadas de liberdade, a gente consegue olhar para essa tabela  
2381 e ver que nem praticamente nem 10% da população carcerária é atendida nos  
2382 projetos de educação de trabalho, não tem para quase ninguém, praticamente. E  
2383 eu chamo a atenção que, do total de presos que trabalham na unidade, que são  
2384 menos, menos do que 70, de 400 e poucas pessoas, apenas 67 exercer alguma  
2385 função de trabalho, nenhuma recebe remuneração por isso, nenhuma recebe  
2386 remuneração e os projetos também de remissão de leitura a gente ficou aí na dúvida  
2387 de como é feita, não foi informada de forma clara de como esses projetos são feitos.  
2388 Então, a gente chama bastante atenção pela ociosidade que essas pessoas  
2389 privadas de liberdade ficam nessa unidade, pela, por não ter acesso a essas  
2390 garantias, que são constitucionalmente asseguradas a elas. Pode passar, por  
2391 gentileza. O uso da força, maus-tratos e tortura, foram diversos casos de relatos  
2392 que nós detectamos, como vocês podem ver dessa imagem aí, a unidade de Cariri,  
2393 ela ficou marcada, pelo menos para nós, do mecanismo, como uma unidade  
2394 bastante rígida, ela agora chama unidade de tratamento penal de Cariri, mas até  
2395 pouco tempo o nome da unidade era a "Unidade de segurança máxima do Cariri",  
2396 então, é um presídio com característica de segurança máxima, só mudou o nome,  
2397 as regras continuam de forma bem endurecidos. Como vocês podem ver ali na foto,  
2398 uma pessoa andando abaixada com uma algema nos pés, nas mãos e nos pés e lá  
2399 tem um procedimento que assim, eu nunca tinha visto em outras unidades que a  
2400 gente visita. Lá as pessoas, eles são submetidos a agachamentos com a mão na  
2401 nuca e eles têm que andar agachados, a falta do lado vocês vêem que eles fizeram  
2402 para a gente, eles têm que andar daquela forma e se sair da linha, eles sofrem  
2403 agressões. Isso, essa foto nós tiramos no dia da inspeção, todas essas duas fotos  
2404 aí nós tiramos lá. Então, assim, eles têm que andar com as mãos para baixo, com  
2405 a cabeça para baixo, com a mão na nuca e em fileira. E eu chamo a atenção,  
2406 pessoal, que as pessoas com deficiência dessa unidade também é marcada por ter  
2407 um público de aproximadamente 3, 4 pessoas com deficiência, isso no papel,  
2408 porque nós entrevistamos as pessoas e nós vimos assim, que visivelmente as

2409 pessoas apresentavam quadros agravados da saúde mental, sem diagnóstico pela  
2410 forma que as pessoas falavam com a gente. Então, enfim, as pessoas com  
2411 deficiência, as pessoas em cumprimento de medida de segurança também são  
2412 submetidas a esses procedimentos aí. E como que desfazem para ficar dessa  
2413 forma? Na hora que é dada a voz de procedimento, um colega de cela tem que  
2414 pegar na mão e tem que ajudar a eles para ficar na fila. Então, assim, é uma situação  
2415 extremamente de violação, as pessoas estão em cumprimento de medida de  
2416 segurança, aprisionada e ainda são submetidas a esses procedimentos abusivos.  
2417 Então, passando daí também a gente tem uma situação inovadora, que o Tocantins  
2418 que eu vi também do Tocantins, que nunca tinha visto antes, a questão do  
2419 armamento, do uso e armamento de uso letais. Vocês estão vendo aquela porta  
2420 que tem o material de plástico e a porta aberta? Que todas as celas lá tem essa  
2421 estrutura. O que eles relataram para a gente? Que eles jogam gás de Pimenta e  
2422 todos têm que ficar naquela posição lá sentado com a mão na cabeça, de costa,  
2423 jogam gás de pimenta e fecham aquela janela de acrílico. Então, com isso, eles  
2424 praticamente inovaram criando a Câmara de gases, que nós já vimos de formas  
2425 violadora se nos séculos passados e eu me deparei com essa situação do Tocantins  
2426 e eu fiquei chocada. A gente conversa com algumas autoridades eles falam: "Ah,  
2427 aqui a gente faz. Vai ter que tirar a janela? Não. Aquela janela, ela segue para poder  
2428 proteger os custodiados da chuva." Esses procedimentos não podem acontecer e  
2429 vocês estão vendo que tem uma tranquinha do lado? Aquela tranca é do lado de  
2430 fora, ou seja, eles jogam o gás de Pimenta, fecham e trancam do lado de fora, só o  
2431 policial penal, só quem está do lado de fora é que pode abrir. Então, vocês imaginam  
2432 o quanto de sofrimento que essas pessoas são submetidas, não é? A esse  
2433 tratamento aí. Passando, que o tempo está bem escasso, nessa unidade nós  
2434 também detectamos um caso bem delicado de violência de cunho sexual, e eu estou  
2435 aqui com os ofícios que a gente encaminhou em conjunto, vou passar aqui para  
2436 vocês, que foi encaminhado em caráter sigiloso, onde uma não, outras pessoas  
2437 também relataram posteriormente. O custodiado, ele foi violentado, praticamente,  
2438 sexualmente, porque ele foi colocado na parede e teve um cassetete introduzido na  
2439 sua parte íntima, sabe? Que é uma coisa de conhecimento de toda a unidade,

2440 praticamente todo o estado. E nós pedimos transferência dessa pessoa e até hoje  
2441 nós não obtivemos resposta concisa, nem por parte do Ministério público do estado,  
2442 nem por parte da Secretaria de Cidadania e justiça, da administração penitenciária.  
2443 E eu vou estar passando, enquanto o colega continua apresentando o relatório, para  
2444 vocês terem conhecimento do teor do que foi solicitado, está bom? Eu encerro aqui  
2445 sobre a unidade de Cariri e eu vou passar a palavra para o Fabrício.

2446 **Sr. Fabrício Silva Brito** – Falar bem rapidinho. Vou pontuar aqui algumas  
2447 peculiaridades da unidade de Palmas, até, porque muitas das questões que foram  
2448 trazidas pela Ronilda se repetem também em Palmas. Palmas é uma unidade penal  
2449 com 720, capacidade total de 720 presos e lotação de 695. Aqui eu tenho que fazer  
2450 uma parada para falar sobre um tema que é muito caro para mim, que é essa  
2451 questão da capacidade total, e para mim é o que a gente mais tem que se debruçar  
2452 em estudos é essa questão da capacidade, porque o Ministério da justiça, através  
2453 do CNPCT, alterou algumas resoluções permitindo que as unidades prisionais do  
2454 Brasil pudessem definir a sua capacidade total sem critérios. Então, isso aqui para  
2455 mim e a situação mais grave, então, é a alteração da 09. Então, assim, a gente fala  
2456 muito em visita, alimentação, problemas como eu disse no começo, problemas que  
2457 não se renovam, mas esse aqui para mim é o pior, porque esse aqui acabou, o  
2458 Ministério da justiça, na minha visão de defensor público, o Ministério da justiça,  
2459 através do CNPCT, vêm praticando tortura por meio de atos normativos, que  
2460 permitiram essa aberração. Então, hoje, no caso de Palmas é a unidade que foi  
2461 projetada para 260 presos, com essas modificações promovidas pelo CNPCT, a  
2462 Secretaria de Cidadania e justiça iniciou uma reforma para colocar no mesmo  
2463 espaço físico 1200 presos depois de muita luta a gente conseguiu barrar essa  
2464 reforma. Na verdade, a reforma foi concluída, aproveitando o mesmo espaço físico,  
2465 só construindo camas. Então, assim, construiu camas nas unidades e ainda fizeram  
2466 uma propaganda ainda como se estivesse fazendo a qualificação de vagas, nós  
2467 estamos dando camas para as pessoas. Não, na verdade, estava só acumulando  
2468 pessoas no mesmo espaço físico. Então, o CNPCT, ele resolveu o déficit de vagas  
2469 no Brasil, então, antes de 2017, o que a gente ouvia dizer é que não existiam vagas,

2470 que existia um déficit de vagas enormes, agora que Tocantins já tem vagas  
2471 sobrando, entendeu? Então, por meio de uma canetada, atualmente, as unidades  
2472 prisionais locais, a cada Diretor, cada Secretaria do Brasil pode definir com base  
2473 nos seus critérios a lotação da unidade, isso é muito grave, isso é o estado  
2474 autorizando a amontoar pessoas e isso assim, para a gente discutir os outros  
2475 problemas, a gente tem que começar por esse aqui, porque a superlotação está se  
2476 agravando, 2015 veio a ADPF 347 com o objetivo de melhorar o sistema  
2477 penitenciário, o que a gente está vendo é um retrocesso e um caminho contrário a  
2478 esse plano. Na unidade de Palmas também, a Ronilda me chamou a atenção aqui  
2479 sobre o recorte também da questão de gênero, lá da unidade de Palmas são quatro  
2480 pessoas identificadas como homossexuais nesse patamar de 700 presos. Em  
2481 Palmas já aconteceu situação grave com a exigência de corte de cabelo, cura gay,  
2482 isso já aconteceu em Palmas. Hoje tem uma cela separada para lgbs, mas que na  
2483 verdade promove segregação, porque é uma cela que fica com restrição de  
2484 atividade de ressocialização, restrição de visitas, longe das atividades da área das  
2485 assistências. Sobre o que eu falei na questão das resoluções do CNPCT, a gente  
2486 fez um levantamento pela arquiteta da Defensoria pública, a gente levou uma  
2487 arquiteta para fazer o levantamento da Resolução 09 como seria o ideal e como  
2488 ficou hoje. E o que a gente tem, o gráfico ali está um pouco, daqui eu não estou  
2489 enxergando nada, pessoal, mas eu queria destacar para vocês que aquelas duas,  
2490 eu só queria saber se vocês estão vendo, porque... Tudo embaçado, mas o que eu  
2491 chamou a atenção é que essas resoluções que foram publicadas de 2017 para cá,  
2492 elas permitiram na verdade, assim elas desobrigaram as administrações  
2493 penitenciárias, além de possibilitar mais pessoas no mesmo espaço físico, ela  
2494 desobrigou que as administrações penitenciárias criem ou implementem módulos  
2495 importantes para a ressocialização, como o módulo de trabalho, o módulo de  
2496 serviço, o módulo de ensino, o módulo creche, o módulo visita, o módulo esporte.  
2497 Então, hoje, pela normativa do CNPCT, não precisa de ter nada disso, basta ter a  
2498 vivência coletiva e saúde. Então, em Palmas já aconteceu de fechar escola por  
2499 conta dessa normativa, é uma situação muito grave que merece a atenção do  
2500 mecanismo e do Comitê para que essas resoluções sejam revistas. Nós fizemos o

2501 levantamento dessas resoluções em Palmas. E o próximo slide, por favor. E a gente  
2502 verificou que, dos critérios da Resolução 09, que foi a Resolução que foi publicada  
2503 com muito estudo, com muito debate técnico e foi revogada silenciosamente na  
2504 pandemia, a unidade de Palmas não atende os critérios dessa Resolução e a gente  
2505 pôde avaliar também, por meio de um gráfico, a quantidade de itens que têm sido  
2506 atendidos ou não que essa avaliação de arquitetura penal possibilita que as  
2507 unidades em que os órgão de controle possam fazer essa fiscalização com maior  
2508 segurança, haja vista que as resoluções do CNPCT são resoluções de difícil  
2509 entendimento, demandam conhecimento interdisciplinar. Então, esse trabalho feito  
2510 com a arquiteta da Defensoria de Palmas tem ajudado bastante lá para que a gente  
2511 evite essa superlotação de uma forma desmedida não unidade. O próximo slide eu  
2512 trouxe aqui para vocês o exemplo de qualificação das vagas que eles fizeram na  
2513 unidade. O próximo slide, por gentileza. Então, a qualificação de vagas nada mais,  
2514 nada menos foi a construção de camas, então, esse espaço foi lotado, que antes  
2515 as pessoas dormiam em redes e colchões, agora elas dormem e aqui construíram  
2516 camas, diminuíram a área de circulação e as pessoas agora, ou elas têm que ficar  
2517 sentadas ou deitada, porque não tem o espaço de circulação na cela. Então,  
2518 Tocantins, o estado de uma zona bioclimática de número 7, que é calor torrencial,  
2519 as pessoas ficam 22h por dia sem qualquer atividade fechadas em uma cela, que  
2520 pode caracterizar um tratamento desumano, degradante e, como a gente colocou  
2521 aqui no relatório, causam várias doenças de doenças de pele, escabrosa, sarna,  
2522 essas doenças tem se proliferado em razão de alta temperatura e grande umidade  
2523 nas celas. Essa é uma foto que demonstra aí essa questão da umidade das celas  
2524 e as consequências que traz esse super encarceramento. Aqui é outro relatório, vou  
2525 passar aqui rapidamente, porque a gente está avançando no tempo. Mais para a  
2526 frente tem uma foto de uma pessoa com deficiência só para dizer que na unidade  
2527 de Palmas nós estamos fazendo um trabalho para que seja garantido a  
2528 acessibilidade arquitetônica e a acessibilidade comunicacional na unidade, a gente  
2529 já conseguiu uma decisão de judicial, a fim de que a SECIJU, a Secretaria de  
2530 administração penitenciária implemente em cada módulo uma célula com  
2531 acessibilidade. Já se iniciou esse trabalho e a gente vem cobrando essa situação

2532 para que seja garantida a acessibilidade arquitetônica no presídio de Palmas. Mais  
2533 aqui, pessoal, são questões que a Ronilda já pontuou de alimentação que são  
2534 problemas que já se repetem, com o diferencial de que Palmas, diferente do presídio  
2535 de Cariri, as pessoas se utilizam, a unidade de Palmas, ela funciona no sistema de  
2536 cogestão, então, tem uma empresa que presta o serviço lá e ela fornece a  
2537 alimentação com essas marmitas, que são reutilizáveis. Essa foto, a próxima foto,  
2538 por favor, ali é o sistema de... Volta, por favor ali é o sistema de lavagem de  
2539 higienização dessas marmitas, então, elas são jogadas nesse contêiner aí e ambas  
2540 são revestidas com a pá numa água ali com o sabão e na próxima foto já tem a foto  
2541 delas limpas. Então, ali dá para ver que elas estão todas ensecadas mesmo, sujas  
2542 de gordura e elas são reutilizadas daquela forma, o que gera a contaminação da  
2543 comida. Então, tem muita reclamação e assim, os órgãos de execução vão lá ver o  
2544 que o policial penal está comendo e falam: "Ah, é a mesma comida que eles  
2545 comem." Mas eles comem essa comida tem uma marmita reutilizadas, e essa  
2546 alimentação fica ali 2, 3 horas para descer para o pavilhão e tem gerado muita  
2547 reclamação, muita insatisfação, infecção intestinal e tudo mais. E isso também  
2548 consta na nossa recomendação para que isso seja alterado. As próximas fotos são  
2549 algumas, vou pedir para passar mais uma, essa foto é a foto da área de visita, o  
2550 presídio de 750 pessoas, essa é a área de visita das famílias, da visita social de  
2551 Palmas. São feitas, esse espaço cabe 125 pessoas e o dia da nossa visita lá, o dia  
2552 da nossa inspeção as meninas do mecanismo ficaram horrorizada se relação a esse  
2553 espaço, porque é um espaço que não têm ventilação, tem muito eco, os presos  
2554 ficam ali um do lado do outro, as crianças ficam assim, de uma forma desumana  
2555 mesmo, a visita é de uma forma que é impraticável, o local que é realizado é  
2556 impraticável. A gente está lutando para essa visita voltar de forma semanal, mas a  
2557 gente ainda está com um pouco de dificuldade. Outra questão é a assistência  
2558 religiosa, que desde 2019 a assistência religiosa não vem sendo realizada de forma  
2559 efetiva, ela foi suspensa antes da pandemia e agora ela está sendo realizada de  
2560 forma assim, paliativa, sem permissão de entrada nos pavilhões, como as  
2561 instituições religiosas sempre fizeram e que também são de instituições escolhidas  
2562 pela unidade, a gente tem um pedido de providências judicializado já para que seja

2563 possibilitada a entrada de qualquer instituição religiosa que tem interesse de fazer  
2564 o seu trabalho na unidade. O próximo quadro é um quadro sobre as atividades de  
2565 ressocialização, dado mesma forma que Gurupi, Palmas nós temos 750 presos,  
2566 com 50 presos matriculados na escola, que a atividade que a gente ver aqui que  
2567 tem mais beneficiados, segundo a direção, seria o RPL, 570 presos, mas não é uma  
2568 informação que no levantamento feito pela Defensoria, na oitiva dos preços você vê  
2569 que isso não é real, porque não tem equipe para fazer a correção das redações. E  
2570 tem uma fila para entrar no RPL, então, é uma informação que não bate, o que a  
2571 unidade diz e o que os reeducandos argumentam. Por fim, pessoal, gostaria de  
2572 destacar que em relação ao uso da força, maus-tratos, tratamento cruel, uso  
2573 degradante, da mesma forma que em Cariri, existe muitas violências que ocorrem  
2574 dentro da unidade. Existe uma dificuldade muito grande de provas das agressões  
2575 praticadas no interior do cárcere, algumas delas nós conseguimos registrar e essas  
2576 que nós registramos a gente encaminhou para os órgãos de execução, mas nunca  
2577 tivemos notícia de qualquer responsabilização, pelo contrário, a Secretaria de  
2578 administração penitenciária de Tocantins, ela tem a praxe de promover a  
2579 penalização dos policiais penais, que são denunciados. Então, assim, os próprios  
2580 colegas falam assim: "Mas Fabrício, você está ajudando o povo a ser promovido,  
2581 esse está caindo para cima." Eles falam desse jeito: "Está caindo para cima." Então,  
2582 você vai, o cara é representado com provas de ocorrência de lesões e a Secretaria,  
2583 a gente pede o afastamento cautelar, mas a Secretaria não atende o pedido da  
2584 Defensoria pública, remove anteriormente ou promove para um cargo de gestão de  
2585 forma administrativa. Nós temos dois presos, que perderam a visão, um perdeu a  
2586 visão e o outro está perdendo por conta de agressões sofridas dentro do cárcere. É  
2587 uma situação muito difícil, porque como eu falei para vocês, tem sete anos que eu  
2588 estou lá, os presos nem me ver mais como defensor de direitos humanos, quando  
2589 eu chego lá eles falam: "Olha, eu quero que você traga aqui os direitos humanos."  
2590 Então, a Defensoria já não é direitos humanos, porque eu estou lá e não resolveu  
2591 nada, não é? Então, trago os direitos humanos aqui e é muito triste isso, porque a  
2592 gente representa, a gente apura meio que faz o papel ali que o Ministério público  
2593 teria que fazer e não faz e no final a gente não tem esse respaldo, não tem a

2594 responsabilização e ainda sofre algum tipo de retaliação. Por isso que aqui, repito  
2595 mais uma vez, a importância desse trabalho do mecanismo no conjunto com as  
2596 Defensorias para dar esse fortalecimento, entendeu, para aqueles colegas que  
2597 estão assim há algum tempo já naquela luta e sem o apoio, então, às vezes a gente  
2598 não tem apoio, que tem uma colega aqui da Defensoria também, que às vezes a  
2599 gente tem dificuldade até na própria Defensoria, não é? Às vezes a gente não  
2600 compreende na própria instituição, então, eu fico muito feliz assim, com o trabalho  
2601 que foi realizado em conjunto com a Ronilda, sou muito grato mesmo, a Ronilda,  
2602 ela levou para o Tocantins assim, uma nova visão de atuação no combate à tortura.  
2603 O Comitê está sendo implementado e eu acho que agora a gente vai ter ações mais  
2604 efetivas para a busca da superação, para a superação desse estágio de coisa  
2605 inconstitucional que assola no sistema penitenciário. Aqui a gente fez diversas  
2606 recomendações, são cerca de 200 recomendações, não é, Ronilda? A gente não  
2607 vai conseguir passar aqui, porque a gente já estourou tempo, mas agradeço muito  
2608 a oportunidade de estar aqui com vocês e agradeço o Comitê e mecanismo pelo  
2609 apoio a Defensoria do estado de Tocantins.

2610 **Sra. Ronilda Vieira Lopes** – Agradecer. Nós separamos algumas recomendações.  
2611 Dá tempo de falar rapidinho ou pode ser no final? Eu só falo as principais da...  
2612 Algumas... Então, são as prioritárias mesmo, também agradecer o Fabrício, a  
2613 Defensoria pública também de permitir que o mecanismo participasse dessa  
2614 expedição. Essa expedição, eu queria deixar claro aqui para todos, essa  
2615 participação, essa ação conjunta foi um grande Marco para a gente muito importante  
2616 para a gente. Com esse convite da Defensoria que fez, nós conseguimos iniciar com  
2617 o apoio da agenda nacional também, nós levamos a agenda nacional, conseguimos  
2618 centralizar as famílias de uma forma assim, que está sendo muito bacana lá o  
2619 trabalho dos familiares que foi citado. E conseguimos também uma aproximação do  
2620 diálogo com o governo, que antes tinha um pouco de resistência, mas agora já tem  
2621 dialogado com a gente de forma assim, bem encaminhada mesmo, inclusive, nós,  
2622 enquanto mecanismo, reunimos com a sociedade civil e encaminhamos a sugestão  
2623 de propostas da modificação do sistema estadual de prevenção e combate à tortura,

2624 porque já tinha sido instituído o Comitê e o mecanismo não como a gente deseja. E  
2625 nós encaminhamos e reencaminhamos essa sugestão e a resposta que nós  
2626 tivemos, até o momento, é que foram recepcionadas cerca de 90% das nossas  
2627 sugestões, ali eles estão lutando para garantir a remuneração dos Peritos, o mínimo  
2628 de sete Peritos, possibilidade de eleição da sociedade civil para compor o Comitê,  
2629 porque nós sugerimos e a atual estrutura que eles nos encaminharam é que o  
2630 Comitê, possivelmente, provavelmente será composto por nove representantes da  
2631 sociedade civil, mas dez representações do poder público, entre poder público, a  
2632 Defensoria pública entra também nesse cenário como representante permanente  
2633 do Comitê estadual. E a garantia da remuneração e a autonomia dos Peritos, eles  
2634 estão lutando para que seja o patamar do Rio de Janeiro, conforme sugerido, não  
2635 é? E esperamos que os diálogos continuam fluindo, agradecer a Defensoria mais  
2636 uma vez, porque foi através dessa reunião que a gente conseguiu de fato fazer toda  
2637 essa articulação no estado. No mais, nós separamos algumas complementações,  
2638 vou tentar passar brevemente, da implementação do sistema que já está em  
2639 andamento. Pode passar o próximo, por gentileza, Débora. Ao governo do  
2640 Tocantins, que o estado determine por meio de normativa cabível a obrigatoriedade  
2641 do uso de câmbios corporais durante todas as ações e intervenções da polícia,  
2642 empregados no âmbito do estabelecimento penal do Tocantins, tanto forças  
2643 especiais, polícia militar, polícia penal, todos, garantindo-se que o armazenamento  
2644 dos vídeos, por tempo razoável, foi uma coisa que a gente também destacou no  
2645 relatório, visando ter transparência as abordagens policiais, tendo em vista que tal  
2646 medida, além de possibilitar a redução na letalidade policial no Tocantins,  
2647 contribuirá, tanto nas ações de proteção dos cidadãos no momento das abordagens,  
2648 quanto na proteção dos próprios servidores, dos próprios policiais, além de  
2649 fortalecer as políticas preventivas de práticas corruptas no âmbito dos serviços  
2650 públicos, tornando o trabalho das forças de segurança mais transparentes e  
2651 efetivas. Que seja feito o levantamento do quadro funcional adequado para o regular  
2652 funcionamento de todo o estabelecimento penal do estado, a fim de identificar o  
2653 déficit de recursos humanos e realizar concurso público para o quadro de servidores  
2654 do sistema penitenciário do estado de Tocantins, conforme previsto na legislação

2655 vigente. Que se elabore e implemente uma Política de combate à segurança  
2656 alimentar nas prisões, tendo em vista a situação generalizada de fomes e jejuns  
2657 forçados, que acometem a população prisional. Esse já passou, pode passar para  
2658 o... Sejam providenciadas capacitações e treinamentos periódicos para todos os  
2659 policiais penais do Tocantins sobre o uso progressivo da força, devendo conter os  
2660 parâmetros legais que atendem as diretrizes internacionais sobre o tema, inclusive  
2661 deve atender o guia da ONU sobre o armamento menos letais na aplicação da lei.  
2662 Que seja imediatamente retomada a normalidade da entrada de alimentação efetiva,  
2663 efetiva nas unidades prisionais nos dias das visitas. A gente pede que seja  
2664 possibilitada a entrada de arroz, feijão, macarrão, carne, conforme orientação  
2665 técnica do CNJ em quantidades suficiente para a alimentação adequada das  
2666 pessoas privadas da liberdade e dos seus visitantes, devendo ser assegurada o  
2667 respeito à cultura e a tradição aos hábitos alimentares de cada indivíduo. Então,  
2668 que se elabore e implemente uma Política de combate à segurança alimentar, já  
2669 falei, não é? Então, no mais, são essas, tenho mais outras, são mais de 180  
2670 recomendações e a gente pede o apoio desse Comitê para que de fato, seja  
2671 fortalecido. Agradeço a oportunidade.

2672 **Interlocutora não identificada** – Queria agradecer a Ronilda e o Flávio pela  
2673 apresentação e também pelo trabalho, eu acho que consegue ilustrar bastante,  
2674 enfim, a situação que é bem preocupante no tocantinense. A gente tinha ficado  
2675 antes de sair para o almoço, de fazer as recomendações de encaminhamentos do  
2676 Mato Grosso, mas acho que como a gente está fresco aqui agora e não mandaram  
2677 do grupo, eu vou abrir para as pessoas que quiserem aqui falar do Comitê, os  
2678 encaminhamentos e qualquer comentário sobre a apresentação em relação qual  
2679 Tocantins e na sequência a gente já parte para os do Mato Grosso. E aí o relógio  
2680 está ali do tempo de três minutos de fala para cada pessoa, se alguém quiser falar,  
2681 está aberta aqui a palavra. Oi? Jaque.

2682 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**  
2683 **Resistência Contra O Genocídio)** – Bem, eu inicio novamente parabenizando aí  
2684 as Peritas, em nome da Ronilda. Eu espero que a saúde mental esteja em dia,

2685 porque eu acho que é muito violento, é torturante na verdade tudo isso. Bem, só  
2686 queria apontar três coisas, acho que a primeira seria também incluir aí quanto à  
2687 questão da recomendação nº 12, que a gente aprovou aqui, que trata dessas  
2688 violações dentro das unidades de privação de liberdade. A outra questão me causou  
2689 assim um extremo desconforto aqui em relação à questão da segurança alimentar,  
2690 e às vezes com algumas peculiaridades, mas é também uma questão que vai  
2691 aparecer gritante em toda e qualquer relatório. Aí tem inúmeras recomendações  
2692 sobre isso, mas na verdade a questão da alimentação é uma coisa que persiste e  
2693 tal. Eu sei da imensidão das nossas demandas e do nosso tempo, mas eu penso  
2694 que talvez a gente deveria criar o GT especificamente sobre a questão da  
2695 segurança alimentar. E uma reflexão que eu fiz aqui é o quão a questão da  
2696 alimentação insuficiente, imprópria, inadequada para o consumo, o quão ela vai  
2697 implicar em trocentos outros fatores, até mesmo no humor, porque nunca vi  
2698 ninguém mais mal-humorado quando está com fome, não é? Nos conflitos,  
2699 inclusive, acredita, mas na saúde física, na saúde mental e tudo isso, o quanto uma  
2700 alimentação saudável é importante. Então, eu penso que talvez a gente poderia  
2701 analisar a questão da construção do GT específico sobre isso, porque acho que isso  
2702 dá muita, ele implica em inúmeras outras questões. Agora, na verdade assim, a  
2703 minha maior... Ah, em um minuto, meu deus. O meu maior motivo na verdade da  
2704 minha inscrição é, novamente, em relação a questão da população negra dentro do  
2705 sistema, eu fico pensando assim, em um universo de 400 e poucas pessoas, nós  
2706 tivemos declaradamente 335 pessoas declaradas pretas e pardas na unidade de  
2707 Cariri, num universo de 400 e poucas pessoas assim, tipo, isso aqui para mim é  
2708 desesperador assim, é gritante. E aí ainda eu penso nas onze pessoas que não se  
2709 declararam, por exemplo, porque eu nunca vi uma pessoa branca não declarando  
2710 a cor, não é? Não declarando a sua etnia, então, no entanto, que esse número ainda  
2711 é muito maior assim. E aí me causa uma angústia, já falei isso em outros momentos,  
2712 ai, gente, eu vou estourar, mas eu juro que é só um pouquinho. Me causa outra  
2713 angústia, muita angústia, já falei isso em outros momentos o quanto que para mim  
2714 acho que falta um aprofundamento maior sobre a questão racial no âmbito da  
2715 prevenção e combate à tortura e chamar a atenção novamente. Assim, eu não

2716 consigo entender que a gente avança se a gente não tiver um olhar para a questão  
2717 racial, eu acho que esses números, eles só mostram o quanto o sistema prisional,  
2718 ele é racializado. E acho que isso leva em consideração também outras questões  
2719 do sistema prisional, que é o quão o encarceramento em massa é racializado, o  
2720 quão a seletividade penal é racializada, ou quão o nosso sistema de justiça, o quão  
2721 eles são racistas, na verdade, e o quão a nossa sociedade está alicerçada  
2722 efetivamente em uma prática completamente racista e a gente tem que entender  
2723 que esse racismo estrutural, ele encarcera corpos pretos cotidianamente, assim,  
2724 sabe? Então, me causa uma angústia na verdade assim, eu ter esses números daí,  
2725 porque outras questões a gente vai abrir um ponto específico, a gente vai  
2726 aprofundar, a gente vai aprimorar e eu entendo que esses números não podem ficar  
2727 somente desses números: "Olha, sou a maioria, praticamente quase toda a  
2728 população carcerária é preta e isso ficar só nesse número, sabe?" Então, na  
2729 verdade, só queria propor que a gente faça estudos sobre a questão racial nesse  
2730 aspecto, nesse viés assim que a gente se debruce. Eu acho que a gente precisa  
2731 aqui, num todo, tanto o Comitê, quanto o mecanismo nos aprofundarmos nessa  
2732 questão para que tenhamos maior efetividade. A gente sabe o quão que nós,  
2733 defensores e defensores de direitos humanos, o quão com barreiras a gente  
2734 enfrenta, não é? Eu acho que assim, em um ambiente que se discute direitos  
2735 humanos, assim, faltar esse olhar racial, isso para mim é muito triste e eu acho que  
2736 necessário que todos, todas e todes que a gente se aprofunde nessa questão.  
2737 Então, queria orientar estudos específicos sobre essa questão num todo. E é isso.

2738 **Interlocutora não identificada** – Obrigada, Jaque.

2739 **Interlocutora não identificada** – Então, parabenizar também Ronilda e o colega  
2740 Fabrício. Fabrício, não é? Em relação a toda a atuação, a gente sabe que essa  
2741 atuação na prevenção e combate à tortura não é fácil, é um tema muito delicado  
2742 que ele encontra muita resistência em todas as instituições e poderes. Então, a  
2743 resistência de vocês lá por essa pauta fortalece inclusive, o Comitê, fortalece a  
2744 Defensoria e fortalece principalmente, as pessoas que são protegidas. Então,  
2745 parabéns pelo trabalho, doutor e Ronilda também. Me chamou a atenção essa

2746 questão das resoluções do CNPCT e o quanto Dr. Fabrício mencionou que elas vêm  
2747 incrementando todo um sistema, uma sistematização de tortura. E coloco aqui para  
2748 esse Comitê a possibilidade de a gente dialogar com os órgãos competentes sobre  
2749 a possibilidade de ser ajuizada uma ADPF, uma aqui eventualmente considerada  
2750 ali a natureza da Resolução a ação pertinente. Um diálogo com o MPF ou com a  
2751 DPU para que a gente possa pensar na impugnação dessas normas. E queria falar  
2752 com a doutora Paula, se eventualmente na CENAPEM há algum movimento já em  
2753 relação a essas resoluções, alguma consideração. O que é tratado hoje na  
2754 CENAPEM sobre isso? E caso não seja tratado, se a gente pode fazer uma reunião  
2755 extraordinária só sobre esse assunto? Para a gente acompanhar a partir desse  
2756 relato do Tocantins o que de fato está tendo como consequência em termos de  
2757 intensificar as questões de tortura, de superlotação nas unidades e, eventualmente,  
2758 o CENAPEM dialogar para que a gente possa ter a revogação dessas normas. Não  
2759 sei se o doutor teria outro encaminhamento pertinente para fazer. E por último,  
2760 doutor, eu não sei, o senhor mencionou alguns pedidos de providências que foram  
2761 feitos para o juiz local e, eventualmente, Presidenta, é um ofício ao CNJ reportando  
2762 que, apesar dos pedidos de providência, não temos resultado e a avaliação do CNJ  
2763 sobre a fiscalização e eventual afastamento do juiz. É pela Comissão em relação  
2764 aos pedidos de providência que foram apresentados sobre todos esses pontos aqui  
2765 levantados. Obrigada.

2766 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente - Agência Nacional Pelo**  
2767 **Desencarceramento)** – Eu quero fazer uma lembrança para os meus coleguinhas  
2768 de Comitê, o Ministério de direitos humanos, recentemente, está dialogando sobre  
2769 a alimentação do sistema prisional, já teve duas reuniões. É que nós, enquanto  
2770 membros do Comitê, tivemos dificuldades no acesso à reunião, mas teve duas  
2771 reuniões. Então, assim, eu acho que a gente precisa participar mais deste grupo,  
2772 inclusive foi convidado o Comitê nacional, o mecanismo, o CNDH para discutir isso,  
2773 se vai ser a parte da alimentação familiar, enfim, tiveram duas reuniões. Mas como  
2774 eu tive algumas dificuldades com Internet, entrei na reunião e depois faltou luz, e  
2775 depois não consegui voltar e aí, quando eu voltei, já estava no final da reunião e eu

2776 não sei o que foi discutido. Mas eu quero dizer para o Ministério dos direitos  
2777 humanos, na pessoa da Isadora, chamou essas reuniões, eu acho que a gente  
2778 precisa participar mais para entender. Inclusive, na primeira reunião foi dito que o  
2779 CNJ também criou um grupo de trabalho sobre isso, que o Conselho Nacional do  
2780 Ministério Público também, então, são três grupos de trabalho focando na mesma  
2781 coisa. Então, eu acho que a gente precisa estar mais em consonância em relação  
2782 a isso. E tudo tem a ver com a ADPF que foi julgada de coisas inconstitucionais,  
2783 enfim, então, eu acho que a gente também precisa voltar a fazer, e aí vou ser chata  
2784 de novo, a gente tirou a dois meses atrás que nas reuniões do Comitê nacional a  
2785 gente ia convidar o CNJ e o Conselho nacional de psicologia, a gente tirou isso, não  
2786 é? Enfim, então, eu acho que a gente pode tentar marcar uma reunião com a  
2787 Secretária-Executiva do CNJ, que a juíza federal Adriana Cruz, e com o próprio  
2788 Lanfred também. Assim, eu acho que eu já falo isso eu acho que desde que eu  
2789 comecei a participar do Comitê nacional, isso é desde março que eu falo isso em  
2790 toda reunião. Eu acho que a gente precisa estar bem mais, digamos assim,  
2791 estruturado para a gente poder fazer realmente o que zela o Comitê nacional. E aí  
2792 uma outra coisa que seria importante, por exemplo, hoje e amanhã está  
2793 acontecendo uma atividade do CENAPEM, infelizmente tem a reunião do Comitê  
2794 nacional. Então, a gente poderia também estar participando, eu acho que a gente  
2795 precisa entrosar mais as agendas, sabe? Eu acho que essa dificuldade de  
2796 entrosamento que a gente tem, com certeza vai ser debatido esses temas lá na  
2797 atividade do CENAPEM, porque são, inclusive o Lanfred está lá, foi convidado um  
2798 monte de gente, inclusive, então, eu acho que a gente precisa estar um pouco mais  
2799 alinhado em relação a isso e o próprio CENAPEM compõe o Comitê nacional.  
2800 Então, eu acho que a gente marcar uma reunião de trabalho e falar. Olha, isso, isso,  
2801 isso. Inclusive, a gente ficou de fazer uma Resolução conjunta da CENAPEM e  
2802 Comitê nacional sobre mulheres em unidade masculina, até hoje isso não foi dado  
2803 encaminhamento. Então, eu acho que a gente precisa pegar o que a gente ficou de  
2804 fazer e trazer de volta e trazer os pontos: Olha, porque assim, todos os relatórios,  
2805 alguns vão se repetir algumas coisas, outros vão ter coisas novas, mas questão de  
2806 mulheres, questão de... Vai ser a mesma coisa, então, eu acho que a gente precisa

2807 fazer o resgate disso e marcar uma reunião em relação a esses pontos que já estão  
2808 mais do que atrasados.

2809 **Sra. Fernanda** – Obrigada, Patrícia. Eu levantei a minha plaquinha aqui, porque eu  
2810 queria falar de um ponto que me chamou a atenção, especificamente nessa missão,  
2811 em outros contextos, a gente teve também a participação da Defensoria enquanto  
2812 convidado, não é? Mas aqui pela fala do defensor, do Fabrício, isso foi muito  
2813 importante no território. E eu não sei, eu queria entender direito se tem um núcleo  
2814 especializado de situação carcerária, que você falou que é defensor da execução,  
2815 mas eu não sei se tem um núcleo específico na Defensoria, mas você disse de  
2816 várias mudanças significativas de dar mais força, inclusive, para o trabalho e etc..  
2817 Mas eu queria entender, e acho que tem um pouco a ver com o que a proposta de  
2818 encaminhamento da Fernanda em relação ao ofício para o CNJ do juiz corregedor,  
2819 como o Ministério público e o juiz local responderam a essa atividade que foi feita  
2820 ali, tendo em vista que foi... Porque nas outras missões do mecanismo a Defensoria  
2821 às vezes é a convidada, um defensor é convidado etc, mas não é a construção não  
2822 é conjunta assim desse relatório desse jeito, tiveram algumas específicas na LGBT,  
2823 que foi em São Paulo, que a Defensoria de São Paulo também participou  
2824 ativamente, mas que a gente ver uma diferença, inclusive, naquilo que é  
2825 apresentado para a gente enquanto o relatório, que é um relatório do mecanismo,  
2826 mas com outros convidados, inclusive defensores convidados. Então, eu queria  
2827 entender isso na perspectiva para a gente entender também o que a gente pode  
2828 exigir talvez no âmbito desse Comitê, do Ministério público, porque em algum  
2829 momento você disse assim: "Ah, a gente faz pouco o trabalho do Ministério público."  
2830 Não é? E do juízo corregedor.

2831 **Sr. Fabrício Silva Brito** – Eu tenho testemunha aqui. Eu agradeço muito o seu  
2832 questionamento, porque eu confesso, Fernanda, que eu fiquei um pouco assim,  
2833 angustiado, sabe, com o pedido que você fez, porque tem essa questão mesmo de  
2834 contextualizar a questão local, não é? É o seguinte, é Sofia, não é? Sofia, ela foi  
2835 direto ao ponto, o juiz da vara da execução penal é o melhor juiz que tem no  
2836 Tocantins na execução penal e ele está pouco tempo lá, ele é muito bem-

2837 intencionado, entendeu? Então, assim, eu acho que não seria o momento de oficiar  
2838 o CNJ para pedir afastamento e tudo mais, porque ele é o juiz que está tentando  
2839 resolver, está há pouco tempo lá. Ao contrário, o Ministério público eu acho que  
2840 merece sim talvez alguma incidência do CNMP, porque o juiz vem o tempo todo  
2841 intimando o Ministério público para tomar providências, intimando a Secretaria para  
2842 abrir procedimentos ou plena desobediência, só que tudo vem sendo descumprido  
2843 em relação a isso. Então, assim, na minha visão, eu acho que não é o momento  
2844 ainda, mas os procedimentos, inclusive estão citados na recomendação, no final da  
2845 recomendação a gente cita, porque a gente tem procedimento para quase todo tipo  
2846 de violação, a assistência religiosa tem um procedimento, visitas têm outro  
2847 procedimento. E a gente colocou tudo isso no relatório. Então, assim, os órgãos vão  
2848 poder também avaliar se é pertinente ou não, mas na minha visão a omissão maior  
2849 é do Ministério público estadual e a Patrícia esteve no Tocantins, depois que você  
2850 esteve lá, eu fiquei, tive uma conversa com o promotor que atua na execução penal,  
2851 porque a partir de um evento que a gente teve lá sobre combate à tortura, ficou no  
2852 limbo assim qual era a atribuição do promotor... Quem era o promotor responsável  
2853 pela apuração da violência policial da polícia penal? Por ser uma polícia nova e tal,  
2854 e aí está uma discussão lá ele levantou essa discussão, que o controle externo não  
2855 faria esse papel, que quem faria seria o promotor da fiscalização do sistema  
2856 penitenciário. Então, ficou meio que no limbo assim, então, ninguém tem  
2857 responsabilidade. Então, nesses procedimentos, quem for analisar, vai ver que  
2858 existe um movimento de cobrar das autoridades, de cobrar a responsabilização,  
2859 mas por parte da Secretaria e por parte do Ministério público a gente nunca teve  
2860 nenhum retorno. E inclusive em relação ao preço que ficou cego, tem procedimento  
2861 também. Nesse procedimento do preso que ficou cego, ele é bem emblemático,  
2862 porque ele é um preso que foi preso em uma mega operação e ele foi apresentado  
2863 à polícia por um policial militar conhecido da família, então, ele entrou 100% são. E  
2864 como ele era acusado do fato de ele estar relacionado com familiar de policial, ele  
2865 sofreu muita tortura. E uma delas foi em relação a visão dele, ele recebeu golpes  
2866 de cinto, fivela, não sei, e lesionou o olho dele. E era um preso que toda visita que  
2867 a gente fazia ele estava lesionado, a gente ia do presídio uma semana, ele estava

2868 com os dedos quebrados, a gente ia na outra semana, ele estava com a cabeça  
2869 cortada, a gente ia na outra semana, ele estava com um braço quebrado. E aí  
2870 aquela sensação de impotência. E aí o que ele dizia? Não, eu estou sendo  
2871 sequestrado, que a fala dele: "Eu estou sendo sequestrado para uma cela que não  
2872 tem convite." Então, a polícia fazia isso, entendeu? Pegava ele, preso que era  
2873 segurado e colocava em uma cela que ele não tinha um convívio para que os  
2874 próprios presos pudessem feri-lo, não é? Tem um pedido de providência em relação  
2875 a esse caso.

2876 **Interlocutora não identificada** – No âmbito cível, por exemplo, não tem uma ação  
2877 de indenização, por exemplo? De todas essas lesões.

2878 **Sr. Fabrício Silva Brito** – Não, a gente não tem ainda não, a gente tem esse  
2879 procedimento que está tramitando e assim, nunca foi concluído, entendeu? Nesse  
2880 preso foi transferido para Cariri, onde a Ronilda foi, e hoje ele é um preso da saúde  
2881 mental, porque ele ficou perturbado mental. Então, nesse procedimento, a gente  
2882 conseguiu juntar provas e a omissão da direção do estabelecimento em promover  
2883 o tratamento de saúde, inclusive, porque o primeiro laudo de exame de corpo e  
2884 delito desse preso o perito disse que ele estava evoluindo e precisava de  
2885 tratamento, isso há dois anos e nunca foi providenciado. Aí mudou para Gurupi, aí  
2886 começou o juiz lá em conflito de competência, enfim, está correndo em Palmas, mas  
2887 a gente não tem resposta sobre a apuração e, na nossa recomendação, inclusive,  
2888 a gente cobra do Ministério público também e da polícia civil informações sobre as  
2889 apurações dos casos de violência policial e dos órgãos recorridos também no  
2890 sistema penitenciário do Tocantins, que, por ser um sistema penitenciário pequeno,  
2891 o número apresentado para a gente é um bom número preocupante.

2892 **Interlocutora não identificada** – Você queria falar?

2893 **Interlocutora não identificada** – Eu compartilho da fala do colega no que diz  
2894 respeito ao Ministério público estadual. No Ministério público federal em Mato  
2895 Grosso, a gente tem bastante acesso, bastante acolhimento com relação a essas

2896 questões, mas principalmente, para a gente que visita no interior qual é o objetivo  
2897 da força tarefa que a gente tem em Mato Grosso? A gente faz a inspeção, a  
2898 Defensoria pública faz todos os ofícios, o TJ, inclusive, faz todas as audiências  
2899 durante essas sessões, vai para o Ministério público e a gente não tem um retorno  
2900 que seja a altura dos problemas que nós temos hoje no estado. Então, se houvesse  
2901 alguma provocação no Conselho, muito nos ajudaria. Outro ponto que eu também  
2902 tem a mesma preocupação do colega que acabou de falar, se vocês olharem os  
2903 noticiários, alguns dias atrás Mato Grosso teve duas decapitações no presídio de  
2904 Sinop, é uma unidade prisional, assim como algumas outras onde os presos  
2905 reclamam deles serem de um determinado grupo criminoso e serem colocados em  
2906 alas de outros grupos criminosos. E durante as inspeções, a gente também tem  
2907 percebido que pessoas da facção rival não estão sendo levadas para a unidade  
2908 apropriada, porque Mato Grosso separam, isso eles fazem oficialmente. Então, tem  
2909 um presídio específico onde eles colocam as pessoas que estariam ligadas ao PCC,  
2910 que é a facção que tem o menor número de membros no Mato Grosso. Mas está  
2911 acontecendo essas anomalias e elas resultam em mortes, em mortes muito  
2912 violentas e as famílias ficam em completo desespero. Se vocês derem uma  
2913 olhadinha nos noticiários, há quinze dias a gente teve duas decapitações em Mato  
2914 Grosso. Obrigada.

2915 **Interlocutora não identificada** – Oi, sobre isso, eu acho importante o Comitê  
2916 nacional encaminhar um ofício para o Conselho nacional do Ministério público.  
2917 Aproveitando, aqui tem um evento do Conselho nacional do Ministério público  
2918 amanhã e dia 30, e eles vão estar, inclusive, refazendo algumas resoluções de  
2919 controle externo da atividade policial também e da prática de tortura. Então, acho  
2920 que a gente é aproveitar a oportunidade e encaminhar um ofício para o Conselho  
2921 nacional do Ministério público. Assim, porque o Ministério público assim, MP é MP,  
2922 seja no Rio de Janeiro, seja no Mato Grosso, ou no Tocantins MP é MP, então, é  
2923 isso, assim, tem que ser provocado como eles dizem. Então, vamos provocá-los.

2924 **Interlocutora não identificada** – Queria perguntar se alguém tem alguma sugestão  
2925 de encaminhamento aqui já para a gente depois passar para um outro ponto, que é  
2926 do Mato Grosso?

2927 **Interlocutora não identificada** – Então, que a gente tem juiz bom, que a gente  
2928 possa pedir, não sei, doutor o que o senhor acha, informações do Ministério público  
2929 local sobre esses pedidos de providências. Não, daí a gente... (intervenção fora do  
2930 microfone) Inclusive, em relação a esse caso da violência sexual e aquele  
2931 procedimento tem exigido providências também. A gente, que me pareceu bem  
2932 grave esse caso de violência. Tem provocação do Ministério público para a  
2933 administração penitenciária, no qual nós não tivemos resposta ainda efetiva.

2934 **Interlocutora não identificada** – Debra, você está conseguindo anotar? Mais ou  
2935 menos. Espera aí, então, vamos elaborar melhor aqui os encaminhamentos para a  
2936 Débora... Não, para a Débora pegar todos os encaminhamentos. Acho que um dos  
2937 encaminhamentos aqui, então, seria reiterar para o MP e para a Secretaria de  
2938 administração penitenciária, para que preste esclarecimentos em relação a esse  
2939 caso de violência sexual, específico, que esse caso que foi relatado aqui no  
2940 relatório. Tem um outro encaminhamento, que é um pedido, uma representação  
2941 para o Conselho Nacional do Ministério Público, do promotor local. Alguém anotou  
2942 mais aqui alguma outra coisa? A gente de conversado aqui de levar eventualmente  
2943 esse caso, que você falou que tem toda a documentação das violações e tal, não  
2944 sei, mas talvez para a Comissão Interamericana esse caso específico, já que toda  
2945 semana vocês iam lá e tem toda, enfim, a pessoa estava bem de saúde e depois  
2946 você vai apurando cada vez uma coisa, eu não sei se isso está documentado, mas  
2947 talvez a gente possa ter acesso a essa documentação. Não sei se no âmbito aqui  
2948 do próprio Comitê ou numa ação conjunta, por exemplo, com a Defensoria pública  
2949 do Tocantins, mas que a gente pudesse levar esse caso específico para fora assim,  
2950 já que tem uma documentação do caso, porque é tão difícil a gente conseguir de  
2951 fato, apurar a tortura no sistema prisional desse jeito documentado, se você vai toda  
2952 semana e você tem tudo isso documentado, talvez fosse o caso da gente fazer uma

2953 coisa específica com esse caso. Eu não sei se vocês acham que seria uma  
2954 viabilidade de fazer isso...

2955 **Interlocutora não identificada** – Eu queria só acrescentar uma coisa, acho que  
2956 também a gente podia aproveitar, porque aquele no belíssimo que foi criado da  
2957 morte do George Floyd, ele está no Brasil, ele está em Brasília nesse momento, não  
2958 é? Nós, do Comitê nacional, é que não fomos prestigiados, mas eles estão aqui em  
2959 Brasília, inclusive uma das pessoas que faz parte é o Romend, que foi relator para  
2960 a tortura. Então, talvez encaminhar para eles, porque eles também têm o foco na  
2961 prevenção e combate à tortura, mas também está falando sobre violência policial e  
2962 violência no sistema prisional e guarda municipal. Eles chegaram em Brasília, foram  
2963 para o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, São Paulo, Salvador e Ceará, inclusive  
2964 eles vão a duas unidades prisionais no Brasil. Então, assim, eu acho que a gente  
2965 pegar esse caso também e colocar para eles.

2966 **Interlocutora não identificada** – Não, eu vou passar para a Fernanda aqui para  
2967 fazer um outro encaminhamento, mas aí eu só ia perguntar para o Fabrício se, por  
2968 exemplo, eu não sei se teve pedido de providências, que eu não tive acesso, se já  
2969 tem relatado tudo isso ou se a gente poderia ter acesso a um relatório que fosse  
2970 feita pela Defensoria pública com essas informações, com as visitas e não sei se  
2971 tiraram fotos onde vocês foram nessas visitas reiteradas nessa pessoa específica,  
2972 que talvez fosse bom a gente ter acesso a isso.

2973 **Sr. Fabrício Silva Brito** – Eu acho uma iniciativa maravilhosa, inclusive Patrícia  
2974 tinha dado já essa dica no Tocantins. Eu estou saindo da execução penal, essa  
2975 semana falei com a Fernanda, mas eu me coloco à disposição para seguir junto  
2976 com o mecanismo nesse caso, porque começou comigo, desde 2020, vou fazer  
2977 quatro anos já. E o que eu posso fazer também, caso a gente possa pedir para a  
2978 equipe muito e sempre na da Defensoria fazer um relatório ciclo social para  
2979 comprovar também a tortura psicológica. E aí a gente pode passar para vocês, a  
2980 Ronilda já tem, mas eu posso passar para quem quiser que eu estou de acordo.

2981 **Interlocutora não identificada** – Obrigada. Eu vou passar aqui para Fernanda para  
2982 um outro...

2983 **Sra. Ronilda** – Poderia, por gentileza de pedir esse Comitê, se possível pode para  
2984 uma questão da cobrança para o estado mais assertiva sobre o retorno reguladas  
2985 visitas, porque o endurecimento pós-pandemia ainda persiste, pelo menos para que  
2986 seja retomada a maioria quando era antes, permitindo, inclusive, que as famílias  
2987 levem a alimentação no dia das visitas e que olhem também para o fim do ano, que  
2988 tem a alimentação temática de Natal, Ano Novo, que seja possibilitado a entrada de  
2989 alimentos temáticos também nesse fim de ano. Uma reivindicação geral de todas  
2990 as pessoas que a gente entrevistou, é esse recorte da visita, sobretudo, a visita  
2991 íntima, que Cariri não tem a quase três anos, quase quatro anos sem visita íntima.  
2992 Se vocês pudessem dar uma voz para isso e tópico também, muito obrigada.

2993 **Interlocutora não identificada** – É da Paula.

2994 **Sra. Paula Oliveira Da Silva (Suplente - Secretaria De Relações Institucionais**  
2995 **Da Presidência Da República)** – Sobre o seu questionamento da acerca da criação  
2996 das vagas dessa forma que estava sendo pelo CNPCT, eu particularmente não tinha  
2997 conhecimento, não sei qual é a posição da CENAPEM sobre isso, mas eu acredito  
2998 que vale um diálogo sim, até anotei aqui para dar uma estudada depois e vou levar  
2999 para o secretário essa questão também. Certo? Uma coisa, a título de Ouvidoria,  
3000 estou como Ouvidora, a questão do Mato Grosso, a nossa última inspeção foi em  
3001 2021 e Tocantins foi 2019. Então, esses dois estados, eles vão entrar no  
3002 cronograma para inspeção do ano que vem, a gente faz um cronograma anual e  
3003 tem vários critérios, não é? E a antiguidade também é um deles, e a gente vai  
3004 colocar o Mato Grosso e Tocantins.

3005 **Interlocutora não identificada** – Eu acho, então, Paula, se você achar pertinente  
3006 a gente conseguir uma reunião o mais breve possível, a gente faz essa reunião  
3007 antes, então, de concretizar o encaminhamento com a DPU e o MPF em relação a  
3008 uma ação de inconstitucionalidade. Se você puder nos ajudar a fazer essa reunião

3009 o mais rápido, para que a gente não possa tomar essa decisão sem antes conversar  
3010 com vocês.

3011 **Interlocutora não identificada** – Bom, e daí eu acho que um outro  
3012 encaminhamento, então, seria esse retorno regular das visitas, e aí eu acho que  
3013 teria que fazer, a gente poderia oficializar a Secretaria, a de administração  
3014 penitenciária, para que prestasse esclarecimentos enfim, sobre a retomada e o  
3015 retorno regular das visitas e também o próprio juiz corregedor, para que exija a volta  
3016 das visitas. Então, a gente oficializar, oficializar a Secretária para entender qual é a última  
3017 Resolução, por que essa Resolução, que seriam as resoluções que tiveram em  
3018 relação a pandemia, mas por que elas não foram revogadas até agora com restrição  
3019 de direitos? E ao mesmo tempo, também oficializar o juiz corregedor para que as visitas  
3020 fossem retomadas na sua regularidade de acordo com a LEP. Eu não sei, você  
3021 conseguiu pegar tudo, Débora? Se você quiser ler para nós o que você conseguiu  
3022 apurar, acho que poderia ser bom. Pode falar agora.

3023 **Sr. Fabrício Silva Brito** – Mais de uma coisa. É Paula, não é? Queria falar para a  
3024 Paula e para as demais colegas que estão aqui, que em relação a essa questão da  
3025 arquitetura penal, é um pouco complexo mesmo e quem não tiver conhecimento e  
3026 quiser entender um pouco melhor, foi o meu trabalho de mestrado que foi a respeito  
3027 disso. E eu vou passar para a Ronilda o PDF, e quem tiver interesse. Ronilda, você  
3028 passe, porque têm ali, eu tentei, porque assim, é um assunto muito complexo.  
3029 Então, assim, a Defensoria do estado do Tocantins designou uma arquiteta para me  
3030 ajudar a entender, porque são regras assim, a gente que é do direito, tem muita  
3031 gente que não é do direito, não é? E eu acho maravilhoso isso, porque a gente que  
3032 é direito a gente acha que tudo vai ser resolvido no direito, entendeu? E o sistema  
3033 penitenciário, ele tem problemas intersetoriais, então, enquanto o poder Judiciário  
3034 não entender isso, que não vai ser resolvido por uma decisão, por uma canetada,  
3035 enquanto não tiver uma discussão intersetorial com conhecimento de várias áreas  
3036 e vários saberes, a gente não vai evoluir, não é? E importante dizer que nós estamos  
3037 agora em um período de programação do estado para poder implementar a decisão  
3038 do STF. E nesse sentido, sobre essa questão dos saberes, as resoluções do

3039 CNPCT, que tratam sobre arquitetura penal, elas só podem ser entendidas assim,  
3040 de forma técnica por engenheiro ou arquiteto. Então, nós do direito não  
3041 conseguimos, assim, é uma Resolução, revoga a tabela, a coluna E na tabela 6 do  
3042 anexo tal. O que está fazendo? Está acabando com a escola. Então, assim, é uma  
3043 redação que acaba, é uma linha dessa forma, revoga a coluna 1 da tabela tal, do  
3044 anexo tal, acabou com um modelo de educação. Aí hoje, o que é obrigatório é só  
3045 saúde e vivência coletiva. Então, assim, o meu trabalho está meio capenga, porque  
3046 eu sou do direito querendo falar de arquitetura penal, mas tem as referências lá que  
3047 vocês podem buscar lá quem é da saúde, quem é da psicologia e da arquitetura,  
3048 que vai ter um fresco melhor e eu vou compartilhar com vocês. E aí, Sofia, eu  
3049 queria também verificar a possibilidade da incidência do Comitê em relação a  
3050 questão da utilização dos armamentos de menor potencial ofensivo, tanto nas  
3051 unidades prisionais do estado, como no sistema socioeducativo. Então, assim, a  
3052 gente tem um problema muito difícil lá do Tocantins em razão desses armamentos  
3053 não letais, um exagero no uso. Então, a nossa recomendação vem com esse pedido  
3054 de uma regulamentação, de até mesmo da adoção das câmaras corporais para que  
3055 a gente possa, não sei se algum estado já tem essa, já evoluiu nesse sentido em  
3056 relação às unidades prisionais. E aí eu gostaria, se for possível de uma incidência  
3057 do Comitê em relação a questão da utilização dos armamentos de menor potencial  
3058 ofensivo, tanto dentro das unidades prisionais, quanto socioeducativas, porque é  
3059 uma situação, é um estado pequeno. Então, assim, qualquer discussão dessa tem  
3060 um efeito local muito grande assim, sabe? E a gente está sofrendo muito lá em  
3061 relação ao socioeducativo, então, gostaria de pedir a atenção e a viabilidade de  
3062 analisar essa incidência em relação a essa problemática lá no Tocantins, tanto no  
3063 penitenciário, quanto no socioeducativo.

3064 **Interlocutora não identificada** – Então, o Comitê, ele fez uma Resolução, uma  
3065 recomendação em relação ao uso de coletes nas câmaras dos policiais penais, que  
3066 a gente já aprovou. Eu acho que seria o caso de enviar essa recomendação para o  
3067 juízo para que tomasse ciência das coisas, porque enfim, eu acho que no mais do  
3068 que a gente falar é a gente mostra que já tem o documento e fazendo a

3069 recomendação. Então, eu acho que a gente poderia enviar esse documento em  
3070 relação ao uso de câmeras nos coletes. E eu queria falar, e Débora eu queria  
3071 perguntar se você poderia fazer a leitura?

3072 **Sra. Débora** – Vamos aqui do último para os primeiros, não é? Tem para enviar  
3073 para a Secretaria de administração penitenciária e o juiz corregedor a  
3074 recomendação do CNPCT sobre a utilização de armamentos menos letais e uso de  
3075 câmeras corporais.

3076 **Interlocutora não identificada** – Você pode incluir e enviar para mim também.

3077 **Sra. Débora** – Tem também aqui: Oficiar o juiz da execução penal para que retorne  
3078 as visitas. Ofício para a Secretaria de administração penitenciária para entender por  
3079 que as visitas não voltaram regularmente, como era antes da pandemia, porque a  
3080 gente via que estavam tendo visitas, mas elas não... Não estavam sendo como  
3081 antes. E também a possibilidade de levar alimentos, inclusive agora no final do ano  
3082 alimentação temática, não é isso?

3083 **Interlocutora não identificada** – É isso.

3084 **Sra. Débora** – Eu não sei se isso aqui vai entrar, seria enviar para o sistema  
3085 Interamericano sobre a deterioração da saúde daquela pessoa privada de liberdade  
3086 que perdeu a visão.

3087 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que a gente poderia levar isso enquanto  
3088 possibilidade, a gente ter acesso ao relatório, ao material da Defensoria do  
3089 Tocantins e avaliar aqui a possibilidade de fazer isso no âmbito do Comitê. Uma  
3090 representação ao CNMP sobre o promotor da justiça local e reiterar o MP e a  
3091 Secretaria de administração penitenciária sobre o caso de violência sexual que o  
3092 interno sofreu.

3093 **Interlocutora não identificada** – Esse de reiterar a gente pode, tudo depois a gente  
3094 pode ler a redação, mas é para reiterar no sentido de que eles precisam informar o  
3095 que está acontecendo no caso, porque tem que ter pedido de providências.

3096 **Sra. Débora** – Então, esses são os encaminhamentos até o momento.

3097 **Interlocutora não identificada** – No caso da pessoa privada de liberdade que  
3098 sofreu violência sexual, a gente inclusive pode usar o caso da sentença da Favela  
3099 Nova Brasília, que lá está expressamente falando sobre violência sexual. Então,  
3100 assim, e o direito da pessoa privada de liberdade de ter as informações, eu acho  
3101 que é importante acrescentar a decisão.

3102 **Interlocutora não identificada** – E o outro seria esse pedido de reunião com o  
3103 CENAPEM, para tratar desse tema e aí eu acho que, o Fabrício também pode estar  
3104 nessa reunião para enfim, toda a proximidade com o tema e conhecimento com o  
3105 tema, não só enfim, do Tocantins, mas esse tema extrapola todas as unidades  
3106 prisionais do país e uma coisa que as pessoas estão pouco falando dentre todas as  
3107 questões. E é muito interessante que a Defensoria pública do Tocantins tem feito a  
3108 contratação, não sei qual modo que foi, de uma pessoa de um profissional, de uma  
3109 arquiteta, porque as equipes multidisciplinares, as Defensorias públicas muitas  
3110 vezes tem pessoas dos serviços sociais, psicólogos e etc., mas tem algumas  
3111 pessoas da equipe técnica que seriam muito úteis, por exemplo, engenheiros que  
3112 seria importante que tivessem Médicos, por exemplo, para fazer o tipo de perícia  
3113 que não enfermeiros, não é? Para fazer um tipo de perícia que seria muito  
3114 importante. Então, já que tem essa experiência na Defensoria do Tocantins, se  
3115 poderia ser levado, inclusive, para outras realidades e entendendo a essas questões  
3116 muito específicas mesmo sobre a arquitetura penal. São Paulo não tem.

3117 **Sr. Fabrício Silva Brito** – A gente não tem. Na nossa equipe técnica, a arquiteta,  
3118 na Defensoria tem uma arquiteta, que faz todos os trabalhos e ela me odeia por  
3119 isso. A defensora geral designou ela para poder fazer a avaliação da arquitetura  
3120 penal do presídio, mas ela não acompanha a equipe técnica, ela é do setor de  
3121 manutenção e obras. E aí ela foi e fez esse trabalho, eu conheci a Susan Cordeiro,  
3122 que é referência, e a Susan ensinou elas e ela foi lá, e ela me odeia.

3123 **Interlocutora não identificada** – Bom, então, eu acho que quando tiver essa  
3124 reunião, já fica o convite para participar da reunião. Queria saber se mais alguém  
3125 tem algum encaminhamento sobre o Tocantins? Que daí a gente passa para os do  
3126 Mato Grosso, que ficaram faltando. Alguém tem algum encaminhamento? Não?  
3127 Alguém se opõe aos encaminhamentos que foram feitos? Pode entrar, mas como,  
3128 Jaque? Não, porque assim, mas viabilizaria? O que seria exatamente na prática?  
3129 Ah, daquele negócio que a Ana falou mais cedo? Isso. Não, eu acho que pode ser  
3130 como uma sugestão e aí a gente poderia pensar enfim, porque a gente tinha  
3131 colocado isso como uma das pautas da reunião extraordinária das sugestões de  
3132 como a gente poderia, quem seriam as contratações que poderiam ser feitas. E aí  
3133 eu acho que pode estar aqui na ata, mas eu não acho que necessariamente se isso  
3134 já fecharia para ser uma contratação específica desse valor específico que a Ana  
3135 tinha falado.

3136 **Interlocutora não identificada** – Mas está registrado aqui as duas sugestões que  
3137 a Jaqueline fez, que é sobre o GT sobre a alimentação do sistema prisional e  
3138 também sobre os estudos e aprofundamento na questão racial no sistema prisional.  
3139 Estar aqui como sugestão.

3140 **Sr. Fabrício Silva Brito** – Complementando aqui a Jack, enfim, eu acho que a gente  
3141 podia aproveitar, claro que enfim, isso não vai estar tirando agora o recurso  
3142 especificamente para isso, mas podíamos aproveitar para uma atividade de  
3143 informação do próprio Comitê, quando a gente tivesse alguma reunião ordinária,  
3144 algum evento assim, a gente tivesse uma formação nossa desse coletivo sobre a  
3145 temática da questão étnico-racial, é fundamental.

3146 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que seria super importante, já que esse  
3147 recurso pode ser usado justamente para isso, para que a gente contrate pessoas,  
3148 eu acho que agora é o momento da gente pensar quem que a gente, o que a gente  
3149 poderia contratar. E eu acho interessante essa questão da formação das pessoas  
3150 que compõem o Comitê nesse tema, que atravessa tudo que a gente está  
3151 conversando aqui. E aí bom, acho que a Debora anotou, também está na ata isso,

3152 mas eu acho que fica como um lembrete para a gente quando tratar desse ponto  
3153 específico e for elencar essas questões que a gente quer de fato, fazer essa  
3154 contratação, a gente pensar nisso e acho interessante de usar, não só para fazer  
3155 estudos, mas também para a formação. E aí eu queria passar... Fala.

3156 **Interlocutora não identificada** – Não, eu acho que a gente precisa acrescentar e  
3157 chamar o Rafael Lenzini, que é a pessoa do CENAPEM que está responsável por  
3158 implementar as câmeras corporais. Então, ele tem muito a acrescentar e aí entender  
3159 como é que está o protocolo, como é que está a implementação, porque tem parte  
3160 do recurso que é do Ministério da justiça, mas ele vai poder explicar melhor. Estou  
3161 falando isso, porque essa semana eu tive uma reunião ele estava explicando um  
3162 pouco da implementação, mas aí eu não consegui ficar até o final, mas já tem um  
3163 estudo e a implementação vai começar pelas unidades federais. Então, acho que  
3164 ele é a pessoa ideal para a gente chamar ele para uma reunião, para ele mostrar lá  
3165 como é que está a implementação, o número de câmeras, aonde vai ficar  
3166 armazenado, como é que vai ficar à disposição da nuvem e tudo isso.

3167 **Interlocutora não identificada** – Então, acho que a gente pode passar agora para  
3168 o Mato Grosso. Tem umas recomendações aqui, eu vou ler as recomendações que  
3169 elas estão no grupo, mas depois eu posso passar para a Débora e daí ela faz a  
3170 anotação, que daí eu acho que fica mais fácil. Aqui das principais, para ver se todo  
3171 mundo concorda, está bem? Das principais recomendações que foram feitas pelo  
3172 mecanismo, então, seria a gente reiterar a implementação do mecanismo estadual.  
3173 A proibição de armas letais e não letais no socioeducativo. A complementação das  
3174 equipes mínimas de saúde. Chamar, o chamamento de servidores para completar  
3175 os quadros de concurso que já está com a validade. Capacitação dos funcionários,  
3176 em geral, com relação ao manejo da saúde mental. E daí tem uma recomendação,  
3177 duas recomendações do Caio. Interromperemos de imediato a colocação de  
3178 pessoas LGBTQIA **em alas destinadas a religiosos, considerando a ser**  
3179 **reiteradas as denúncias de práticas violentas contra essa população. A**  
3180 **colocação de pessoas LGBTQIA em alas destinadas a religiosos deve**  
3181 **acontecer apenas quando há solicitação expressa do indivíduo, devendo a**

3182 administração monitorar o episódio de discriminação e violência motivadas  
3183 pela identidade de gênero e/ou orientação sexual no contexto de práticas  
3184 religiosas realizadas nas unidades prisionais. E a outra seria que a  
3185 administração penitenciária aplique a Resolução 348 do CNJ no que se refere  
3186 aos procedimentos de autodeclaração e autodeterminação da identidade de  
3187 gênero e/ou orientação sexual, sendo a autonomia da pessoa o elemento para  
3188 a sua admissão nos espaços específicos de convivência, as alas LGBT, sendo  
3189 admitidas também a consulta da população LGBT sobre a admissão de  
3190 pessoas nesses espaços em uma perspectiva de administração  
3191 compartilhada. O Vítor falou da celeridade e da aprovação ele na criação do  
3192 mecanismo, mas já era uma coisa que já tinha lido aqui e o Vítor falou sobre  
3193 solicitar a fiscalização da Secretaria estadual da saúde e do CRM sobre os  
3194 prontuários Médicos, receitas administração e estoque de medicamentos,  
3195 com a finalidade de apurar possível contenção química e hiper medicação do  
3196 estabelecimento de medida de segurança, residência terapêutica, entidade  
3197 socioeducativas. Eu queria saber se todo mundo está de acordo com essas  
3198 recomendações, com esses encaminhamentos, se alguém tem mais algum...

3199 **Interlocutora não identificada** – Ah, está bem, era isso que eu queria falar  
3200 também. Eu reencontrei a Mayara no almoço, que é da Coordenação do SINASE  
3201 que ela falou que: "Nossa, eu queria ter participar da reunião e quero participar de  
3202 todas as reuniões." Então, eu acho que isso tem que ser um convite expressa para  
3203 que todas as outras reuniões, ela esteja aqui presente, porque ela queria e até  
3204 convidei ela para participar hoje à tarde e ela não poderia participar hoje à tarde,  
3205 mas eu sugeri, então, para elas que tivesse uma reunião com os atores do CAIS do  
3206 Mato Grosso e com ela e ela falou que toparia. Então, acho que é algo que a gente  
3207 pode fazer o pedido aqui através do Comitê uma reunião, acho que talvez quem é  
3208 o ponto focal aqui do Comitê e do mecanismo, mas outros locais podem estar nessa  
3209 reunião com a Mayara, que é a Coordenadora do SINASE. Está bem, eu vou passar  
3210 para o Mateus e para a Ana.

3211 **Sra. Ana Carla Costa Rocha (Titular - Ministério Do Desenvolvimento E**  
3212 **Assistência Social E Combate À Fome - MDS)** – Então, eu queria só, antes de  
3213 entrar aqui nas nossas considerações, porque eu também tem que algumas das  
3214 colegas que não puderam estar aqui conosco, não é? Que estão em Mato Grosso.  
3215 Eu queria só fazer uma observação com relação a sugestão do colega Caio, que  
3216 elas são muito pertinentes, até convidamos a instituição do Caio para retornar ao  
3217 Mato Grosso do próximo ano. Mas lembrando que a divisão das pessoas privadas  
3218 de liberdade, por religião, é proibida pelas diretrizes de assistência religiosa do  
3219 Conselho nacional de justiça. Então, assim, a gente tem essas alas, Mato Grosso  
3220 disse que não tem espaço para separar provisórias de apenados, mas a prática de  
3221 separação para a religião, ela já está institucionalizada. Então, não é só pedir para  
3222 que a população LGBT não seja colocada nas alas religiosas, é questionar por que  
3223 Mato Grosso faz isso? Então, essa consideração, eu tenho aqui algumas  
3224 complementações que me mandaram, que os colegas mandado, que eu acredito  
3225 que elas sejam pertinentes, primeira com relação à alimentação, lembrando que o  
3226 Mato Grosso teve uma reunião em setembro com o Ministro Barroso e ele nos disse  
3227 que uma das prioridades é a questão da alimentação. Então, eu vejo que a criação  
3228 desse GT é importante e de imediato nós sugeriríamos pensar na possibilidade de  
3229 oferecer cinco refeições as pessoas do sistema prisional. Não sei como é nos outros  
3230 estados, mas no Mato Grosso são apenas três refeições, sendo que duas vezes ao  
3231 mês eles substituem o jantar por um cachorro quente e eles querem convencer a  
3232 gente que os presos gostam disso. A gente pergunta diretamente para eles em todo  
3233 o estado, eles não gostam, eles ficam com fome. Em segundo que não tem quem  
3234 nos convença que um cachorro quente substitui, em termos nutricionais, uma  
3235 alimentação, não é? Um jantar. A outra consideração que os colegas nos mandaram  
3236 aqui é com relação à possibilidade de ação civil pública no que diz respeito à saúde  
3237 mental. A saúde mental no sistema prisional é gravíssima, tanto dentro, quanto fora.  
3238 A gente não tem vontade Política, no sistema prisional a gente ainda encontra vozes  
3239 com relação à vontade Política de alterar as coisas. No sistema de saúde, não é? É  
3240 muito mais complicado, então, pensar na judicialização, em um levantamento  
3241 dessas pessoas com certeza os números que vocês têm com medidas de

3242 segurança é bem abaixo daquilo que é a realidade do estado. Como eu disse para  
3243 vocês, todo mês a gente faz em conjunto com a Defensoria pública do tribunal de  
3244 justiça inspeções, que são locais dentro do estado, mas assim, se o mecanismo, se  
3245 pudesse nos ajudar no sentido de verificar para esses órgãos onde a gente  
3246 encaminha essas denúncias as providências, porque na maioria das vezes a gente  
3247 não tem respostas. Então, a gente vai lá tentando um trabalho de tentar fazer o  
3248 levantamento, de mandar ofício, mas muitas vezes a gente não tem resposta. Para  
3249 aliviar a questão do colega que defensor público, eu não sou da área de direito, eu  
3250 sou publicitária, então, eu preciso dizer algumas coisas assim de forma bastante  
3251 leiga e perguntar para vocês se isso é possível, mas se a gente não conseguiria em  
3252 Mato Grosso vincular os próximos investimentos, porque ainda tem muito dinheiro  
3253 em caixa para investimento do sistema prisional, a priorização da água, da  
3254 ventilação, e do esgoto, porque são coisas que não são priorizadas. Então, se não  
3255 conseguia vincular os próximos investimentos a isso. E nossa preocupação também  
3256 é em adequar as unidades que foram construídas, porque tem várias unidades que  
3257 são novas paralisar essas obras dessas unidades que estão sendo feitas fora desse  
3258 padrão e preparar um planejamento adequado dessas outras unidades que serão  
3259 construídas em breve principalmente, socioeducativo que já tem um  
3260 encaminhamento para novas construções. Precisaria também a gente questionar a  
3261 falta de fiscalização das residências terapêuticas, as residências terapêuticas que  
3262 foram visitadas pelo mecanismo são aquelas que estão em melhor condição, a  
3263 gente tem residências terapêuticas em situação extremamente precárias e elas não  
3264 são suficientes para o estado. Questionar por que foram reduzidas, elas eram dez  
3265 casas, passaram para 6, então, por que as residências terapêuticas ficaram tanto  
3266 tempo sem fiscalização? Aparentemente, nenhum tipo de órgão, porque senão elas  
3267 não estariam no estado que elas estão hoje. A alimentação... Seria isso. Tem  
3268 também, eu vou passar para o Dr. Mateus e para o colega Wesley, mas também a  
3269 gente tem aqui o doutor Paulo, que estão on line, que ele é Coordenador do Gaidi,  
3270 que acompanha a gente nessas inspeções, que eu acredito que ele também possa  
3271 contribuir de forma significativa para essas recomendações. Muito obrigada.

3272 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**  
3273 **Defensores Públicos - ANADEP)** – Boa tarde. Eu gostaria de sugerir o ponto que  
3274 foi levantado a cerca da possível instituição de uma ação civil pública sobre o  
3275 sistema socioeducativo no estado de Mato Grosso. Queria ver o momento  
3276 comentado sobre eles.

3277 **Interlocutora não identificada** – Obrigada. Tem duas pessoas com a mão  
3278 levantada, que estão on line, eu não consigo ver aqui quem são. Tem Paulo e mais  
3279 alguém que eu não estou enxergando.

3280 **Interlocutor não Identificado** – Boa tarde. Só respondendo algumas questões que  
3281 foram levantadas, porque me veio aqui em relação a sugestão de reunião entre os  
3282 atores envolvidos no sistema socioeducativo, seja sistema prisional. Eu obviamente  
3283 concordo, coloco a Defensoria à disposição para a participação da reunião.  
3284 Anteriormente, quando da discussão pela manhã, inclusive, eu já solicitei ao colega  
3285 responsável pelo socioeducativo uma agenda específica com a Pastoral para entrar  
3286 em contato para marcar uma reunião. E acho que já pode ser debatido nessa  
3287 ocasião em relação ao sócio uma possibilidade de ação civil pública envolvendo o  
3288 defensor com a atribuição específica lá no sócio. Em relação à alimentação que a  
3289 Ana colocou aqui sobre a possibilidade de inclusão de outra refeição e a Ana fez  
3290 uma ponderação que não conhece a realidade dos demais estados. Essa forma de  
3291 alimentação, ela tem sido discutida em reuniões da Defensoria em âmbito nacional  
3292 e a constatação inicial que nós tivemos é que praticamente todos os estados da  
3293 Federação hoje obedecem 3 refeições, salvo as exceções, a maioria trabalha com  
3294 esse jejum prolongado e obviamente das 17h até 7h da manhã. Então, é um  
3295 problema nacional que precisa ser alterado, ser combatido e com a inserção e aí  
3296 nesse ponto concordo que há necessidade de inserção de ao menos mais uma  
3297 refeição aí para reduzir esse período de jejum superior a 12h. Eram essas as  
3298 ponderações que eu tinha para fazer e aí fico à posição para o agendamento de  
3299 uma reunião, inclusive, com a participação das pessoas envolvidas em cada uma  
3300 das áreas.

3301 **Interlocutora não identificada** – Quem está on line também? Quem é o nome?  
3302 Núbia? Rúbia. Rúbia, você está com a palavra se quiser.

3303 **Sra. Rúbia Mara** – Oi, pessoal. Não, a minha dúvida é a seguinte, eu estou  
3304 acompanhando as minhas filhas em consulta, eu queria saber se esses  
3305 encaminhamentos serão aqui transcritos que se eles serão encaminhados por e-  
3306 mail ou em algum slide aqui que eu possa fazer as minhas pontuações?

3307 **Interlocutora não identificada** – Rúbia, será que você poderia se apresentar para  
3308 a gente, por favor?

3309 **Sra. Rúbia Mara** – Oh, me perdoa, gente. Meu nome é Rúbia Mara, eu sou  
3310 servidora de carreira da Assembleia legislativa, trabalho no gabinete do deputado  
3311 Lud Cabral e estou desde de manhã acompanhando com meu colega, o Paulo  
3312 Lemos, essa reunião. Sou aqui de Cuiabá, MT, do gabinete do deputado Lud Cabral.

3313 **Interlocutora não identificada** – Está bem. O nosso encaminhamento, eles depois  
3314 tem uma ata das nossas reuniões que eles podem ser consultados.

3315 **Sra. Rúbia Mara** – Ah, perfeito. Fico grata.

3316 **Interlocutora não identificada** – Ata, mas a demora um pouco para sair Então,  
3317 sugiro que se você quiser fazer um repasse mais objetivo, talvez ter uma nota aqui  
3318 dos pontos principais, porque ela não é tão rápida assim.

3319 **Sra. Rúbia Mara** – Ah, não, tranquilo, eu também vou ser muito sincera com vocês,  
3320 eu estou acompanhando a reunião, mas assim, estou com criança no dentista, em  
3321 escola, estou ouvindo, estou vendo, mas, então, a gente aguarda, então, eu  
3322 imaginei que talvez vocês pudessem passar o slide aqui na hora para a gente para  
3323 que está sendo feita a transcrição, porque eu ia dar um print já.

3324 **Interlocutora não identificada** – Contribuindo, o Lucio, o seu colega de gabinete  
3325 é membro doou Cepet, a gente encaminha para ele o relatório completo.

3326 **Sra. Rúbia Mara** – Ah, muito obrigada, gente, perfeito. Obrigada, está bem? Grata.

3327 **Interlocutora não identificada** – Obrigada. Patrícia.

3328 **Sra. Patrícia** – Ah, eu me escrevi para falar sobre a alimentação. Então, gente,  
3329 assim, eu acho importante a gente destacar assim, gente, a comida da cadeia é a  
3330 comida da cadeia, assim. Eu tenho fome fora da cadeia, se eu estivesse privada de  
3331 liberdade, e eu também teria formem. E assim, toda a alimentação é aquele negócio,  
3332 é muito arroz, um pouquinho de feijão. E assim, por exemplo, no meu estado do Rio  
3333 de Janeiro são cinco refeições, são cinco refeições. Olha, cinco refeições, não é?  
3334 Mas não é aquela coisa. E aí tem um biscoitinho, que é um lanchinho que é  
3335 chamado de ceia, que está incluído como refeição. Por exemplo, no meu estado no  
3336 Rio de Janeiro e existe há anos uma reivindicação sobre as gestões, porque elas  
3337 comem as 5h da tarde e elas só vão comer no outro dia. Então, eu acho que a gente  
3338 também precisa... A gente precisa entender isso sobre a alimentação. E pensar que  
3339 assim, imagina se fosse a gente privado de liberdade, não é? A gente estivesse no  
3340 lugar dessas pessoas, eu acho que a gente também tem que começar um pouco  
3341 esse movimento inverso. E aí eu falo muito do meu lugar do Rio de Janeiro, como  
3342 no Rio de Janeiro as autoridades começaram a ficar privadas de liberdade, elas  
3343 rapidinho viram que era uma comida do sistema penitenciário, porque vende aquela  
3344 ilusão de que aquela comida da cadeia, preso comendo, bebendo e dormindo. Não  
3345 é essa a realidade do sistema prisional, a gente tem que ver a alimentação, ver o  
3346 quanto que é pago, tudo isso, tudo isso é pago, tudo isso é dinheiro público, não é?  
3347 E ver esse negócio de que uma alimentação que eu não vou nem dizer que é boa,  
3348 porque assim, eu acho razoável, porque boa vai ser a comida de casa e muitas  
3349 vezes ela nem é, não é? Então, eu acho que a gente precisa colocar um pouco  
3350 nesse sentido do que é uma alimentação do sistema prisional para pessoas  
3351 privadas de liberdade, porque se a comida chega na minha casa, eu vou ali na rua  
3352 e como uma quentinha, eu tenho recurso para ir lá e comprar e eu estou, não estou  
3353 privada de liberdade, quem está privada de liberdade ainda tem que ficar  
3354 esperando, aí tem que vir para ver se realmente está e não está. Eu acho que são  
3355 coisas que podem ser evitáveis. Está chegando o final do ano, o final do ano

3356 também tem sempre problemas com contrato de alimentação, que vence, que dá  
3357 todos problemas.

3358 **Interlocutora não identificada** – Sobre esse problema da alimentação, o que me  
3359 chamou muito a atenção no relatório do Mato Grosso é que tinha uma lista lá de  
3360 alimentos que eram vendidos na cantina, aí me chama a atenção que assim,  
3361 algumas indagações que eu acho que podem ser feitas, eu não sei se foi feito no  
3362 relatório, mas assim da onde saiu o dinheiro para comprar esses insumos para fazer  
3363 essas coisas de medidas na cantina? Para quem vai esse dinheiro da cantina? Para  
3364 quem enfim, quem está lucrando com esse dinheiro? E aí o que me chama mais a  
3365 atenção é que enfim, vender coxinha, bolo, etc assim, eu já acho um absurdo, mas  
3366 o absurdo assim, no sentido, bom, aquela pessoa que tem desejo de comer e ela  
3367 vai comer, então, não é absurdo nesse sentido. Mas o que eu acho mais absurdo  
3368 ali na lista é que tinha uma venda de marmitta a R\$25,00. Então, assim, esses itens  
3369 como a Camila deu ali na LEP, que ela autoriza a venda de itens que não são  
3370 subsidiados pelo estado, mas tem itens ali que deveriam ser subsidiados pelo  
3371 estado. Então, você vender uma marmitta, e aí eu acho que é um questionamento  
3372 que a gente deve fazer aqui no âmbito do Comitê é: Bom, o que é essa marmitta? O  
3373 que ela tem de diferente de uma marmitta que é oferecida para as pessoas que estão  
3374 presas ali na unidade? Então, eu acho que isso é uma coisa que eu não sei se vocês  
3375 tiveram, se vocês tiveram alguma resposta em relação a isso, mas acho que isso  
3376 seria importante que me chamou a atenção, porque até, então, eu não tinha visto a  
3377 venda de marmitta mesmo.

3378 **Interlocutora não identificada** – Posso complementar?

3379 **Interlocutora não identificada** – Claro.

3380 **Interlocutora não identificada** – A situação não é só a venda de marmitta, tem  
3381 também a venda de água potável, tem unidades que a gente pergunta para a gestão  
3382 por que aquelas pessoas têm tanta dificuldade de acessar a água potável, porque  
3383 muitas vezes elas dependem de outras pessoas privadas de liberdade ficar ali no

3384 corredor para entregar e eles dizem que não consegue resolver, mas eles vendem  
3385 naquela mesma unidade já água potável. Outra situação grave é que os familiares,  
3386 eles podiam levar produtos antes da pandemia, uma lista de determinados produtos  
3387 e 3 quilos de comida pronta, que é uma coisa que para a pessoa privada de  
3388 liberdade tem até um impacto emocional, porque a comida é feita pela sua esposa,  
3389 é a comida... De um outro sabor. Com a pandemia, essa relação foi reduzida, ela  
3390 não voltou agora no pós-pandemia, ela foi ainda mais reduzida, isso oficialmente, a  
3391 gente tem uma relação reduzida de coisas que a família pode entrar. Uma  
3392 quantidade reduzida de comida pronta, antes eram três quilos, agora é só um quilo.  
3393 E a gente tem o extraoficial, porque às vezes você chega na unidade e a Resolução  
3394 diz que pode em determinados itens que em alguns que são poucos, mas aquela  
3395 unidade determinou que a família não pode levar mais nada. Aí você pergunta por  
3396 quê? Aí eles falam que tem um mercado. Então, o advento do mercado faz com que  
3397 o gestor proíba a entrada de produtos levados pela família, mesmo a Secretaria  
3398 autorizando. O outro complicador, no que diz respeito à questão do mercado, é que  
3399 depois eu queria que vocês dessem uma olhadinha no relatório, nós não estamos  
3400 falando de cantina, nós estamos falando de modelos de negócio. São mercados  
3401 grandes, não é uma cantina aonde você vai ter uma bolacha, vai ter uma água, não,  
3402 são negócios, a gente está falando de modelos de negócio que não tem fiscalização,  
3403 que não têm vigilância sanitária, que quem trabalha ali é a própria pessoa privada  
3404 de liberdade. Então, assim, aí eu pergunto: É mais difícil eu fazer uma vistoria no  
3405 material levado pela família na aquela sacolinha que a mãe, a avó, a esposa  
3406 compra? Ou é mais difícil fazer vistoria em centenas e centenas de caixas de  
3407 produto comprado, caixas fechadas de material? Então, são coisas que a gente  
3408 precisa realmente questionar o estado do Mato Grosso. Muito obrigada.

3409 **Interlocutora não identificada** – Então, acho que a gente pode oficial nesse  
3410 sentido a Secretaria de administração penitenciária para que responda em relação,  
3411 é, porque eu acho que tem um problema que é complexo, que uma coisa é a  
3412 Secretaria e outra coisa são as direções das unidades, não é? Então, além das  
3413 Secretarias, tem as direções das unidades prisionais, até, porque elas não vem

3414 cumprindo com a Resolução da própria Secretaria, é o que a gente vai vendo é que  
3415 as diretorias das unidades prisionais criam ali regras próprias daquilo que pode ser  
3416 levado para dentro de cada unidade prisional, daquilo que pode ser comercializado  
3417 dentro de cada unidade prisional. Mas dessa unidade prisional específica que tem  
3418 essa lista de alimentos, a gente poderia oficiar, não só a Secretaria, assim como a  
3419 própria direção da unidade prisional para esclarecer da onde seguem esses  
3420 recursos, da onde saem esses recursos para fazer esses alimentos e para aonde  
3421 está indo esse dinheiro que é arrecadado para a compra desses alimentos, desses  
3422 alimentos, enfim já feitos? E também oficiar a Secretaria, que talvez a direção das  
3423 unidades prisionais de todos os estabelecimentos ali que fizeram parte da divisão,  
3424 para compreender essa questão do envio e acho que no dia de visita das comidas  
3425 feitas pelos familiares e dessa especificação em relação ao peso, da diminuição do  
3426 peso que pode entrar dentro da unidade prisional. Então, acho que a gente pode  
3427 fazer esse questionamento para a Secretaria e para as direções das unidades.

3428 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3429 **e Cidadania - ITTC)** – Eu acho que a para a Secretaria mas era também mandando  
3430 com cópia para o próprio CENAPEM, para o CENAPEM também fazer uma  
3431 solicitação à Secretaria. Na7 alguém mais tem algum encaminhamento em  
3432 relação...

3433 **Interlocutora não identificada** – Sofia, o Matheus falou que é a Associação dos  
3434 agentes prisionais, dos policiais e penais que fazem essa venda. Eu acho que para  
3435 além desses esclarecimentos, é pedir também a extinção, a proibição, porque em  
3436 uma unidade prisional nenhuma deve-se fazer comércio lá dentro, não é? Então,  
3437 acho que para além dessa solicitação da informação, pedir também a extinção e a  
3438 proibição disso.

3439 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3440 **e Cidadania - ITTC)** – Eu acho que é complexa essa discussão em que sentido? É,  
3441 eu acho que averiguar, porque assim, eu acho que é sempre complexa essa  
3442 discussão, porque assim, é óbvio que é muito absurdo, mas no âmbito da pessoa

3443 individualmente que está ali empresa, eu não sei se, por exemplo, o desejo dela de  
3444 comer uma coxinha e aí a gente faz uma coisa que a gente falar assim: "Ah, vamos  
3445 proibir de ter coxinha?" E daí para a pessoa que está ali individualmente é horrível  
3446 proibi de ter coxinha, ainda que sejam todas as pessoas que vão poder comer  
3447 coxinha e etc.. Mas eu acho que talvez tem algumas coisas que a gente pode  
3448 pensar, e que está errado mesmo, mas no âmbito individual de quem está ali no  
3449 cumprimento de pena, qualquer coisa faz diferença. Então, talvez a gente possa só  
3450 questionar, não sei, essa é a minha opinião, no sentido de para aonde está indo  
3451 esse dinheiro para entender, e aí eles vão dar a desculpa que eles quiserem, mas  
3452 é ainda que a gente saiba minimamente para aonde está indo esse recurso. Foi isso  
3453 que eles disseram?

3454 **Interlocutora não identificada** – Sim, só para complementar isso, só para  
3455 complementar assim, como o colega está falando, em algumas unidades e se  
3456 constrói salas para esses mercados, inclusive, com o dinheiro do Conselho e da  
3457 comunidade, em alguns lugares são as associações dos policiais que cuidam,  
3458 principalmente, as cantinas que começaram primeiro, em outros lugares é o  
3459 Conselho de comunidade e todos têm problemas, gente, todos tem problema.  
3460 Então, assim, Mato Grosso está criando uma cultura perigosa de transformar a  
3461 pessoa privada de liberdade fonte de recurso. Da onde vem esse recurso? É da  
3462 família pobre, é da aposentadoria da avó, é do trabalho de bico que a mulher faz.  
3463 Então, nós estamos tirando esse dinheiro dos pobres, a grande verdade é essa.  
3464 Então, assim, não só a Associação dos policiais, mas também os Conselhos de  
3465 execução penal. E a nossa luta tem sido difícil que hoje dentro dos Conselhos, ela  
3466 não é bem vista, porque ela tem questionado o tempo todo essa postura do  
3467 Conselho de comunidades. Obrigada.

3468 **Interlocutor não Identificado** – Ignorante no campo do direito, que sou  
3469 antropólogo, mas seria uma forma de solicitar para o MP averiguar o fracionamento  
3470 dessas lojinhas e o encaminhamento desses recursos?

3471 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3472 **e Cidadania - ITTC)** – Eu acho que pode.

3473 **Interlocutor não Identificado** – Talvez seja um encaminhamento.

3474 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3475 **e Cidadania - ITTC)** – Mas a gente pode provocar ele para fazer. Eu queria pedir  
3476 para a Débora, eu mandei para ela já por mensagem aquela que já estavam mais  
3477 formulada, mas depois vieram algumas outras aqui como sugestões do pleno. Se  
3478 você pudesse ler para a gente, Débora, por favor.

3479 **Interlocutor não Identificado** – Presidenta, só acrescentar o MPF também, que  
3480 tem alguns presos.

3481 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3482 **e Cidadania - ITTC)** – Sim.

3483 **Interlocutor não Identificado** – O MP federal.

3484 **Sra. Débora** – Vamos lá. "Implementação do mecanismo estadual. Proibição de  
3485 armas letais e não letais no socioeducativo." Nesse caso aqui a gente pode enviar  
3486 a recomendação do CNPCT. "Equipes de saúde completa e presentes nas  
3487 unidades. Chamar servidores para completar quadros dos concursos com validade.  
3488 Capacitação dos funcionários em geral com relação a manejo em saúde mental.  
3489 Interromper a colocação de pessoas LGBTQIA **em alas destinadas a religiosos,**  
3490 **consideradas as reiteradas denúncias de práticas violentas contra essa**  
3491 **população. Que a administração penitenciária aplique a Resolução 348 do**  
3492 **CNJ, que se refere aos procedimentos de autodeclaração e autodeterminação**  
3493 **da identidade de gênero e/ou orientação sexual, sendo a autonomia da pessoa**  
3494 **o elemento para a sua admissão dos espaços específicos de convivência, alas**  
3495 **Igfts, sendo admitida também a consulta da população LGBT sobre a**  
3496 **admissão de pessoas nesses espaços em uma perspectiva de administração**  
3497 **compartilhada. A fiscalização da Secretaria estadual de saúde do CRM sobre**

3498 os prontuários Médicos, receitas, administração e estoque de medicamentos,  
3499 com a finalidade de apurar possível contenção química e hipermedicação.  
3500 Questionar a falta de fiscalização das residências terapêuticas. Oficiar a  
3501 direção da unidade e Secretaria de administração penitenciária para  
3502 questionar de onde vêm os recursos que são vendidos na cantina e para  
3503 aonde vai o dinheiro? Esse aqui é para o socioeducativo. Oficiar a direção das  
3504 unidades que foram, não é vistoriadas, mas que estão no relatório do  
3505 mecanismo e a Secretaria de administração penitenciária o porquê da  
3506 diminuição da quantidade de alimentos que podem ser levados pela família. E  
3507 oficiar o Ministério público para averiguar o funcionamento das cantinas e  
3508 para aonde vai os recursos." Está faltando alguma coisa?

3509 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3510 **e Cidadania - ITTC)** – Eu não sei se eu entendi mal, mas assim, do socioeducativo  
3511 não tem cantina, está bem? É só no prisional.

3512 **Sra. Débora** – Ah, não tem, não é? Está bem.

3513 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3514 **e Cidadania - ITTC)** – É só no prisional. A outra coisa que a gente tinha colocado  
3515 como observação é que, quando a gente fala para tirar a população LGBT das alas  
3516 religiosas, dá a entender que nós estamos validando as alas religiosos e isso é  
3517 proibido na diretriz de assistência religiosa.

3518 **Sra. Débora** – Ok.

3519 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3520 **e Cidadania - ITTC)** – O espaço da cadeia é um espaço laico.

3521 **Sra. Débora** – Não, esse aqui eu já tirei. Mais alguma coisa?

3522 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3523 **e Cidadania - ITTC)** – Eu não sei se entrou aí a questão de questionar as respostas,

3524 não é? Dos vários encaminhamentos que a gente faz principalmente, para Ministério  
3525 público e de outras instituições de fiscalização.

3526 **Sra. Débora** – Quais seriam essas instituições? Você sabe me informar? Que a  
3527 gente já pode enviar para eles.

3528 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3529 **e Cidadania - ITTC)** – Principalmente, a Secretaria.

3530 **Sra. Débora** – A Secretaria de administração penitenciária?

3531 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3532 **e Cidadania - ITTC)** – E Ministério público. Tem mais algum outro ponto que  
3533 queira... Alguém tem discordância em relação a esses encaminhamentos que foram  
3534 propostos? Você falou alguma coisa, Jaque? Ah, está bem. Bom, então, vamos  
3535 passar aqui para o próximo ponto de pauta, é que seria a questão da deliberação  
3536 da vice-presidência. Eu falei em algumas reuniões, só que eu acho que não falei  
3537 para todo mundo e nem aqui, eu vou sair do ITTC, então, eu mesmo, Sofia, vou sair  
3538 da vice-presidência, mas tem a minha suplente, que vai virar titular, e vai ter outra  
3539 Suplente aqui ocupando a cadeira do ITTC nesse espaço. Mas essa questão que  
3540 está aqui nesse ponto de pauta é, porque eu mandei no grupo, que tem um parecer  
3541 da CONJUR em relação aquele pedido que a gente tinha feito para a vice-  
3542 presidência, ela não ser alterada conforme está disposto na lei. Eu não sei se todo  
3543 mundo teve tempo de ler o parecer da CONJUR ou não, eu estava aqui com a  
3544 Fernanda, que ela teve que sair, mas ela volta e ela tinha me falado algumas coisas  
3545 sobre o parecer que eu desconheço assim um pouco, porque não é muito a minha  
3546 área de atuação essas questões mais administrativas do direito. Mas pelo que eu li  
3547 aqui do parecer, não tem nada especificamente da questão de mérito em si, tem  
3548 algumas formalidades ali de como deveria estar escrito esse parecer e que ele deve  
3549 ser representado, mas o que a Fernanda me disse, vou até abrir o parecer aqui,  
3550 porque seria uma questão de quando fosse da conveniência... Espera aí que eu vou  
3551 ler um pedaço aqui. "Questão de oportunidade conveniência, que poderia enfim,

3552 talvez ter algum tipo de entendimento que fosse possível uma mudança". E aí como  
3553 ela estava dizendo aqui, bom, enfim, quem teve essa oportunidade de conveniência  
3554 foi o próprio Ministério e o próprio Ministério que fez a nota, que foi enviada para a  
3555 CONJUR. Então não acho enfim, mas quando era também voltar, ela pode explicar  
3556 melhor essa questão, não acho que a gente teria um problema técnico sobre isso,  
3557 acho que teria que reapresentar talvez essa nota com esses pontos que são pontos  
3558 mais enfim, de redação aqui da nota. Mas talvez fosse só isso. E aí aproveitar que  
3559 a Érica está aqui do meu lado, a gente conversou e conversou só eu e ela, e  
3560 conversou também na última reunião que a gente teve com a Isadora, e a gente  
3561 começou, inclusive, sobre essa questão da vice-presidência. E aí sim a Erika quiser  
3562 falar a posição também do Ministério dos direitos humanos, eu acho que pode ser  
3563 importante em relação a esse tema.

3564 **Sra. Érica Meirelles (Coordenação do Gabinete da Secretaria Nacional de**  
3565 **Promoção e Defesa dos Direitos Humanos)** – Obrigada, Sofia. Boa tarde a todas  
3566 as pessoas presentes. Meu nome é Érica Meirelles, estou na Coordenação do  
3567 gabinete da Secretaria nacional de promoção e defesa dos direitos humanos. Bom,  
3568 eu havia conversado com a Sofia e também em um diálogo junto ao Bruno, que vai  
3569 compor aqui que o atual ouvidor nacional de direitos humanos. Pelo Ministério, nós  
3570 temos uma posição favorável, não há qualquer impedimento em termos de má  
3571 vontade Política, por assim dizer, e até a nossa posição apresentada de que a gente  
3572 possa somar esforços para viabilizar tecnicamente e poder dar subsídios a decisão  
3573 do Ministro, que tem essa segurança jurídica, apesar do parecer da CONJUR. Então  
3574 estamos abertos, inclusive, até sinalizei para que a Fernanda estivesse também  
3575 com uma leitura possível na sustentação e a gente também pudesse somar o  
3576 esforço de garantir uma nota técnica e talvez até pelo Comitê se quisesse  
3577 apresentar, se quiser também enfim, acho que para gente é muito bem-vindo. Então  
3578 acho que o primeiro ponto que é a vontade Política gente já manifesta, a partir daí  
3579 como viabilizar.

3580 **Interlocutora não identificada** – Então, lembrando que a gente conversou isso já  
3581 tem um tempinho e esse parecer da CONJUR vem por uma nota técnica que foi

3582 feita na Coordenação de combate à tortura já falando isso. Então, eu acho que são  
3583 dois pontos em dois momentos, primeiro que assim, a gente vem pedindo a  
3584 manutenção da sociedade civil na vice-presidência do Comitê por alguns pontos,  
3585 não é? Porque nem todos os Ministérios ainda estão nomeados do Comitê nacional,  
3586 então, assim, eles não participam muito da reunião. Ministérios que ainda não estão  
3587 nomeados, participam mais, que é o Ministério de igualdade racial, mulheres que  
3588 participam sempre não estão. Então, por isso que a gente vem solicitando a  
3589 manutenção da sociedade civil na vice-presidência. E queria lembrar que no mundo  
3590 da Política tudo é acordo. Quando a lei do Comitê foi feita lá atrás, a Presidente  
3591 Dilma Rousseff fez as negociatas. Então, assim, o Ministro é sempre Presidente,  
3592 porque a Presidenta falou: "E eu só assim você o Ministro for." Então, agora é hora  
3593 da gente repactuar, inclusive, a minuta lá que foi de alteração, a gente fez essas  
3594 mudanças todas que ainda não foram encaminhadas para o Presidente da  
3595 República, que a gente espera que seja ainda este ano que assine com algumas  
3596 alterações. Então, assim, eu sinceramente não acredito que nenhum outro órgão do  
3597 governo vai querer a vice-presidência. Então, a gente já pactuaria isso hoje nessa  
3598 reunião que também já validaria. E assim, eu acho também que a gente precisa  
3599 entender algumas coisas, a gente já viveu esse momento do Comitê nacional de  
3600 que muitas vezes o parecer da CONJUR vai valer como a última palavra. Mas a  
3601 gente pode entender também que é discutível e que muitas vezes não, porque em  
3602 outros momentos a gente questionava isso. Então, eu acho que é pactuar entre  
3603 todos os membros do governo que estão na reunião e dizer: A gente entende  
3604 também que é a vice-presidência da sociedade civil. Eu acho que este é o caminho.

3605 **Interlocutor não Identificado** – Boa tarde, eu li o parecer. De certa forma, a  
3606 Patrícia contemplou algumas coisas que eu já ia falar, até, porque a gente  
3607 acompanhou uma época o histórico, inclusive, da criação da lei. Assim, eu acho que  
3608 nada contra o parecer, apesar do excesso de juridiquês ao meu ver, eu li o parecer.  
3609 De fato, acho que não está em desacordo no que diz a legislação, mas acho que o  
3610 entendimento que a gente deve partir é que o Comitê é um órgão político, é um  
3611 órgão político, um órgão de direitos humanos, inclusive falando em legislação do

3612 sistema nacional de combate à tortura fala da igualdade e a imparcialidade, da  
3613 universalidade, enfim, quer dizer, já é um problema enfim, isso tem uma questão  
3614 histórica, inclusive na época isso promoveu uma certa até desarticulação das  
3615 instituições que faziam composição do Comitê antes da criação da lei, muito do que  
3616 foi discutido na época, uma vez a lei que foi aprovada sem levar em consideração  
3617 alguns debates que foram realizados anteriormente, entre a lei federal que cria o  
3618 sistema, dentre eles a alternância da Presidência, a Presidência ficando um ano o  
3619 mandato com a sociedade civil, outro mandato com o estado e sempre fazendo  
3620 essa, como funciona a maioria dos Conselhos de políticas públicas e os comitês  
3621 também no Brasil. Assim, eu acho que a grande questão essa lei que evidentemente  
3622 eu acho que não há, dificilmente há conjuntura favorável para a modificação da lei.  
3623 Nesse sentido, entendendo o Comitê como um órgão, sobretudo, político, eu acho  
3624 que a gente tem um compromisso político com o Ministério, assim, uma Política a  
3625 gente sabe que há diversas conjunturas, mas a gente entende que essa conjuntura  
3626 é favorável, enfim, eu acho que a gente, enquanto Comitê, enquanto esse coletivo  
3627 tem que garantir que a vice-presidência, ela permaneça com a sociedade civil.

3628 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3629 **e Cidadania - ITTC) –** Obrigada. Eu acho, gente tem uma questão aqui que é meio  
3630 complexa dessa reunião, porque o posicionamento da sociedade civil está muito  
3631 claro o que a gente entende. O posicionamento do governo, a Erika falou aqui em  
3632 relação ao Ministério dos Direitos Humanos, mas a gente tem poucos  
3633 representantes do governo, de fato aqui na reunião. Então, a gente fica com uma  
3634 questão complexa, mas de todo modo, o qual foi estabelecido, então, se de todo  
3635 modo a gente estabelecesse uma votação aqui, que está aqui no pleno vai fazer  
3636 uma votação aqui. Eu acho que, mas que eu acho que na verdade, de todo modo,  
3637 não tem muito uma questão aqui, porque talvez fossem apresentar essa nota com  
3638 esses parâmetros técnicos e enquanto isso, a vice-presidência, ela continua com a  
3639 sociedade civil até que esse processo seja concluído até o final dele. Eu entendo  
3640 que a mais por aí o caminho, ainda mais que a gente não tem ninguém se opondo

3641 no sentido contrário de que isso aconteça. Então, acho que a gente pode  
3642 permanecer assim e... Fique a vontade.

3643 **Interlocutor não Identificado** – Esclarecimentos. Então, essa nota técnica ela aqui  
3644 vai passar pelo jurídico, é isso, do...

3645 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3646 **e Cidadania - ITTC)** – Ela passou pela CONJUR e aí ela teve um parecer, e aí esse  
3647 parecer enfim, tem vários espectros que são de redação e etc., mas ali do que eu  
3648 vi assim, eu acho que não tem nada muito conclusivo de que não possa contanto  
3649 que tenha quem fez a nota ali mesmo que está dizendo que entende que seria o  
3650 caso de ter essa alternância em um pacto mais político do que qualquer outra coisa.

3651 **Interlocutor não Identificado** – E também, Sofia, eu acho que só acrescentando,  
3652 acho que uma coisa importante também para a gente pactuar aqui que a vice-  
3653 presidência da sociedade civil não pudesse ter duas reconduções consecutivas,  
3654 assim, para a gente até ter a perspectiva do equilíbrio mesmo entre as instruções.

3655 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3656 **e Cidadania - ITTC)** – Assim, porque eu acho assim, o ITTC está na vice-  
3657 presidência desde que eu estou aqui na vice-presidência, que fazem quase sei lá,  
3658 2 anos e alguma coisa, e meio, não sei porque a gente demorou para tomar posse  
3659 e aí depois para conseguir fazer essa nota aqui precisava pactuar aqui, então, o  
3660 ITTC continuaria até se resolver a questão, mas eu concordo, mesmo, porque dá  
3661 muito trabalho. Então, assim, é muito importante que tenha um fluxo de outras  
3662 pessoas, outras ideias, pessoas que conduzam de modo diverso, a reunião e os  
3663 trabalhos. Então, eu acho que talvez até essa questão de ser resolvida, e aí de fato  
3664 também vai ter uma outra pessoa que vai poder oxigenar aqui outras coisas que  
3665 vão ser a minha suplente, que vai virar a minha titular. E também junto com isso,  
3666 acaba com o nosso mandato, eu não sei se acaba o mandato de todo mundo, não  
3667 é? Não sei quem vai querer se reeleger, quem vai de fato estar aqui no próximo.  
3668 Então, eu acho que é isso. O meu último de trabalho no ITTC é no dia 15, então,

3669 assim é a minha última RO, eu vou ficar até o dia 15, então, as próximas atividades  
3670 que tiverem até lá eu vou participar e aí depois a minha suplente, ela veio ao  
3671 encontro dos comitês e mecanismos, eu não sei se algum de vocês conheceram  
3672 ela, que é a Kim, e aí ela vai ficar no meu lugar. Eu não sei, eu acho que esse ponto  
3673 é aqui de pauta era isso assim, não acho que tem mais nada para a gente debater  
3674 em relação a isso. Mais alguém tem algum ponto para falar sobre isso? Então, a  
3675 gente pode considerar que ninguém se opôs, então, que a vice-presidência  
3676 permaneça com a sociedade civil, com os compromissos de que, ao final desse  
3677 processo todo, também tenha essa alternância da instituição que está aqui na vice-  
3678 presidência do Comitê, que seja outra instituição.

3679 **Interlocutora não identificada** – Acho que precisa consignar na ata que ninguém  
3680 se opôs e que a vice-presidência vai continuar com o ITTC, porque nenhuma  
3681 organização também da sociedade civil pleiteou esta mudança. Então, o que a  
3682 gente tinha pactuado é que continuaria com o ITTC, então, acho que isso precisa  
3683 ficar bem ratificadinho na ata.

3684 **Interlocutor não identificado** – Eu tenho uma dúvida, porque essa nota ela aqui  
3685 já foi aprovada e deliberada, o parecer trata tão-somente parece de questões de  
3686 ABNT, de adequação, a gente precisa votar novamente?

3687 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3688 **e Cidadania - ITTC)** – Pelo que eu li do parecer, é, porque tem esse último ponto  
3689 que fala da conveniência e tal, mas o que eu entendi foi meio assim, reescrevo e  
3690 me apresento de novo, o parecer, eu falei de novo que não é um tema que eu  
3691 entendo profundamente, mas tinham coisas ali de espaçamento. É, então, ela falou  
3692 que tinha dez minutos, não, a leitura dela é um pouco mais avançada, vai ser  
3693 buscada aqui que é o que a gente vai falar aqui. Mas assim, mas não, é isso, mas  
3694 assim ela falou um pouco da questão do mérito ali, mas ela falou que acha que em  
3695 dez minutos, então, a gente também pode esperar ela voltar em dez minutos só  
3696 para ela falar essa questão, mas eu acho que não muda nada nessa questão que a

3697 gente está discutindo aqui que ela vai poder falar com mais precisão o que ela  
3698 estava dizendo.

3699 **Interlocutora não identificada** – Olha só, no mundo do juridiquês e sem  
3700 embromation, em boa e velha prática. Então, assim...

3701 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3702 **e Cidadania - ITTC)** – Eu acho que é isso. E também até o processo ter o seu fim  
3703 a gente continua da forma como está.

3704 **Interlocutora não identificada** – Eu ia falar uma coisa aqui, uma das coisas que  
3705 também a gente estava discutindo esses pontos todos aqui, que a Érica está  
3706 fazendo um esforço bastante grande, eu queria que agradece o informe também  
3707 aqui sobre as anuências para a participação dos outros membros de governo.  
3708 Então, se a Erika também puder dar esse informe.

3709 **Sra. Érica Meirelles (Coordenação do Gabinete da Secretaria Nacional de**  
3710 **Promoção e Defesa dos Direitos Humanos)** – Bom, nós temos a proposta de  
3711 atualização do Decreto enfim para uma revisão da composição do Comitê. E aí  
3712 restavam ainda duas anuências pendentes da SRI basicamente e do Ministério da  
3713 saúde, mas felizmente nós conseguimos efetivar, então, agora vamos caminhar  
3714 para a publicação. Então, só para dar essa notícia, que eu sabia que era um pleito  
3715 muito justo e foi colocado bem no começo dessa gestão. Então, com todas as  
3716 tramitações, agora a gente fica feliz de poder, então, noticiar isso, na última reunião  
3717 ordinária. Então, vamos avançar com a reformulação, então, da composição do  
3718 Comitê. É isso.

3719 **Interlocutor não Identificado** – Enquanto membro representante do governo,  
3720 conversando com os parceiros aqui dos direitos humanos, mas também não nos  
3721 opormos em relação, politicamente, em relação a essa possível decisão,  
3722 aguardando a nota técnica.

3723 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3724 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada. Bom, teriam dois outros pontos aqui da pauta, que  
3725 seria o PL das saídas temporárias que foi a Fernanda que propôs, mas antes dela  
3726 sair, ela também propôs a retirada da pauta, porque ela acha que isso não vai entrar  
3727 em votação por agora. E como era o ponto dela e como ela não está aqui agora  
3728 também, eu acho que não faz sentido. E esse informe parcial do GT da audiência  
3729 de Custódia, que era um ponto da pauta, seria um ponto importante também enfim  
3730 que o pessoal da APT tivesse, porque, embora enfim, o GT de audiência de  
3731 Custódia seja um GT que é formado pelo Comitê e tal, eles também participaram.  
3732 Então, a gente poderia aproveitar talvez a vinda da Sílvia da APT amanhã e tratar  
3733 desse tema amanhã.

3734 **Interlocutora não identificada** – Na verdade, ele entrou em dia errado, porque ele  
3735 já tinha pedido para ser amanhã.

3736 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3737 **e Cidadania - ITTC)** – É que com a mudança da alteração da pauta acabou vindo  
3738 para hoje, mas ela tinha pedido que fosse amanhã, que hoje seria inviável, porque  
3739 ela tinha uma reunião. Então, esse ponto fica para amanhã e aí a gente teria que  
3740 incluir aqui, eu não sei se isso é hoje ou amanhã enfim, de todo modo, tem a Portaria  
3741 da caravana e direitos humanos, que foi nos enviada e a gente deveria enfim, dizer  
3742 se a gente concorda e quer anuir e assinar a Portaria conjuntamente. Então, eu não  
3743 sei, talvez fosse bom fazer uma leitura e amanhã a gente chegar enfim, um  
3744 consenso aqui com o pleno sobre esse ponto lembrando que aí eu vou passar de  
3745 novo para a Érica, porque ela vai, porque esse foi mandado também para o CNDH  
3746 e para o mecanismo nacional. E aí acho que Érica pode dizer aqui sobre o  
3747 posicionamento dos dois órgãos.

3748 **Sra. Érica Meirelles (Coordenação do Gabinete da Secretaria Nacional de**  
3749 **Promoção e Defesa dos Direitos Humanos)** – Bom, o CNDH, na verdade, a gente  
3750 aguardou posicionamento que deve vir hoje, encontrei o Presidente ainda pouco,  
3751 enfim, mas a princípio o indicativo é que entregasse também hoje a partir de uma

3752 discussão em reunião. Já o mecanismo manifestou anuência com duas  
3753 contribuições, uma de que as reuniões fossem periódicas, então, é uma  
3754 preocupação justa para que seja uma função continuada, vamos dizer assim, da  
3755 reflexão e da construção das caravanas e outra questão apontada é de que o grupo  
3756 lá indicado, que é uma coletiva, possa ter um trabalho que participe desde o começo  
3757 da construção, que o mecanismo e assim conseqüentemente do Comitê enfim os  
3758 demais não seja apenas para vamos dizer assim, do dia da visita em si e da  
3759 atividade em si, mas também do processo de elaboração e de preparação da  
3760 caravana. Então, é basicamente isso, foram duas contribuições, mas já com a  
3761 anuência do mecanismo. Já está no sistema, inclusive.

3762 **Interlocutor não identificado** – Desculpa...

3763 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3764 **e Cidadania - ITTC)** – 18 e 19 de dezembro no Rio de Janeiro, espera aí que eu  
3765 tenho as datas também.

3766 **Interlocutor não identificado** – 18 e 19 de dezembro no Rio de Janeiro. Desculpa  
3767 a pergunta...

3768 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3769 **e Cidadania - ITTC)** – Mas o Rio está discordando um pouco disso.

3770 **Interlocutor não identificado** – Queria saber se nessa caravana tem a participação  
3771 também do Ministério da saúde?

3772 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3773 **e Cidadania - ITTC)** – Até onde eu sei a inovação agora seria a participação do  
3774 Ministério da saúde e Ministério da justiça, não é? Como convidados.

3775 **Interlocutora não identificada** – Também, até, porque o Ministério da saúde hoje  
3776 tem dialogado muito com a gente na questão enfim, da saúde do sistema prisional.  
3777 Então, é fundamental.

3778 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3779 **e Cidadania - ITTC)** – Das caravanas? Ah, não, sim, eu acho que era só um ponto  
3780 para que a gente lesse a Portaria para já vir amanhã com ela mais fresca para saber  
3781 se a gente vai anuir e de fato a Portaria ou não ou se a gente tem alguma sugestão  
3782 para a mudança na Portaria. Bom, enfim, eu acho que a gente acabou aqui todos  
3783 os pontos da pauta com o tempo meio recorde aqui, não sei amanhã se vai... O

3784 **Interlocutor não identificado** – Sônia, isso nunca aconteceu. Gostaria só de fazer  
3785 o registro, amanhã o meu voo para as 10h50, tenho compromisso manha em Niterói  
3786 na parte da tarde, infelizmente não sei se tem condições de chegar aqui e se isso  
3787 vai ser produtivo para depois ir para o aeroporto, mas caso eu não esteja aqui na  
3788 parte da manhã, quero agradecer a vocês pela acolhida, pela reunião, ainda que no  
3789 primeiro dia aqui no Comitê nacional, e desejar sucesso a todos vocês aí e muita  
3790 luta nesse final de ano.

3791 **Interlocutora não identificada** – Lembrando que ele vai entrar remotamente,  
3792 mesmo no aeroporto pelo link.

3793 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3794 **e Cidadania - ITTC)** – Olha, a última coisa seria essa revisão dos  
3795 encaminhamentos, mas a gente acabou de revisar todos os encaminhamentos que  
3796 foram feitos, então, acho que não faz questão, não tem necessidade nenhuma  
3797 disso. Só queria perguntar se alguém quer falar alguma, que que enfim... Que  
3798 documento? Então, é assim, quanto a isso, eu tinha pedido a Thamires já faz mais  
3799 ou menos um mês, mas ela estava muito atarefada com muitas coisas, que era uma  
3800 tabela com todos os encaminhamentos que foram feitos pelo Comitê e esse ano e  
3801 se esses encaminhamentos foram enviados e qual o status desse encaminhamento.  
3802 E aí agora a Thamires está de licença e eu pedi para a Débora, então, para que ela  
3803 pudesse elaborar essa planilha e até para a gente ter como histórico isso. E acho  
3804 que a gente poderia criar esse hábito, a gente junto com a Coordenação e eu digo  
3805 que tem esse papel fundamental nessa reunião, de a cada final de reunião, porque  
3806 era algo que eu já tinha falado em bastante tempo atrás que era uma tabela que eu

3807 tinha feito, mas que a gente tem essa memória daquilo que a gente vai pedido como  
3808 encaminhamento, porque senão as coisas ficam muito soltas e às vezes a gente  
3809 não lembra mais o que a gente pediu e também não sabe e não consegue retomar  
3810 qual é o encaminhamento, o que está acontecendo agora, se a gente precisa  
3811 reiterar, precisa fazer outra coisa. E aí a Debora me falou que ela conseguiria fazer  
3812 isso em 15 dias e talvez fosse uma tabela que a gente possa ter acesso enfim, para  
3813 tentar olhar para ela depois. Ela existe, mas ela não está alimentada, está parada.  
3814 Então, é isso, se alguém quiser falar mais algum ponto a gente abre esse ponto.  
3815 Você quer falar alguma coisa, Maria Clara?

3816 **Sra. Maria Clara** – Peço desculpas, eu tive que me ausentar por conta da primeira  
3817 reunião do observatório de direitos humanos do poder Judiciário do CNJ. Oi, Erika.  
3818 E só para ressaltar que eu coloquei na minha fala dois pontos principais, a  
3819 necessidade de um protocolo para julgamento de casos envolvendo vítimas de  
3820 violência institucional e também as necessidades de enfrentamento à tortura e  
3821 especificamente as audiências de Custódia presenciais. E coloquei a disposição  
3822 para fazer essa ponte com o Comitê nacional de prevenção e combate à tortura,  
3823 com o CNJ sobre isso, elas se mostraram bastante, o Ministro Barroso e as demais  
3824 Conselheiras se mostraram bastante à disposição. Então, eu realmente peço  
3825 desculpas, mas acho que esse espaço pode ser utilizado para a gente fazer essas  
3826 incidências que envolvem o poder Judiciário.

3827 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3828 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada, Maria Clara. Então, eu acho que a gente pode  
3829 encerrar o nosso primeiro dia de reunião e aí a gente volta amanhã às 9h da manhã.  
3830 Tem mais alguma coisa que queira falar? Ah, a Fernanda está aqui, ela pode falar  
3831 desse ponto que... Não, era só um esclarecimento que você tinha falado para mim  
3832 sobre a nota técnica, que eu não soube explicar direito... Você só...

3833 **Sra. Fernanda** – Não, a questão é a seguinte, eu vi que o parecer da CONJUR  
3834 replica o dispositivo legal, que na verdade já estava disposto na nota técnica da  
3835 própria Coordenação, não é? Então, a Coordenação, pelo que eu entendi, eu não li

3836 a nota técnica inteira, mas pelo que eu entendi do recorte que foi colocado ali do  
3837 parecer, a nota técnica da Coordenação que integra o Ministério foi dizendo o  
3838 seguinte: Olha, existe esse dispositivo legal, mas o nosso entendimento é que pode  
3839 continuar aqui a vice-presidência com essa atividade no lugar do Ministério. Então,  
3840 seria uma prerrogativa do Ministério que o próprio Ministério estaria abrindo mão,  
3841 então, no meu entendimento seria aí um posicionamento de conveniência e  
3842 oportunidade para algum político. Nesse aspecto, o parecer da CONJUR não  
3843 adentrou o mérito, porque eles falaram do dispositivo legal, mas não mencionaram  
3844 essa deliberação de conveniência e oportunidade. Na verdade, no final eles chegaram  
3845 a mencionar que seria necessário se adequar a nota técnica as previsões que foram  
3846 colocadas, exceto as questões de conveniência e oportunidade. Então, eu acho que  
3847 nesse sentido, a própria CONJUR teria dado essa autorização para que se  
3848 mantivesse a vice-presidência na forma como foi colocada na própria nota técnica,  
3849 considerando aí sendo um direito que o próprio Ministério estaria abrindo mão dessa  
3850 posição, não é? Então, é isso.

3851 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3852 **e Cidadania - ITTC)** – Então, era isso que eu tentei explicar e que a Fernanda trouxe  
3853 aqui e aí acho que com isso a gente encerra o nosso primeiro dia de reunião de  
3854 amanhã a gente se encontra às 9 h.

3855 **Interlocutor não Identificado** – Só uma observação, amanhã vai ter alguém do  
3856 MDH aqui, do Ministério do desenvolvimento... Não, desculpa, MDH não, MDS,  
3857 Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Ah, está bem ela vai falar  
3858 sobre as comunidades terapêuticas, não é? A Portaria.

3859 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3860 **e Cidadania - ITTC)** – Quem vai falar é o mecanismo nacional.

3861 **Interlocutor não Identificado** – Ah, está bem, eles vão estar discutindo isso, não  
3862 é?

3863 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3864 **e Cidadania - ITTC)** – É. O ponto foi o mecanismo nacional que trouxe como ponto  
3865 de pauta, mas com a participação de todos.

3866 **Interlocutor não identificado** – Perfeito. O nosso departamento não tem nenhum  
3867 financiamento e nem tem comunidades terapêuticas sobre a nossa  
3868 responsabilidade, isso é deles, não é? E a nossa orientação é sempre estar  
3869 contrário, por exemplo, a perspectivas que envolvem a desinstitucionalização de  
3870 manicômios, sejam eles convencionais ou judiciários. É só para apimentar o debate  
3871 de amanhã. Na própria lei das comunidades terapêuticas está dito lá em um dos  
3872 artigos que não é perfil para a desinstitucionalização levar as pessoas para lá.  
3873 Então, já deixo aí a Pimenta no ar.

3874 **Interlocutor não identificado** – Colocar outra? Não, então, com base na  
3875 reportagem do Fantástico de domingo, o Conselho nacional de assistência social,  
3876 Assistência Social é uma Política, serviço social é uma profissão, não é o CFESS,  
3877 mas o Conselho Nacional de Assistência Social reconheceu o que a gente já sabia  
3878 que as comunidades terapêuticas não fazem parte da Política, não faz parte da  
3879 Política dessa aparência social e nenhum equipamento no âmbito do SUAS, do  
3880 Sistema Único de Assistência Social.

3881 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3882 **e Cidadania - ITTC)** – Bom, aí acho que é ponto para discussão de amanhã. Queria  
3883 agradecer a presença de todo mundo, e todo mundo que está aqui presencialmente  
3884 e as pessoas que participaram da reunião também de forma on line e  
3885 principalmente, os convidados que vieram de outros estados para participar da  
3886 nossa reunião.

3887 **Interlocutor não identificado** – E agradeço esse primeiro dia de retorno.

3888 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
3889 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada e bem-vindo. Bom, então, está encerrado, gente.

3890 **42ª RO do CNPCT-Dia 2-1:**

3891 **Sra. Camila Barbosa Sabino** – Do sistema penal federal, a reprodução das práticas  
3892 do RBD, a reprodução das práticas do regime diferenciado disciplinar, que nós já  
3893 temos uma leitura que envolve diversas violações, que está sempre tendendo ao  
3894 isolamento das pessoas, que está sempre tendendo a violar direitos de familiares  
3895 com a justificativa da segurança, que está sempre tendo, por exemplo, conversamos  
3896 com pessoas, tivemos diversos relatos de que estava havendo apenas um banho  
3897 de sol por semana, dois banhos de sol por semana, quando a gente sabe que a lei  
3898 é muito clara, que nos garante banho de sol diários para a população carcerária,  
3899 inclusive, pessoas com RDB que, aliás, não é o caso da população prisional da  
3900 Itaquitinga II. As pessoas ficam a ficar muitas horas em isolamento, muitos dias.  
3901 Tivemos, podemos perceber também, tivemos a oportunidade de acompanhar um  
3902 pouco, não é, Viviane, da formação do FOCOPEN, uma formação bastante  
3903 arrojada, com profissionais assim, de alto nível teórico, porém nós não conseguimos  
3904 observar esse perfil arrojado nas práticas, na ponta, na privação de liberdade, no  
3905 chão da cadeia. O que nós observamos são práticas extremamente restritivas, onde  
3906 pessoas estão sendo submetidas a uma realidade de RDB, sem serem RDB.  
3907 Também verificamos uma baixa adesão de policiais e penais de Pernambuco as  
3908 atividades propostas, inclusive, até o secretário Rafael, ele comentou, ele nos falou  
3909 que enfim, foi renovada por mais seis meses a cooperação penitenciária no estado  
3910 de Pernambuco e que ele esperava que a polícia penal de Pernambuco aderisse  
3911 mais as informações da FOCOPEN, o que é um sinal de que não estava, não está  
3912 havendo uma grande adesão a essas atividades. Encontramos também em  
3913 Itaquitinga celas sem luz, ou seja, quando cai o dia as pessoas ficam mais completo  
3914 escuro, que é uma prática defesa pela nossa legislação, uma grande violação as  
3915 pessoas não terem uma luz na sua cela, estão expostos a vetores, há mosquitos,  
3916 não tem energia nas celas. As visitas, eu queria chamar assim a atenção para a  
3917 situação das visitas dessa unidade. Primeiro que é uma unidade dentro das canas,  
3918 lá para dentro do canal na mata norte, acho que nana foi lá, não é, nana? Lá é  
3919 muito isolado, muito complicado para as famílias terem acesso em um lugar que

3920 não tem nada, só tem canavial lá para dentro. Começa daí, então, a família chegam  
3921 lá às visitas a antes não podem entrar com água, não podem entrar com comida,  
3922 não podem beber água na hora da visita, não podem comer nada na hora da visita,  
3923 os familiares não podem haver um abraço entre a pessoa presa e o seu familiar, o  
3924 seu visitante, é proibido abraçar, que isso é uma violação extremamente cruel,  
3925 porque na verdade pode até ser considerado um método tendente a anular a  
3926 personalidade da pessoa de acordo com o conceito da Comissão Interamericana  
3927 para prevenir o crime de tortura, porque isso é uma coisa extremamente injustificada  
3928 e que desumaniza as pessoas em um grau muito severo. A revista que eles fazem  
3929 as pessoas presas lá, isso é uma prática da FOCOPEN infelizmente é uma revista  
3930 que eu tenho até vergonha de falar, porque o que as pessoas nos relataram é uma  
3931 coisa assim calamitosa, como, por exemplo, eles fazem essa revista todos os dias  
3932 para basicamente qualquer coisa. E é uma revista em que as pessoas presas, elas  
3933 têm que mostrar os seus órgão genitais, por exemplo, os homens têm que puxar o  
3934 seu prepúcio para mostrar para os policiais, isso na frente dos companheiros de  
3935 cela todos os dias. Tem que mostra também o orifício anal todos os dias na frente  
3936 dos companheiros de cela, isso para qualquer coisa, se você for sair da cela você  
3937 sempre vai fazer essa revista que a gente classifica como "Extremamente  
3938 vexatória". Temos e já comentei o isolamento como regra, banho de sol uma a duas  
3939 vezes por semana, inclusive, já até falei com o Rafael e com o Cladiovan para dar  
3940 uma atenção com relação a essa questão do banho de sol que deve ser diário.  
3941 Também tivemos relatos de uso de spray de Pimenta em celas fechadas. Ontem  
3942 nós tivemos uma reunião com a ONU, o mecanismo de justiça social na execução  
3943 da lei da ONU, e é um órgão de especialistas assim como nós que foi criado após  
3944 o episódio do assassinato sumário de George Floyd pela polícia americana. E nós  
3945 comentamos acerca de uso de armamentos e metais na privação de liberdade. E  
3946 uma das especialistas, a doutora Trace Kisser falou que, por exemplo, o spray de  
3947 Pimenta, para eles não é um armamento menos letal, é uma arma que é usada para  
3948 a dispersão de multidões, e é apropriada para o campo aberto. Então, o uso do  
3949 spray de Pimenta da privação de liberdade não atende a nenhum fio legítimo da  
3950 segurança pública, porque as pessoas não tenham oportunidade de se evadir, você

3951 não tem para aonde correr, você está preso em uma cela e você não tem para  
3952 aonde sair. E a mentalidade é levada, porque as pessoas, por exemplo, se a pessoa  
3953 tem alergia, tem uma crise de asma, sufoca, ela pode até morrer como nós já  
3954 tivemos relatos em outros estados, em outras unidades de óbitos em decorrência  
3955 desse tipo de utilização inadequada do spray de Pimenta na privação de liberdade.  
3956 Pode passar, Débora, por gentileza. Bom, já comentei que as visitas não podem  
3957 trazer alimentos, não podem abraçar a visita. É uma unidade frágil do ponto de vista  
3958 da segurança, sem moral e isolada. Foi inaugurada há um mês e agora está fazendo  
3959 dois meses, há 70 pessoas presas. Três pavilhões, apenas um em funcionamento  
3960 e chamamos a atenção também para hipermedicalização das pessoas privadas de  
3961 liberdade, mais uma vez, todas as pessoas internas no presídio de Itaquitinga estão  
3962 fazendo uso de medicamentos psicotrópicos, mais de um. Queria chamar a atenção  
3963 também para o fato de que a contenção química, o uso exacerbado desses  
3964 medicamentos que provocam sensação de você se topar, de você passar o dia  
3965 dormindo e passar o dia acordado também é um método que tende a anular a  
3966 personalidade da pessoa e, portanto, está circunscrito ao conceito da convenção  
3967 Interamericana para prevenir o crime da tortura, enquanto modalidade de tortura  
3968 não convencional. Pode passar, por favor, Débora. É, porque não está muito legal  
3969 essas fotos, mas aqui estão as fotos da alimentação e alguns relatórios que nos  
3970 mandaram, nós sempre pedimos a documentação para a unidade e nos relatórios  
3971 tem aí esse almoço, e de baixíssima qualidade, tem muita pele de galinhas, não  
3972 está em uma comida legal, uma comida meio nojenta mesmo, sabe, gente? Aqui  
3973 um outro relatório que a gente encontra um problema de recolhimento de lixo, acho  
3974 que Viviane não sei, me parece que não tinha recolhimento de lixo que eles tinham...  
3975 Não tem limpeza, eles estão muito sem a estrutura, inclusive, eu fui até no banheiro  
3976 das policiais penais e elas estavam sem papel higiênico, sabe? Até profissionais  
3977 que trabalham lá, os próprios policiais e penais, ele se estão muito precarizados,  
3978 não tem sequer estrutura de trabalho. Pode passar, Débora, por favor. Aqui a gente  
3979 percebe as cinco mais clarezas qual é a qualidade da comida, a gente está vendo  
3980 aí pele de galinha, osso sem carne sendo servido para as pessoas, o restos de  
3981 comida, mas na verdade é a boia de lá do presídio de Itaquitinga, muito precário,

3982 muito ruim, é humilhante, não é, gente, você comer uma comida como essa. Está  
3983 dando para ver aí? Ah, está bem, ótimo. Débora, se você... Oi? Débora, você tem  
3984 um documento aí nesse pen drive que tem assim: Portarias. Se você puder abrir ele  
3985 e colocar na tela, que eu queria comentar ainda ele, que foi uma coisa assim meio  
3986 grave e isso aí vem também das coisas que a FOCOPEN está trazendo para o  
3987 estado de Pernambuco que a gente precisa fazer no mínimo um freio de arrumação  
3988 e discutir um pouco mais certas coisas. A gente vai dar uma olhada agora nessa  
3989 Portaria que eu socializei como vocês, que entreguei uma cópia para cada um, trata-  
3990 se de uma Portaria que visa regulamentar as atividades de advogados do kit 2. Eu  
3991 queria comentar alguns artigos, foi proposta pela FOCOPEN e pela administração  
3992 de Pernambuco, tem também o nome da OAB de Pernambuco, mas não  
3993 conseguiu? Então, está bem, eu vou pedir para vocês acompanharem cai no papel,  
3994 por gentileza. Só abrir aqui, por gentileza. Não consegue abrir mesmo Word aí, não  
3995 é, Débora? Não está conseguindo, não é? Está bem. Então, essa Portaria conjunta  
3996 número 1 entre a Seres, OAB e TJPE número um, de 11 de setembro de 2023.  
3997 Primeiro ficamos sabendo que a OAB parece que não aderiu a esse documento,  
3998 não sei por que o nome da OAB não está aí, fiquei sabendo que não havia ciência  
3999 por parte da OAB, não sei se isso confere, mas ouvi rumores de que a OAB não  
4000 estava assinando esse documento. Então, não sei o que foi que aconteceu. Essa  
4001 Portaria se destina a disciplinar os procedimentos administrativos de marcação de  
4002 agenda de entrevistas com advogados no presídio de Itaquitinga 2. Certo? E em um  
4003 documento da FOCOPEN, se vocês forem observar tem a logo da SENAPPEN. Eu  
4004 peço a atenção para o seguinte, no primeiro parágrafo, no preâmbulo nós temos  
4005 aqui: "O gestor da unidade prisional 22, juntamente com o Coordenador da  
4006 FOCOPEN no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso IX do artigo 41  
4007 da lei 7210, de 11 de julho de 1984. Esse artigo 41, inciso IV não confere nenhuma  
4008 prerrogativa ao gestor da unidade prisional e a administração penitenciária, e nem  
4009 ao Coordenador do FOCOPEN de regulamentar a atividade de advogado nas  
4010 unidades prisionais. Então, já temos um problema a partir daí, da fundamentação  
4011 dessa Portaria. Temos algumas, alguns parágrafos, alguns dispositivos bastante  
4012 preocupantes nessa regulamentação, como por exemplo, a possibilidade da

4013 administração prisional, ela tirar cópia das anotações dos advogados, quando eles  
4014 vão conversar com as pessoas lá os advogados estão sujeitos a terem suas  
4015 anotações fotocopiadas pelas administrações das unidades, o que viola o direito à  
4016 ampla defesa da pessoa privada de liberdade. Nós sabemos que a relação  
4017 advogado e cliente é uma relação confidencial, que é uma prerrogativa profissional  
4018 do advogado que é o direito da pessoa sendo defendida. Então, nós não podemos  
4019 ter esse tipo de violação a atividade dos advogados, o trabalho dos advogados. Os  
4020 advogados, eles não podem entrar com nada do tipo, um relógio, não podem entrar  
4021 com nenhuma anotação, com nenhum papel, eles não podem entrar nem com uma  
4022 caneta, eles só podem entrar a caneta e o papel a ser dado pela administração,  
4023 certo? Eles colocam o tempo de cada entrevista será de até 50 minutos, que  
4024 também é uma designação arbitrária, porque seu advogado precisar de mais tempo  
4025 e mais conversa, ele tem o direito de exercer a sua prerrogativa de ficar mais de 50  
4026 minutos sim. Isso aí, esse dispositivo está aqui no item 4 do artigo segundo, está  
4027 bem? Deixa eu ver o que mais aqui. No parlatório, temos aqui no artigo quinto: "O  
4028 advogado devidamente trajado que observado o de acordo da sua classe será  
4029 conduzido ao parlatório, não podendo adentrar com nenhum material e folhas,  
4030 apontamento, canetas, relógios e outros." Ou seja, o advogado, ele não pode entrar  
4031 nem com uma folha de papel, está bem? Isso aí é uma coisa que a FOCOPEN está  
4032 trazendo, está bem, gente, isso é um documento da FOCOPEN, não é da polícia  
4033 penal de Pernambuco não, está bem? No parlatório deverá ser fornecido papel e  
4034 caneta lá às advogada, a administração vai dar no parágrafo primeiro. As eventuais  
4035 anotações realizadas deverão ser elegíveis e em hipótese, ou seja, ele quer  
4036 disciplinar até a elegibilidade do que o advogado, ele vai escrever no papel, está  
4037 bem? E em hipótese alguma poderão ser mostradas diretamente ao preso, ou seja,  
4038 na pode mostrar, não sei de onde vem essa proibição, mas enfim, em hipótese  
4039 nenhuma poderão ser mostradas diretamente ao preso através do vidro do  
4040 parlatório como forma de comunicação. Sendo que, aí a coisa pior que tenha essa  
4041 normativa aqui, como forma de comunicação, sendo que ao final da entrevista os  
4042 apontamentos do advogado poderão ser fotocopiados pelos servidores da a  
4043 verdade. Não dar, está bem? O material referente ao processo deverá ser enviado

4044 ao setor penal, através de petição para análise posterior da liberação ao gestor da  
4045 unidade prisional e Coordenador da FOCOPEN para a entrega ao preso. Ou seja,  
4046 o advogado, ele não pode entregar sequer um atestado de pena a pessoa presa,  
4047 está bem? É, eu estive, estou finalizando, está bem, gente? Eu tive uma reunião  
4048 com o secretário nacional de políticas penais e apresenta esse documento aqui a  
4049 eles, isso aí tem mais a menos uma vez que eu me reuni com ele e ele disse que  
4050 iria tomar providências com relação a isso aqui por que, aliás, está timbrado com o  
4051 logo da SENAPPEN. Aí tem duas cobranças a fazer para o SENAPPEN, Paula, se  
4052 você puder encaminhar. Primeira a saber o que a SENAPPEN vai fazer com relação  
4053 a isso aqui, está bem?, porque ele disse que ia tomar uma providência, mas não sei  
4054 qual era a providência que ele ia tomar e tal, inclusive, até sinalizei a ele que iria  
4055 denunciar esse documento aqui para a OAB federal, porém ainda não denunciei,  
4056 porque estou dando o tempo da SENAPPEN refazer alguma coisa e espero que já  
4057 tenha feito com relação a isso aqui que é flagrante desrespeito às prerrogativas de  
4058 advogado e ao direito de defesa de pessoas privadas de liberdade, está bem?  
4059 Então, primeiro eu queria um feedback com relação a isso aqui quando puder ser  
4060 dado, o quanto antes, de preferência. E também tem outra cobrança para gente  
4061 fazer, que é o ofício número 982 que mandamos para o secretário, para o senhor  
4062 Rafael Velasco, em que pedimos desde logo o compilado das referidas boas  
4063 práticas prisionais da FOCOPEN para a análise desse mecanismo, bem como o  
4064 conjunto das normativas federais incidentes, que compõem a referida, a delimitação  
4065 administrativa e/ou legal das atribuições próprias da força tarefa de cooperação  
4066 penitenciária. Então, nesse ofício, eu estou pedindo duas coisas: O conjunto das  
4067 boas práticas, que ele me falou muito das boas práticas da FOCOPEN e eu queria  
4068 um arrazoado dessas práticas da FOCOPEN para a gente poder, não vou soltar  
4069 relatório dessa visita técnica enquanto não tiver esse arrazoado. E também o  
4070 conjunto de normativas administrativas que compõem a força de cooperação  
4071 penitenciária, porque, por exemplo, a Portaria que instituiu essa cooperação de  
4072 força penitenciária em Pernambuco, ela só tem um parágrafo, ela não detalha e  
4073 precisamos assim desse arcabouço, esse conjunto de documentos administrativos  
4074 que compõem a atribuição administrativa legal da FOCOPEN, ou seja, os limites e

4075 a atuação, porque isso aqui, por exemplo, é claro e cristalino que isso não é  
4076 atribuição da polícia pena fazer esse tipo de normativa. Então, vamos para o debate  
4077 com relação à isso aqui. Então, Paula, são essas duas cobranças, porque a gente  
4078 não recebeu a resposta desse ofício, está bem? Vou te passar uma cópia. A gente  
4079 enviou no dia 10 de novembro, hoje está fazendo 19 dias. Aqui está o ofício e o  
4080 comprovante de envio pelo SEI e a gente queria o retorno desses documentos e  
4081 também, se possível, pergunta se há um retorno com relação à isso aqui, está bem?

4082 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4083 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada. Você acabou, Camilla? Obrigada pela  
4084 apresentação. Eu vou passar aqui a palavra primeiro para o Coutinho e, na  
4085 sequência, para o Ives.

4086 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**  
4087 **Enfermagem - COFEN)** – Bom-dia a todas e a todos. Realmente a leitura do  
4088 documento nos deixa assim meio preocupado se e estarecidos, eu não sou  
4089 advogado, mas pelo que a gente já conhece dessa vida que a gente leva  
4090 administrativa a muitos anos e mexendo com leis e normas, então, realmente é um  
4091 documento de afronta à todos os mecanismos legais que existem, está bem? Ou  
4092 seja, um grupo de pessoas deste órgão aqui resolveram fazer uma Portaria no  
4093 entendimento deles afrontando totalmente o direito dos presos, do advogado.  
4094 Então, realmente precisa tomar as providências com relação a esse documento  
4095 urgente, porque ele está em plena vigência, não é? E quando você fala que a OAB  
4096 não assinou, está a resposta que a OAB não assinou, não é possível que um  
4097 advogado ligado à OAB iria assinar um documento desse com um monte de  
4098 imprecisões. Bom, mas eu quero ter que eu tenho certeza que uma boa parcela dos  
4099 advogados, eles não assinaria um documento desse. Mas assim, no item, no inciso  
4100 IX, só para assim, de um dos itens que eu observei no inciso IX, do parágrafo  
4101 primeiro, do artigo segundo, e aí está na terceira página, diz assim: "Não serão  
4102 feitos agendamentos para o mesmo dia do envio do e-mail, salvo urgência." Bom,  
4103 aqui já tem uma aberração, esse salvo urgência vai ficar a critério de quem? É do  
4104 agente lá, da penitenciária, de quem está comandando isso? Ou seja, isso não pode

4105 em hipótese nenhuma, um documento precisa estar claro, objetivo, não é? Não  
4106 pode ter essa inconsistência que essa insegurança. Então, só este item e o resto já  
4107 foi delineado aí na sua fala. Está bom? Então, coloco aqui a minha preocupação em  
4108 relação a esse documento e também coloco no sentido de que precisa tomar  
4109 providência contra esse documento.

4110 **Interlocutor não identificado** – Oi, bem, bom-dia a todos e todas, com quem não  
4111 falei ainda. Eu tive dificuldade de encontrar pontos de legalidade nessa Portaria,  
4112 porque para mim ela é ilegal do início ao fim, começando pela Ementa, não é? A lei  
4113 complementar da Defensoria pública, o Estatuto da OAB não é tão claro, mas é  
4114 óbvio que o advogado não vai ter menos prerrogativas que o defensor público. O  
4115 Estatuto, a lei complementar da Defensoria pública diz, eu fui pesquisar aqui o artigo  
4116 128, inciso vi: São prerrogativas dos defensores públicos e etc.: Comunicar pessoal  
4117 reservadamente com seus assistidos, ainda que eles se encontrem preso ou  
4118 detidos, independentemente de prévio agendamento. Então, assim, é ilegal do início  
4119 ao fim, se o defensor público não precisa de agendamento para conversar com o  
4120 seu cliente preso, o Estatuto do idoso é mais antigo, é de 94, não é tão explícito,  
4121 mas é óbvio que o advogado privado não vai ter dentro prerrogativas. Então, ela cai  
4122 toda, não pode sobrar nada, é óbvio que a administração penitenciária tem que ter  
4123 um pouco de organização, não tem como chegar lá trinta advogados de uma vez,  
4124 obviamente que se sabe que há haver um mínimo de organização para que tire o  
4125 preso da cela e coloque no local para a reunião com o advogado, isso é natural. Eu  
4126 compreendo que a administração penitenciária tem que disciplinar a reunião dos  
4127 advogados com o seu cliente para, mas sem ferir as prerrogativas da Defensoria e  
4128 da advocacia, tem que ser todo dia, tem que haver um mínimo de organização que  
4129 a administração tem que se virar para que isso seja organizado de modo que dê  
4130 segurança aos advogados, aos servidores e, aos agentes e as pessoas que estão  
4131 encarceradas. Então, eu não sei se está valendo, se foi assinado e publicado, mas  
4132 se foi eu acho que tem que haver uma representação. Bem, a OAB deve estar  
4133 sabendo, a OAB vai tomar as suas providências e chamar o Ministério público local

4134 para propor aqui uma ação contra essa Portaria, se ela foi assinada e publicada,  
4135 não é? É isso.

4136 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4137 **e Cidadania - ITTC) –** Maria Clara.

4138 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**  
4139 **Organizações Populares - GAJOP) –** Eu queria reiterar os pedidos da Camilla  
4140 para a SENAPPEN, assim, entendem de fato como que a SENAPPEN está  
4141 avaliando isso. Foi uma operação autorizada já tem muitos meses e isso não  
4142 explicita na Portaria de fato qual é a justificativa, mas da palavra dos próprios  
4143 servidores que estão aqui, eles disseram que é para lidar com a situação de crise  
4144 na gestão do sistema penitenciário de Pernambuco para atuar em Itaquitinga 2. Me  
4145 parece uma questão bastante anômala o que de fato justifica a presença da  
4146 FOCOPEN lá e é um cenário que agrava o fato de não ter de fato essa  
4147 regulamentação do trabalho da FOCOPEN, o que eles fazem, o que eles estão  
4148 fazendo enfim, qual é de fato a condução de vez. Isso daqui é reflexo disso, eles  
4149 estão regulamentando tudo e em conversas que a gente teve lá, eu quero dizer uma  
4150 coisa para vocês, isso aqui não é o pior, a regulamentação dos procedimentos de  
4151 revista que ainda também não foi publicado, a gente participou de algumas  
4152 conversas e tudo isso foi constatado pelo mecanismo da revista desmontamento  
4153 dos estados sendo regulamentado para eles também e em breve deverá ser  
4154 publicada. A ideia é que se regulamente. E é tudo muito grave, viola frontalmente  
4155 tudo que a gente tem assim de previsão legal sobre tratamento de pessoas privadas  
4156 de liberdade, é muito grave. Eles estão fazendo isso por conta própria com a  
4157 autorização do Ministério da justiça. Então, a gente precisa que de fato Ministério  
4158 da justiça lide de uma forma muito séria, porque a ideia é que em Itapetininga 2 seja  
4159 uma unidade de gestão modelo e gestão modelo pelo que se percebe muito voltada  
4160 para o que Camilla falou, esses presos é mais perigosos do estado sobre o critério  
4161 do próprio governo do estado, que define isso os critérios não existe critério de  
4162 transferência na verdade, a própria Secretaria de administração penitenciária, a  
4163 Seres, na verdade não é Secretaria dentro da Secretaria de direitos humanos e

4164 agora vai se tornar uma Secretaria é que determina que vai ser transferida, mas os  
4165 critérios não são transparentes, não sabem por que eles são transferidos. De fato,  
4166 é uma unidade que por si só pela localização, assim, é bastante violadora assim, a  
4167 gente tem um índice altíssimo de pessoas que saem das unidades prisionais de  
4168 Pernambuco que são assassinadas. Ali é um local ideal para que isso aconteceu.  
4169 Então, assim, é muito sério, peço assim reforços pedidos da Camilla, reforço,  
4170 inclusive, Camilla, que seja esse relatório enviado o mais breve possível e, inclusive,  
4171 para que seja acionado o tribunal de contas que eu acho que eles já fizeram  
4172 relatórios anteriores de atividades da FOCOPEN. Então, acho que essa é uma  
4173 avaliação assim, o gasto é exorbitante da presença da FOCOPEN lá, todos eles  
4174 recebem diárias e estão lá e isso não é uma crítica pessoalmente a eles, eu acho  
4175 que eles foram mandados para lá, eles estão tentando fazer o que é melhor, mas  
4176 eles têm essa ideologia de combater o crime organizado, isso ficou muito explícito  
4177 na conversa que a gente tem lá por isso que eles fazem questão de ler tudo que os  
4178 advogados estão querendo fazer, por isso que eles estão querendo violar todos os  
4179 direitos em relação a questão da visita, essa questão das revistas. Eles estão com  
4180 essa ideologia muito equivocada do modo como eles pensam que se combate o  
4181 crime organizado, a situação é muito séria, tudo indica que isso deve se replicar, o  
4182 Ministério da justiça tem usado reiteradamente do envio da força de cooperação  
4183 penitenciária. E enquanto isso não está regulamentado, tem vários relatórios do  
4184 mecanismo apontando como essa força tem sido violadora e eles estão muito  
4185 legitimados para fazer isso, em que pese os conflitos de lá locais com os agentes  
4186 prisionais locais. Então, reiteramos a urgência que se lide com isso de uma forma  
4187 muito, muito séria, porque isso daqui não é o pior, juro para vocês, a gente viu coisas  
4188 muito piores que estão sendo regulamentadas por eles mesmos e precisa de uma  
4189 atenção assim muito séria.

4190 **Interlocutora não identificada** – Queria só uma parte aqui dialogando com a fala  
4191 da Clara. Clara, estou acordando a SENAPPEN de mandar esse conjunto de boas  
4192 práticas prisionais da FOCOPEN para poder agregar ao relatório, nós precisamos  
4193 desses documentos. E também o conjunto de normativas federais que compõem a

4194 delimitação administrativa da força tarefa de cooperação penitenciária. Então,  
4195 estamos aguardando a SENAPPEN nos mandar esses documentos para poder  
4196 soltar esse relatório com toda a documentação, porque para nós do mecanismo é  
4197 muito ruim quando a gente faz relatório sem ter toda a documentação necessária,  
4198 inclusive, em São Paulo estamos tendo um problema com relação a entrega de  
4199 documentos, não é? A Cecília foi para São Paulo e a gente acaba tirando a  
4200 qualidade do relatório quando a gente não dispõe de todos os documentos  
4201 relacionados. Então, mais uma vez reforçando a necessidade desses documentos  
4202 com a entrega deles pelo SENAPPEN.

4203 **Interlocutora não identificada** – Não deveria ser público, Camilla?

4204 **Sra. Camila Barbosa Sabino** – Se deveria, não é, não é? Não consigo... Muito se  
4205 fala dessas boas práticas, mas ainda não chegou para nós um arrazoado com  
4206 relação ao conjunto dessas práticas e justificativas e tudo mais. (intervenção fora  
4207 do microfone)

4208 **Interlocutora não identificada** – Dificultar o acesso, sendo que é algo público, não  
4209 é?

4210 **Interlocutora não identificada** – Não, bom-dia. Enfim, são coisas chocantes de  
4211 todos os dias, não é? Nada é tão ruim que possa piorar. Mas eu tenho algumas  
4212 dúvidas e algumas perguntas, porque no dia 13 de novembro foi instituída a nova  
4213 Portaria, porque não é mais FOCOPEN, mudou, agora é Força penitenciária  
4214 nacional, não é? Então, assim FOCOPEN não existe mais, não é? Era EFETIPE,  
4215 virou FOCOPEN e agora mudou o nome de novo. E aí tem uma Portaria aqui que  
4216 traz algumas informações, então, talvez essa Portaria conjunta já tenha caído, não  
4217 é? Porque FOCOPEN não existe mais, então, mas eu acho também que a gente já  
4218 falou, se não me engano, foi na reunião de março, a gente pediu alguns documentos  
4219 e algumas informações, não é? Acho que estava até a Jessica na reunião, se não  
4220 me engano, ou era a Cintia.

4221 **Sra. Camila Barbosa Sabino** – Sim, eles mandaram para a gente, mas entre esses  
4222 documentos não estão esses específicos que eu estou pedindo agora.

4223 **Interlocutora não identificada** – Entendi. Então, assim, eu acho que também...

4224 **Sra. Camila Barbosa Sabino** – Eles são mais... Desculpe, é só te respondendo,  
4225 Patty, eu pedir uma documentação referente a todas as atividades da FOCOPEN  
4226 em Pernambuco, com orçamento, com os profissionais envolvidos e tudo mais, isso  
4227 aí eles mandaram, isso aí realmente eles mandaram, mas essas são outras coisas,  
4228 isso é meio que esse documento das boas práticas prisionais da FOCOPEN que o  
4229 secretário fala que está sendo difundida e a FOCOPEN lá em Pernambuco falou  
4230 que estão sendo difundidas essas práticas. E a gente quer saber em que consiste  
4231 essas práticas que a gente não conseguiu detectar, porque, por exemplo, esse  
4232 documento que regula a atividade de advogada dentro do presídio de Itaquitinga  
4233 não pode ser considerada uma boa prática. Então, a gente precisa saber do que a  
4234 FOCOPEN está falando para a gente poder ter um posicionamento com relação a  
4235 isso.

4236 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que a gente poderia juntar, porque ontem  
4237 a gente também tratou de alguns pontos, eu acho que a gente pode colocar esses  
4238 pontos na reunião específica com o SENAPPEN, porque de 27 até hoje, 29, tem o  
4239 quarto ou quinto Congresso do SENAPPEN. Então, assim, por isso que a Paula que  
4240 é Ouvidora está aqui, mas não tem a Cintia e nem o Rafael e acho que lembrando  
4241 que é isso, o SENAPPEN faz parte do Comitê nacional, então, acho que a gente  
4242 podia colocar todos esses pontos nessa mesma reunião, porque aí a gente vai falar  
4243 dos outros pontos pendentes e a gente vai ter mais informações também em relação  
4244 a isso. E é isso assim, boa prática, me preocupa o que é uma boa prática assim,  
4245 não é? Às vezes uma boa prática que é para um não é para o outro, não é? Então,  
4246 acho que a gente precisa realmente ter mais informações e saber, e esclarecer  
4247 também, porque é isso assim, às vezes a legalidade vira ilegalidade e assim vai,  
4248 não é? O sistema prisional tem muitas questões em relação a isso, mas eu acho  
4249 que isso, eu acho que a gente precisa se debruçar bastante sobre isso. Tem coisas

4250 que não dá para passar assim. Então, acho que a gente precisa fazer uma reunião  
4251 específica, e aí ver todos os pontos em relação ao próprio SENAPPEN. Porque é  
4252 isso assim, a FOCOPEN e a força nacional vai para outros estados, além de  
4253 Pernambuco, ela vai para o Brasil todo e a gente precisa entender um pouco  
4254 também em relação a isso.

4255 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4256 **e Cidadania - ITTC) –** A Nana e depois é a Sílvia.

4257 **Sra. Nana –** Bom, eu vou fazer o resgate também, primeiro assim, o lugar em que  
4258 se situam as unidades, eu não sei de quem foi a ideia genial de construir a cadeia  
4259 ali. O que eu sei por alto é que ouvir, era para ser um presídio privado e aí começou  
4260 a ter muito desvio de dinheiro, o Ministério público entrou na confusão, o contrato  
4261 foi cancelado e suspenso e os prédios foram abandonados lá. Então, por isso que  
4262 quando foi inaugurar Itaquitinga 2 tiveram que fazer uma série de gambiarra, e é  
4263 isso mesmo, para a unidade começar a funcionar. Já começou errado. Depois que  
4264 a unidade começa a funcionar, antes da unidade começar a funcionar já existiam  
4265 as tensões entre os policiais penais do estado e os policiais da FOCOPEN. A gente  
4266 sabe que Pernambuco tem um problema grave de corrupção no sistema prisional,  
4267 gravíssimo. E uma das expressões dessa opção são as figuras dos chaveiros. A  
4268 gente teve em Curado e assim, é bem escandaloso, é bem escandaloso assim, algo  
4269 impossível de se descrever assim. Esse nível de corrupção alcança situações do  
4270 tipo, estava eu ia Monique na parte que a gente visitou de Curado das defensoras  
4271 relatar que ela percebeu que ela sempre atendia as mesmas pessoas, porque era  
4272 quem tinha condição de garantir seu atendimento jurídico, vamos dizer assim, não  
4273 é? E aí ela percebeu isso e começou a ir nos pavilhões, porque senão ela sempre  
4274 atende as mesmas pessoas. Então, a chegada da FOCOPEN em Pernambuco,  
4275 apesar de ter sido uma demanda da Governadora, eu não acho que foi acolhida por  
4276 esse tecido social que lucra muito com um modo de funcionamento do sistema  
4277 penitenciário de Pernambuco, é bem explícito isso, eles não escondem assim, não  
4278 tem nada oculto, todo mundo sabe, não é? Itaquitinga um, que é a unidade ao lado  
4279 que está superlotada há muito tempo, eu não sei se a comida está sendo feita em

4280 Itaquitinga 1 e sendo levada para a 2. De cara havia um problema com a  
4281 inauguração prevista dizia que só ia providenciar as equipes de saúde e assistência  
4282 quando estivesse preso lá. Então, assim, quando tiver presos, eu resolvo e não dá  
4283 para ser dessa forma, não é? É bem difícil a relação com a Secretaria, com a Seres  
4284 de Pernambuco assim, a gente esteve lá na caravana de direitos humanos, basta  
4285 olhar para a cara da pessoa para você entender, você não precisa de 5 minutos  
4286 conversando com eles. Então, isso é um problema muito grave, a naturalização do  
4287 modelo de funcionamento do sistema penitenciário de Pernambuco baseado na  
4288 troca, vantajosa para alguns, é uma coisa bastante escandalosa, não é? Aí vamos  
4289 para os outros problemas, a ausência de regulamentação de atuação da força  
4290 penitenciária, seja lá o nome que queiram dar para ela quando ela chega no estado  
4291 é um outro problema, um problema para a força e um problema para o estado.  
4292 Então, a ida da força precisa ser mais amarrada, tem que ter as tarefas que ela vai  
4293 desempenhar, os limites da atuação dela, porque isso é garantia para quem é  
4294 trabalhador também. E você ficar à mercê do vento de diálogos com o responsável  
4295 pela gestão prisional do estado tem sido extremamente ruim para nós. E aí eu estou  
4296 falando, Paulo, nós enquanto governo federal, não é bom para nós e isso. E eu com  
4297 muita franqueza, o que a Seres de Pernambuco espere é que dê uma merda muito  
4298 grande para a FOCOPEN ter que sair de lá, porque o chaveiro que um dos chaveiros  
4299 que estava em Curado já está lá, entendeu? Então, assim é isso que eles esperam,  
4300 porque se a FOCOPEN for embora e der merda depois que a FOCOPEN for  
4301 embora, vão falar que foi, porque a FOCOPEN foi embora, se a FOCOPEN ficar e  
4302 der merda para a FOCOPEN lá vão falar que é, porque a FOCOPEN está lá. Então,  
4303 a gente enviar um trabalhador do governo federal sem o escopo detalhado do plano  
4304 de trabalho mesmo, o que vamos fazer? É isso, isso, isso. Detalhado, é ruim para  
4305 nós enquanto governo federal, coloca em risco esses trabalhadores e resulta de  
4306 isso que a gente está debatendo aqui, porque estão tentando trocar a roda do carro  
4307 com ele andando. E aí vai ser muito bate cabeça, muito bate cabeça. Acho que hoje  
4308 nós temos uma grande abertura de diálogo, e isso é muito bom para a gente aparar  
4309 todas as coisas que precisam ser aparadas e criar um modelo de gestão que esteja  
4310 alinhado com o respeito aos direitos e garantias fundamentais das pessoas privadas

4311 de liberdade, que a gente chama de direitos humanos, mas que são direitos e  
4312 garantias fundamentais, que não se perde com a sentença condenatória, a gente  
4313 está tendo uma oportunidade histórica e a gente precisa fazer isso, sabe? Eu fiquei  
4314 uma semana lá e fiz várias observações em relação às coisas que eu vi, tenho um  
4315 diálogo muito fraco, tanto com Rafael, quanto com o Claudevan, que a conversa  
4316 não faz curva, não é? Mas a gente precisa repensar algumas coisas. A  
4317 transferências dos presos, por exemplo, que presos e iriam para lá e projetadas  
4318 para o regime semiaberto e não para segurança máxima? Quem decidiu que presos  
4319 iriam para lá foi a Seres de Pernambuco, isso já foi problemático, porque quem vai  
4320 estar lá na ponta executando o trabalho da gestão direta do trabalho é, não pode  
4321 saber o que aconteceria. Resultados, criou problemas para o banho de sol, criou  
4322 problemas para a visitação social, criou problemas para a visita íntima e só foi  
4323 criando problemas. A unidade fica em um lugar que não tem transporte público,  
4324 nenhum, é longe demais de Recife, um trânsito horroroso, chega na porta da  
4325 unidade até onde eu vi que estava tendo deslocamento da porta da unidade, da  
4326 porta do complexo até a porta da unidade, não sei se ainda está tendo, mas de  
4327 qualquer forma, se não tiver e quem está em Itaquitinga 1 não tem, é um chãozão,  
4328 é o estilo PPP. A Stefanini entende a referência, é muito chão. Gente idosa com  
4329 sacola e não sei o quê, é muito chão, não dá, não é? Então, são várias coisas que  
4330 precisavam ter sido alinhadas antes da Portaria que enviou à força, não podia ter  
4331 enviado, fez tudo muito, muito sem conhecimento da realidade, sabe? E assim,  
4332 agora, e aí falando enquanto o governo federal, e eu falei isso com o Cladevan, mas  
4333 acabei não tendo chance de conversar com Rafael sobre isso, agora nós estamos  
4334 em uma sinuca de bico, se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Aí agora já  
4335 que estamos lá e não podemos simplesmente levantar e ir embora, não é? Vamos  
4336 tentar instituir protocolo de trabalho adequadas é uma unidade que não é de  
4337 segurança máxima, não é uma unidade de PC de federal e instituir o protocolo  
4338 estadual, porque aí é importante, porque esse a gente consegue instituir um bom  
4339 protocolo, de verdade, que respeite os direitos e garantias fundamentais, a gente  
4340 de fato vamos ter boas práticas enquanto Governo Federal para transferir para os  
4341 estados, não é? Agora, Pernambuco, gente, quando eu cheguei lá, eu falei: Meu

4342 deus do céu, não sei se você foi lá, Paula, mas assim, é para sair correndo. Minha  
4343 vontade foi falar: Galera, pega as suas coisas e mete o pé que isso é roubada.  
4344 Vocês entraram em uma fria. Vai para você ver que você vai entender o que a gente  
4345 está dizendo, você vai entender a nossa angústia, a minha, a da Maria Clara, a da  
4346 Camilla, a da Vivi, porque assim, não dá. E assim, não é que as unidades têm uma  
4347 estrutura física ruim, apesar de ter vários problemas, tinha muito menos ventilação  
4348 do que tem hoje, teve que comprar uma Serra, teve que comprar da bolsa a lâmina  
4349 para abrir mais área de ventilação para as celas, não é? Então, já fizeram várias  
4350 gambiarras para melhorar a situação do edifício. Os corredores são largos, os tetos  
4351 das celas são altos. Então, assim, ela tem uma estrutura física que dá para  
4352 melhorar e usar, só que a gente precisa de transporte público adequado para a  
4353 unidade, a gente precisa de transporte do portão da unidade para chegar o tom do  
4354 complexo para chegar nas unidades, a gente precisa que as famílias tenham mais  
4355 facilidade para fazer a visitação. Houve um problema com a gestão de Pernambuco  
4356 em relação ao, a briga é tanta, eles brigam por tudo, ao posicionamento do raio X  
4357 dos alimentos, porque tem uma janelinha que era para passar no raio X e a pessoa  
4358 já pegar na janelinha, o espírito de porco colocou ao contrário, entendeu? Porque a  
4359 pessoa não pensou para fazer e é um raio X enorme, então, não é fácil de mover,  
4360 porque a pessoa já seria do bodyscan e já pegaria as coisas dela e iria embora, não  
4361 precisaria de ninguém entregar para elas. Reduziria, inclusive, demandas de  
4362 pessoal, mas resolveram ao contrário, acharam melhor legal não sei por qual  
4363 motivo, não é? Mas acharam mais legal virar ao contrário o negócio. Então, são  
4364 muitos problemas que precisam ser resolvidos ali eu acho muito difícil eles sozinhos  
4365 e isolados sem uma atuação externa desse Comitê, da própria Secretaria, do  
4366 Ministério de direitos humanos conseguirem ter poder político também para resolver  
4367 essas questões. E a gente precisa incidir com o nosso olhar em relação, as práticas  
4368 que estão sendo desenvolvidas, pelo menos a gente tem abertura para fazer isso,  
4369 não é? Mas é preciso ser feito logo, porque até com a questão de estruturação  
4370 enquanto força nacional, ela pode ser um instrumento de difusão dos direitos  
4371 humanos ou pode ser um instrumento de difusão de violação dos direitos humanos,

4372 eu prefiro que ela seja um instrumento de difusão dos direitos humanos, e para a  
4373 isso a gente vai ter que incidir agora.

4374 **Sra. Sílvia** – Falar bem rapidamente, eu acho que tenho algumas perguntas  
4375 também que eu não sei se estou totalmente clara sobre isso. Essa Portaria, ela está  
4376 vigente, não é? Essa Portaria dos advogados, não é uma minuta não?

4377 **Interlocutora não identificada** – Acredito que sim ela está vigendo. Posso te  
4378 confirmar depois.

4379 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**  
4380 **Organizações Populares - GAJOP)** – Eu acho que ela não está publicada, Sílvia,  
4381 mas eu acho que ela está em prática, assim como a questão da regulamentação  
4382 das visitas e das revistas não está publicada, mas a prática está.

4383 **Sra. Sílvia** – Obrigada, Maria Clara. Outra questão também sobre essa atuação que  
4384 agora é força penitenciária nacional, que já foi posto a operação, que já foi Fetipe,  
4385 e eu lembro a gente debatendo sobre a Fetipe faz 3, 4 anos, foi antes da pandemia  
4386 pedindo justamente o Marco normativo, pedindo uma regulamentação do uso da  
4387 força e muda de novo, mas a gente continua pedindo as mesmas coisas. Mas eu  
4388 queria só entender também, porque eu vi que tem agora uma Portaria, que até acho  
4389 que foi a Patrícia que compartilhou agora 526 que mudou justamente para essa  
4390 força penitenciária nacional. Eu entendi, Camilla, que vocês pediram dois  
4391 documentos para o SENAPPEN, o das boas práticas, o arrazoado, e um arcabouço  
4392 normativo de regulamentações. Mas aí a minha pergunta era justamente a que a  
4393 Jaque fez, isso não é público? Assim, se tem uma regulamentação, se não é  
4394 público?

4395 **Sra. Camila Barbosa Sabino** – Deveria ser, não é?

4396 **Sra. Sílvia** – Tem que pedir para ter acesso, sei lá, há um arcabouço normativo e  
4397 jurídico. É, porque não existe, é. É o que tem, provavelmente não existe. Então,  
4398 assim, volta outra vez quatro anos atrás, pode criar uma força penitenciária sem ter

4399 o mínimo de um arcabouço de funcionamento e justamente isso, delimitação das  
4400 atribuições de como usar e fazer uso da força, por exemplo, isso não está  
4401 regulamentado em lugar nenhum. E aí eu queria perguntar outra coisa sobre essa  
4402 reunião, vocês estão falando de uma reunião com a SENAPPEN, isso é algo que já  
4403 foi solicitado? Acho que foi a Patrícia que mencionou a essa reunião, não sei, mas  
4404 uma reunião com a SENAPPEN, isso foi solicitado? É um encaminhamento que a  
4405 gente vai tirar, então, dessa reunião? Porque realmente eu acho que seria  
4406 importante esse momento de reunião com SENAPPEN para tratar de cada um  
4407 desses pontos, porque parece que a gente está pedindo aqui a mesma coisa há  
4408 quatro anos para o Comitê nacional. Então, seria um encaminhamento importante  
4409 nessa reunião. E aí eu queria só trazer mais um assunto, saindo dessa questão,  
4410 quer dizer, não é saindo, porque está ligado, mas a questão da visita de  
4411 familiares e visitantes, o que você trouxe é muito preocupante, não é? Que tem que  
4412 ter acesso à água, comida e não pode abraçar e acho que a gente tem discutido  
4413 isso aqui também no Comitê nacional, que acho que assim, se antes da pandemia  
4414 já era ruim, com a pandemia piorou muito a situação da visita de familiares, não é?  
4415 Então, não sei se a gente poderia, você acha que até tem um GT, se não me  
4416 engano, sobre isso, mas não sei se a gente poderia pensar em como incidir para  
4417 isso? Não sei se junto até o DMF teria algum papel, sabe, de fazer algum controle  
4418 disso ou de algum tipo de diretrizes de alguma maneira para incidir junto as gestões  
4419 estaduais pensando também aqui a questão dessa ADPF, a ADPF recente, não, a  
4420 ADPF não, a ADIN, a 347, é a ADPF mesmo, a 347, tem esse plano e todo esse  
4421 novo plano que vai ser apresentado no plano nacional, que os estados vão ter que  
4422 de alguma maneira refletir nesse plano nacional. Não sei se a gente poderia, como  
4423 DMF também que é encarregado desse plano, algo em relação a visita de  
4424 familiares, que é muito grave a gente em um retrocesso tão grande, não é? O que  
4425 a gente escuta, eu estive no Tocantins a pouco tempo, e é gravíssimo também, o  
4426 mesmo panorama, não pode ter contato físico, a visita que antes era, sei lá, semanal  
4427 e agora é uma vez ao mês. Então, assim, retrocessos gravíssimos em âmbito  
4428 nacional. Então, se vocês puderem pensar também aqui algumas reuniões e alguma

4429 pauta nesse sentido para a gente tentar incidir nisso, porque os retrocessos são  
4430 realmente assustadores. Obrigada.

4431 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4432 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada. Vou passar para a Ana, mas eu queria falar uma  
4433 coisa em relação a isso que a Maria Clara trouxe, que foi publicado, mas está sendo  
4434 na prática está sendo feito. E aí eu acho que esse é um problema muito sério desse  
4435 tipo de documento, porque isso legitima, ainda que não esteja publicada, está  
4436 escrito item aqui o carimbo, enfim, a logo do Ministério da justiça, da FOCOPEN, da  
4437 polícia penal e etc. Então, assim, isso de alguma forma, ainda que a discussão se  
4438 dê para a não publicação, porque é absurdo, na prática isso acaba fazendo com  
4439 que seja feito da forma como está aqui e não duvido que eles usem esse  
4440 documento, mesmo sem estar publicado e as pessoas não têm paciência de que  
4441 não está publicado o documento, não é? E aí isso passa a valer e é muito sério que  
4442 o Ministério da justiça tenha, gente assim, ainda que não esteja publicada, é  
4443 seriíssimo assim, a FOCOPEN, eu compreendo eles escreverem o documento  
4444 desse, a polícia penal eu compreendo, agora, o Ministério da justiça é inaceitável  
4445 que se escreva um documento que está cheio de ilegalidades, não é? Então, eu  
4446 acho muito sério nesse sentido também. Vou passar para a Ana Waleska. E aí vou  
4447 pedir para todo mundo já ir dando os encaminhamentos para a gente passar para o  
4448 próximo ponto.

4449 **Sra. Ana Waleska** – É bem rápido, Presidente. Essa para fechar, recapitulando e  
4450 lembrando aqui a situação também da atuação do FOCOPEN no Rio Grande do  
4451 norte, mas também lembrando e quero trazer aqui à tona que a CGU, ela fez uma  
4452 auditoria na atuação da Fetipe em 2001, inclusive, na atuação do mecanismo  
4453 nacional do Rio Grande do norte, a CGU, Controladoria-Geral da união. E aí uma  
4454 das recomendações era protocolos, normatizações da atuação, da antiga Ftipe,  
4455 atual FOCOPEN, e também a ausência de apresentação de relatórios de atuação e  
4456 da Ftipe, e isso trago aqui agora à tona, nós precisamos conhecer, não só o  
4457 planejamento da atuação do FOCOPEN, como também que o FOCOPEN apresente  
4458 relatório das suas ações durante dois, 2, 4, 5 meses nas unidades que estiverem e

4459 principal que está faltando aí que a gente até pediu no último relatório, é o controle  
4460 da atividade e a atuação dessas forças policiais, essas forças táticas. O Ministério  
4461 público federal tem que estar, o controle da atividade externa das polícias, porque  
4462 agora é polícia penal, a polícia, tem que fazer o controle, inclusive, qualquer ação e  
4463 a atuação do FOCOPEN tem que ser apresentado previamente ao Ministério  
4464 público, que faz o controle da atividade externa. E nesse sentido, causando a sua  
4465 fala, Sílvia, pegar o DMF, que está como protagonista da ADPF 347, tentar também  
4466 implementar nesse plano nacional a exigência desses protocolos, o controle da  
4467 atividade externa do FOCOPEN e, inclusive, a exigência de relatórios. E assim,  
4468 qualquer atuação do FOCOPEN a apresentar previamente ao Ministério público à  
4469 sua atuação e trazer sempre os relatórios para os órgãos de controle da sua  
4470 atuação, como também para o Ministério público federal. É isso que eu deixo aqui.  
4471 Obrigada.

4472 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4473 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada, Ana. Eu queria, então, propor para a gente ir para  
4474 os nossos encaminhamentos aqui, se vocês puderem me lembrar, a Nana fez o  
4475 encaminhamento aqui. Você quer falar, Nana? Ah, desculpe, Jaque, eu não tinha  
4476 visto, desculpe.

4477 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**  
4478 **Resistência Contra O Genocídio)** – Não, na verdade, é muito rápido. Mas eu só  
4479 queria falar o seguinte, eu entendo que, porque todas as questões apontadas, elas  
4480 são de extrema gravidade desse entendo que tem que tomar providências urgentes,  
4481 independente ou não da publicação, se você tem algo que talvez tenha sido, porque  
4482 está tudo tão arbitrária e ilegal, tenha feito de uma forma entendendo que é ilegal,  
4483 mas para incidir aqui o Comitê violações lá. Mas eu entendo que não dá para  
4484 entender mais não. Então, assim, se a questão já foi oficiado o SENAPPEN, já pediu  
4485 subsídios esses subsídios não foram dados assim, eu acho que ao menos para  
4486 pedir uma explicação para a OAB, para o tribunal, você está entendendo? Só tem  
4487 conhecimento e está em vigor, está em vigor? Tem conhecimento e tal? E oficial,  
4488 eu acho que não dá para esperar assim, porque não tem condições de tolerar

4489 abusividades extremas deste, porque é um órgão não responde. E nós aqui que  
4490 somos, a ausência da resposta é uma resposta, não é? Então, eu acho que não tem  
4491 mais que esperar e é isso, só isso.

4492 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4493 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada, Jaque. Então, olha, tem um encaminhamento aqui  
4494 que foi feito pela Nana, que cada missão da força, da FOCOPEN seja precedida de  
4495 um diagnóstico in locu e seja construído um plano de trabalho para cada missão  
4496 específica. Esse alguém mais tiver um encaminhamento aqui...

4497 **Interlocutor não identificado** – Eu não sei se isso já está explícito, eu sugerir  
4498 oficial ao OAB nacional e à OAB de Pernambuco, e a Defensoria pública, porque  
4499 na verdade as prerrogativas, tanto das pessoas encarceradas, quanto deles está  
4500 sendo violada, não é? Não sei se é uma formalização, se tem que ser formalizado  
4501 ao SENAPPEN ou se isso já fica...

4502 **Interlocutora não identificada** – Eu entendo que o mecanismo já formalizou.

4503 **Interlocutor não identificado** – A SENAPPEN, não é?

4504 **Interlocutora não identificada** – A SENAPPEN, a Camilla falou isso.

4505 **Sra. Camila Barbosa Sabino** – A SENAPPEN sim e o Rafael, ele disse que ia  
4506 tomar uma providência, não sei qual, aí eu queria saber se a Paula tinha essa  
4507 informação, pedir uma devolutiva, porque dei um tempo, dei quase trinta dias para  
4508 a SENAPPEN sinalizar com alguma coisa com relação a isso. Não houve  
4509 sinalização até o momento, então, agora gente vai oficial o governo federal com  
4510 relação a isso aqui.

4511 **Interlocutor não identificado** – Eu ia sugerir o juiz corregedor do presídio, mas  
4512 você acha melhor não, não é?

4513 **Sra. Camila Barbosa Sabino** – Não, não, não. Faça isso não.

4514 **Interlocutor não identificado** – Deixa isso para lá.

4515 **Sra. Camila Barbosa Sabino** – Deixe baixo. Ele, não, não.

4516 **Interlocutor não identificado** – Não quero imaginar.

4517 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4518 **e Cidadania - ITTC)** – Não, só para acrescentar, eu acho que, então, aguardar o  
4519 envio de se relatório que o mecanismo dos encaminha, assim, que vocês receberam  
4520 as informações, mas sugerido também que nesse limite de datas para não chegar  
4521 também e findado esse prazo de trinta dias para que nos envie para a gente tomar  
4522 outras providências, assim, além disso. E aí é isso, estudar as possibilidades de  
4523 acionar, talvez no âmbito do próprio procedimento da CGU, que já tinha feito a  
4524 avaliação da atuação do FOCOPEN no Rio Grande do norte e talvez acrescentar a  
4525 necessidade de fazer uma avaliação também, em Pernambuco foi quase um ano  
4526 de ação e o resultado é esse, não é? Mas eu acho que a gente precisa receber esse  
4527 relatório para poder adotar essas providências assim, sabe? Não, o relatório do  
4528 mecanismo, dessa avaliação, eu entendi que é isso, não é? Que a Camilla fez que,  
4529 eu está só aguardando os documentos para complementar o relatório, mas que  
4530 aponta o cenário, o diagnóstico.

4531 **Sra. Camila Barbosa Sabino** – Sim, a gente quer entregar no máximo um mês que  
4532 vem, mês que vem agora, em dezembro, disponibilizar esse relatório para que a  
4533 gente possa seguir.

4534 **Interlocutora não identificada** – Então, eu tenho uma sugestão, mas assim, eu  
4535 acho que essas informações já eram para estar com o mecanismo nacional, porque  
4536 assim, e assim, quero dizer mais uma vez que o papel do Comitê é zelar pela  
4537 prerrogativa do mecanismo nacional. A pauta de resposta para o mecanismo  
4538 nacional também é complicado, então, os membros do Comitê precisa agir sobre  
4539 isso. Uma outra coisa, eu acho que como eu falei já, a gente precisa fazer uma  
4540 reunião temática em pensar todos os pontos importantes sobre o SENAPPEN e a  
4541 nova polícia penal nacional. A semana passada, eu tive uma reunião do grupo de  
4542 trabalho que é gerido pela 7ª Câmara, que tem o procurador da República, enfim. E

4543 aí a gente conversou bastante também sobre isso, inclusive, já saiu a  
4544 regulamentação da força nacional e aí foi perguntado sobre o uso de câmeras enfim,  
4545 eu acho que a gente precisa entender algumas coisas. E aí eu também trago um  
4546 ponto importante, que o próprio SENAPPEN tem também uma perspectiva sobre a  
4547 PACS, então, eu acho que é uma coisa que a gente precisa debater... Tinha a  
4548 Juciane, é a pessoa que é do SENAPPEN, que é da parte da PAC, então, acho que  
4549 a gente precisa também estar de olho sobre isso para a gente conversar e nessa  
4550 reunião também a gente colocar um pouco sobre isso, sobre a PAC, que tem várias  
4551 diretorias dentro do SENAPPEN. E uma outra coisa, eu acho que a gente precisa,  
4552 e aí vou fazer a velha chata de novo de falar, que a gente tirou já e que a gente ia  
4553 convidar o CNJ para a reunião do Comitê nacional. Então, a gente precisa resgatar  
4554 isso de novo e fazer uma reunião com o CNJ também.

4555 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4556 **e Cidadania - ITTC)** – Está bem, então, é para mandar o relatório, o mecanismo  
4557 mandar o relatório, mas o que mais a gente, falamos de reunião com a SENAPPEN,  
4558 com o CNJ, mas isso tem um encaminhamento que propôs para oficiar a Defensoria  
4559 pública, OAB, OAB federal e a OAB local, mas tem mais alguma coisa aqui em  
4560 termos práticos para a gente colocar como...

4561 **Interlocutor não identificado** – Pegando o que a Patrícia falou, talvez também  
4562 oficiar a SENAPPEN dizendo que esses comitês se comprometem a resguardar os  
4563 trabalhos do mecanismo e está reforçando a solicitação do mecanismo e pedir  
4564 também que seja enviado para a gente os relatórios. E aí, além disso, eu acho que  
4565 uma coisa que a Camilla também destacou essa sistematização do que  
4566 desconsidera de boas práticas, que eu acho que a gente também deve requisitar  
4567 para o nosso trabalho de fiscalização e controle da FOCOPEN. Então, eu acho que  
4568 seria oficiar renovando a solicitação do mecanismo e dizer que a gente quer  
4569 receber, mas essa outra documentação sobre o que eles consideram boas práticas.

4570 **Interlocutora não identificada** – Eu tenho uma sugestão assim, que eu acho que  
4571 talvez seja mais célere as coisas. Convidar o gestor da FOCOPEN para a reunião

4572 do Comitê nacional. Não, o encontro é sobre... Como que é? Eu esqueci o nome,  
4573 na cabeça está ruim, minha cabeça não está funcionando. No

4574 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**  
4575 **Resistência Contra O Genocídio)** – Sofia, só aqui na proposta do Paulo, porque  
4576 se a gente for se manifestar ao SENAPPEN, eu acho que a quem de pedir o manual  
4577 de boas práticas, eu acho que o cheque exige que ele fosse publicado, porque a  
4578 publicidade é requisito para a validade do negócio jurídico. Então, se tem essas  
4579 normas, obrigatoriamente, ela deveria ser publicada, então, acho que tem de pedir  
4580 a publicidade dele.

4581 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4582 **e Cidadania - ITTC)** – Jaque, eu não vou ser a favor da publicidade, porque do jeito  
4583 que está, se publicar é ruim para nós, eu sou a favor da gente convidar a FOCOPEN  
4584 para a próxima reunião do SENAPPEN para a gente incidir nessas práticas e aí  
4585 publicar boas práticas de fato.

4586 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**  
4587 **Resistência Contra O Genocídio)** – Que tenham responsabilidade quanto à  
4588 preservação da SENAPPEN.

4589 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4590 **e Cidadania - ITTC)** – Eu não estou falando...

4591 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**  
4592 **Resistência Contra O Genocídio)** – Preservação da SENAPPEN não é...

4593 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4594 **e Cidadania - ITTC)** – A eu não estou falando de preservação da SENAPPEN,  
4595 Jaque, eu estou falando de preservação das pessoas que estão em privação de  
4596 liberdade, porque a força não vai desaparecer. A gente vai incidir para que de fato  
4597 tenham boas práticas e não as práticas que estão tendo hoje. A ideia é a gente, a  
4598 ideia é o calendário que eu enviei no grupo da reunião primeira ser em janeiro. Uai,

4599 aí vamos depender da coisa que chama orçamento, que está acima das nossas  
4600 forças, não é? Tudo bem, então, a gente oficia e fala para publicar o que está ruim  
4601 e depois lida com isso.

4602 **Interlocutora não identificada** – Eu entendi que não é para eles publicarem, a  
4603 gente também tem como sugeri que eles publicam quem nada, eu entendo que se  
4604 eles têm alguma coisa é pedir para enviar, eu acho que foi esse o pedido que a  
4605 Camilla fez, não é?

4606 **Interlocutora não identificada** – Assim, para mim não sei se é boas práticas, é  
4607 mais assim, qual é o seu manual de atuação, entendeu? Não é boas práticas,  
4608 porque assim, é o manual de atuação, isso eles têm que ter de qualquer jeito, porque  
4609 isso eles não têm.

4610 **Interlocutora não identificada** – Sofia.

4611 **Interlocutora não identificada** – Não, eu sei que eles não têm, mas assim, de todo  
4612 modo não sei se é caso de...

4613 **Interlocutora não identificada** – Sofia, essa nova fatura de boas práticas prisionais  
4614 é uma nomenclatura da própria SENAPPEN que o Rafael, ele sempre vira e mexe  
4615 fala, vira e mexe e fala, então, a gente quer conhecer mais sobre o que é isso. Mas  
4616 é isso realmente, é quais são os princípios de atuação.

4617 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4618 **e Cidadania - ITTC)** – Mas aí nesses termos a gente enfim, então, faz um pedido  
4619 para a SENAPPEN para que, eu acho que assim, o pedido para a SENAPPEN para  
4620 que nos enviem aquilo que já está publicado, que se existe ou não existe é um  
4621 pedido talvez válido, porque se não existe também não é uma resposta, não existe  
4622 enfim. Não que a gente, e aí talvez tem a essa sugestão de chamar a própria  
4623 FOCOPEN para estar aqui na reunião e aí eu não sei se vocês concordam ou não  
4624 com isso.

4625 **Interlocutora não identificada** – Gostaria de me escrever.

4626 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4627 **e Cidadania - ITTC)** – Pode falar. A Paty se inscreveu.

4628 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente - Agência Nacional Pelo**  
4629 **Desencarceramento)** – Então, eu acho que tem que ser o Rafael Velásquez, mas  
4630 também tem que se a pessoa que coordena o SENAPPEN, eu acho que, inclusive,  
4631 a gente precisa pensar em todas as pessoas, porque cada um tem uma  
4632 responsabilidade dentro do SENAPPEN, cada um tem algumas diretorias, eu acho  
4633 que a gente precisa, porque assim nem todo o secretário vai saber, não é? Mas tem  
4634 coisas que as outras pessoas da diretoria de poder responder, eu acho que é com  
4635 o secretário, mas também é com outras pessoas.

4636 **Interlocutora não identificada** – Sou eu? Eu queria chamar a atenção, porque  
4637 assim, essa questão que aparentemente acontece com a FOCOPEN é uma  
4638 situação bastante disseminada nacionalmente com relação a essas tropas práticas  
4639 nos estados, a falta de um arcabouço normativo e administrativo que delimite a  
4640 atuação. Por exemplo, na Bahia a gente tem uma tropa especializada ou de elite da  
4641 polícia penal baiana, que não tem uma linha publicadas sobre a delimitação  
4642 administrativa. Isso é uma grande ofensiva, inclusive, em relação ao nosso  
4643 ordenamento constitucional, porque se todo destacamento de servidores, todo o  
4644 órgão, ele tem que ter uma vinculação, a gente tem o princípio da vinculação dos  
4645 atos administrativos. Então, como é que a gente vai cobrar se a gente não tem  
4646 sequer um ponto de partida para essa cobrança? Por isso que esses documentos  
4647 se fazem extremamente importantes, então, assim, da nossa parte do mecanismo  
4648 nós nos comprometemos a soltar esse relatório o quanto antes e a oficializar ao OAB  
4649 FEDERAL com relação a esse documento de caráter violador. Então, assim, da  
4650 nossa parte, a gente pode fazer isso, sendo complementar a eventuais  
4651 encaminhamentos do Comitê nacional.

4652 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4653 **e Cidadania - ITTC)** – É isso, eu acho que a gente vai aguardar o relatório do  
4654 mecanismo, eu acho que concordo com esse encaminhamento da reunião, porque

4655 de convocar a Coordenação da FOCOPEN para a reunião. Eu acho que nesse  
4656 momento da reunião vou tentar preparar um documento que contemple o relatório  
4657 do mecanismo, mas já com recomendações do Comitê em relação ao que a gente  
4658 pensa sobre o que tem sido a atuação da FOCOPEN. Eu acho que a gente pode  
4659 talvez fazer um compilado, estou aqui pensando alto assim, mas talvez fazer um  
4660 compilado do que já têm dos relatórios do mecanismo de outras atrações também  
4661 da FOCOPEN e fazer um documento por escrito e entregar um documento por  
4662 escrito a Ministério da Justiça e a SENAPPEN, e a FOCOPEN sobre o  
4663 posicionamento mesmo do Comitê em relação a isso. Vou tentar trabalhar nesse  
4664 documento.

4665 **Interlocutora não identificada** – Eu acho muito bom. Eu fico pensando assim,  
4666 sabe, se não é produtivo, por exemplo, a criação de um documento no qual você  
4667 pede para as pessoas, que estejam aqui se comprometerem com o documento, não  
4668 é? Então, assim claro, pode ter o relatório, pode ter o relatório, mas talvez um  
4669 documento que de fato as pessoas consigam se comprometer com ele, que a gente  
4670 também peça coisas que sejam razoáveis no limite do que a gente já sabe que não  
4671 vai ser, porque senão eu acho que fico pensando as vezes que eu acho meio e aí  
4672 mas é que tem que ter os relatos e etc., e é importante fazer os relatórios com as  
4673 violações. Mas a gente chama aqui também só para falar tudo isso que a gente está  
4674 falando dos relatórios, aí eu não sei se sai com alguma coisa no final. Então, talvez  
4675 fosse um tom da gente propor coisas mais de formas encaminhadas para a gente  
4676 sair com algum resultado. Bom, então, a gente...

4677 **Interlocutor não identificado** – Só uma sugestão para a mesa diretora, a Nana  
4678 sugeriu convidar o pessoal da SENAPPEN para a reunião de Janeiro, considerando  
4679 que janeiro pode ser que seja virtual, eu acho que se janeiro for virtual a gente não  
4680 chama para janeiro. Então, eu acho que é importante esse contato presencial e aí  
4681 a gente adia mesmo para março para manter essa possibilidade da gente estar com  
4682 a galera aqui conversando.

4683 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4684 **e Cidadania - ITTC)** – Ou, então, está bem. Débora, você conseguiu pegar os  
4685 encaminhamentos? Está bem. Bom, então, a gente pode passar para o próximo  
4686 ponto da pauta, aí eu ia perguntar se a gente pode fazer uma coisa rápida, porque  
4687 a gente já ultrapassou o tempo aqui, que seria esses informes sobre o Maranhão,  
4688 não é? É, porque também você tem que viajar daqui a pouco, mas se pudesse ser  
4689 algo mais rápido para gente avançar na apresentação do relatório.

4690 **Sra. Débora** – Esse ponto foi colocado na última reunião, vocês receberam os  
4691 relatos e o defensor público e mais pessoas da sociedade civil gostariam de dar  
4692 esse retorno de como está a situação agora. Então, eles queriam uma oportunidade  
4693 do defensor, a Conceição queria ter um momento de fala, tem também, deixa eu  
4694 até pegar aqui para poder dar esse retorno. E sobre os encaminhamentos, o Comitê  
4695 tinha feito alguns encaminhamentos, mas ainda nós não temos esse retorno se  
4696 foram feitos, qual é a resposta. Então, seria esse ponto.

4697 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4698 **e Cidadania - ITTC)** – Então, acho que a Debora pode nos ajudar em relação aos  
4699 encaminhamentos que a gente fez para saber qual é o status de agora. Você  
4700 consegue recuperar isso, Débora? E aí é outra questão, além da gente saber aqui  
4701 do Comitê, seria, além da gente saber os encaminhamentos do Comitê, qual que  
4702 é?

4703 **Sra. Paula Oliveira Da Silva (Suplente - Secretaria De Relações Institucionais**  
4704 **Da Presidência Da República)** – Na verdade, esse ponto de pauta colocado pelo  
4705 SENAPPEN, que seria um retorno. É isso que eu lembrava também, a SENAPPEN  
4706 tinha ficado de verificar a situação e, inclusive, tinha se comprometido que ir lá  
4707 pessoalmente verificar a situação. Então, era mais saber do retorno da própria  
4708 SENAPPEN. Eu não sei se a Paula tem algum retorno sobre isso. Realmente o que  
4709 foi me passado que a Cintia iria fazer essa visita para fazer uma entrevista com as  
4710 internas, ela ficou afastada da SENAPPEN e ainda não retornou, eu acredito que  
4711 no retorno dela, ela vai cumprir essa agenda. Eu tenho aqui algumas, têm a lista de

4712 algumas coisas que foram colocadas na última reunião que me passaram e algumas  
4713 atualizações que a Secretaria passou, que é sobre, que a SIAP sinalizou dão  
4714 unidade em Carolina e que o funcionamento previsto ainda para esse ano  
4715 contemplando. A implantação da unidade na cidade de Imperatriz e Davinópolis, a  
4716 SIAP já informou, inclusive, no âmbito da ação civil pública em andamento que não  
4717 conseguiu um local para a implantação dessas unidades. Das 43 internas  
4718 transferidas, 30 ainda permanecem na unidade penal feminina, as outras três  
4719 receberam o alvará de soltura. Dessas trinta, 21 estão inseridas em atividades de  
4720 trabalho, que é malharia, digitalização, cuxá e padaria. E três ainda estão  
4721 classificadas e aguardando a inclusão na frente de trabalho. Essas são as últimas  
4722 informações atualizadas que a assessoria do secretário passou, para que eu  
4723 encaminhasse aqui para o Comitê.

4724 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4725 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada, Paula. Queria te pedir, será que vocês poderiam  
4726 enviar por escrito ao Comitê essas atualizações, para que a gente também possa  
4727 encaminhar para as organizações locais, que também estavam aguardando.

4728 **Sra. Paula Oliveira Da Silva (Suplente - Secretaria De Relações Institucionais**  
4729 **Da Presidência Da República)** – Isso, e eu peço também que inclua o  
4730 encaminhamento para o mecanismo.

4731 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4732 **e Cidadania - ITTC)** – Bom, acho que a gente ficar assim, a Paula se compromete,  
4733 então, a entender melhor como o SENAPPEN pode... Tem gente com a mão  
4734 levantada on line.

4735 **Sra. Paula Oliveira Da Silva (Suplente - Secretaria De Relações Institucionais**  
4736 **Da Presidência Da República)** – O pessoal do Maranhão quer justamente dar um  
4737 retorno de como a situação, porque houve um agravamento da situação, ao invés  
4738 de uma solução, parece que tem uma série de questões que eles querem trazer

4739 para o Comitê para agregar essa informação, inclusive, com o encaminhamento  
4740 para o SENAPPEN de resposta.

4741 **Interlocutora não identificada** – Eu não consegui enxergar o nome das pessoas,  
4742 se puderem me ajudar.

4743 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4744 **e Cidadania - ITTC)** – Isis e depois Erisvaldo, e tem um terceiro, e depois o João.  
4745 Então, Isis, você está com a palavra.

4746 **Sra. Isis Frazão** – Bom-dia. Eu sou Isis Frazão, eu só supervisora de ações de  
4747 combate à tortura pela Secretaria de estado dos direitos humanos e participação  
4748 popular do estado. Além dessa informação, porque a unidade de Carolina, ela foi,  
4749 ela pela comunidade masculina e ela agora a gente está passando por uma reforma  
4750 para que ela se torna uma unidade feminina. A unidade de Carolina, ela é próxima  
4751 de Imperatriz, ela é de uma cidade próxima de imperatriz, no local daquela região.  
4752 E aí, além disso, a SIAP também nos informou verificando a possibilidade de uma  
4753 Pac em Timon, em outro município, que é outra região, seria uma Pac feminina  
4754 também nessa região, porque a Pac masculina naquela região onde está em um  
4755 novo prédio e a antiga Pac masculina, ela vai ser adaptada para ser transformada  
4756 também em uma Pac feminina, porque até, então, a gente só tinha uma Pac  
4757 feminina em Viana. Então, as informações que a gente tem até o momento são  
4758 essas. A SIAP até tentou localizar dois prédios na região de Imperatriz, só que era  
4759 uma escola, que não estava em funcionamento, só que a Seduc se recusou a ceder  
4760 esse prédio. E também teve um outro prédio do tribunal, que era um outro prédio  
4761 antigo do tribunal, se não me engano, também até o momento a gente não  
4762 conseguiu fazer nenhuma articulação para esse prédio, para ceder esse prédio para  
4763 ser transformado em uma unidade feminina, mas até o momento é isso, a unidade  
4764 de Carolina, ela está em reforma para ser adaptada para se transformar em uma  
4765 unidade feminina.

4766 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4767 **e Cidadania - ITTC) – Obrigada.**

4768 **Sra. Isis Frazão – De nada.**

4769 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4770 **e Cidadania - ITTC) – Erisvaldo.**

4771 **Sr. Erisvaldo –** Muito bom-dia. Sou padre Erisvaldo e resiliente aqui do Conselho,  
4772 da comunidade carcerária de Imperatriz. E com relação, eu vou fazer a fala depois  
4773 do defensor de João Paulo e a Conceição também, estou aqui presente e podem  
4774 contribuir. Vou ser bem objetivo e claro, dada ao horário, como já foi dito. Com  
4775 relação à situação das mulheres, como foi dito aí anteriormente por alguém, ao  
4776 invés de melhorar, tem complicado mais por algumas situações. Primeiro, quando  
4777 a Isis fala: "Ah, vai ser em Carolina, perto de Imperatriz." Na verdade, são mais de  
4778 200 quilômetros de distância, então, não é tão perto. Para quem as vezes não tinha  
4779 dinheiro, me refiro a família, para ir de Imperatriz a Davinópolis, que é 8 km de  
4780 distância, aonde as mulheres estavam o anteriormente, para ir em Carolina se torna  
4781 quase que a mesma coisa de ir de São Luís. Esse é um ponto, o outro aspecto é  
4782 que eu moro em Imperatriz, então, eu falo com propriedade, a passagem de  
4783 Imperatriz para a Carolina é em torno de R\$100,00 ou no mínimo 80, Imperatriz  
4784 para Carolina. A outra questão é que infelizmente as mulheres que cumprem  
4785 albergue, o defensor João Paulo vai falar com autoridades sobre isso, com  
4786 propriedade, elas continuam cumprindo pena lá no presídio de Davinópolis, que é  
4787 masculino. Então, assim secretário Murilo pega quase 50 e leva para São Luís, mas  
4788 as outras do albergue continuou se recolhendo e em celas que são praticamente de  
4789 castigo. Outro ponto, as mulheres que são presas, as provisória, elas, inclusive,  
4790 ontem eu estivemos na CCPJ, a unidade prisional de Imperatriz, uma delas, e as  
4791 mulheres continuam, quando são presas, sendo recolhidas do presídio masculino,  
4792 que é o outro presídio que tem em umas com imperatriz. Quer dizer, a situação  
4793 continua preocupante com relação à questão das mulheres. Outro ponto também  
4794 que a gente aqui que não é muito diferente desse relato que foi apresentado de

4795 Pernambuco é a questão da alimentação, a alimentação estragada e em péssima  
4796 qualidade. E aí é tanto que a pastoral carcerária, com outras entidades, estamos  
4797 organizando a nível de Brasil de dessas reflexões e reuniões que etc, porque como  
4798 a gente sabe o sistema prisional nacional e maranhense, o maranhense, está  
4799 realmente fazendo, além da pena que manda a lei, tem a pena de fome, porque  
4800 quando a pessoa vai presa, ela não tem direito mais a comer. Para ela ter acesso a  
4801 uma banana, uma maçã, por exemplo, é uma regalia, foi o que o Diretor disse na  
4802 reunião, uma regalia, algo que é fundamental para a alimentação da pessoa. No  
4803 presídio Davinópolis piorou também a situação, porque eles construíram das  
4804 grades, colocaram chapões, de forma que os internos não tem nenhum tipo de  
4805 ventilação, e nós estamos no Maranhão, no Nordeste e em Imperatriz que é uma  
4806 das cidades mais quentes da nossa região, imaginem esses presídios dessas celas  
4807 sem nenhum tipo de ventilação, diversos problemas de pele, os presos, os internos  
4808 estão aparecendo. Outro aspecto também que ninguém fala, funcionam em  
4809 praticamente todas as unidades fábricas de bloco, banquetes, mas às vezes faltam  
4810 EPI, a questão do barulho, da poeira e do cimento e outras questões, prejudica,  
4811 tanto os internos que trabalha, quanto também os funcionários das unidades  
4812 prisionais. Ontem mesmo o doutor João Paulo e o ouvimos isso de uma pessoa lá,  
4813 sem contar que o estado do Maranhão não está pagando aquele valorzinho lá de  
4814 R\$400,00 que entra, não sei, que é um direito da pessoa presa que trabalha nas  
4815 fábricas de blocos. Na parte de Imperatriz, por exemplo, Isis está com mais de cinco  
4816 meses que o governo não paga e nas unidades prisionais não é diferente. Então,  
4817 essa é outra denúncia que a gente aproveita e faz pedindo o apoio de vocês, nas  
4818 visitas das mulheres, das famílias, a visita social, tem um presídio em Imperatriz  
4819 que nem sequer direito a banheiro para usar a família não tem, fica esperando 1h,  
4820 2h para entrar para a visita, porque normalmente às vezes quando eles querem  
4821 abrir para o pessoal entrar e aí se quer fazer o xixi ou algo do tipo, mulheres e  
4822 crianças, na sua maioria, têm que fazer xixi lá aonde os carros ficam estacionados,,  
4823 as câmeras pegando as imagens e etc.. E no presídio da CCPJ, onde tem os  
4824 chapões, a visita familiar aqui pelo documento diz que deveria ser semanal e está  
4825 acontecendo quinzenal. E ainda por cima está tendo a revista vexatório, porque o

4826 bodyscan já faz um bom tempo que está queimado e a família passando por essa  
4827 revista e quando a família vai embora, o preso também passa por outra revista. E  
4828 aí vocês já sabem como que é, não é? Outro aspecto que a gente quer colocar aqui  
4829 é a dificuldade para a gente dialogar com as autoridades do nosso estado. Já está  
4830 em mais de mês que nós encaminhamos solicitando diálogo, conversas e reuniões  
4831 e a resposta tem que ser do silêncio. Para terminar a minha fala, foi criada no mês  
4832 de fevereiro desse ano, e eu estive em São Luís como pastoral carcerária do estado  
4833 e conversei com o desembargador Ronaldo, que é o responsável pela UMF sobre  
4834 a questão da criação da terceira VEP lá na capital dizendo para ele, não com esse  
4835 termo, mas deixei claro: Isso aí vai ser um tiro no pé que o governo, que o tribunal  
4836 vai fazer. O resultado é justamente esse, hoje a Defensoria pública, os advogados,  
4837 a família, a sociedade como um todo não tem nenhum tipo de acesso ao juiz e ao  
4838 promotor que trabalha nessa terceira VEP em São Luís e todos os processos do  
4839 interior do estado, só Imperatriz tem quatro presídios com a PAC, todos os  
4840 processos do interior do estado foram transferidos para essa terceira Vep. Então, o  
4841 que já andava devagar, agora parou, porque os processos não andam mais. O  
4842 último ponto, a questão do GEOP e do FPE, Geop é tipo assim, a polícia federal  
4843 dos presídios, que normalmente quando entram é só para bala de borracha, spray  
4844 de Pimenta e muitas das suas maiorias das vezes deixa dos presos às vezes em  
4845 procedimentos sem roupas, às vezes agachados ou sentados e etc. Amanhã toda  
4846 ou o dia todo no sol e sem água, sem poder se mover e sem poder ir no banheiro e  
4847 etc. O FPE, que é chamada a força de pronto emprego, que foi criada, inclusive,  
4848 quando o Velásquez também estava aqui no Maranhão, tem bem um ano, que tem  
4849 nas unidades prisionais, o objetivo deles é transportar os presos, mas muitas vezes  
4850 age com mais tortura no transporte do preso do que aquilo que acontece às vezes  
4851 dentro do sistema prisional. Então, eu só enfatizo nessa questão GO e do FPE  
4852 aquilo que já foi dito lá na reunião desse Comitê, da importância de se ter um  
4853 documento que regularize e regulamente essas forças de pronto emprego no  
4854 Maranhão como também no nosso país inteiro. Então, era isso e me coloco sempre  
4855 à disposição aqui. Obrigado.

4856 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4857 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada. Agora vamos passar a palavra para o defensor  
4858 público, desculpe, João.

4859 **Sr. João** – João. Inicialmente, bom dia a todos. Eu acho que o padre Erisvaldo, ele  
4860 retratou muito bem aí tudo que está acontecendo nas unidades prisionais de  
4861 Imperatriz. No tocante a esse ponto da transferência das mulheres, realmente a  
4862 situação foi se agravar, logo após a audiência pública que foi realizada pela 2ª vara  
4863 da fazenda pública de Imperatriz em 19 de outubro de 2023, onde nós tivemos a  
4864 oportunidade de escutar vários relatos de familiares de presos, inclusive, de uma  
4865 própria empresa que relatou como que ocorreu essa transferência. Todas, a maioria  
4866 submetidas a maus-tratos, inclusive, uma mulher grávida que foi submetida a maus-  
4867 tratos durante esse trajeto de mais de 600 km de Imperatriz para São Luís. E de lá  
4868 para cá, nós estamos aguardando alguma definição da administração penitenciária  
4869 estadual, contudo, até, então, não obtivemos resposta. Existem apenas algumas  
4870 discussões acerca dessa mudança para a Carolina, contudo, nós também  
4871 verificamos que isso não atende aos regramentos das regras de Bangkok, a lei de  
4872 execução penal, em relação à convivência com a família, porque o presídio, a  
4873 unidade prisional de Carolina dista mais ou menos 255 km do município de  
4874 Imperatriz e nós sabemos, temos condições de verificar que todas essas pessoas  
4875 vivem em condição de vulnerabilidade, que anteriormente não tinham condições de  
4876 pagar passagem de Imperatriz para Davinópolis, cuja distância é de 8 km,  
4877 dificilmente também o terão para se dirigir até Carolina, que são 220 km para visitar  
4878 seus familiares. No último dia 10 de novembro, nós recebemos uma notícia anônima  
4879 de que algumas mulheres albergadas, que cumprem pena no regime aberto na  
4880 unidade prisional de Davinópolis estavam tendo que se deslocar de Imperatriz para  
4881 Davinópolis, para cumprir o albergue aos domingos, feriados e aos sábados. E nós,  
4882 da Defensoria pública, fizemos uma inspeção, realizamos uma inspeção para  
4883 verificar as condições desse albergue, porque o albergue está sendo mantido no  
4884 interior da unidade prisional com todas as características de uma prisão,  
4885 diferentemente do que prever a lei de execução penal que toca o albergue, que

4886 deve ser um local livre de vigilância, que deve ser ministrado cursos de palestras.  
4887 Contudo, o nosso relatório, nós apontamos diversas afrontas ao que diz o  
4888 fechamento, pois as albergadas, elas estão sendo submetidas a uma cela, uma  
4889 prisão normal, inclusive, são trancafiadas, são utilizados chapões e o calor aqui é  
4890 muito extremo, elas fizeram algumas reclamações e nem mesmo estão sendo  
4891 contabilizadas como detentas para receber a alimentação adequada. Para se ter  
4892 uma ideia, no dia 15 de novembro, que foi quando nós fizemos a inspeção, nossa  
4893 verificamos que elas estão comendo manga com sal para se alimentar. Então, é  
4894 uma situação aqui bastante extrema, além de estarem cumprindo um albergue, que  
4895 hoje está sendo utilizado para encarcerar homens, que é bem mais graves. Então,  
4896 nesse ponto não tivemos nenhum avanço, então, a Defensoria peticionou nessa  
4897 mesma ação civil pública solicitando providências da juíza da vara da fazenda  
4898 pública e até, então, estamos aguardando a decisão. Então, temos a relatar é isso,  
4899 não tivemos nenhum avanço e preço mais uma vez aqui o que o padre Erisvaldo  
4900 falou, Carolina não vai atender as necessidades, vai descumprir os regramentos da  
4901 lei da execução penal, das regras de Bangkok e as resoluções do Conselho nacional  
4902 de políticas criminais penitenciárias. Muito obrigado pela oportunidade.

4903 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
4904 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada a todos que participaram aqui da nossa reunião e  
4905 trouxeram essas denúncias. Eu queria saber aqui com o pleno se alguém quer fazer  
4906 algum encaminhamento? O Ivo e depois a Patrícia.

4907 **Sr. Ivo Hohn Junior (Suplente - Associação Juízes Pela Democracia)** – Eu  
4908 queria pedir só um esclarecimento para a Isis, se ela podia, eu acho que ela falou,  
4909 mas eu não consegui compreender bem qual foi a dificuldade de encontrar um  
4910 terreno ou um prédio, ou um local em Imperatriz?

4911 **Sra. Isis** – Primeiro, para esclarecer, a questão de o nosso objetivo era região  
4912 analisar a questão feminina no estado. Então, não necessariamente todos esses  
4913 internos que foram transferidos, elas não eram do município de Imperatriz, elas  
4914 eram daquela região que e onde também está localizado em Carolina. Então, assim,

4915 é como eu disse, a gente vai reanalisar, questão é regionalizada, a gente vai ter a  
4916 unidade feminina em São Luís, uma em região Tocantina e outra na região dos  
4917 locais, a questão é a regionalização. Sobre a questão dos prédios, quando a Seap  
4918 localizou, ela primeiro tentou uma escola lá no município de Imperatriz, só que a  
4919 Secretaria de educação não se deu esse prédio, apesar de não funcionar, não está  
4920 em pleno funcionamento, a SEDUC não quis ceder, eu acredito que justamente por  
4921 causa da repercussão que daria de transformar em uma escola e uma unidade  
4922 prisional. E outro prédio era com relação ao prédio do tribunal, se não me engano,  
4923 e aí o tribunal até o momento também não deu resposta com relação às  
4924 disponibilizações desse prédio, porque o que se verificou, a SIAP encaminhou para  
4925 a gente foram os vídeos da escola e do prédio do tribunal, do prédio a gente  
4926 precisaria de mais adaptação, porque precisaria de mais reformas por causa do  
4927 ambiente, mas a da escola seria o que a gente conseguiria fazer de forma mais  
4928 célere, mas a informação até o momento foi essa, que a gente, que a SIAP e que  
4929 esvaziar a unidade de Carolina para que ela fosse transformada apenas em  
4930 feminina. Com relação às mulheres em regime aberto, isso é uma questão que tem  
4931 que se verificar com o Judiciário, porque mulheres no regime aberto, por exemplo,  
4932 em São Luís elas são liberadas, porque como não tem casa de albergado elas são  
4933 liberadas. Então, eu acredito que isso tem que ser uma questão com o Judiciário,  
4934 estavam na das cinco é só isso mesmo a questão da regionalização do estado, a  
4935 gente, o objetivo é diminuir a quantidade de prisional e regionalização. Vai ter,  
4936 então, a região dos Cocais e na região Tocantina. Nem todas as mulheres que  
4937 estavam na unidade prisional de Imperatriz é do município de Imperatriz, Carolina  
4938 ficar 1h de viagem de Imperatriz. Então, assim, não acredito que não é que em São  
4939 Luís, porque uma viagem de Imperatriz para São Luís, ela é uma viagem de um dia  
4940 inteiro, mas de Carolina para Imperatriz é apenas 1h de viagem.

4941 **Sr. Ivo Hohn Junior (Suplente - Associação Juízes Pela Democracia)** – Isis, só  
4942 uma, ainda não está descartado, então, esse prédio do tribunal de justiça, e imagino  
4943 que seja o fórum antigo.

4944 **Sra. Isis** – Isso, é.

4945 **Sr. Ivo Hohn Junior (Suplente - Associação Juízes Pela Democracia)** – E a  
4946 escola, não estão descartados, está faltando...

4947 **Sra. Isis** – A escola, a SEDUH que já recusou, mas a SIAP ainda está tentando  
4948 verificar com a SEDUC, porque a Secretaria da educação. Porque a questão é que  
4949 o recurso público, não é? Se a gente conseguisse o prédio do tribunal iríamos ter  
4950 que gastar mais dinheiro para fazer as adaptações. E o da escola não, a gente teria  
4951 que, seria menos recurso gasto para fazer essa adaptação. A SEDUC já recusou,  
4952 já teve uma negativa, a do tribunal se não me engano, a gente ainda não teve uma  
4953 resposta do tribunal.

4954 **Sr. Ivo Hohn Junior (Suplente - Associação Juízes Pela Democracia)** – Está  
4955 bem, obrigado.

4956 **Sra. Isis** – De nada.

4957 **Sra. Conceição Amorim (Coordenadora de Direitos Humanos)** – Eu gostaria de  
4958 me manifestar para esclarecer algumas coisas. É possível? Primeiro, que o  
4959 Maranhão estava desregionalizando, porque o presídio de Davinópolis foi criado há  
4960 dez anos atrás para ser um presídio feminino. E ao longo do tempo, a Política foi  
4961 mudada sem nenhum debate, sem nenhuma discussão com a sociedade e  
4962 transformaram ele em um presídio masculino. Segundo, houve várias discussões  
4963 da Defensoria pública denunciando que lá não era um local adequado e que  
4964 necessitaria de ter um local adequado para as mulheres em Imperatriz. E a resposta  
4965 que se tem por escrito é que não havia nenhum interesse por parte dessa Secretaria  
4966 de fazer um presídio feminino, só depois que transferiram de forma arbitrária as  
4967 mulheres foi que apareceu essa história que se procurou uma escola e um prédio  
4968 no Tribunal de Justiça. Imperatriz só tem um prédio do tribunal de justiça, os outros  
4969 prédios são todos alugados e existe um prédio que está em construção há  
4970 praticamente dez anos, não sei se vocês até observaram, quero saber, que tem dois  
4971 desembargadores afastados por desvio de recurso para a construção desse prédio  
4972 que foi retomado agora. Não existe nenhum prédio de Tribunal de Justiça do

4973 Maranhão disponível. O problema é que não é para ser uma escola ou não é para  
4974 ser uma escola, existem outros prédios que não foi feito o debate, Isis, porque não  
4975 havia qualquer interesse por parte do governo para fazer isso. Então, é muito  
4976 interessante que a Secretaria de direitos humanos seja convocada para falar agora  
4977 em nome da SIAP quando na verdade vocês nem sabem de verdade, de verdade o  
4978 que aconteceu ao longo desse processo, gente. É fundamental que as pessoas  
4979 sejam sérias e não façam esse tipo de jogo político que a SIAP está fazendo. A  
4980 Secretaria de direitos humanos não sabe de absolutamente nada, o que está  
4981 acontecendo nesses dez anos, gente. Então, nós vamos encaminhar de novo para  
4982 a Viviane o documento que prova que a resposta a Defensoria pública é que não  
4983 havia qualquer interesse da SIAP de fazer presídios regionais. Outra coisa que é  
4984 fundamental que todos vocês saibam é que esse prédio de Davinópolis, ele foi fruto  
4985 de uma conquista das mulheres presas que fizeram a mobilização junto com a  
4986 execução penal há dez anos atrás e junto com movimento de direitos humanos,  
4987 esse presídio foi construído para as mulheres. E ao longo do tempo eles foram  
4988 colocando os homens e colocaram as mulheres em uma ala é ínfima. Então, não  
4989 existe nenhum interesse, não existe nenhuma discussão com um colégio, não existe  
4990 discussão com o tribunal, não existe prédio do tribunal. E mais uma vez, nós vamos  
4991 insistir, existem muitas áreas que podem ser compradas em Imperatriz, existe muito  
4992 espaço lá do presídio masculino e de Davinópolis e de Imperatriz para ser  
4993 construída em uma área e um presídio feminino se o governo do estado tivesse  
4994 interesse. A verdade é que não tem e só depois dessa mobilização, só depois  
4995 dessas denúncias, só depois da Defensoria pública fazer essa luta junto com a  
4996 sociedade civil foi que o governo do estado está agora apresentando como sugestão  
4997 o presídio de Carolina. Então, as mulheres continuam sendo transferidas, como é  
4998 que as dez são presas aqui, Isis, sabe como é que elas são transferidas? Que eu  
4999 tenho certeza que você não sabe, e que vocês não são favoráveis e que fecharam  
5000 um presídio aqui e que abduziram as mulheres, elas são transferidas daqui para  
5001 São Luís em um camburão algemadas daqui até lá sem direito a água, sem direito  
5002 para poder descer para tomar água e trocar um absorvente higiênico, as denúncias,  
5003 Isis, são absolutamente incompreensíveis como é que o estado do Maranhão faz

5004 isso e, inclusive, tendo a Secretaria de direitos humanos, porque o que fazem com  
5005 as mulheres é desumano o que vocês estão fazendo a tortura, transferir pessoas  
5006 dentro de um camburão durante o trajeto de mais de 700 km sem direito a nada, a  
5007 nada, algemadas, inclusive, teve uma grávida que foi levada nessas condições.  
5008 Então, a situação é muito grave, eu acho que não é honesto por parte do governo  
5009 colocar a Secretaria de direitos humanos para vir falar sobre esse problema,  
5010 quando, na verdade, quem criou e quem gerencia esse problema é a SIAP, primeira  
5011 coisa. E depois eu quero só confirmar tudo que foi colocado em função do tempo  
5012 não dá nem para dizer outras coisas absurdas que estão acontecendo nos presídios  
5013 masculinos, que são muitas irregularidades, muita violência, muita violação de  
5014 direitos humanos e não difere nada de Pernambuco e não tenha em dessa Portaria.  
5015 Fora isso, não difere absolutamente nada. Então, é isso, me desculpem, mas eu  
5016 precisava intervir, porque não existe interesse por parte do governo de  
5017 regionalização. Ela está se dando em função da pressão que nós estamos fazendo  
5018 e a alternativa é Carolina e nós insistimos, é possível ser construído lá em Imperatriz  
5019 do Maranhão.

5020 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5021 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada, Conceição. Será que a senhora poderia se  
5022 apresentar para a gente, porque começou a falar e eu...

5023 **Sra. Conceição Amorim (Coordenadora de Direitos Humanos)** – Desculpa,  
5024 gente, o meu nome é Conceição Amorim. Eu sou Coordenadora dos direitos  
5025 humanos aqui de uma entidade de direitos humanos em Imperatriz e sou militante  
5026 do movimento feminista e também coordeno o fórum de mulheres de Imperatriz.

5027 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5028 **e Cidadania - ITTC)** – Está bom, obrigada. Queria saber se...

5029 **Sra. Conceição Amorim (Coordenadora de Direitos Humanos)** – Ah, eu sou do  
5030 Conselho estadual da mulher.

5031 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5032 **e Cidadania - ITTC)** – Ah, está bom. Obrigada. Patrícia. E depois Mateus.

5033 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente - Agência Nacional Pelo**  
5034 **Desencarceramento)** – Então, eu queria propor que assim, a gente já falou em  
5035 uma RO sobre o caso das mulheres que foram transferidas sim. E, enquanto mulher,  
5036 porque assim eu sempre falo isso, se nós mulheres não defendemos as mulheres,  
5037 que vai defender? Então, acho que isso tem que ser essencial, não é? E uma outra  
5038 coisa que eu acho muito importante, e que eu vou sugerir, é marcar uma reunião  
5039 entre todo mundo, sabe? Para poder a gente chegar, não vou usar a palavra  
5040 consenso, mas não é consenso, mas que tenha a participação do Comitê nacional  
5041 e do mecanismo nacional. Que assim, essas mulheres já foram transferidas e nessa  
5042 RO foi falado de tudo que tinha acontecido e assim, e as mulheres sempre fico  
5043 deixadas de lado. As mulheres sempre são com outro olhar, por exemplo, no meu  
5044 estado do Rio de Janeiro quando construíram um Guaxindiba, que é uma cadeia no  
5045 complexo de São Gonçalo, quem ia para lá eram as mulheres, nessa unidade nem  
5046 tinha água, não é? E aí como as próprias agentes penitenciárias, e as próprias  
5047 presas começaram a questionar, elas não foram, não é? Então, assim, o olhar  
5048 precisa ser com o foco e realmente tem que ter o Conselho da mulher, o Conselho  
5049 de direitos humanos, a Secretaria de administração penitenciária, porque quem  
5050 transfere é a Secretaria, então, acho que o ponto principal para estar nessa reunião  
5051 é a Secretaria de administração penitenciária. E isso assim, nem sempre vai  
5052 construir, conseguir construir unidade prisional, porque a população não quer  
5053 também a construção de presídio. Falo muito do meu quadrado e do meu estado,  
5054 falou que vai construir um presídio, ninguém quer, não é? Então, eu acho que a  
5055 gente também precisa ver isso e ver também assim, as mulheres não podem ser  
5056 abandonadas. Porque tem sempre um olhar, tanto que a gente está voltando dessa  
5057 RO e essa questão não foi ainda resolvida da transferência, da falta de água e enfim,  
5058 de ter família e da dificuldade de visitação das mulheres, mas eu acho que o ideal  
5059 é uma reunião entre todos os atores se aí a Secretaria de administração  
5060 penitenciária precisa estar, inclusive, o juiz de é administração penal também,

5061 porque quando tem a transferência do juiz da vara de execução penal também é  
5062 comunicado da transferência para poder que isso não aconteça de novo com outras  
5063 mulheres. Já basta o que aconteceu com essas que foram para lá.

5064 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5065 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada, Patrícia. Eu vou passar a palavra para o Mateus e  
5066 depois eu acho que a gente pode... Para a Ana, e depois acho que a gente pode  
5067 encerrar aqui com os encaminhamentos e partir para a próxima pauta, que a gente  
5068 já está um pouco atrasado.

5069 **Sr. Mateus Rondon (CPET Mato Grosso)** – Por dia todos. Meu nome é Mateus  
5070 Rondon, sou representante do CPET de Mato Grosso. E eu gostaria de fazer uma  
5071 pergunta para países, enquanto Secretaria estadual de direitos humanos,  
5072 considerando que a manifestação que foi apresentada pela Secretaria é de que  
5073 haverá a regionalização das unidades femininas no estado do Maranhão, eu já faço  
5074 dois questionamentos, primeira se há uma Política estadual para garantir a visitação  
5075 dos familiares dessas mulheres privadas de liberdade considerando a  
5076 regionalização principalmente, se tratando que a cidade vizinha, como apontada,  
5077 está há mais de 200 km da nova unidade. Então, se há uma possibilidade e se há  
5078 uma previsão pela Secretaria estadual de direitos humanos de garantia de  
5079 transporte, alimentação, acomodação para todos os familiares que vão para a  
5080 unidade realizar visitas? Segundo ponto, considerando que nós podemos ter  
5081 mulheres que estejam privadas de liberdade dessas unidades que tenham filhos  
5082 menores fora da unidade, então, se há uma previsão também pela Secretaria  
5083 estadual de direitos humanos de garantia de acesso dessas mulheres privadas de  
5084 liberdade com seus filhos e como a Secretaria estadual de direitos humanos vai  
5085 garantir isso através da LEP, das normativas internacionais de direitos humanos?  
5086 Obrigado.

5087 **Sra. Ana** – Bom-dia. Eu sou Conselheira de direitos humanos de Mato Grosso e  
5088 também da pastoral carcerária do meu estado de Mato Grosso. Presidente, eu  
5089 gostaria de ressaltar que essa prática de nós levarmos as mulheres para espaços

5090 distantes, ela é histórica, ela é parte do processo de higienização e ela também tem  
5091 a ver com a questão da especulação imobiliária. E em Mato Grosso a gente está  
5092 passando intensamente por esse processo e estamos tendo reflexos terríveis, tanto  
5093 para os familiares, quanto para os visitantes religiosos, os voluntários, porque na  
5094 medida em que as distâncias aumentam, o custo aumenta também. Lá em Mato  
5095 Grosso, a gente tem impacto, inclusive, para os servidores e aí eu reforço o  
5096 questionamento do meu colega se a Secretaria do estado do Maranhão tomou  
5097 medidas no sentido de mitigar esse impacto para essas famílias, lembrando que  
5098 quem visita as mulheres presas geralmente são as avós com as crianças, não é?  
5099 Também gostaria de reforçar, Presidente, que a reforma de espaços masculinos  
5100 para a ocupação de mulheres também é histórica e ela sinaliza uma  
5101 despreocupação com as necessidades específicas das mulheres privadas de  
5102 liberdade. E pediria a este Comitê que nós priorizássemos isso e déssemos o  
5103 suporte necessário, especialmente para o Conselho daquele estado. E por último,  
5104 eu perguntaria a Secretaria quantas mulheres grávidas e crianças existem hoje no  
5105 espaço prisional? Porque desde o Marco da primeira infância nós temos legislações  
5106 que protegem mulheres e crianças em unidades prisionais, inclusive, com a  
5107 possibilidade de prisão domiciliar e outras medidas alternativas. Então, gostaria de  
5108 saber do estado, da Secretaria qual é o quantitativo a atual de mulheres e gestantes  
5109 e crianças dentro das unidades prisionais daquele estado? Muito obrigada.

5110 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5111 **e Cidadania - ITTC)** – Vou passar para a Maria Clara. Obrigada. Vou passar para  
5112 a Maria Clara para gente fazer o encaminhamento aqui final.

5113 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**  
5114 **Organizações Populares - GAJOP)** – Eu ia sugerir para a gente enviar uma  
5115 requisição de documentação e imediatamente para a Secretaria para que responda  
5116 todos esses questionamentos aqui já levantados, mas desde já, se a Secretaria tiver  
5117 o levantamento, inclusive, da avaliação que alega ter feito sobre essa regionalização  
5118 dos prédios que já foram avaliados e, enfim. E solicitar também as entidades  
5119 presentes, a Defensoria pública diz que fez uma solicitação de providências também

5120 para que isso seja ao Comitê, as denúncias que já foram feitas o mecanismo já tem,  
5121 não é? Pronto, então, que nos encaminhe para a gente fazer, eu ia sugerir que no  
5122 ano que vem a gente estar nessa etapa de planejamento das ações do ano que  
5123 vem, para que o Comitê faça uma ida presencial na reunião para dialogar com os  
5124 atores institucionais, para tentar avançar nessas negociações assim, inclusive, com  
5125 o apoio, se possível, do Ministério dos direitos humanos, para que a gente consiga  
5126 avançar, não é a função parecida que a gente fez no Rio Grande do norte no ano  
5127 passado, enfim, para tentar avançar nisso, porque me parece que tem sido  
5128 insuficiente as respostas do governo do estado e pelo que eu vi a SENAPPEN  
5129 também ainda não conseguiu fazer essa ida presencial, se possível que essa ida  
5130 fosse conjunta, Paula, porque pelo que eu entendi assim que a ainda não conseguiu  
5131 ir. Eu acho que isso talvez possa contribuir com avanço nisso, mas de qualquer  
5132 forma solicito o encaminhamento dessa documentação para que a gente envie uma  
5133 documentação por escrito também ao governo do estado para adotar as  
5134 providências necessárias para interromper essas violações. E, inclusive, investigar  
5135 a necessária responsabilização do estado também pela tortura e maus-tratos  
5136 cometidas contra as mulheres que sofreram essa transferência, não sei qual  
5137 resultado também em relação à mulher grávida que sofreu essa violação em  
5138 também pode ser que tenham outras e não sabemos até o momento se teve uma  
5139 devida responsabilização sobre isso. É isso.

5140 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5141 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada, Maria Clara. Mais alguém tem algum outro  
5142 encaminhamento?

5143 **Interlocutor não identificado** – Desculpe, eu tive que dar uma saída, não sei se  
5144 teve algum encaminhamento para saber do governo do estado, da CIAEP sobre a  
5145 localização da unidade.

5146 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5147 **e Cidadania - ITTC)** – Não, acho que não teve.

5148 **Interlocutor não identificado** – Se vai insistir em Carolina ou quais são esses? É,  
5149 porque a da Sedpop, que é de direitos humanos, não está, não tem nenhuma  
5150 determinação da SIAP. Então, seria questionar CIAEP para a Secretaria de  
5151 administração penitenciária como estão essas tratativas e suposta tratativas com o  
5152 tribunal ou com a Secretaria de educação e insiste em uma localização mais  
5153 apropriada da unidade no município de Imperatriz, que é o segundo município do  
5154 estado.

5155 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5156 **e Cidadania - ITTC)** – Bom, obrigada. Você queria falar alguma coisa?

5157 **Interlocutora não identificada** – Sim. Na verdade, a gente percebe que começou  
5158 com a questão das transferências ilegais das mulheres e a gente percebe um  
5159 problema muito maior, então, o diálogo e a falta de compreensão do impacto nas  
5160 famílias, nas crianças, nas mulheres, nos homens que permanecem nesses  
5161 espaços dessas denúncias, e a situação, por exemplo, mesmo com uma ação civil  
5162 pública onde teve uma liminar reconhecendo todas essas questões, a gente não  
5163 consegue avançar. Então, eu acho que incluir nessas reuniões uma reunião  
5164 presencial, não para discutir essas propostas, mas para construir uma solução que  
5165 possa haver o diálogo entre esses atores e incluídos o GMF, o tribunal de justiça,  
5166 porque a partir do momento que a gente discute tantas questões entre transporte,  
5167 alimentação, práticas de tortura, violação dos direitos familiares, das crianças, das  
5168 mulheres, a gente começa a dar uma conexão muito maior. Então, eu acho que a  
5169 gente poderia ter um compromisso da Secretaria de direitos humanos com a de  
5170 administração penitenciária junto com a entidades e a Defensoria e mais apartação  
5171 do GMF e encontrar uma solução conjunta, o SENAPPEN eu sei também que  
5172 acompanha daqui, mas a gente só fica tendo o repasse e a situação já vai para mais  
5173 de seis meses. Então, eu vejo nessa situação dos comitês pedir uma providência,  
5174 uma construção conjunta, 1 regionalização que contemple essas questões e uma  
5175 observação por que não está tendo fiscalização, além da Secretaria de direitos  
5176 humanos, nem da administração, do GMF e a Defensoria está clamando por apoio.

5177 Então, é isso que o mecanismo prédio, além dessa construção conjunta, que a  
5178 gente possa encontrar uma solução também com a participação desses atores.

5179 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5180 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada. Acho que essa reunião, essa ida, na verdade, que  
5181 a Maria Clara propôs, eu acho que contempla esse pedido do mecanismo. Eu vou  
5182 passar a palavra para a Isis e aí depois a gente vai finalizar esse tema para seguir  
5183 para o próximo, está bem?

5184 **Sra. Isis** – Está bem. Só com relação ao número de crianças, minha Internet caiu  
5185 aqui, só que eu perdi algumas deliberações que vocês encaminharam no começo.  
5186 Mas com relação às crianças, nossa última inspeção realizada, que a gente realizou  
5187 a inspeção, eu acredito que foi esse mês mesmo, o mês passado lá na unidade  
5188 feminina não havia nenhuma criança no berçário. Com relação, teve outra coisa  
5189 também que questionaram. Ah, a reunião, não é? Com a sociedade civil, é SMDH,  
5190 a gente já teve uma reunião com a SMDH no início, eu acho que até antes da  
5191 reunião passada de vocês, não é? Mas a Secretaria já estava se organizando para  
5192 ter uma nova reunião com a sociedade civil e a SIAP, e a OMF. Só para deixar claro  
5193 que o Conselho penitenciário, ele realiza todo ano inspeção em todas as unidades  
5194 prisionais do Maranhão. Então, assim, até entendo a fiscalização dos órgãos, a  
5195 OMF faz sim a fiscalização nas unidades, só para esclarecer essa questão também.  
5196 Mas as redes POP já estavam se articulando para a reunião que acho que foi  
5197 solicitada no ofício, eu não sei por qual unidade, se foi pela SMDH ou pela pastoral,  
5198 mas o ofício chegou e estava em deliberação com relação à agenda dos secretários.  
5199 Então, a Secretária dos direitos humanos e o secretário da SIAP, eu não, a minha  
5200 Internet caiu, então, pedi algumas questões. Se tiver mais alguma coisa que vocês  
5201 queiram, e aí eu posso informar também.

5202 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5203 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada, Isis. Eu acho que de todo modo essas informações  
5204 vão ser enviadas de outra forma depois e daí a gente pode também ter uma resposta  
5205 de um documento mais oficial com esses dados. Queria agradecer a presença das

5206 pessoas que vieram participar da nossa reunião para tratar desse tema. E aqui  
5207 também pelo avançar da hora...

5208 **Sra. Isis** – Desculpa, para que a sociedade civil encaminhe, essas denúncias não  
5209 chegaram na nossa Secretaria desse transporte, mas que a sociedade civil possa  
5210 encaminhar também para a Comissão estadual de combate à tortura, que tomou  
5211 posse recentemente, tanto para a Secretaria, como para o Comitê, não é? Para que  
5212 a gente verifique essas denúncias. Só isso.

5213 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5214 **e Cidadania - ITTC)** – Está bom, obrigada. Bom, vamos passar para o próximo  
5215 ponto de pauta aqui...

5216 **Interlocutora não identificada** – Sofia.

5217 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5218 **e Cidadania - ITTC)** – Oi.

5219 **Interlocutora não identificada** – Eu tive uma reunião com a Secretaria e fiz uma  
5220 solicitação de encaminhamento dos membros do Comitê e da pauta de participação  
5221 e não foi encaminhado para o mecanismo. Queria reforçar para encaminhar para o  
5222 Comitê para o mecanismo sobre a nova posse do Comitê do Maranhão, ele estava  
5223 desativado até o ano passado. E essa reunião aconteceu em setembro e eu ainda  
5224 não tem os membros participantes da reunião. Queria reforçar com a Isis esse  
5225 pedido.

5226 **Interlocutora não identificada** – Assim, só para deixar também assim, porque  
5227 assim, na reunião de setembro tinha uma representação do Comitê na reunião, no  
5228 Comitê do Maranhão da reunião on line, inclusive, quando a gente falou. Então,  
5229 assim, o Comitê tem todas as informações que já foram ditas aqui assim, como a  
5230 gente tem, eles também têm, inclusive, a pessoa estava na reunião.

5231 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5232 **e Cidadania - ITTC)** – Bom, acho que a gente pode enfim, se ninguém tiver mais

5233 nada para dizer a respeito desse tema, a gente pode passar para a apresentação  
5234 do relatório de Santa Catarina. E são dez para meio-dia, a minha sugestão seria a  
5235 seguinte, que tivesse trinta minutos de apresentação do relatório e aí a gente saísse  
5236 para o almoço e aí a gente na volta a gente faz as deliberações e os  
5237 encaminhamentos. Bom, vamos lá. Vou de novo agradecer aqui a presença de  
5238 todos vocês que vieram da reunião. Obrigada.

5239 **Interlocutora não identificada** – Bom-dia a todos e todes. Eu vou fazer a  
5240 apresentação aqui do relatório, vou ser bem breve, Presidente. A Viviane vai ter que  
5241 sair agora, ela ia apresentar comigo, mas ela tem uma viagem daqui a pouco, então,  
5242 eu vou ser bem objetiva. O mecanismo nacional realizou a inspeção esse ano, em  
5243 abril, no estado de Santa Catarina. É importante destacar que a segunda vez que o  
5244 mecanismo nacional realiza uma inspeção regular, a anterior foi em 2016, no dia 24  
5245 de abril de 2023 a 28 de abril. A inspeção teve a participação minha, da Viviane, da  
5246 espírita Bárbara. Nós visitamos, inicialmente, a casa regional de Joinville, que é a  
5247 unidade socioeducativa, o presídio regional de Mafra, o complexo penitenciário  
5248 Agrônômica, e aí o complexo penitenciário entre Holionópolis, que são várias alas  
5249 da adaptação que teve incêndio, da observação de triagem, onde tem os contêiners  
5250 e a penitenciária de Florianópolis, que também tem o hospital de Custódia,  
5251 atendimento psiquiátrico, penitenciária feminina e também visitamos a comunidade  
5252 terapêutica Cerene. A gente destacou aqui as principais violações, para ser bem  
5253 sucintamente assim, as principais e que nos chamam mais a atenção em cada  
5254 unidade e também trouxemos as principais recomendações. Por exemplo,  
5255 Mancase, que é a unidade socioeducativa, essa unidade foi conhecida em uma  
5256 unidade inapropriada de 2011 a 2014 as com investimento de 8 milhões, hoje,  
5257 inclusive, a gente verificou e fez vários registros fotográficos, algumas estruturas  
5258 estão afundando no terreno, inclusive, nesse terreno já foi interditado pela defesa  
5259 seguro em 2016 e foi interditado parcialmente. Dificuldade também de acesso a  
5260 essa unidade, situada em um local isolado, mais de 40 km para chegar até lá, fora  
5261 ainda o deslocamento de Joinville, os 40 quilômetros de estrada de chão.  
5262 Atualmente o caso está vinculado administrativamente e financeiramente a SIAP, a

5263 Secretaria nacional de administração penitenciária, que isso também nós batemos  
5264 em uma audiência pública lá que tem que se desvincular e também se encontra em  
5265 desacordo com as diretrizes do SINASE. Atualmente, também as edificações dessa  
5266 unidade, como eu falei anteriormente, estão afundando no terreno e apresenta  
5267 também a maior problemática do número de funcionários lá também do estado todo  
5268 e na Secretaria, são temporários e poucos servidores efetivos, mas é importante  
5269 destacar aqui que, embora tem mais funcionários temporários, que tentaram,  
5270 inclusive, emplacar uma lei que enquadrasse eles através de um deputado, mas  
5271 não foi à frente, o Ministério público entrou com uma ação, Santa Catarina é o  
5272 estado que mais bem paga o salário, tem o melhor plano de cargos e salários para  
5273 policial penal e agente socioeducador, o nível 8, eles ganham R\$16.000,00 o salário  
5274 base, só queria também trazer esse ponto que me chamou a atenção. As fotos estão  
5275 ali, não sei quem está passando aí, só para mostrar as fotos da estrutura  
5276 rapidamente. Eu não sei quem está apresentando... Débora. Ah, só chegar lá, só  
5277 mostra rapidamente, porque senão já vou passar para a Mafra já. Então, vou trazer  
5278 as principais violações de Mafra. Enfim, Então, vou passar logo falando das  
5279 violações entre e a unidade, que é uma unidade que a gente se deslocou via  
5280 terrestre, Mafra é uma cidade que só tem uma unidade prisional, ela foi adaptada,  
5281 ela era uma delegacia, ela foi adaptada fazendo vários puxadinhos e virou uma  
5282 unidade hoje que acolhe presos provisórios e sentenciados, ela está flagrantemente  
5283 superlotada, no dia da inspeção tinha mais ou menos acima 189%, o número bem  
5284 específico de pessoas privadas de liberdade, mas especialmente presos  
5285 provisórios. A unidade também, ela como disse, foi improvisada, a capacidade dela,  
5286 isso aqui só para mostrar rapidamente ali as fotos dos Case, que é onde foi  
5287 construído um terreno que hoje está praticamente condenado, com várias a  
5288 rachaduras e a Defensoria já esteve lá e, inclusive, interditou, só para mostrar para  
5289 vocês a estrutura e, inclusive, até tem o ginásio lá que já está quase assim, boa  
5290 parte dele afundando. Então, assim, teria que ser urgentemente desativado o caso  
5291 e ser alocado os adolescentes em outro local. Pode passar. Agora eu vou trazer  
5292 aqui as principais violações encontradas na unidade Mafra, como eu falei, 1 unidade  
5293 que foi improvisada, ela era uma delegacia e depois ela foi se tornando uma unidade

5294 prisional. A capacidade dela é 123 pessoas, no dia da inspeção tinham 23, lá não  
5295 há critérios objetivos de separação entre as pessoas presas e não a Comissão  
5296 técnica também de classificação de perfil. Esse está totalmente em desacordo com  
5297 a Alep, não há qualquer separação de presos provisórios, sentenciados, primários  
5298 ou reincidentes, como também idosos ou pessoas com deficiência. Também não há  
5299 áreas para as visitas sociais e visitas íntimas, refeitório e áreas de convívio. A  
5300 unidade também vem sendo feito lá uma ampliação de, inclusive, o juiz da Vop, ele  
5301 é a favor e isso, inclusive, a impressão que nos deu é que esse aumento, essa  
5302 ampliação é uma falsa impressão de aumento de vagas na unidade, porque ela não  
5303 vai ampliando também proporcionalmente a unidade, tipo, não ampliar a sala de  
5304 aula, bibliotecas, inclusive, foge até uma Resolução do CNPCT que a gente cita  
5305 também no relatório. Não há também as celas são escuras, banheiros em péssimas  
5306 condições, passagem de ar é bem ínfima, há pequenos espaços também  
5307 conhecidos como solar e que não há nem condições de circular, vocês vão ver as  
5308 fotos. Pode passar, Débora, só para mostrar a foto ali a situação dos presos, onde  
5309 que eles tomam banho de sol logo depois ali, só uma foto, acho que não... Enfim,  
5310 eu vou falando aqui. E também o que nos chama mais atenção e que é uma violação  
5311 gravíssima em Mafra, a gente se depara, essa aqui são as estruturas de Mafra,  
5312 aqui, por exemplo, seria ala que eles consideram seguros. Então, as pessoas  
5313 privadas de liberdade tomam banho de sol aí dessa grade pequenas. E uma  
5314 questão que a gente traz aqui que foi a maior violação foi que a gente nunca tinha  
5315 visto isso, câmeras na parte interna das celas próximo ao banheiro. Então, assim,  
5316 a gente ver câmeras de monitoramento ali na parte do pavilhão, do corredor, mas  
5317 nunca vimos, o mecanismo nunca se deparou com uma situação dessa. E aí isso  
5318 aí nos chamou a atenção, porque isso aí é captura de imagens que expõem a  
5319 intimidade dos custodiado, da pessoa custodiada, que ela tem o direito de ter a sua  
5320 intimidade preservada e incluindo o direito de imagem. Então, está bem ali, vocês  
5321 vão ver melhor depois do relatório, tinham várias fotos das câmeras e o juiz apoia,  
5322 inclusive, tem uma Portaria sobre isso, a gente recomenda, inclusive, a retirada  
5323 urgente dessas câmeras. Outra coisa também ela foi o regime de corte compulsório  
5324 de cabelo que ocorre lá, que viola, inclusive, o princípio da dignidade humana. A

5325 unidade está também com visita social e presencial no dia da visita desde 2019 ela  
5326 estava suspensa a visita social, presencial e a íntima. O Diretor baixou uma Portaria  
5327 que você ver claramente que quem elaborou foi o próprio juiz, porque a Portaria tem  
5328 o aval do juiz, ele suspendeu e as visitas eram até pouco tempo, até esses dias era  
5329 parlatório e virtual, sem toque, desde 2019. Uma outra questão também que me  
5330 chamou a atenção, e agora saiu uma Portaria que está retornando gradualmente as  
5331 visitas sociais de forma presencial, a íntima ainda não. O uso também interseccional  
5332 da força do grupo tático com a atuação violenta, humilhações, o uso indiscriminado  
5333 dos armamentos de forma aleatória. E uma outra questão que chamou a gente  
5334 também, aí foi a questão da suspensão das sacolas, ali as sacolas e a alimentação  
5335 complementar fornecida também pelas famílias. Lá no estado de Santa Catarina é  
5336 o único estado que as sacolas, o alimento complementar está suspenso desde 2019  
5337 e está oficializado, e agora a Defensoria entrou com uma ação civil pública,  
5338 conseguiu uma liminar, só que agora está suspensa e está aguardando transitar em  
5339 julgado. Agora, inclusive, a defensora me passou essa informação que continua se  
5340 o retorno das sacolas, mesmo após várias incidências e reuniões com o PJ,  
5341 publicação do relatório ainda está essa discussão. E a gente conta com o apoio  
5342 também aqui da SENAPPEN também para fazer essa incidência para conversar  
5343 com o estado, com a SAP lá, porque é o único estado que não retornou as sacolas  
5344 e a alimentação é muito ínfima e de péssima qualidade lá. Santa Catarina não é  
5345 essa beleza de tudo. Principais violações agora do complexo penitenciário de  
5346 Florianópolis, essa unidade dos chamou a atenção como a estrutura é muito antiga,  
5347 inclusive, a unidade reconhecida como pedra Grande, conhecida como casa velha,  
5348 é uma estrutura de 1930 e, inclusive, essa unidade, por ser tão antiga, ela se  
5349 encontra já em área de preservação cultural e em processo de tombamento. O  
5350 Diretor falou, inclusive, que até para fazer uma reforma, furar um emprego ele tem  
5351 que pedir autorização, tem que tramitar um processo. Então, assim, mais um motivo  
5352 que no final a gente recomenda que tem que desativar todo esse complexo, além  
5353 da estrutura antiga. Baixa efetivo, os policiais penais afastado também por questões  
5354 de saúde mental, isso foi uma questão que a gente destacou lá que a gente  
5355 observou sobrecarga de trabalho, estruturas extremamente insalubres, não só para

5356 as pessoas privadas de liberdade, porque o mau cheiro, muitas rachaduras também  
5357 para os próprios servidores que ali trabalham, alimentação ruim, recebe também  
5358 três refeições, kit de higiene e limpeza incompletas, não garantia ao acesso ao  
5359 banho de sol diário, a gente identificou isso. E aí vem a lá da adaptação que é a  
5360 famosa Ada, essa ala aí foi desativada depois que teve aquele incêndio agora em  
5361 fevereiro de 2023, que morreram três pessoas privadas de liberdade LGBTQIA+, a  
5362 juíza desativou, o incêndio começou por causa de uma fiação do teto, uma fiação  
5363 bem precária e, inclusive, o laudo da perícia concluiu que os óbitos dessas pessoas  
5364 foram em decorrência da asfixia de inalação da fumaça. Mas o que chamou a  
5365 atenção nossa foi que quando foram chamando bombeiros, a polícia penal, o grupo  
5366 tátil, todo mundo para tentar arrombar a porta que é de ferro, chapeada dessa cela,  
5367 que tem as fotos que vocês vão ver, eles começaram primeiro foi retirando as celas  
5368 vizinhas e não essa. Aí disseram que disse que a porta estava derretendo e que  
5369 tiveram mais dificuldade para abrir e que tinham policiais próximos. Mas enfim,  
5370 acabaram morrendo asfixiado por inalação de fumaça. E além disso, a unidade tem  
5371 históricos de mais quatro incêndios que ocorreram mais dois esse ano depois que  
5372 a gente esteve lá, mas não houve vítimas e conseguiram acessar o fogo antes, mas  
5373 assim, já tem precedentes antes de outros incêndios. A ala da casa velha, que a  
5374 norte/Sul, é uma estrutura antiga também, extremamente precária, insalubre e  
5375 também com ventilação bem, sem ventilação cruzada, cheiro de mofo, portas  
5376 chapadas, pouca ventilação e muito abafado e muitas rachaduras. Outra coisa que  
5377 chamou a atenção nossa aí foi a saúde no complexo, há uma UBS lá que funciona  
5378 de segunda a sexta de 7h às 19 h em Florianópolis, mas o município de Florianópolis  
5379 é o único município que não aderiu à Pnasp, os outros sim. O médico só trabalha  
5380 2h, isso a gente também alertou e também chamou a atenção da gente essa  
5381 questão. Não tem equipe técnica de saúde no final de semana, os técnicos da saúde  
5382 não realizam também Busca Ativa, quando a gente fez entrevista que eles deixaram  
5383 bem claro que quem faz, quem traz os bilhetinhos de quem precisa de atendimento  
5384 são os policiais penais e aí as pessoas privadas de liberdade contam com a boa  
5385 vontade dos policiais penais levarem e muitos até ficam muito tempo sem a  
5386 assistência médica, por conta desse trâmite. Também chamou a atenção da gente

5387 na questão da saúde o alto número de suporte de suicídios, também a principal, os  
5388 contêineres, que é o centro de observação e triagem. Santa Catarina, onde fica o  
5389 complexo de Florianópolis, é o último estado ainda que estava com contêiners  
5390 funcionando ainda com contêiners lá no complexo e o contêiner, ele tinha mais de  
5391 vinte anos, vocês vão ver depois nas fotos, eles estão em bem enferrujados e o  
5392 mecanismo que esse a desativação, mas é importante dizer que na época, em 2015,  
5393 o Ministério público pediu para desativar, foi solicitada uma perícia que concluiu que  
5394 tinha que desativar. E aí o juiz da Vep deu a decisão para desativar, o TJ veio e  
5395 reformou a decisão do juiz e aí o MP recorreu para o STJ e o STJ veio e também  
5396 confirmou a decisão do tribunal dizendo que o contêiner estava em condições  
5397 dignas e ideais para manter as pessoas lá. E nisso foi ralando, e agora quando a  
5398 gente concluiu o relatório, a gente conseguiu localizar com a decisão do STJ  
5399 confirmando e se houve recurso para o STF. E o MP entrou com recurso  
5400 extraordinário, hoje está distribuído para o Ministro André Mendoza desde 2022 e  
5401 eu acho que ainda que o estado começou agora, eles iniciaram agora em novembro  
5402 uma desativação parcial, inclusive, a defensora me informou há pouco que não tem  
5403 a informação como que vai ser a realocação dessas pessoas, como está sendo  
5404 feito, porque o estado tem um déficit de 5000 vagas. Então, ainda assim eu acho,  
5405 já deixo aqui um final para fazer uma recomendação para o Comitê da gente fazer  
5406 essa força-tarefa de ter uma incidência com o STF, porque eu acho que esse  
5407 recurso é no momento do STF se manifestar e debater para que seja vedada o início  
5408 de contêiner para sempre em qualquer espaço de privação de liberdade todo o  
5409 Brasil. Vamos aqui também ala de LGBTQIA+, a população LGBTQIA+ sofre  
5410 bastante discriminação, castigos de forma aleatória, só por solicitarem o  
5411 atendimento à saúde, ou o acesso a mais tempo de pátio. Não tem acesso a  
5412 medicação necessária, algumas já tentaram suicídio por conta do intenso  
5413 sofrimento mental, não são chamadas pelo seu nome social, as revistas são  
5414 realizadas por agentes do sexo masculino, as trans e travestis não podem usar  
5415 calcinha, top, e vestimentas femininas, não tem oportunidade de trabalho, estudo  
5416 obtendo progressão de regime. Ah, ele também não consegue obter a progressão  
5417 de regime semiaberto, elas continuam ficando no fechado, é uma extrema violação

5418 essa questão aí por falta de vagas. A alta identificação também da população  
5419 LGBTQIA+ é realizada por policiais penais e não pela equipe técnica. Pode passar.  
5420 Deixa eu falar aqui vai. Aqui tem algumas fotos olha, para vocês verem por conta  
5421 das Ada, auditoria de incêndio que está desativada, 3 pessoas privadas de liberdade  
5422 LGBTQIA+ em fevereiro. Pode passar. Essas são as fotos dos contêiners, as  
5423 condições da parte interna do contêiner, extremamente corrosiva, porque ali fica na  
5424 beira da maresia, não é? Então, assim não tinha mais condições de manter isso aí  
5425 que começou agora no início de novembro a desativação parcial, ainda não foi total.  
5426 Então, assim por isso que é importante o Comitê fazer essa incidência no STF,  
5427 porque já tivemos questões de contêiner não só na Secretaria, como tivemos no  
5428 Espírito Santo e no Pará, em Altamira, mas olha situação disso aí, mais de oito  
5429 anos, contêiner é para a mercadoria, não para acomodar pessoas, entendeu?  
5430 Enfim, mas isso aí é extrema violação de direitos humanos e normativas  
5431 internacionais. Outra... O presídio feminino também a gente teve lá, a gente sentiu  
5432 que no presídio feminino a maior violação que teve lá foi, que foi até mudado, era a  
5433 diretora da unidade que estava lá, a Diretora era bastante assim o tratamento, com  
5434 uma falta de respeito com as mulheres privadas de liberdade, castigos coletivos,  
5435 inclusive, após a impressão a gente realizou reunião com a Seap e a Comissão de  
5436 secretário, aí alguns dias depois foi trocada a diretora, porque a gente ouviu relatos  
5437 assim, extremamente abusivos em relação à população feminina privada de  
5438 liberdade por essa diretora. Outra questão também que a gente observou... Ah, sim,  
5439 a gente visitou também só para fechar esses dois principais pontos que a gente  
5440 verificou do complexo, porque o complexo é todos esses puxadinhos, é a Ada, os  
5441 contêiners, tem uma HCTP, HCTP até que o atendimento é razoável lá e estão já  
5442 trabalhando aquele processo de fazer a desativação de acordo com a Resolução  
5443 do CNJ. E também o presídio feminino é todo esse puxadinho, então, assim ao final  
5444 a gente recomenda que seja desativado todo esse complexo, até, porque agora ele  
5445 está em processo de tombamento. Detectamos também uma comunidade  
5446 terapêutica, que é o que mais chamou a atenção dessa comunidade terapêutica, a  
5447 Serene, e até essa colega que ia falar mais sobre ela, ela tem uma ramificação, ela  
5448 tem algumas ramificações. E também no Paraná, e ela tinha também uma clínica

5449 só para adolescentes, que diz que não está funcionando mais essa que a gente  
5450 visitou que fica próximo do palhoça, ela uma vez o Diretor falou que pegou um  
5451 adolescente de 17 anos. E o que nos chamou mais a atenção? A estrutura lá é boa,  
5452 da unidade vocês vão ver, da clínica, mas a gente viu essa questão que ela nasceu  
5453 a partir de entidade religiosa, há uma doutrinação religiosa ali muito forte e também  
5454 chamou a atenção muito o tanto de recurso que o estado de Santa Catarina recebeu  
5455 nos últimos anos para as comunidades terapêuticas. A gente escolheu essa para  
5456 visitar, mas a gente percebeu Por exemplo, essa aqui conforme o documento que  
5457 a gente viu recebeu vultosos valores na esfera municipal, federal e estadual,  
5458 recursos para as comunidades terapêuticas. Também muito forte a aplicação da  
5459 laboterapia, isolamento e também à alimentação do contato social, que adotado  
5460 como elemento lá central no tratamento. Eles também têm lá as fases, mas eu não  
5461 vou adentrar muito, aprofundar muito por conta do tempo. O que eu quero trazer  
5462 aqui são as principais recomendações para o Comitê, que tem várias, mas assim,  
5463 que gostaria de contar com apoio do Comitê e incidências do Comitê em conjunto  
5464 com o mecanismo. O primeiro é: O STF fazendo a incidência, que a gente está  
5465 jogando o relatório, mas o Comitê pode reforçar, dê prioridade para incluir na pauta  
5466 o recurso extraordinário número tal, tal, tal interposto pela MP de Santa Catarina  
5467 para que dê provimento ao recurso para proibir a utilização de contêineres em todos  
5468 os espaços de privação de liberdade do país, considerando que o uso afronta à  
5469 dignidade humana. Então, ainda que o estado de Santa Catarina desative até o ano  
5470 que vem tudo, a gente precisa fazer com que o STF debata essa pauta e proíba de  
5471 vez o uso de contêineres, porque eu já ouvi falar assim, de algumas autoridades,  
5472 inclusive, a que contêiner em condições ideais não é possível, gente, não tem  
5473 condições, é desumano, é degradante. Vocês viram ali a foto do contêiner que  
5474 estava sendo utilizado há mais de vinte anos e ele tem duração, o contêiner, de 20  
5475 anos, ali está 24, 25 anos já. Outra coisa principal, que contra a decisão judicial em  
5476 favor da assistência pública encontrada pela DPE de Santa Catarina, o oficial, o  
5477 tribunal de justiça de Santa Catarina, porque foi cassada a liminar por causa das  
5478 sacolas e assim, e aí eu deixo o reforço do SENAPPEN apoiar essa incidência,  
5479 porque só Santa Catarina, não adotou as sacolas ainda e as pessoas passam fome

5480 lá. E a liminar está suspensa, ou seja, vou ter que precisar transitar em julgado para  
5481 voltar as sacolas? Enfim, a gente tentou também uma incidência, uma reunião com  
5482 o Presidente do TJ de Santa Catarina, mas a gente pede mais um reforço aqui do  
5483 Comitê e a gente conseguiu até conversar com o Presidente, porque é a atual GMF  
5484 é mais de difícil diálogo, a representante. O governo do estado também incida em  
5485 estudos e elaborar um planejamento para desativar todo esse complexo de  
5486 Florianópolis, não tem condições de continuar aquele complexo, gente, a estrutura  
5487 é muito antiga, está em processo de tombamento, já teve vários incêndios lá, enfim,  
5488 não tem condições de manter. Não sei como, nem que o estado faça um  
5489 planejamento, onde ele vai realocar essas pessoas, mas esse complexo tem que  
5490 ser desativado. Então, aí eu peço o reforço do Comitê nesse sentido também, mas  
5491 também obedecendo que zelando também para que a pessoa privada de liberdade  
5492 fica próxima das suas famílias também, ainda que eles sejam retirados desse local,  
5493 caso venha a ser desativado. E a retirada das câmeras do interior das celas da  
5494 unidade de Mafra, é um absurdo aquilo ali, entendeu? É uma afronta, a gente pede  
5495 também o reforço do Comitê para reforçar isso junto ao tribunal de justiça, embora  
5496 a gente já mandou ofício, porque a gente não tem ainda a informação se foi  
5497 realmente desativado, não é? Que seja implementado também, integralmente, com  
5498 máxima celeridade uma Portaria que versa sobre o retorno gradual, na verdade,  
5499 agora total, porque o gradual já retornou, a visita gradual, não é? Em Mafra e em  
5500 alguns outros pontos do estado, e também uma discussão para que retornem as  
5501 visitas íntimas, por exemplo, a juíza falou que em Mafra ele suspendeu as visitas,  
5502 porque não tem estrutura, não tem pátio, quer dizer, mas está investindo em treliche,  
5503 que ele apoia, a gente até fez uma reunião com ele sobre isso depois da inspeção,  
5504 muito difícil o diálogo com os juízes lá, aliás, é uma questão que eu queria até  
5505 compartilhar assim, é um juiz que responde pela vara criminal e pela execução  
5506 penal. Eu sei que isso é um tema que um dia pode ser discutido, mas eu acho muito  
5507 complexo o município pequeno o juiz a acumular a função de juiz criminal, que ele  
5508 sentencia e depois ele monitora e acompanha a execução da pena. É complicado  
5509 e tanto que a Portaria que foi baixada lá, não é? Proibiu a entrada de ilícito, ele  
5510 descreveu até na Portaria a quantidade de drogas e falou: "Para mim, nunca mais

5511 volta a visita e nem sacolas." Ele falou desse jeito para a gente em uma reunião, o  
5512 juiz de Mafra extremamente difícil. Gente, é isso, eu tentei ser bem objetiva.  
5513 Presidente, não me aprofundei muito, mas assim eu tentei destacar os principais  
5514 pontos aqui, eu e a Viviane trabalhamos na apresentação, mas a gente pede o apoio  
5515 desses principais pontos do Comitê. Obrigada. Não sei se está aí a defensora, ela  
5516 queria falar só três minutos. Ah, só uma questão, a preocupação também de que  
5517 está avançando a discussão em Santa Catarina, chegou hoje a informação também  
5518 sobre privatização do socioeducativo. Está bem?

5519 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5520 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada, Ana, a pela apresentação e por trazer todas essas  
5521 informações para a gente e pelo trabalho que vocês fazem. Será que a defensora  
5522 Fernanda ou Júlia, será que elas estão, Débora? Bom, mas aí se vocês quiserem  
5523 voltar no período da...

5524 **Sra. Ana** – Fernanda...

5525 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5526 **e Cidadania - ITTC)** – Acho que não está. Se elas quiserem voltar depois do  
5527 almoço, a gente pode, elas voltam nas deliberações aqui do pleno.

5528 **Sra. Ana** – Está bem, obrigada.

5529 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5530 **e Cidadania - ITTC)** – Então, eu acho que com isso a gente pode fazer 1h de almoço  
5531 e aí voltar 13h20 para seguir com as deliberações de Santa Catarina, está bom?  
5532 Obrigada, gente.

5533

5534 **42ª RO do CNPCT-Dia 2-2:**

5535 **Sra. Maria Clara (Titular - Gajop)** - Peço que as que forem apresentados e  
5536 novamente inserir nesse calendário que a gente está pensando de ações

5537 incidências para o ano que vem essa questão do STF, não é?

5538 **Interlocutora não identificada** - Só queria lembrar que a defensora está aí, viu,  
5539 Sofia?

5540 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5541 **e Cidadania - ITTC)** - Ah, está.

5542 **Interlocutora não identificada** - A Fernanda, só para ela fazer uma fala rápida.

5543 **Interlocutora não identificada** - Fica à vontade, Fernanda, se quiser fazer uma  
5544 fala.

5545 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina)** - Oi, boa tarde. Não sei se  
5546 estão me ouvindo bem.

5547 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5548 **e Cidadania - ITTC)** - Se você estiver falando a gente não está aqui escutando.

5549 **Interlocutora não identificada** - Abre o áudio.

5550 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina)** - Abri, mas era eu acho que  
5551 não está funcionando aqui. Me ouvem agora? Conseguem me ouvir?

5552 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5553 **e Cidadania - ITTC)** - Tenta falar agora Fernanda.

5554 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina)** - Oi?

5555 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5556 **e Cidadania - ITTC)** - Não.

5557 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina)** - Não?

5558 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5559 **e Cidadania - ITTC)** - Se você quiser sair e entrar.

5560 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina)** - Está bem.

5561 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5562 **e Cidadania - ITTC)** - E além de endossar as recomendações e já que a Ana  
5563 Valeska tinha dito, eu acho que daí a gente pode pensar em quanto comitê e acho  
5564 que para o planejamento do próximo ano também, nessa questão de uma litigância  
5565 mais estratégica de incidência, enfim, tanto com o STF, mas nessa questão dos  
5566 containers, então, a gente pode pensar internamente como a gente pode se articular  
5567 para isso. Acho que não.

5568 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina)** - Conseguem me ouvir  
5569 agora? Oi?

5570 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5571 **e Cidadania - ITTC)** - Fernanda?

5572 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina)** - Oi. Não?

5573 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5574 **e Cidadania - ITTC)** - Não, gente não está te escutando. Mais será se a Debora, dá  
5575 para abrir o microfone pela gente que? Ah, está. Está? Eu não enxergo daqui.  
5576 Alguma outra pessoa que está aqui on-line pode tentar falar alguma coisa com a  
5577 gente só para ver se o problema é aqui na sala ou se é o áudio da Fernanda.

5578 **Interlocutora não identificada** - Eu estou conseguindo ouvir a Fernanda aqui on-  
5579 line.

5580 **Interlocutor não identificado** - Boa tarde. Boa tarde.

5581 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5582 **e Cidadania - ITTC)** - O problema é no nosso áudio aqui.

5583 **Interlocutora não identificada** - Vocês não me escutam também não?

5584 **Interlocutora não identificada** - Eu te escuto.

5585 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5586 **e Cidadania - ITTC)** - Agora acho que foi, Fernanda.

5587 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina)** - Foi?

5588 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5589 **e Cidadania - ITTC)** - Foi, foi.

5590 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina)** - Ah, joia. Bom, obrigada. Boa  
5591 tarde a todas as pessoas presente. Eu sou a Fernanda, sou a defensora pública  
5592 que acompanhou as inspeções dos mecanismos aqui em Santa Catarina e que  
5593 atuam no núcleo, que ele é voltado a execução penal, é o núcleo basicamente de  
5594 tutela coletiva voltado à execução penal. Eu gostaria de ressaltar a importância que  
5595 foi a presença do mecanismo aqui no estado, que possibilitou especialmente  
5596 através das mídias, trazer o debate, trazer para a sociedade esse debate da  
5597 situação do sistema carcerário aqui de Santa Catarina. Eu vou procurar se bem  
5598 pontual, porque duas questões me preocupam com bastante no pós-inspeção.  
5599 Embora a gente tenha tido alguns avanços, como por exemplo a unidade prisional  
5600 de Mafra, que vedava completamente a visita com um toque, logo após a inspeção  
5601 e as recomendações e já se liberou a visita com um toque ao menos uma vez ao  
5602 mês, nós ainda temos em várias unidades do estado essa restrição. A Defensoria  
5603 pública ela não está em todas as comarcas, a gente tem buscado implementar um  
5604 calendário de inspeção em unidades que ainda não contam com a presença da  
5605 Defensoria pública ali na execução penal, mas isso...

5606 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5607 **e Cidadania - ITTC)** - Fernanda, espera aí são um minutinho que é que o seu áudio  
5608 falhou, a gente está com um dos problemas técnicos.

5609 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina)** - Ah, já retomou?

5610 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5611 **e Cidadania - ITTC)** - Fernanda?

5612 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina) - Oi?**

5613 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5614 **e Cidadania - ITTC) - Isso, pronto, voltou.**

5615 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina) - Onde mais ou menos eu**  
5616 **parei? Onde vocês pararam de me ouvir?**

5617 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5618 **e Cidadania - ITTC) - Você falou que você ia ser bem pontual, dos impactos de**  
5619 **visita.**

5620 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina) - Ótimo. Então, tem alguns**  
5621 **pontos que nós já conseguimos avançar logo após a inspeção, especialmente nas**  
5622 **unidades que foram visitadas, há uma unidade de Mafra em que se vedava**  
5623 **completamente a visita com um toque, antes da inspeção foi objeto de**  
5624 **recomendação e nós já recebemos a notícia de que ao menos uma vez ao mês e**  
5625 **está sendo possibilitada essa visita, então, com um toque, o que para o estado é**  
5626 **um grande avanço. Também recebemos a notícia do início da desativação dos**  
5627 **containers, mas esses dois pontos embora sejam avanços importantes, também**  
5628 **suscitam algumas preocupações, que é o que eu gostaria de pontuar hoje com**  
5629 **vocês. O primeiro é com relação a visita com um toque, a Defensoria pública tem**  
5630 **uma ação civil pública tramitando, essa a ação, ela ainda não tem uma sentença,**  
5631 **mas a argumentação do estado trazida ali na ação civil pública é de que em algumas**  
5632 **unidades não se dispõe de espaço físico para a realização dessa visita com um**  
5633 **toque. Então, embora em Mafra que é a unidade que foi visitada, gente teve esse**  
5634 **avanço, ainda em outras unidades prevalecem essa restrição, é preocupante,**  
5635 **porque a Defensoria Pública não atua em todas as comarcas, nós não temos órgão**  
5636 **de execução na execução penal em todas as unidades prisionais, o meu núcleo**  
5637 **vem se encarregando de inspecionar as recomendações e mesmo poder verificar a**  
5638 **situação das unidades do estado, mas esse é um trabalho que é lento e que nesse**  
5639 **ano eu consegui visitar dez unidades em que não há ainda a atuação da Defensoria**

5640 Pública, dessas unidades a gente tem buscado fazer recomendações e o que não  
5641 é atendido, mais adiante vai ser judicializada, mas é um cenário que preocupa  
5642 bastante. Com relação aos containers, também um ponto que me preocupa muito,  
5643 era extremamente necessário e urgente a desativação, porém a realocação dessas  
5644 pessoas não é algo que ficou muito claro, hoje a gente tem uma ação civil pública  
5645 também que busca superar o déficit de vagas, em Santa Catarina foi estimado ali  
5646 na última manifestação do estado próximo a 5000 vagas, tem uma resistência muito  
5647 grande ainda no estado quanto ao monitoramento eletrônico e a outras alternativas  
5648 ao desencarceramento ao passo que também não se tem a adequação desse  
5649 número de vagas. Então, é extremamente importante a desativação dos containers,  
5650 mas eu não vejo até o momento é uma forma de se suprir essas vagas que estão  
5651 sendo desativadas. E para finalizar também uma preocupação que ainda persiste,  
5652 é com relação ao retorno das entregas de itens por familiares, as sacolas ou jumbos,  
5653 a Defensoria Pública conseguiu um acórdão favorável ao retorno da entrega desses  
5654 itens, porém o estado conseguiu a suspensão da liminar que determinava o retorno  
5655 imediato e agora a gente tem que aguardar o trânsito em julgado, que só vai  
5656 acontecer no próximo ano, enquanto isso a gente tem recebido inúmeras denúncias,  
5657 inclusive pelo disque 100 de falta de itens essenciais, roupa, chinelos e até  
5658 alimentação em quantidade suficiente, então, essa estão as nossas principais  
5659 preocupações atuais. Eu só gostaria de compartilhar com vocês um pouquinho esse  
5660 cenário. Obrigada.

5661 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
5662 **e Cidadania - ITTC)** - Obrigada, Fernanda pelas contribuições e pela sua  
5663 participação. Queria saber se alguém quer fazer algum comentário?

5664 **Interlocutora não identificada** -Eu tenho uma pergunta em relação a isso. Você  
5665 falou que o núcleo do sistema penitenciário não atendia todas as unidades, e sua  
5666 falta de recursos? Seria o que assim, bem objetiva?

5667 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina)** - Falta de defensores  
5668 públicos em número suficiente. A Defensoria, de forma geral, ela só está presente

5669 em 24 comarcas do estado, o estado tem próximo de 100 comarcas, então, nós não  
5670 estamos em todas as comarcas e também não estamos em todas as unidades onde  
5671 a unidades prisionais, em todas elas por consequência disso, o número de  
5672 defensores. Aqui há um convênio entre judiciário e a OAB para a prestação da  
5673 assistência jurídica, judiciária onde não há núcleo da Defensoria Pública como  
5674 órgão de execução implementado.

5675 **Interlocutora não identificada** - Uma outra pergunta. Quando foi a última vez que  
5676 teve concurso público da Defensoria Pública?

5677 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina)** - Teve agora recentemente,  
5678 foram promovidas as últimas vagas, salvo engano esse último concurso está com  
5679 um prazo de validade e respirando, tenho notícia de que vai ser aberto um outro,  
5680 porém nós somos hoje 120, depois eu tenho que ver 120 certinho quantos são. É,  
5681 mas ainda assim não temos vaga suficiente, se com número de defensores nós  
5682 fôssemos cobria apenas a execução penal, seria praticamente a totalidade dos  
5683 defensores destinados aos locais com unidades prisionais e a gente cobre famílias,  
5684 fazendas públicas e outras áreas, então, é um número de defensores que é  
5685 pequeno ainda no estado, o número de vagas, digo.

5686 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho  
5687 e Cidadania - ITTC)** - Obrigada, Fernanda. Mais alguém quer falar? Mais alguém  
5688 quer fazer alguma...?

5689 **Sra. Ana Claudia Silva** - Fernanda, só uma pergunta. Tem notícias se foi a vez  
5690 instalada às Câmaras das férias de Mafra, da parte interna da cela?

5691 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina)** - É, não oficial é isso o  
5692 especificamente, mas também não foi dos comunicados, fica aqui o meu  
5693 compromisso de encaminhar um ofício, eu também tenho que encaminhar de uma  
5694 outra unidade que eu também verifiquei na inspeção a presença de Câmaras no  
5695 interior. Eu me comprometo a encaminhar nos próximos dias e já enviou resposta.

5696 **Sra. Ana Claudia Silva** - Obrigada.

5697 **Sra. Fernanda (Defensoria Pública Santa Catarina)** - Nada.

5698 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC)** - Obrigada, Fernanda. Obrigada, Ana. Eu acho que a gente fez  
5699 os encaminhamentos aqui e a gente pode seguir para o nosso próximo ponto, que  
5700 a apresentação vou relatório temático. Vou passar a palavra para o Caio.  
5701

5702 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade - SOMOS)** -  
5703 Eu vou só esperar, Débora já está ali com material. Pronto. Então, a apresentação  
5704 do relatório nacional de inspeções sobre a população LGBTI privada de liberdade  
5705 no Brasil. Esse trabalho ele já foi apresentado em um evento de lançamento público,  
5706 no Conselho Federal de Psicologia, no mês de setembro, final do mês de setembro,  
5707 um dia antes da última reunião ordinária e a gente pode contar com a presença de  
5708 alguns membros do mecanismo e aqui do colegiado também e a ideia é fazer uma  
5709 apresentação sobre os achados dessa missão nacional, para que o colegiado possa  
5710 fazer deliberações que achar importante. Então, a gente pode passar, Debora, ali  
5711 para a apresentação. Então, ano de 2021 o mecanismo realizou uma série de  
5712 inspeções, enquanto o conjunto de inspeções que se denomina uma missão, uma  
5713 missão temática com o intuito de perceber quais são os principais aspectos da  
5714 privação de liberdade das pessoas LGBTI, então, por população LGBTI aqui nesse  
5715 trabalho, a gente vai entender pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis,  
5716 transexuais, intersexo, etc. e outras pessoas que sofrem alguma discriminação por  
5717 conta de três aspectos fundamentais, que são a orientação sexual, a identidade de  
5718 gênero e as características sexuais, características sexuais enquanto uma questão  
5719 relacionada a população intersexo. Então, essa missão, ela tem alguns aspectos  
5720 bem específicos considerando o histórico de trabalho do mecanismo, porque ela foi  
5721 construída de forma muito próxima com a sociedade civil, o primeiro passo desse  
5722 trabalho foi a criação pelas peritas responsáveis na época, do que foi chamado  
5723 Conselho consultivo, ainda no ano de 2020, que foi um grupo de trabalho formado  
5724 por ativistas de diversas organizações. Então, cumpre salientar aqui nós somos a

5725 ANTRA, que é uma associação de caráter nacional que vocês devem conhecer,  
5726 assim como a ABGLT, a Renosp, que a rede nacional de operadores de segurança  
5727 pública, a Rede Lésbi, unidas [Ininteligível], a pastoral carcerária e, a agenda  
5728 nacional pelo desencarceramento, algumas frentes estaduais também com a  
5729 participação da APT e do CONDEGE. Esse grupo, o Conselho consultivo, ele se  
5730 reuniu tanto para elaborar a metodologia que seria aplicada posteriormente, mas  
5731 também para realizar um trabalho de qualificação profissional dos membros do  
5732 mecanismo na época e também de membros da Defensoria pública, que tiveram  
5733 interesse em participar do trabalho, considerando que a qualificação dessas  
5734 pessoas em termos teóricos e práticos sobre diversidade sexual seria fundamental  
5735 para o entendimento da realidade daquelas pessoas que se encontram privadas de  
5736 liberdade. Então, essas inspeções pretenderam contribuir para um diagnóstico  
5737 nacional sobre a situação desse grupo, na esteira das produções recentes que as  
5738 precederam, então, a gente... pode passar, Debora. A gente vai ter um campo muito  
5739 recente de pensamentos, de trabalho de pesquisa e de intervenção social também  
5740 da sociedade civil, que se inicia principalmente, ele no ano de 2012 e que a partir  
5741 do ano de 2014 e 2015 começou a proliferar uma série de trabalhos de pesquisa  
5742 científica, dos quais eu sinto que de pesquisadores a maioria deles também  
5743 veiculados à associações da Sociedade Civil, especialmente organizações LGBTI,  
5744 que realizaram, então, o primeiro contato entre sociedade civil, entre a questão  
5745 penitenciária e uma reflexão mais global do sobre as questões que afetam a  
5746 população LGBTI. O próximo slide, então, a gente vai poder ver algum desses  
5747 trabalhos..., eu acho que tu pulou mais de um, querida. É, para mim tem com slide  
5748 anterior, mas tudo bem. Alguns trabalhos importantes que antecederam deste  
5749 relatório e que também servem como argumento e como base teórica, dos quais a  
5750 gente pode citar o trabalho de diagnóstico realizado pela SOMOS em 2018, que foi  
5751 o primeiro trabalho do gênero no Brasil que percorreu 16 instituições de privação de  
5752 liberdade com a intenção de entender o funcionamento das alas LGBT, dos espaços  
5753 específicos de convivência. Também o manual da associação para prevenção da  
5754 tortura, por uma proteção efetiva das pessoas LGBTI privadas de liberdade, que  
5755 aqui no Brasil no primeiro guia de monitoramento da situação de pessoas LGBTI

5756 privada de liberdade e o relatório do, então, Ministério da família, mulher de direitos  
5757 humanos, intitulado "LGBT nas prisões: diagnósticos de procedimentos  
5758 institucionais e experiências de encarceramento." Que foi um trabalho já  
5759 apresentado no colegiado na época em que nós enquanto instituição, nós temos  
5760 algumas críticas em relação à metodologia e ao que foi feito em termos de resultado  
5761 após o diagnóstico, mas que é um documento importante, porque foi a primeira vez  
5762 que o estado brasileiro se pronuncia sobre o assunto e emite um documento  
5763 tentando revelar essa situação. Então, em relação a metodologia, no mapa vocês  
5764 podem observar os estados que participaram das inspeções da missão LGBTI,  
5765 então, a intenção foi que nessas unidades fossem observadas rotinas, os  
5766 equipamentos e as estruturas voltadas para a população LGBTI. Foram  
5767 entrevistadas não apenas as pessoas privadas de liberdade, mas os agentes  
5768 públicos de segurança, os profissionais das áreas técnicas com bastante interesse,  
5769 especialmente as técnicas das áreas de psicologia e serviço social e também os  
5770 diretores das unidades. As entrevistas elas seguiram os procedimentos já previstos  
5771 e realizados pelo mecanismo, sempre realizadas de modo reservado e utilizando  
5772 roteiros de entrevistas que foram construídas no âmbito daquele Conselho  
5773 consultivo que eu citei para vocês. Então, esse Conselho consultivo se reuniu para  
5774 criar quatro formulários, quatro instrumentos de coleta de dados, cada um destinado  
5775 a um tipo de respondente, um para pessoas privada de liberdade, outro para gente  
5776 de segurança, outro para técnicas e outro para a direção das unidades prisionais.  
5777 Esses formulários, então, foram construídos especificamente para esses trabalhos  
5778 e também foram coletadas normas internas, protocolos que eles tinham naqueles  
5779 locais e outras informações importantes para poder ser feito posteriormente uma  
5780 triangulação das informações, de modo que a gente poderia ter, então, informações  
5781 vindo das pessoas privadas de liberdade dos documentos oficiais e dos agentes  
5782 públicos que trabalham com essas pessoas. Sobre a metodologia, então, como eu  
5783 falei, foi aplicado esse instrumento de coletas de enquanto a metodologia da análise  
5784 dos dados, nós já na escrita do relatório nacional, partimos da perspectiva de que  
5785 os dados eles deveriam ser interpretados de duas maneiras. A primeira é a partir  
5786 daquilo que se repete, a partir do que é faturado, daquilo que se escuta

5787 repetidamente das pessoas. O segundo é a partir do que aparecia enquanto um  
5788 conteúdo mais diverso e qualitativo e também dos silêncios, daquilo que não era  
5789 falado, daquilo que a gente por experiências prévias no trabalho, sabe que pode  
5790 acontecer, mas a gente percebe o a ausência de determinado tema. Mais para  
5791 frente a gente vai ver uma questão que realmente é muito negligenciada, questão  
5792 de saúde sexual e prevenção de ISTs das unidades de privação de liberdade esse  
5793 é um exemplo de algo que não é falado, não é visto e fazendo um trabalho pgressa  
5794 dos relatórios anteriores do mecanismo, é um assunto que pouco aparece nos  
5795 relatórios, aparece com pouca frequência a questão da saúde sexual e transmissão  
5796 de HIV no contexto prisional. Então, essa forma de interpretar os dados, se deve ao  
5797 fato do Brasil ser um país muito diverso no modo como respondi às necessidades  
5798 humanas dessa população LGBTI, havendo diferentes padrões de tratamento  
5799 penal, alguns que são recomendados por meio de documentos oficiais e outros que  
5800 são práticas institucionais que vão se cristalização do com o passar do tempo, até  
5801 chegar a um ponto que ninguém mais sabe exatamente quem a criou ou, porque  
5802 ela é feita, então, esse é um padrão geral que sustentam as relações de gênero e  
5803 sexualidade e que reflete quase como que um espelhamento o regime de gênero  
5804 que existe a que fora é refletido, então, nas unidades de privação de liberdade. Um  
5805 fato interessante é que ao mesmo tempo que o Brasil é um país extremamente  
5806 violento para essa população, é o país que mais investe em produção normativa  
5807 sobre esse assunto, então, é o país onde a gente mais vai encontrar documentos,  
5808 resoluções sobre a questão da população LGBT no geral, mas também sobre a  
5809 população LGBTI privada de liberdade. Então, a partir dessa proposta de olhar os  
5810 dados que foram coletados, foi constituído um primeiro quadro no qual nós  
5811 procuramos sistematizar desses achados que se caracterizam como semelhanças  
5812 institucionais, a partir de hipóteses elencadas por nós, por meios de estudos  
5813 anteriormente realizados. Então, o quadro que vai ser apresentado em seguida, ele  
5814 serviu para fazer a leitura dos documentos, então, foram 24 unidades prisionais.  
5815 Então, a pergunta que a gente fazia era para o documento, a gente perguntava para  
5816 o documento determinado assunto e o documento, ele poderia nos respondem sim  
5817 e não ou dúvida, que é quando do documento não se extrai a resposta ou quando

5818 a gente percebe que os interlocutores não tinham certeza sobre o que responder,  
5819 não é, e também parte quando a gente percebia uma contradição entre os atores  
5820 linkados naquele assunto. Então, a gente poderia ter entre as pessoas privada de  
5821 liberdade mais de uma opinião sobre determinada questão por exemplo.

5822 **Interlocutora não identificada** - Posso perguntar uma coisa rapidinho? É um  
5823 software que vocês usaram ou a metodologia foi vocês olharem documento para  
5824 fazer análise de categoria?

5825 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade - SOMOS) -**  
5826 Não, é uma leitura. Não, não. É uma leitura, leitura manual não, mas...

5827 **Interlocutora não identificada** - Não, está bem, entendi. Foram vocês que fizeram.  
5828 Está bem, não, só para saber.

5829 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade - SOMOS) -**  
5830 Não. Foi uma ideia, mas como os documentos, o documento mais bruto, que era o  
5831 formulário, eram todos documentos manuscritos. Então, exigiria um trabalho muito  
5832 grande para que isso fosse transformado em documento digital para poder ser  
5833 analisado por algum software de análise de conteúdo, por exemplo. O  
5834 preenchimento do questionário na unidade prisional, era um documento de papel e  
5835 que era o que era impossibilitado acontecer. E uma possibilidade também que não  
5836 se aplica, quando alguns assuntos ali colocados não eram possíveis de ser  
5837 analisado naquele contexto, no exemplo é quando se perguntava sobre cursos  
5838 profissionais em uma instituição que não existia nenhuma modalidade de educação,  
5839 por exemplo. Então, a gente não pode perguntar qual é a questão específica da  
5840 população LGBT sobre cursos profissionalizantes, se para toda a unidade àquilo  
5841 não é oferecido, então, não se aplica. Então, quadro como veremos, ele foi dividido  
5842 em seis durante tópicos, que são esses tópicos de interesse, que são os processos  
5843 de identificação, que é perceber como a institucionalidade identifica esses sujeitos,  
5844 esses corpos, a alocação, o que é feito com essas pessoas em termos de colocar  
5845 ela tem um espaço específico, uma unidade masculina ou feminina, questão de

5846 tratamento penal, questão de acesso a direitos, a questão mais pura de violência,  
5847 maus tratos e tortura e relacionamentos e conjugalidade. Então, é importante  
5848 sublinhar que esse quadro, ele não pretende ser uma fotografia dessa situação e  
5849 nem traduzir uma realidade toda de uma vez ou de uma vez por todas, mas isso é  
5850 bastante importante para esse trabalho, ele permite que a gente observe grandes  
5851 tendências. Então, ele é um trabalho que pretende apresentar quais são as  
5852 tendências do encarceramento dessa população no Brasil, de modo que a partir  
5853 dessas metas narrativas, possamos elencados principais eixos de atuação sob os  
5854 quais devemos nos debruçar com mais atenção ao longo dos próximos anos.  
5855 Sabemos também que o quadro corresponde a instituições em indeterminado  
5856 tempo histórico, não espelhando, portanto, o total do estado e do tempo presente  
5857 dessas instituições, a gente sabe hoje que algumas coisas que estão nesses  
5858 relatórios, inclusive já foram alteradas em algumas unidades que foram visitadas.  
5859 Então, no próximo slide a gente tem um exemplo de um pequeno extrato dessa  
5860 tabela que está disponível no relatório, então, eu acho que a imagem ficou com uma  
5861 resolução pouco baixa, mas a primeira pergunta é: a instituição identifica pessoas  
5862 em termos de identidade sexual e identidade de gênero? Então, a gente pode  
5863 perceber que no estado de Alagoas a resposta é sim, no estado da Bahia resposta  
5864 é sim, no estado do Espírito Santo a resposta é em partes e assim sucessivamente.  
5865 Essa tabela, ela é referente às unidades prisionais femininas e outra tabela referente  
5866 a unidades prisionais masculinas. Então, no próximo slide, a gente vai ter os sete  
5867 eixos de análises, que são os eixos para apresentação aqui do trabalho. O primeiro  
5868 eixo, então, eu gostaria de falar brevemente para vocês estruturas prisionais, no  
5869 próximo slide, eu vou tentar ser o mais breve rápido possível para trazer alguns  
5870 highlights do trabalho e depois, ao final rever as tendências e mostrar quais foram  
5871 as recomendações escritas. Então, para quem não é tão familiarizado com um tema,  
5872 a regra geral é de que as pessoas, as mulheres trans e travestis, elas sejam  
5873 encarceradas nas unidades masculinas, e isso foi verificada nas doze unidades  
5874 visitadas, ou seja, na totalidade da mostra. As mulheres trans, elas podem ser  
5875 transferidas para unidades femininas, se assim desejarem, nas 12, 10 responderam  
5876 que não, então, apenas dois estados a gente percebeu que existe a possibilidade

5877 de que mulheres trans e travestis ficassem em no idades femininas, aí é importante  
5878 salientar que na nossa experiência, com um grande número de mulher trans e  
5879 travestis não deseja testarem unidades femininas e tem a preferência de estarem  
5880 em unidades masculinas, em espaços específicos, em uma ala e uma cela  
5881 destinada a população LGBT. Em nove das doze unidades masculinas existem uma  
5882 ala, uma cela ou uma galeria específica para a população LGBTI, naquele momento  
5883 isso não ocorria na Bahia e em Rondônia e em Alagoas acontecia em partes. Nas  
5884 unidades femininas, então, os homens trans, eles são alocados em prisões  
5885 femininas, em regra, em todas as unidades visitadas, isso de forma geral enquanto  
5886 recomendação institucional da SOMOS é o que deve ser feito, porque a gente  
5887 considera que a vulnerabilidade e a violência com um homem trans na unidade  
5888 masculina, ela é muito grande. Homens trans, eles poderiam ser transferidos para  
5889 unidades masculinas? 9 responderam que não, enquanto 3 não souberam  
5890 responder, então, a gente não verifica em nenhuma essa possibilidade e nas doze  
5891 unidades visitadas, nas doze unidades femininas não existe um espaço específico  
5892 e essa também é uma tendência do encarceramento dessa população nas unidades  
5893 femininas, a gente não observa a ocorrência das alas LGBT nas unidades  
5894 femininas. Então, a respeito, em relação ao respeito as dissidências sexuais de  
5895 gêneros, ou seja, como as unidades, elas encaram a diversidade sexual e de  
5896 gênero. Nas unidades masculinas, a primeira pergunta é se a instituição e identifica  
5897 as pessoas em termos de identidade sexual e de gênero, ou seja, se existe naquele  
5898 local alguma forma de registro ou de enfim, pensar que aquelas pessoas podem se  
5899 autodeclarar, então, das doze, em oito unidades existem algum processo de  
5900 identificação, em duas não via em duas esse processo ocorria em parte. E no caso  
5901 de haver uma identificação, por quem ela é feita? Nas unidades masculinas, em 7  
5902 unidade ela não é feita no atendimento técnico, a nossa recomendação geral é de  
5903 que esse processo de identificação seja realizada por trabalhadores da área técnica,  
5904 psicólogos, assistentes sociais, enfim, em três unidades ela é feita por técnicos,  
5905 enquanto em sete ela pode ser feita por profissionais da segurança, agentes  
5906 penitenciários ou por policiais e penais ou até mesmo por policiais militares, em uma  
5907 unidade não sabe que em uma unidade ela fica em parte pelos técnicos. Em relação

5908 as unidades femininas, em 5 unidades lá os processos de identificação, em uma  
5909 unidade não há no Rio Grande do Sul, e como eu falei para vocês, essa realidade  
5910 já mudou e hoje em dia o processo de identificação é constituído e em seis essa  
5911 identificação ocorria em parte. Sobre a identificação ser feita pelo técnico, em quatro  
5912 unidades femininas ela não é feita no atendimento técnico, em cinco unidades ela  
5913 é feita no atendimento técnico e em duas ela é feita em parte pelos técnicos da  
5914 psicologia ou do serviço social. No próximo slide, então, ainda no mesmo tema  
5915 perguntamos se a respeito pelo uso do nome social, ou seja, se as pessoas trans  
5916 são chamadas pelo nome pela qual elas se identificam. Então, esse respeito, ele foi  
5917 verificado em cinco unidades e em parte tem sete unidades masculinas. Da outra  
5918 pergunta, se as pessoas trans já foram obrigadas a cortarem o cabelo ou se elas  
5919 estão impedidas de outra forma expressar o seu gênero, normalmente isso está  
5920 relacionado ao uso de acessórios, maquiagem no caso das mulheres trans, no caso  
5921 de indumentária feminina, de questões que possam servir para que elas esqueçam  
5922 a sua identidade de gênero. Então, em sete unidades masculinas as pessoas trans  
5923 já foram obrigadas a cortar o cabelo, que era uma prática bastante comum, a gente  
5924 tem observado cada vez menos, mas ainda existe, em duas unidades isso não se  
5925 verificou que em três isso ocorreu em parte. Em relação às unidades femininas, não  
5926 há respeito pelo nome social em sete unidades, em parte em cinco. E sobre a  
5927 questão do corte do cabelo ou o uso de indumentária conforme a identidade de  
5928 gênero, em 9 unidades femininas das pessoas já foram obrigadas a cortarem o  
5929 cabelo ou impedidas de usarem a roupa conforme o gênero, enquanto que em uma  
5930 unidade isso não ocorreu. No eixo 3, a gente se pergunta sobre o acesso a  
5931 alimentação adequada, água e a insumos de higiene, e aí aqui a gente observa uma  
5932 tendência geral de reprodução do cenário que já era verificado em inspeções  
5933 anteriores, então, não há tanta deferência em relação a infraestrutura, porque as  
5934 pessoas LGBT os estão submetidas às mesmas mazelas que as outras pessoas,  
5935 mas a gente percebe agravantes. Então, durante as inspeções foi constatado por  
5936 exemplo uso do cerceamento da alimentação como uma forma de castigo aplicado  
5937 à população LGBTI. Nesse tema de acesso à alimentação principalmente, a gente  
5938 também percebe que entre essa população, há uma ocorrência maior de abandono

5939 familiar, então, em 11 das 12 unidades masculinas, foi verificada narrativa do  
5940 abandono familiar, em seis unidades femininas esse fenômeno foi informado pelas  
5941 pessoas privada de liberdade, então, a nossa hipótese é de que as pessoas LGBTI,  
5942 elas são mais abandonadas pela família, o que normalmente é um fenômeno que  
5943 já ocorria antes mesmo da privação de liberdade. Então, isso aponta para  
5944 experiência de desassistência material já que o estado provê de forma precária  
5945 insuficiente esses itens. O eixo 4 ele se refere ao acesso à saúde, então, sobre a  
5946 hormonização, que é uma das questões mais frequentes quando a gente fala de  
5947 saúde específica de pessoas trans. Em relação as unidades masculinas e femininas  
5948 o resultado foi o mesmo, então, pessoas trans não podem receber a hormonização  
5949 em oito dos doze estados, podem receber em um estado, que foi o estado de Santa  
5950 Catarina, e isso ocorre em parte nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio  
5951 Grande do Sul. O que ocorre de forma geral é que o tratamento hormonal não é um  
5952 tratamento acessível pelo Sistema Único de Saúde, então, algumas unidades vão  
5953 autorizar que o tratamento hormonal exista, mas o estado não vai fazer o  
5954 fornecimento do medicamento, então, que pode ocorrer nesses estados que  
5955 permitem ou que permitem parte? Ou a pessoa se vira e compra, ou a família  
5956 compra ou amigos compram um hormônio. E no estado de Santa Catarina, o que a  
5957 gente e observou a que as enfermeiras recebiam um hormônio da família e faziam  
5958 a aplicação conforme a prescrição médica, naquelas pessoas que tinham a  
5959 prescrição médica. Nos estados que respondem não essa possibilidade não existe,  
5960 mesmo que a pessoa tem a receita, a prescrição e o medicamento, ela não vai poder  
5961 fazer o tratamento. Então, em relação à saúde de forma mais global, o que a gente  
5962 percebe, pode ser traduzido na expressão: "Acesso diferencial." Então, por exemplo  
5963 mais cedo a gente falava daqueles procedimentos que a pessoa entrega um  
5964 bilhete para o chefe da galeria, que entrega para o agente penitenciário, até  
5965 chegar no setor da saúde, o que normalmente ocorre é que as pessoas LGBT são  
5966 preteridas nesse processo, então, provavelmente a solicitação de um atendimento  
5967 médico de uma travesti vai ficar por último na fila. Existe também uma deficiência  
5968 muito frente no acesso à saúde sexual, então, como eu falei a distribuição de  
5969 preservativos não ocorre em muitos espaços, porque existe uma presunção de que

5970 todo mundo é heterossexual, de que ninguém transa na prisão, então, por que  
5971 distribuir preservativos, não é? Muitas vezes não existe acesso a teste de triagem  
5972 para HIV e outras ISTs, o tratamento antirretroviral pode ser prejudicado também  
5973 em algumas situações e em relação as pessoas trans especialmente, a gente  
5974 verifica muitas situações relacionadas à saúde mental também dessas pessoas,  
5975 quando elas não são colocadas no papel de cuidadora também, em alguns espaços  
5976 a gente percebeu isso, delegava as pessoas trans especialmente o papel de  
5977 cuidado e às vezes até de conter pessoas em sofrimento mental. No eixo cinco, a  
5978 gente vai falar sobre o acesso à educação, trabalho e assistência jurídica, acesso a  
5979 direitos de cunho penal de forma mais ampla e a gente vai verificar que nas  
5980 unidades masculinas, existe um aprofundamento da falta de acesso, como eu falei  
5981 desse acesso diferencial, então, tudo que já é ruim dentro da prisão, para essas  
5982 pessoas provavelmente vai ser mais difícil ainda de acessar. Em algum momento  
5983 essa dificuldade de acesso, ela pode estar relacionada ou não a divisão da  
5984 população em alas específicas, então, alguns casos ilustram essas situações, por  
5985 exemplo a administração pode argumentar que é mais difícil deslocar pessoas que  
5986 estão em uma ala e específica para o espaço da escola por exemplo, em outros  
5987 casos os argumentos podem ser extremamente absurdos, como por exemplo eu  
5988 não aceito travesti na minha sala de aula por que elas tiram a atenção dos outros  
5989 alunos, isso é um fato narrado. A gente observa também que não existem critérios  
5990 objetivos do, porque essa população acessa menos esses recursos esses direitos  
5991 e quando esses critérios existem, eles são subjetivos e servem como meio de  
5992 discriminação da população, então, por exemplo aparência física, bom  
5993 comportamento o bom relacionamento com os chefes de segurança. Na visão dos  
5994 gestores de forma geral a população LGBT a um problema para unidade,  
5995 justamente nessa linha do que eu falei para você, de ser sempre uma dificuldade  
5996 que essas pessoas sejam deslocadas dentro da unidade prisional. Então, por isso  
5997 pensar em qualquer forma de inserção em atividade seria extremamente difícil,  
5998 justificando o isolamento, negação de direitos essa população, a partir de um  
5999 argumento contabiliza fora delas mesmas, então, há um exemplo em uma unidade  
6000 feminina, o acesso ao trabalho partia de uma avaliação da aparência física em que

6001 mulheres brancas, especialmente a que tivessem todos dentes e fossem "mais  
6002 bonitas", entre aspas, porque isso foi dito, eram as preferidas para os trabalhos no  
6003 setor administrativo, que é uma posição que obviamente tem um caráter racista  
6004 bastante proeminente assim, porque quando a gente vai observar as preferidas  
6005 eram as mulheres brancas e as mais bonitas provavelmente também eram as  
6006 mulheres brancas nesse contexto. Então, a que um gráfico sobre a educação e  
6007 especificamente, a pergunta era se havia acesso igualitário a educação, então, a  
6008 gente sabe que sempre vai existir sempre o problema de acesso à educação no  
6009 centro de vagas, mas a pergunta era se o acesso, ele acontecia nas mesmas  
6010 condições. Então, na maioria das unidades masculina, em seis unidades masculina  
6011 de 12, esse acesso não é igualitário, ele foi considerado igualitário nos estados do  
6012 Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Rondônia, e em parte em Alagoas, Bahia e no  
6013 Rio Grande do Sul. Em relação as unidades femininas em quatro se considerou a  
6014 partir da leitura do documento e das falas das pessoas envolvidas, de que o acesso  
6015 ocorria em mesmas condições para pessoa LGBTI e para o restante da população.  
6016 O eixo 6, ele vai nos falar sobre o acesso à visitação, contato externo e relações  
6017 afetivas dentro da unidade prisional, então, de forma geral nas unidades masculina  
6018 vai existir um certo problema em relação a contatos afetivos, quando essas pessoas  
6019 estão no convívio geral por conta de uma homofobia, transfobia daquela população.  
6020 Nas unidades femininas a tendência geral é de que isso não importa tanto, existe  
6021 uma tolerância maior, mas a gente não deve confundir isso, porque em muitos  
6022 espaços que a gente vai e discute esse tema, as pessoas acabam dizendo que a  
6023 prisão feminina é menos violenta, isso para mim é um grande equívoco, a prisão  
6024 feminina extremamente violenta, mas ela é violenta de outra forma, as pessoas  
6025 talvez não sofram uma violência física direta, mas as mulheres no geral são muito  
6026 mais controladas, policiadas, têm mais dificuldade no acesso ao trabalho, e geração  
6027 de renda e ao direito de forma geral dentro dessas unidades. Então, nas unidades  
6028 femininas do Espírito Santo e do Pará por exemplo, foi verificado que existia a  
6029 possibilidade de suspensão coletiva das visitas a partir de represália por faltas  
6030 individuais o que acabava gerando um estresse muito grande ele entre aquele  
6031 grupo, principalmente, no sentido de culpabilizar as pessoas LGBT pela sanção

6032 coletiva e isso também foi verificado nas unidades masculinas de Goiás e São  
6033 Paulo, essa existência de sanção coletiva e suspensão de visitas. Não unidade  
6034 feminina no estado do Pará existia uma proibição expressa de afeto entre as  
6035 mulheres, então, elas não poderiam se tocar, se beijar ou ter conjugalidades. Em  
6036 Santa Catarina a distribuição de preservativos não é realizada mesmo quando  
6037 existe visita íntima da população LGBTI. E as relações afetivas e cuidado em saúde  
6038 sexual, de modo geral não são as preocupações das unidades da administração  
6039 penitenciária, então, a tendência de não haver cuidados entre prevenção de IST e  
6040 HIV, reforçando como eu falei, é um paradigma binário de que todas as pessoas  
6041 são héteros sexuais, que todas as relações são heteronormativas naquele contexto.  
6042 Ainda nesse tema em 11 das 12 unidades femininas há relatos de abandono  
6043 familiar, como eu falei anteriormente, em todas as unidades masculinas visitadas,  
6044 as pessoas LGBTI dependem do apoio familiar para complementar as questões de  
6045 hígienes não fornecidos e foi verificado em uma das unidades da proibição expressa  
6046 das conjugalidades, da possibilidade de as pessoas formassem casais. Em metade  
6047 das unidades femininas, as pessoas privadas de liberdade traziam um relato de  
6048 abandono familiares e igualmente em todas as unidades femininas, as pessoas  
6049 dependem do apoio familiar para acesso a esses itens não fornecido pelo estado e  
6050 foi verificado uma proibição expressa de conjugalidade de casais, de  
6051 relacionamento afetivo em duas unidades femininas visitadas. Então, isso revela  
6052 como eu falei, uma tendência é existir uma tolerância maior as conjugalidades entre  
6053 mulheres ou entre mulheres e homens trans nas unidades femininas. Isso de forma  
6054 geral pode também está relacionado a algo que a gente tende a imaginar, o coletivo  
6055 do senso comum, de que relações entre as mulheres nas prisões, elas são com  
6056 textuais, ela está como lésbica só enquanto elas estão presas, isso também é algo  
6057 que faz parte dos discursos das pessoas que foram entrevistadas principalmente,  
6058 dos trabalhadores. O eixo 7 vai falar mais diretamente sobre maus-tratos e torturas,  
6059 então, em todas as unidades visitadas se verificou relatos de abusos, xingamento,  
6060 humilhação, violência sexual, ameaça física e uso do corpo das pessoas LGBT para  
6061 transporte de objetos ilícitos, também muito casos de violência psicológicas entre  
6062 outros abusos. Então, quando perguntado especificamente sobre violências por

6063 policiais penais contra essa população, isso se verificou em 11 das 12 unidades  
6064 femininas e masculinas, então, em todas as unidades intencionadas, sem exceção  
6065 as pessoas relatadas que sofreram algum episódio relacionado a discriminação por  
6066 conta da identidade de gênero ou orientação sexual, então, cenário acaba por  
6067 reafirmar a literatura a respeito dos procedimentos e violentos de: "Tratamento  
6068 penal destinado a essa população." E de uma cultura de ódio à incidência sexual,  
6069 que é estruturante da mesma forma que o racismo dado a instituições brasileiras,  
6070 são instituições construídas a partir dessa ideia. Ainda sobre esse assunto foi  
6071 verificado que existe revista é íntima realizada por agentes do gênero masculino em  
6072 mulheres trans em duas das 12 unidades, que a gente considera uma questão  
6073 bastante preocupante. No estado do Pará foi verificado uso de balas de elastômero  
6074 nas mãos das detentas, também foi verificado sanção coletiva e retirada de  
6075 alimentação como represália. Essa unidade feminina do estado do Pará é aquela  
6076 na qual as conjugalidade são proibidas, então, o relato que havia é de que as  
6077 mulheres nesse contexto haviam desenvolvido uma espécie de linguagem de sinais  
6078 para se comunicar entre elas e que o uso da bala de borracha nas mãos era para  
6079 quebrar os dedos para que elas não pudessem sinalizar pela grade, para que elas  
6080 se comunicar entre elas se tivessem qualquer, enfim, qualquer possibilidade ali de  
6081 afeto. No Rio oi Grande do Sul, o Rio Grande do Sul foi o único estado que teve três  
6082 unidades visitadas por uma contingência do momento, porque havia uma denúncia  
6083 de violação de direitos muito grave em uma unidade do interior, em Cruz Alta, que  
6084 é uma unidade mista e nessa unidade ainda existia a prática do corte de cabelo  
6085 compulsório nas mulheres trans. E no Mato Grosso do Sul as pessoas LGBT se  
6086 relatam que acabam não se declarando por medo, por medo de sofrerem alguma  
6087 represália por relação a isso. Espírito santo em 11 unidade masculina, uma mulher  
6088 trans aprisionada entrou em intenso sofrimento psíquico em função de um conflito  
6089 com o seu parceiro e embora ela tenha solicitado atendimento psicológico durante  
6090 uma semana inteira, ela não foi atingida e acabou cometendo suicídio. Esse  
6091 relatório e os documentos que subsidiam esse relatório, eles são recheados de  
6092 história como essas que essas histórias continuam acontecendo, então, no Rio  
6093 Grande do Sul o a aproximadamente dois meses atrás, em uma unidade feminina

6094 uma mulher intersexo, ela foi colocada em uma cela solitária, porque a  
6095 administração não entendia muito bem o que ela era, não sabiam se ela era trans,  
6096 se ela era intersexo, o que ela era e ela pedia para participar de atividades que eram  
6097 disponibilizadas às demais pessoas e depois ela arrancou um azulejo da parede e  
6098 com um caco do azulejo ela arrancou o pênis, o micropênis que ela tinha com um  
6099 caco de azulejo, há algumas semanas depois de hospitalizada, do retorno, que  
6100 coloca da SOMOS foi conversar com ela e junto com a psicóloga da unidade  
6101 prisional e ela disse que: "A chefe de segurança disse que eu tinha um problema,  
6102 eu tirei o problema." E aí ela continua ainda em uma situação bastante complexa  
6103 naquela unidade, porque a ela não é proporcionado o convívio como as outras  
6104 pessoas lá. Rio Grande do Sul. Então, isso novamente, prisão feminina não é menos  
6105 violenta do que a prisão masculina. No estado do Sergipe, as pessoas LGBT são  
6106 obrigadas a se vive, são chamadas naquele local como cofre ou como mula, isso  
6107 existem diversas unidades prisionais, que a prática na qual uma pessoa que ela  
6108 pode ser por ser LGBTI ou por ser mais vulnerável naquele contexto, ela é utilizada  
6109 para esconder celulares, drogas ou outros objetos ilícitos dentro do corpo  
6110 principalmente, dentro do ânus. De forma geral quando existe algum caso de  
6111 violência contra a população LGBTI, a administração trata isso como um conflito  
6112 entre os presos e não como uma questão estruturada da qual a população mais  
6113 vulnerável que outra é violentada, então, coloca como é um problema das pessoas  
6114 presas. Então, agora a gente fala, como eu falei no início, ele se proponha a ser um  
6115 relatório que fala das tendências em um país muito grande com uma população  
6116 carcerária muito grande, então, agora a gente faz uma retomada dessas tendências.  
6117 Então, de forma geral as instituições prisionais já identificam as pessoas em termos  
6118 de identidade de gênero, isso ocorre em 19 das 24 ocorrências, então, dez anos  
6119 depois dos primeiros documentos sobre esse assunto, a gente percebe que de  
6120 forma geral houve um avanço, nem que seja no sentido de que as unidades elas  
6121 param para pensar se essas pessoas existem ou não. Em alguns lugares como Rio  
6122 Grande do Sul e São Paulo, a gestão vem computando essas informações a partir  
6123 de uma coleta feita junto às casas prisionais que toma por princípio autodeclaração,  
6124 então, hoje no Rio Grande do Sul por exemplo, nós sabemos quantas pessoas

6125 LGBT estão presas, de acordo com um princípio da autodeclaração, obviamente é  
6126 uma cifra ou oculta, porque muitas pessoas talvez não se autodeclarem, porque não  
6127 sabem que podem fazer isso ou, porque tem medo por diversos motivos, esses  
6128 dados são subnotificados por conta disso e também existe um fator interessante,  
6129 que essas pessoas muitas vezes não terem acesso às categorias identificatórias  
6130 que nós utilizamos, então, no contexto prisional, essas pessoas talvez usem outras  
6131 categorias, elas vão poder usar outras palavras, por exemplo, é muito comum nas  
6132 unidades femininas que os homens trans se autodenominem nos lugares como  
6133 "bofe" ou "bofinho", a pessoa ela não realizou a categoria homens trans, ela não  
6134 entendeu funcionamento dessa categoria ainda, mas se a gente consegue se sentar  
6135 com uma pessoa dessa e ter uma conversa com profundidade, isso já aconteceu  
6136 comigo, dia em uma conversa, uma entrevista de 30, 40 minutos, em um ambiente  
6137 seguro, a pessoa a chegar fazendinha a conclusão de que ela gostaria de ser  
6138 tratada como um homem, ao usar um nome masculino e mudar o próprio  
6139 documento, embora no início da entrevista ela não percebesse isso, ela tinha um  
6140 apelido, que era um apelido meio sem gênero assim, que era o apelido que ela  
6141 usava a revelia do nome de registro, mas ela não, embora fosse fisicamente muito  
6142 masculina, ela não tinha percebido essa possibilidade como algo possível para a  
6143 vida dela. Em metade das ocorrências, então, em 12 de 24, essa identificação ela  
6144 pode não ser feita pela equipe técnica, então, como eu disse pode ser feita por  
6145 agentes de segurança, o que a gente acredita que seria o ideal, sendo feita pelo  
6146 pessoal da psicologia e do serviço social. No momento do ingresso na prisão  
6147 mulheres trans e travestis que não passaram por cirurgia genital são alocados em  
6148 prisão masculina como regra, então, em 12 de 12, infelizmente elas não têm sido  
6149 transferidas para prisão feminina se assim desejarem, que a previsão na resolução  
6150 348 do CNJ e os homens trans como eu disse, são sempre alocados nas prisões  
6151 femininas. Então, constituindo 11 tendência nacional, já existem celas, falas ou  
6152 galerias específicas para essa população em nove das doze prisões masculina e  
6153 isso não se verifica em nenhuma das prisões femininas. Eu já estou no próximo  
6154 slide. Apesar disso há prisões masculinas que não fazem a separação dessa  
6155 população, 5 de 12, e ainda vivemos a triste realidade de alocação dessas pessoas

6156 e junto aos homens que cometeram crimes sexuais, em 2 de 12, há 10 anos atrás  
6157 isso era muito mais frequente na cadeia pública do presídio central de Porto Alegre  
6158 isso foi uma realidade durante muitos anos, existia uma percepção da gestão  
6159 prisional, que não faz muito sentido, de que as pessoas trans deveriam ser  
6160 colocadas junto com as pessoas que cometeram crime sexual. Eu tenho uma teoria  
6161 de que existe uma percepção geral de que todo mundo é um perverso sexual e  
6162 que deve ficar no mesmo lugar, essa é uma teoria, uma hipótese, a outra hipótese  
6163 é de que são dois grupos vulneráveis a violência sexual por parte dos outros presos,  
6164 então, não resolve o problema, porque esses homens que estão cumprindo pena  
6165 por crimes sexuais acabavam por violentar as travestis naquele contexto. Em alguns  
6166 casos essas pessoas elas também podem ficar em espaço de isolamento com o  
6167 argumento do problema de gestão do espaço físico, isso foi verificado em 5 de 12  
6168 unidades masculinas. Há ainda prisões masculinas que a loja com pessoas LGBTQI  
6169 com outras populações vulneráveis, que podem ser pessoas doentes, pessoas com  
6170 deficiências ou idosos e aí retorno aquilo que eu falei, muitas vezes naquelas  
6171 pessoas assumem um papel de cuidador, então, e isso ocorreu em 3 de 12 estados  
6172 visitados. As pessoas LGBTQIA elas nunca são completamente respeitadas pelos  
6173 profissionais da equipe técnica e pelos policiais e penais o agente penitenciário, em  
6174 22 de 24 unidades as pessoas relatam que não são respeitadas em relação a sua  
6175 identidade de gênero e orientação sexual. De forma geral isso pode ocorrer mais  
6176 com os agentes de segurança com os técnicos da área da saúde por exemplo, mas  
6177 a área da saúde também pode em muitos casos ser muito violenta com essas  
6178 pessoas. Em 21 de 24 unidades em existe o impedimento de expressar a identidade  
6179 de gênero alto identificada e em 17 de 24 as pessoas são impedidas de usar, se  
6180 assim desejarem, maquiagem, roupas conforme gênero, corte de cabelo ou outro  
6181 risco signos que compõe em a relação daquela pessoa com um gênero que ela  
6182 expressa, embora o uso do uniforme seja uma tendência, o uso obrigatório do  
6183 uniforme em 22 das 24 unidades, nós acreditamos que é fundamental a  
6184 possibilidade de uma mínima a utilização de acessórios conforme o gênero ou de  
6185 uso de roupas conforme gênero por exemplo dentro da cela, as vezes em algumas  
6186 unidades é assim, dentro da cela pode usar roupa feminina, mas no pátio e no outros

6187 espaços tem que usar o uniforme ou roupas masculinas. Nós verificamos também  
6188 que as pessoas LGBTI elas não têm um acesso a todos atendimento técnico que  
6189 elas gostariam de ter, incluindo não tem atendimento de saúde para as  
6190 necessidades imediatas em 23 das 24 unidades, o que se por um lado se espelha  
6191 um vetor de tortura que constituinte da questão prisional brasileira, também é um  
6192 fator agravado por conta dessa população, como eu coloquei ali nessa ideia que  
6193 nós temos pensado enquanto acesso diferenciado. Pessoas trans não têm acesso  
6194 ao hormonização em 17 de 24 unidades e também não existe um fluxo consolidado  
6195 para que elas tenham acesso a retificação do registro civil em 20 das 24 unidades.  
6196 A revelia da resolução 348 do CNJ, determina que as unidades prisionais ou poder  
6197 judiciário devem diligenciar para alteração gratuita do registro civil das pessoas  
6198 custodiadas. Como eu disse a em 24, em todas as unidades elas dependem da  
6199 família para prestar alguns itens e também em 15 de 24 elas narram dificuldade do  
6200 acesso à escola prisional. Violência física e psicológica por parte de outros presos  
6201 ocorreram em 13 de 24 unidades, por parte dos policiais em 22 de 24 unidades e  
6202 por parte da equipe técnica em 15, então, desses três grupos o que mais violenta a  
6203 população LGBT são os agentes de segurança. Algo positivo a se considerar é de  
6204 que as conjugalidades no interior da prisão em sido permitida em 21 de 24  
6205 unidades, diante de um contexto de abandono familiar conjugal, então, isso é algo  
6206 que foi sendo modificado no decorrer desses dez anos nesse campo. Então, para o  
6207 próximo slide a gente vai começar a acessar, então, as recomendações, eu vou  
6208 tentar que resume cada uma delas, porque são, não é, vai ficar muito maçante  
6209 assim, elas estão no relatório. Então, a minha a ideia é de que o colegiado possa  
6210 enviar a todas essas recomendações a esses poderes aqui, essas pessoas  
6211 enquanto uma recomendação geral do colegiado, então, ao poder judiciário dos  
6212 estados, assegurar e fiscalizar o cumprimento da resolução 348, isso é um problema  
6213 muito grande para os juízes lado da audiência de custódia, quando elas existem e  
6214 eles não aplicam a resolução, eles não proporcionam um espaço de autodeclaração  
6215 e em alguns lugares estão tentando implantar isso naqueles atendimentos que são  
6216 feitos antes e depois das audiência de custódia, mas com muita dificuldade, então,  
6217 realmente é preciso um engajamento maior do poder judiciário. A gente percebe

6218 nesses últimos cinco anos em que a Soma realiza projetos e nesse campo, nós já  
6219 atendemos 8500 pessoas têm curso de qualificação, a maioria dessas pessoas são  
6220 trabalhadores do sistema penitenciário ou trabalhadores da Defensoria pública. De  
6221 todas as instituições convidadas, ou seja, todas as Defensorias, todos os Ministérios  
6222 Públicos e todas as escolas da magistratura, a gente teve uma adesão bem  
6223 interessante da Defensoria Pública e apenas um Ministério Público do estado do  
6224 Pará haveriam e apenas a escola da magistratura do estado do Amazonas aderiu  
6225 ao nosso programa de qualificação desse tema, sendo que nenhum juiz  
6226 compareceu, então, só compareceram os funcionários e assessores do juiz, nossa  
6227 teoria é de que juiz só assiste palestra de juiz. Então, a primeira resolução essa, o  
6228 cumprimento da resolução, a gente também recomenda garantir a escolha do local  
6229 de privação de liberdade conforme o gênero, em segurar o cumprimento educativo  
6230 para o trabalho das pessoas LGBT custodiadas. Em relação ao poder executivo dos  
6231 estados assegurar que normas para o vestuário das pessoas LGBTI não violem a  
6232 sua inspeção de gênero, garantir o tratamento nominal, conforme o gênero das  
6233 pessoas custodiadas, o que é um problema que normalmente é jogado para o  
6234 sistema informatizado, porque não tem o campo do nome social, porque é muito  
6235 difícil, etc., que é algo que pode ser mitigado com uma próxima recomendação que  
6236 é promover treinamentos regulares para servidores do sistema prisional sobre os  
6237 direitos da população e o que eu acho e o que eu tenho cada vez tentado falar mais  
6238 sobre isso, é incluir o assunto nos concursos públicos de todas as carreiras  
6239 relacionadas. A gente também recomenda a inclusão de cláusulas de explícitas de  
6240 proibição da discriminação por identidade de gênero nas políticas estaduais e  
6241 normas infralegais que regula um sistema penitenciário, assegurar as pessoas  
6242 LGBT e custodiadas o acesso aos serviços de saúde adequado e aqui com uma  
6243 atenção especial para métodos de prevenção de profilaxias para o HIV e Aids,  
6244 fornecer a possibilidade do acesso aos tratamentos de afirmação de gênero, como  
6245 a hormonização, desenvolver programas de reintegração específicos para a  
6246 população LGBTI privada de liberdade, considerando as especificidades dessas  
6247 pessoas, implementar planos de suporte e apoio à saúde mental à essas pessoas,  
6248 instituir canais de denúncias seguros e meios anônimos para relatar casos de

6249 discriminação, incidir junto à Secretaria de administração era a observância do  
6250 comprometimento da LEP, enfim, uma recomendação mais genérica, fornecer o  
6251 estabelecimento de parcerias com roubo a nível ações da sociedade civil, essa  
6252 daqui é uma recomendação que eu tenho bastante apreço, a gente tem verificado  
6253 cada vez mais aqui estão as organizações da sociedade civil que já trabalham com  
6254 esse tema da diversidade de gênero, quando imbuídas do assunto, elas conseguem  
6255 promover mudanças reais de cenários, a exemplo do Rio Grande do Sul nos  
6256 somamos ao final do ano passado, a gente está indo para um ano, de um termo de  
6257 um convênio de cooperação com a Secretaria do sistema penitenciário que  
6258 possibilita que a gente interesse nas unidades prisionais com mais facilidade, algo  
6259 que está aprovado, digamos assim, pelas responsáveis do tratamento penal, a  
6260 gente não depende de cada um dos diretores. Recomendamos também avaliar a  
6261 estrutura prisional, a fim de garantir e regular o atendimento dessas pessoas,  
6262 implementar programas educativos, incluir nos relatórios estaduais a questão dos  
6263 indicadores da população LGBTI. Em relação ao comitê o relatório recomenda a  
6264 acompanhar a implementação das recomendações esse relatório. Em relação ao  
6265 Ministério da saúde, garantir um escopo da PNAE para as orientações e diretrizes  
6266 da política nacional de saúde integral da população LGBTI. Ao Ministério da Justiça  
6267 e ao Ministério dos Direitos Humanos, promover o levantamento de dados  
6268 demográficos da população LGBTI privada de liberdade e introduzir na formação  
6269 profissional e escolarização pública dos agentes de segurança este tema, como foi  
6270 anteriormente colocado. Reforma geral é isso, no próximo slide vocês podem ter  
6271 acesso ao documento, ele não é um documento muito extenso, modéstia à parte a  
6272 leitura quase agradável, não é, Sílvia, embora o tema seja muito denso assim. Nós  
6273 agradecemos todas as pessoas envolvida nos estados, como nós dissemos por um  
6274 ativista, defensores públicos que em cada um nos territórios realizaram sob a  
6275 coordenação dos peritos do mecanismo o trabalho in loco nessas unidades, nós  
6276 agradecemos essas organizações da sociedade civil que fizeram um trabalho prévio  
6277 de pensar essa missão. Em um agradecimento especial a APT, na pessoa da Sílvia,  
6278 que colaborou com a diagramação do trabalho, as ilustrações que refletem um  
6279 pouco das ideias que a gente tentou traduzir no texto. É isso, muito obrigada,

6280 pessoal.

6281 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
6282 **e Cidadania - ITTC)** - Obrigada, Caio pela apresentação, acho que foi muito bom.  
6283 Eu não pude vir aqui no evento da apresentação, mas obrigada por você ter  
6284 apresentado aqui, eu acho que é um tema superimportante e o relatório também,  
6285 as solicitações estão superbonitas, já tinha olhado ali e acho que é interessante que  
6286 o mecanismo junto com as organizações, governo sociais e parcerias, também  
6287 possam pensar nessas pautas temática de outro sistema. O mesmo uma coisa que  
6288 eu já tinha conversado com a Carol em outro momento, é que eu acho que seria  
6289 interessante até sistematizar por exemplo os relatórios que já existem com temas  
6290 específicos, por exemplo o tema mulheres e a gente já fazer um levantamento por  
6291 exemplo de tudo aquilo que foi, enfim, evidenciado nos relatórios em relação a  
6292 vários temas diversos. Claro que isso é um esforço que o próprio mecanismo não  
6293 conseguiria dar conta, mas a gente tinha até falado de outras organizações  
6294 parceiras trabalharem, tinha até falado do DTTC em algum momento, trabalharem  
6295 uma sistematização desses relatórios para que a gente pudesse pegar esses pontos  
6296 temáticos e trazer ele vem um apanhado geral, porque na verdade são dados que  
6297 são produzidas, são únicos, não é, não tem outro indenização, não existe outro  
6298 órgão que fazem esse trabalho, existe as Defensorias públicas estaduais, mas  
6299 também cada um tem a sua metodologia de inspiração dentro das unidades  
6300 prisionais. Eu vou deixar a palavra aberta que para o pleno e endosso a que as  
6301 recomendações que o Caio fez para que o pleno faça exatamente as  
6302 recomendações que foram solicitadas no relatório pelas pessoas que elaboraram.

6303 **Interlocutor não identificado** - Caio, primeiro acho que saudar o trabalho do  
6304 relatório, dos cursos de sistematização que ficou super massa. Eu acho que a  
6305 primeira coisa a destacar é isso, o campo de pesquisa foi civil envolvendo, então, a  
6306 gente tem algumas pesquisas baseadas em 1, 2 unidades, então, esse esforço de  
6307 sistematização de campo é muito interessante para o mapeamento geral e também  
6308 para a possibilidade de codificação, que eu acho que também é outra contribuição  
6309 importante. Eu fiquei com algumas questões, mas eu acho que eu queria trazer só

6310 uma pergunta que eu fiquei em dúvida logo no início quando você estava trazendo  
6311 os dados da existência de celas, alas e galerias específicas, você traz em parte  
6312 Pará Alagoas, e eu fiquei curioso com o que é esse em parte. Sim, vai que está  
6313 sendo desenvolvida uma nova tecnologia de administração da essa população,  
6314 então, fiquei curioso com o que é esse em parte. Mas a minha curiosidade mais  
6315 significativa vai em outra direção, primeiro se vocês tiveram algum tipo de  
6316 informação sobre violências sonegação de direitos que familiares ou representantes  
6317 dessa população e a recebem, se tem alguma informação sobre os visitantes e  
6318 familiares de quem não está em situação de abandono, porque eu acho que também  
6319 tem uma cadeia de violências que eu acho que deve chegar a essas pessoas que  
6320 enfim, repercute diretamente na vida de quem está em privação de liberdade. A  
6321 outra coisa é quando você estava falando da garantia de hormonioterapia pelo  
6322 sistema de saúde, a gente sabe que boa parte da garantia de direitos para essa  
6323 população no, mesmo nas áreas saúde e educação, são feitas a partir da Secretaria  
6324 dos direitos humanos e de assistência social, então, também o tipo e centros de  
6325 referência, centro de cidadania LGBT que consegue dar suporte inclusive nisso, por  
6326 exemplo na experiência do Rio Grande do norte, o tratamento de hormonioterapia  
6327 tem sido feito pelo centro municipal voltado para a população LGBT e a gente sabe  
6328 que isso foi um certo direcionamento da política, porque os movimentos sociais  
6329 conseguiram ter mais força e algumas secretarias de direitos humanos ou de  
6330 assistência, da assistência social e a sua possibilidade de atuação, de maneira  
6331 geral, na rede Socioassistencial e aí também se teve algum mapeamento sobre  
6332 parcerias possíveis nessa direção, das secretarias de direitos humanos, da  
6333 assistência social, então, não diretamente a saúde ou administração penitenciária,  
6334 garantido algum tipo de assistência, não estou falando específico da  
6335 hormonioterapia, mas como você estava falando de hormonioterapia, mas como  
6336 outras ações, como ações para a geração de emprego em renda, por exemplo que  
6337 muitas vezes são as secretarias de assistência social e direitos humanos que  
6338 assumem para a população LGBT não privada de liberdade, enfim, mas achei muito  
6339 bacana, é isso.

6340 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade - SOMOS) -**

6341 Como é que, assim, essa análise, ela foi acontecendo em cascata, não é, então,  
6342 teria os formulários que seriam os dados mais brutos, esses dados brutos foram  
6343 escritos relatório estadual e a junção de todos os relatórios estaduais, é o relatório  
6344 nacional, que um relatório da análise, provavelmente existe cetera em parte, o que  
6345 parece bastante estranho, porque houve uma divergência entre o informante. Então,  
6346 como nós já fizemos a análise a partir do relatório estadual, em alguns momentos a  
6347 gente voltou a para o formulário, lá para o instrumental que a gente chama. Talvez...  
6348 olhando relatório a pessoa não tem como dizer, mas provavelmente foi uma  
6349 divergência entre as pessoas que informaram, provavelmente. Sobre os familiares  
6350 a gente ia acabava, como existia um instrumental fechado que foi criado lá pelo  
6351 Conselho, meio que não tinha um espaço para inclusão de outros assuntos. Me  
6352 surgiu um interesse de pensar se o familiar LGBT, se a travesti vai visitar alguém  
6353 na prisão o que acontece? Mas a gente não tinha subsídio para fazer isso, porque  
6354 o dado não tinha sido colocado, mas eu acho que é algo que me despertam  
6355 interesse assim... pessoa LGBT, embora a pessoa não seja LGBT, será se ela é  
6356 discriminada por e visitar uma pessoa LGBT? Provavelmente se em alguma medida.  
6357 E o que eu pensei... exato. Sobre a hormonioterapia como eu falei, os hormônios e  
6358 os antiandrogênicos, eles não são disponíveis no SUS, alguns existem de listas de  
6359 medicamentos especializado, mas as pessoas não conseguem acessar, por  
6360 exemplo existe um hormônio que é utilizado para reposição hormonal, as mulheres  
6361 no geral utilizam, se uma travesti quiser utilizar e tirar esse medicamento ela não  
6362 pode, porque o médico não pode respeitar aquele medicamento para  
6363 hormonioterapia de pessoa trans, ele só pode indicar aquele medicamento para  
6364 reposição hormonal de mulher cis. Então, o que acontece muitas vezes, é como tu  
6365 falastes, em alguns serviços ou de saúde ou de assistência, surgiu recurso de algum  
6366 lugar, de uma emenda outros movimentos sociais conseguem impressionar e aquilo  
6367 é disponibilizado. Na maioria das ocorrências do falatório não aconteceu a partir  
6368 disso, então, esses serviços que de uma forma meio precária consegue atender as  
6369 pessoas trans extramuros, eles não chegam na unidade prisional, então, lá as  
6370 pessoas que se hormonizam provavelmente a maioria delas é por recursos próprios,

6371 a gente viu alguns casos em que as pessoas compartilhavam, tinha uma que tinha  
6372 a possibilidade de comprar a mais que dava para a amiga, essas relações existiam.  
6373 Eu respondi, essas três coisas, não é? E

6374 **Interlocutora não identificada** - Eu posso falar? Eu vou parabenizar também a  
6375 SOMOS, o Caio e também um mecanismo para a publicação desse relatório, pela  
6376 apresentação. Obrigada, Caio, por apresentar aqui para o comitê nacional. Eu  
6377 também tenho um comentário, uma pergunta e um outro comentário. A pergunta  
6378 continua sobre esse assunto de hormonioterapia o que me chamou atenção a essa  
6379 questão de que elas não podem receber, então, eu estou entendendo que mesmo,  
6380 vamos dizer o uma pessoa que tem um recurso para receber, não sei, que tem uma  
6381 receita, que tem um recurso, que a medicação de hormonioterapia chegue até ela,  
6382 mas ela não pode, não é autorizada a receber e qual seria a justificativa? Não sei  
6383 se chegaram a perguntar ou conversar sobre isso, porque é isso é muito a atenção  
6384 a questão não poder, a não autorização para a medicação, mesmo que de alguma  
6385 maneira chegasse até aquela pessoa. Também o segundo comentário, que algo  
6386 que a gente estava falando aqui de manhã, questão de alimentação, a questão de  
6387 insumos, bem e super preocupante a gente vê que em todas as unidades  
6388 reportaram que precisam de algum tipo de complementação, seja familiar, seja  
6389 visitante para ter acesso a itens de higiene mínimo para sobreviver dentro da  
6390 unidade, então, estado, acho que isso foi uma questão 100%, em todos as unidades  
6391 respondido assim que dependem do apoio familiar ou de visitantes para itens de  
6392 higiene, então, ou seja, o estado realmente não presta, não fornece os recursos  
6393 mínimos de higiene para a sobrevivência basicamente na unidade. A terceira  
6394 questão que eu queria trazer, na verdade tem a ver mais com a iniciativa do relatório,  
6395 só frisar aqui da importância desse relatório, esse olhar temático, até como foi  
6396 trazido pela Sofia, a questão da sistematização, são pouquíssimos quando o  
6397 mecanismo estava para lançar o relatório, a SOMOS, a gente até fez um  
6398 levantamento interno assim dar APT perguntando para os parceiros de outros  
6399 países, mecanismos de outros países do mundo, já tinha publicado relatório assim  
6400 e são pouquíssimo assim, basicamente o que a gente conseguiu mapeia foi o Peru,

6401 o mecanismo do Peru, da França, em algum nível algum trabalho feito pelo  
6402 mecanismo da Argentina, do Paraguai, mas assim queria que também enfatizasse  
6403 esse caráter realmente inovador, que eu acho que coloca um precedente até para  
6404 a gente pensar nessa matéria, essa problemática fora do Brasil, tanto a nível  
6405 regional quanto mundial, então, acho importante até a gente publicizar, da conhecer  
6406 informação esse relatório como uma prática e quem sabe e outros mecanismos  
6407 também de outros países do mundo possam também replicar. Então, só parabenizar  
6408 outra vez a SOMOS e o mecanismo.

6409 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade - SOMOS) -**

6410 Disso de não poder o hormônio, de novo, é um limite metodológico, porque como  
6411 eu falei, a gente está fazendo pergunta para um documento, para um pedaço de  
6412 papel, a pessoa já foi entrevistada, então, não existe a possibilidade de constatar,  
6413 raciocinar sobre algo e voltar e pergunta para pessoa de novo. Então, o que se  
6414 extrai do documento é que as pessoas afirmam que não pode mesmo se estiver  
6415 receita, mesmo se tiverem indicação, não pode, não entra, o medicamento não  
6416 entra. Algo que a gente via no passado antes de ficar um pouco mais acessível o  
6417 tratamento hormonal com indicação médica, é de que sei lá, muitos anos mesmo,  
6418 anos 60 e 70 as mulheres trans se hormonizam por conta própria, normalmente com  
6419 anticoncepcionais, com outros medicamentos. O que existe eu já em alguns locais  
6420 era uma espécie de tráfico de anticoncepcionais, então, familiares, organizações da  
6421 sociedade civil fazia entrarem regularmente esses medicamentos na unidade  
6422 prisional, porque eles eram proibidos, por que vai entrar anticoncepcional e uma  
6423 pílula na unidade masculina? Então, a princípio argumento é esse, porque um tipo  
6424 de medicamento que só serve para um tratamento de uma mulher vai entrar em  
6425 uma unidade masculina? Então, houve durante muitos anos essas práticas de entrar  
6426 a pílula para que as mulheres trans pudessem continuar, de forma muito precária,  
6427 a sua hormonização ali, a manutenção da sua identidade de gênero e caracteres  
6428 físicos. E de fato é bastante satisfatório ter participado do processo quando a gente  
6429 pensa que poucos países tiveram iniciativas semelhantes e a gente sempre  
6430 subestima nosso trabalho no Brasil, porque o nosso trabalho no Brasil ele costuma

6431 ser cinco vezes maior do que qualquer outro lugar, porque o Brasil é muito grande,  
6432 então, realmente seria interessante que a gente pudesse em algum trabalho futuro  
6433 próximo, tentar descrever melhor a metodologia, o processo de fazer a estação para  
6434 que isso pudesse, enfim, inspirado, ser replicado por outras instituições.

6435 **Interlocutora não identificada** - Eu acho que a gente precisa seguir, mas eu queria  
6436 fazer uma proposta de que assim, esse é um tema que precisa de um tempo maior,  
6437 porque assim gente, o sistema prisional é muito complexo, ainda mais falando da  
6438 população LGBTQIA+ até, porque assim nem todas as facções aceitam a população  
6439 LGBTQIA+, então, a gente também tem que ter muito este cuidado, porque a  
6440 pessoa morre dentro da cadeia. Vou dar um exemplo do meu quadrado, você pega  
6441 uma cadeia do comércio do vermelho e pergunta para pessoa: "Você LGBTQIA+?"  
6442 Ele sempre vai dizer que não, e qual ele não vai dizer que soropositivo na frente de  
6443 um preso do comando vermelho, porque ele está morto. Então, a gente assim eu  
6444 tive muitos debates e embates na construção do instrumento para falar com os  
6445 presos, porque eu sentia cada pergunta que eu falava assim: "Não, gente não  
6446 pergunta isso aqui fora [Ininteligível] a gente não vai perguntar isso aqui dentro da  
6447 cadeia, porque a gente colocar as pessoas em risco." Eu acho que a gente poderia  
6448 tirar uma reunião e pensar em várias coisas, porque assim, é isso assim, e é uma  
6449 coisa que precisa ser pensada com muito cuidado, porque é sobre a vida das outras  
6450 pessoas que a gente está falando. Eu falo, se eu tivesse privada de liberdade,  
6451 alguém tomasse uma decisão por mim e esse é ruim, eu ia cobrar por isso que eu  
6452 falo, não prometo nada nem fora da cadeia, nem dentro da cadeia, porque eu não  
6453 quero ser cobrada de lugar nenhum. Então, eu acho que é um tema que a gente  
6454 precisa ter o maior tempo, mas acho que o Caio colocou sobre as recomendações,  
6455 acho que encaminhamento desse relatório, sabe assim, para as autoridades, mas  
6456 também pensar depois do que a gente pode debruçar em relação a esse relatório  
6457 com mais cuidado, porque cada estado vai receber de uma maneira e hormônio é  
6458 uma coisa que é impensável de falar, não é, e quando fala para adolescente, então,  
6459 aí é outro dilema. Então, eu acho que é uma coisa que a gente tem que ser mais,

6460 com mais tempo e um coisa que a gente precisa realmente pensar com muito  
6461 cuidado. É isso.

6462 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**  
6463 **Da Cidadania - MDHC)** – Bom, Caio, primeiro falar que o relatório muito bem-feito,  
6464 então, parabenizar de mais pelo trabalho apresentado. É um tema extremamente  
6465 complexo, como defensora eu acompanhei a população LGBT não prisional e todos  
6466 esses problemas também eram muito frequentes, de rupturas familiares que  
6467 deixavam a essas pessoas às vezes em situação de rua, de questões relacionadas  
6468 a violência sexual, de questões relacionadas à hormonoterapia, quantas vezes eu  
6469 não ouvi de pessoas trans essa questão que você trouxe do tráfico de hormônios e  
6470 do quanto às vezes ficavam extremamente caros e não conseguiam comprar por  
6471 causa desse tráfico que era realizado. A questão da identidade de gênero, como as  
6472 pessoas trans eram tratadas nos ambulatórios, no sistema de saúde de uma forma  
6473 geral, violências gravíssimas, a própria questão da identidade de gênero e do  
6474 reconhecimento nos documentos. Mas essas violações todas em unidades  
6475 prisionais toma uma complexidade muito mais intensa e é difícil a gente ouvir todas  
6476 essas violações relacionadas à violência sexual, o lugar dessa população, fala  
6477 dessa população e não fazer alguma coisa. Então, eu sei que essa é a última  
6478 reunião do ano, mas eu vou até colocar aqui algumas propostas, não sei o que  
6479 vocês pensam, para gente fazer alguma coisa. Porque eu acho que esse, no grupo  
6480 de privação de liberdade tem alguns nichos que são mais invisíveis do que outros.  
6481 E essa população trans, eu acho que é uma questão que a gente fica arrepiado, só  
6482 de ver o relatório, esta questão, por exemplo, da automutilação, absurda, enfim.  
6483 Uma pergunta que eu vou fazer, lá em Goiânia foi restabelecida em uma época, até  
6484 conduzida por uma médica que tomou para si, eu até falei sobre isso depois mais  
6485 ela tomou para si essa questão dos trans, tanto das cirurgias como a da questão da  
6486 hormonoterapia. E depois de um trabalho muito intenso que ela realizou foi criado  
6487 um ambulatório específico, um ambulatório para esse processo transexualizador  
6488 que acabou virando referência para essa população muito positiva como local que  
6489 essas pessoas são tratadas de forma digna, até no tratamento do dia a dia, mas

6490 também em relação a todo esse atendimento de saúde que é importante e é  
6491 extremamente complexo. Então, por exemplo, um homem trans que precisa às  
6492 vezes realizar uma consulta voltada para alguma questão de ginecológica  
6493 específica. E se você não tiver um médico especializado não vai, eventualmente,  
6494 ter a acessibilidade necessária para atendimento. Eu não sei se essa realidade é  
6495 uma realidade do país inteiro, se é em outros locais esse tipo de ambulatório existe  
6496 e até que ponto a gente como comitê não poderia fomentar essa replicação em  
6497 outras unidades do país para as vezes que sirva como referência também para as  
6498 outras unidades prisionais. A partir do momento que você tem um ambulatório  
6499 especializado e o atendimento é feito fora da unidade prisional, de repente a gente  
6500 pode começar a construir alguma coisa daí. Então, essa é a primeira pergunta. A  
6501 segunda pergunta sobre capacitação, eu vejo que quando a gente fala de homem  
6502 trans, mulher trans, nós que atuamos com essa temática a gente tem facilidade de  
6503 entender. Mas, inclusive, na Defensoria, o doutor está aqui, sabe se a gente for para  
6504 algumas áreas da Defensoria os próprios defensores não sabem. Então, se a gente  
6505 enquanto comitê não poderia de repente estabelecer um programa de capacitação  
6506 nas regiões, começando de repente com os agentes de segurança pública. É sei  
6507 que essa questão da capacitação é muito delicada, mas começar por algum lugar.  
6508 Então, essa é uma pergunta também, ou capacitação ou às vezes um manual, forma  
6509 de tratamento, alguma coisa que a Defensoria costuma fazer, cartilhas, mas aí teria  
6510 uma questão de recurso, mas a gente pode eventualmente pensar. A outra questão  
6511 que você falou também dos preservativos, que me pareceu extremamente grave,  
6512 do atendimento psicológico também dessa população nesse sistema de opressão  
6513 muito mais gravoso. Então, a terceira pergunta é se, eventualmente, a gente não  
6514 poderia inserir no âmbito de uma conversa com a Secretaria nacional alguma  
6515 recomendação para as unidades em relação a esse tema de saúde específico, da  
6516 distribuição de preservativos etc. Eu não sei se seria útil ou se você vai falar assim:  
6517 "Fernanda, na verdade, instrumento regulamentar de recomendação já tem demais  
6518 e isso já não está funcionando mais." A outra coisa, como é uma população que já  
6519 teve seus vínculos familiares rompidos, o que eu vejo? A família costuma ser um  
6520 instrumento que faz a denúncia, normalmente. Só que depois dessa sistematização

6521 de uma proibição de visitas diz ONGs, entidades, enfim, de organizações externas  
6522 à organização familiar ou à organização estatal. A gente não tem muita visibilidade  
6523 nisso, não, muito parecido com socioeducativo, só que socioeducativo os familiares  
6524 ainda vão. Nesse grupo os familiares não vão, se as ONGs não podem entrar,  
6525 ninguém vê, ninguém fala e ninguém denuncia. Então, a outra pergunta é se você  
6526 acha que seria positivo de repente a gente conversar com o ouvidor nacional, eu  
6527 não sei se ele está por aí para a gente...

6528 **Interlocutora não identificada** – Fernanda, geralmente... Bom, pelo menos lá em  
6529 Minas quem traz as demandas desse público e as denúncias são os amigos, como  
6530 a família não visita, geralmente são os amigos e alguns são os companheiros.

6531 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**  
6532 **Da Cidadania - MDHC)** – Interessante. Em Goiás, que trazia para a gente as  
6533 denúncias eram uma ONG LGBT o local, a fazia as visitas, ouvia, sabia conversar,  
6534 porque também você tem que criar esse vínculo de intimidade, de proximidade, se  
6535 não a pessoa não fala como...

6536 **Interlocutora não identificada** – Lá tem o que visita o companheiro e ele traz as  
6537 demandas, denúncias de todos que estão lá. Ele está que nem aqui, não recebe  
6538 visita, e aí ele vem trazendo todas as demandas, mesmo que a demanda não seja  
6539 do companheiro dele, ele quem traz para nós. A gente fala que ele é os nossos  
6540 olhos lá dentro. No caso, ele chegou em nós através de uma denúncia e quando ele  
6541 conheceu o nosso trabalho, ele começou a pegar, ele fala que ele pega para ele  
6542 essas demandas.

6543 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**  
6544 **Da Cidadania - MDHC)** – Interessante isso dos amigos. E aí vem a pergunta é se  
6545 seria positivo a gente conversar com a ouvidoria nacional para criar um canal  
6546 específico de denúncias de violações dessa população, para começar a se criar,  
6547 eventualmente, até estatística sobre essas violências e um acompanhamento  
6548 específico. Eu não sei o que você acha, se seria positivo ou não. E especificamente

6549 quanto a essa população, já que as nossas limitações aqui no âmbito do comitê de  
6550 acompanhamento das recomendações são grandes, se você acha que seria  
6551 positivo duas reuniões, uma com o Ministério da Justiça, outra com a Secretaria  
6552 nacional da população LGBT para propor planos específicos sobre esses  
6553 encaminhamentos e recomendações que foram feitas no âmbito, provavelmente  
6554 seja possível para eles esse ano. Então, que a gente apresente os pontos e  
6555 propostas de plano de ação para o próximo ano de repente. É isso, obrigada.

6556 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade - SOMOS) –**  
6557 Então, os ambulatórios, eles têm se proliferado nesse modelo e que o Paulo vinha  
6558 falando também, normalmente vinculadas talvez organizações da assistência, mas  
6559 também especialmente da atenção básica. Em Porto Alegre, por exemplo, em Porto  
6560 Alegre existe um hospital qual o efeito ao processo transexualizador, que é um  
6561 processo mais complicado, mais longo, cirúrgico, que é definido pelo Conselho  
6562 federal de medicina. Mas não é disso que a gente está falando, a gente está falando  
6563 de atendimento, de atenção básica ambulatorial, hormonização. Em Porto Alegre  
6564 existem três ambulatórios na capital deste tipo, eles foram se proliferando sim. É  
6565 bastante para uma cidade do tamanho de Porto Alegre, eles têm várias do interior,  
6566 lá no Rio Grande do Sul. Isso tem acontecido cada vez mais em outros lugares do  
6567 Brasil também. Qual é questão normalmente? A questão é que não tem recurso  
6568 para a compra do o hormônio, porque como eu falei, não vai estar disponível no  
6569 SUS. Então, sim, eles existem, eu acho que como a demanda já é muito grande,  
6570 talvez fosse um problema, uma dificuldade que eles passassem a atender as  
6571 mulheres trans privadas de liberdade, mas elas teriam esse direito e seria  
6572 interessante ter uma relação nesse nível. Imagino que a administração penitenciária  
6573 vai dizer que é um problema tirar ela de lá para virem se consultar em um  
6574 ambulatório fora da prisão. Capacitação manual é a mesma história de sempre, a  
6575 gente sabe da dificuldade, normalmente precisa ser um processo mais longo. Então,  
6576 eu sou favorável, eu trabalho com isso há bastante tempo eu vejo o resultado, mas  
6577 é um resultado de longo prazo. Então, eu acho que sim, isso pode ser pensado, só  
6578 que qual é o problema? A Ana falou assim, que lá muita coisa é estética, cosmética.

6579 O problema é esse, porque daí a Secretaria pega, faz um curso de 2h, acha que  
6580 todo mundo aprendeu tudo e todo mundo é legal, sensível. E aí pública aquilo  
6581 dizendo que a nossa Secretaria respeita LGBT e tal. Esse é o impasse. Eu acho  
6582 que quando é um processo comprometido e sério vai ser mais longo, vai ter  
6583 avaliação de resultado. Quando é assim eu acredito, apoio, e acho que vale  
6584 bastante a pena e acho que seria interessante ocorrer em nível nacional em alguma  
6585 possibilidade. Sobre preservativo. Parece cada vez a gente fica mais careta, porque  
6586 a gente olha por exemplo o Carandiru, o filme Carandiru ou ler o livro Carandiru. No  
6587 filme tem uma cena maravilhosa que é a Rita Cadillac jogando camisinha para cima,  
6588 jogando camisinha, peguem, peguem camisinha, porque essa é a postura da saúde  
6589 no Brasil, é acesso restrito à preservativo gratuito, qualquer lugar, sem limitação,  
6590 isso não acontece na prisão. Em alguns lugares porque vão dificultar, enfim, em  
6591 alguns lugares porque não é permitido o mesmo. Por exemplo, no Paraná existe  
6592 uma normativa que diz que é proibido fora do dia de visita. Isso está no relatório  
6593 feito no governo Bolsonaro. Naquele relatório, questionado sobre isso, o diretor da  
6594 unidade disse: "Eu não deixo entrar, porque o preservativo é utilizado para fins  
6595 ilícitos." O que são os fins ilícitos? São dois, primeiro, sexo entre pessoas do mesmo  
6596 sexo e, segundo, ele é usado para esconder coisas dentro do corpo, ele é usado  
6597 para esconder coisas dentro das paredes, assim, teorias que eles têm sobre o  
6598 preservativo. Então, em alguns lugares é proibido e alguns lugares é dificultado o  
6599 acesso. Mas a recomendação existe, inclusive, o Ministério da Saúde recomenda  
6600 que seja distribuída de forma irrestrita. Sobre a família, abandono e quem faz as  
6601 denúncias. Uma coisa que é importante observar é, como a Miriam falou, muitas  
6602 vezes são os amigos. E aí alguns lugares para você fazer uma visita íntima, uma  
6603 visita social você precisa ser familiar. E aí se você não é familiar você tem que fazer  
6604 uma união estável. E aí a gente já conhece casos de pessoas que fizeram união  
6605 estável, mas elas não são um casal, são amigos e vai lá fazer uma união estável  
6606 para poder visitar a pessoa. Isso é algo que poderia ser incidido, que não existisse  
6607 esse tipo de barreira, as pessoas pudessem visitar os seus amigos e proporcionar  
6608 um suporte material a essas pessoas, independente de ter vínculo familiar ou  
6609 conjugal. Sobre o canal específico dentro da ouvidoria, eu não sei se deveria ter um

6610 canal específico para isso, porque é algo bem específico. O que pode existir é  
6611 dentro dos canais que já existem, eles sejam aprimorados para recolher os dados  
6612 população LGBT, de alguma forma o sistema seja aprimorado nesse sentido. A  
6613 Secretaria LGBT aqui do Ministério, em tese, conhece o relatório, está ciente do seu  
6614 conteúdo, porque participou do lançamento, nós convidamos a Secretária,  
6615 Secretaria não compareceu e enviou uma representante que é um rapaz muito  
6616 simpático que trabalha aqui no andar de baixo, que fez várias contribuições, enfim.  
6617 A princípio a Secretaria está ciente. Agora, o que a Secretaria vai fazer com isso  
6618 exatamente eu não sei. Podemos fazer em algum momento uma reunião para  
6619 pensar em possibilidades futuras.

6620 **Interlocutora não identificada** – Obrigada, Caio. Eu vou passar a palavra para a  
6621 Ana e aí eu acho que pode ser a nossa última inscrição aqui de falar e de repente  
6622 talvez em outro momento a gente possa voltar conosco para gente seguir na pauta  
6623 que está um pouco atrasada.

6624 **Sra. Ana Carolina Bartolomei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**  
6625 **Democracia)** – Eu queria propor a capacitação em três bases. Eu acho que primeiro  
6626 uma capacitação para os membros dos CPETs do estado. Segundo, que a gente  
6627 pusesse uma capacitação que viesse mais a nível de SENAPEN, porque a  
6628 experiência que a gente tem com esse público, às vezes tem um policial que é  
6629 preconceituoso, ele não quer aquilo mesmo, ele faz de tudo para tirar a ala LGBT  
6630 daquela unidade, mas tem o policial que quer fazer o certo, mas o estado não dá  
6631 capacitação para ele, não dá formação. Então, assim, em Mato Grosso a gente já  
6632 tentou solicitar isso para Secretaria e foi um desastre. Então, talvez uma  
6633 capacitação que venha de um SENAPEN, que venha de uma outra instituição que  
6634 tenha mais gabarito para isso. E por último, para finalizar, a gente também pensar  
6635 como é que essas matérias estão sendo tratadas na formação de policiais, nas  
6636 escolas penitenciárias. É isso. Muito obrigada.

6637 **Interlocutora não identificada** – Obrigada. Bom, então, nas recomendações aqui  
6638 ficaram endossadas recomendações que foram feitas no próprio relatório. Eu acho

6639 que isso é o principal, outras coisas surgiram aqui, mas no âmbito da discussão do  
6640 que encaminhamento em si. Eu entendo que esse relatório é o pontapé para o  
6641 comitê... Talvez algo que a gente tem aqui discutir mesmo nosso planejamento em  
6642 relação aos próprios grupos de trabalho, porque eles existem, mas não foram  
6643 efetivados na prática, os grupos de trabalho, a gente não fez nenhum trabalho com  
6644 eles esse ano. Então, talvez que no próximo ano até tenha um grupo de trabalho  
6645 específico que possa tratar desse tema com mais profundidade. Mais alguém tem  
6646 alguma contribuição para fazer aqui?

6647 **Interlocutora não identificada** – Eu tenho. Eu não sei se seria um bom  
6648 encaminhamento para o grupo de visitas fazer uma audiência pública sobre as  
6649 visitas das unidades prisionais tanto em relação à população LGBT como em  
6650 relação às visitas das entidades religiosas, que salvo engano estão tendo uma  
6651 restrição também. Então, eu acho que já teve, mas... Ah, vai ter uma? Ah, então,  
6652 seria bom de repente fazer um ofício do comitê para... Vai ser de qual Comissão?  
6653 Não, mas vai ser de qual Comissão do senado? Está bem, mas vai ser no senado  
6654 ou não? Vai ser no Ministério da Justiça? Está bem. Não, então... Já teve em São  
6655 Paulo, já tiveram 2. Bom, então, um ofício para o Ministério da justiça? Para a gente  
6656 se autoconvidar, para o GT se autoconvidar para essa audiência pública? Pronto,  
6657 então, a sugestão para quem é do GT para que possa participar dessa audiência  
6658 pública. O GT de visita a. O GT de visita possa participar dessa audiência pública e  
6659 que o próprio GT promova uma audiência pública sobre essa questão da visita da  
6660 população LGBT, em especial o ingresso de ONGs e não familiares nas unidades  
6661 prisionais. E outro encaminhamento que eu não sei se todo mundo concorda. Uma  
6662 nota técnica aqui que eu acho que a gente poderia produzir sobre a questão de  
6663 saúde tanto acesso à preservativo como de acesso à hormonoterapia dessas  
6664 pessoas, se vocês só para eu acho que seria uma boa, se cometer produza nota  
6665 técnica e que reproduz tanto para Secretaria do Ministério da saúde como a  
6666 Secretaria nacional em relação a violação de direitos humanos estão sendo  
6667 praticadas e as ações, eu não sei, mas coloco aqui o encaminhamento dessas duas  
6668 questões.

6669 **Interlocutora não identificada** – Bom, em relação a esses encaminhamentos que  
6670 a Fernanda propôs, eu acho que a gente tem que entender dessa audiência  
6671 pública, isso não é entendimento para agora, mas quem está no grupo de trabalho  
6672 se as pessoas teriam disponibilidade de vir e se a gente teria... A gente tem os  
6673 recursos financeiros, mas eu não sei se eles foram alocados. A gente poderia, por  
6674 exemplo... Ah, está bem. Então, então seria um dinheiro para, por exemplo, trazer  
6675 para cá eventualmente da audiência. Então, é algo que a gente pode pensar, a  
6676 gente enquanto grupo, de ter uma representação aqui, 2 representações, enfim, na  
6677 audiência no dia 13. Você teria disponibilidade, Caio?

6678 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade - SOMOS) –**  
6679 13 de dezembro eu não consigo, já tenho outra agenda. Só para comentar. Eu,  
6680 dentro da situação eu acho que o assunto deve ser discutido no momento só para  
6681 isso. Então, nem sempre eu acho que tem que ser assim, o grupo sobre LGBT,  
6682 sabe? Audiência sobre LGBT, nem sempre eu acho que deve ser nisso, pelo  
6683 contrário, em alguns momentos esse assunto tem que estar no geral para que as  
6684 pessoas se eduquem, saiba que exista, entende? Então, eu acho bastante  
6685 importante, mas realmente eu não consigo me comprometer porque eu já tenho  
6686 uma atividade em Porto Alegre nesse dia. Inclusive, é o dia da bendita caravana em  
6687 Porto Alegre. Enfim, além disso tem outras coisas lá. E aí sobre o que a Fernanda  
6688 recomendou, eu acho que seria legal ter o documento, uma nota técnica, uma  
6689 recomendação. Eu sugeriria de pensar, trabalhar nisso, poderia falar com meu  
6690 suplente Guilherme para a gente pensar em uma proposta, mas para trazer no ano  
6691 que vem, trazer em uma primeira reunião, segunda reunião, enviar com  
6692 antecedência a minuta para vocês para ter uma aprovação mais rápida, vocês  
6693 fariam recomendações do texto e aí a gente pode aprovar riem via tanta para o  
6694 Ministério da Saúde da política de saúde prisional, mas também para a  
6695 administração penitenciária dos estados.

6696 **Interlocutora não identificada** – Obrigada, Caio. Parabéns pelo relatório. Enfim,  
6697 eu acho que a gente tem esses trabalhos, essas encaminhamentos para serem  
6698 feitos e também viabilizar a participação de membros aqui do comitê dessa

6699 audiência pública do dia 13. Eu vou passar para a próxima pauta, é da portaria do  
6700 MDS sobre as comunidades terapêuticas.

6701 **Interlocutora não identificada** – Então, boa tarde todo mundo. Eu solicitei essa  
6702 pauta, porque é uma portaria que trata de fiscalização nessas instituições, então,  
6703 eu acho que é algo que toca diretamente o nosso trabalho, nossa atribuição legal  
6704 tanto do colegiado quanto do mecanismo. Segundo, uma preocupação nossa do  
6705 mecanismo, historicamente a gente tem um trabalho em relação as comunidades  
6706 terapêuticas, um trabalho bastante crítico. E também foi uma demanda que veio da  
6707 sociedade civil e que eu acolhi entendendo que ela é extremamente pertinente.  
6708 Então, eu convidei também para participar da reunião a Thessa que a Presidenta  
6709 dos CRP aqui do DF, o Pedro que é professor da UNB de psicologia. Eu vou inverter  
6710 um pouco a ordem das coisas, eu vou primeiro abrir para eles trazerem e depois eu  
6711 vou fazer uma fala de complementação.

6712 **Sr. Pedro Henrique da Costa (Professor da UnB)** – Bom, boa tarde todo mundo.  
6713 Primeiramente agradecer o convite, agradecer em nome da Carol, mas também em  
6714 nome de todo o comitê, a oportunidade de estarmos aqui. Então, eu sou Pedro, sou  
6715 professor da UNB e já tenho tempo que já estou na empreitada no âmbito da luta  
6716 antimanicomial, antiproibicionista, abolicionista, anticárcere, inclusive, se uma não  
6717 está contida na outra, não está dando a mão para outra, tem alguma coisa de errado  
6718 ou muita coisa de errado. Bem, o que a gente tem visto, constatado, eu acho que  
6719 um primeiro ponto eu queria focado, aproveitando aqui, focar não, colocar aqui,  
6720 argumenta, que as comunidades terapêuticas, algo que eu tenho falado bastante,  
6721 Thessa provavelmente está de saco cheio de ouvir isso, toda vez que a gente está  
6722 junto eu falo disso, mas que eu acho que o ponto de partida de qualquer conversa.  
6723 As comunidades terapêuticas, elas têm sido desprezadas, representadas, principal  
6724 retrocesso no âmbito de álcool e outras drogas, aquilo que a gente chama de contra  
6725 reforma psiquiátrica tem nas comunidades terapêuticas o principal pilar. Porque a  
6726 gente caracteriza contra a reforma psiquiátrica por meio de um processo de  
6727 manicomialização, de privatização e de conservadorismo das suas mais variadas  
6728 facetas, religioso, moral e tal. Então, ela faz uma síntese muito bem acabada disso

6729 que a gente trata como contra reforma psiquiátrica por meio desse mecanismo de  
6730 manicomialização, privatização. E a privatização mais famosa, mas ao mesmo  
6731 tempo por meio mais insidiosos como a transferência de verbas públicas para ela  
6732 também, a privatização clássica, mas também outros mecanismos de terceirização,  
6733 de saqueio, de roubo do fundo público, da verba pública que seria destinada a  
6734 serviços públicos não manicomiais que vão para ela e também representa muito  
6735 bem ofensiva conservadora. Não que a gente em algum momento não tenha sido  
6736 conservador, a própria fala, o ponto anterior demonstra isso, mas que tem avançado  
6737 ainda e tomando muito as comunidades terapêuticas no campo da saúde mental  
6738 contra as drogas como exemplo muito forte. E ao mesmo tempo eu também tem  
6739 batido muito na tecla e, inclusive, é muito pertinente estarmos aqui em um  
6740 dispositivo como o comitê, que ela é tal como outras instituições um exemplo muito  
6741 bem acabado do que a gente tem sido no Brasil, ela é uma síntese da formação  
6742 social brasileira. Nas nossas pesquisas, nas nossas análises, nossa militância  
6743 histórica a gente tem constatado de maneira muito, infelizmente, explícita que as  
6744 comunidades terapêuticas são uma mistura de instituições que são aquelas, são  
6745 quatro instituições que são as principais instituições da formação social brasileira e  
6746 que infelizmente dizem muito do que o Brasil tem sido e também do que não tem  
6747 sido. As comunidades terapêuticas são mistura de manicômios, as comunidades  
6748 terapêuticas tem bastante de prisão, uma mistura de manicômios com prisões. As  
6749 comunidades terapêuticas também trazem consigo em decorrência de boa parte, a  
6750 maioria absoluta, não só abordar como elas gostam de dizer, espiritualidade, elas  
6751 abarcam religiosidade, inclusive, por meio da violência, obrigatoriedade  
6752 confessional, sobretudo, as religiões cristãs, não apenas evangélicas, pentecostais,  
6753 mas religiões cristãs de modo geral. Então, é uma mistura de um manicômio, de  
6754 prisões, de igrejas e boa parte delas não é só uma abordagem da questão da  
6755 religiosidade, mas são instituições religiosas. Então, manicômios, prisões, igrejas e  
6756 senzalas modernas. Por que eu estou falando senzalas modernas? Um, porque a  
6757 população que se encontra violentada, depositada, pressionada dessas instituições  
6758 é grosso modo a população negra, pobre, periférica. E as comunidades terapêuticas  
6759 tem um pilar constitutivo, um dos pilares constitutivos das comunidades terapêuticas

6760 é o que elas chamam de laborterapia. E como a gente gosta de falar o português  
6761 bem no pé da letra o que ele significa, laborterapia é trabalho escravo. Nesse  
6762 sentido, olhar para as comunidades terapêuticas não pode ser só algo no campo da  
6763 saúde mental. De novo, elas têm sido a principal instituição de retrocesso na saúde  
6764 mental contra as drogas, mas tem sido uma das principais instituições que  
6765 congregam, que sintetiza o que a gente tem sido, infelizmente, enquanto país. E  
6766 para piorar, quem tem fundamentalmente chancelar dessas instituições, de uns  
6767 anos para cá é o estado brasileiro. E aí a gente vai chegando no ponto de fato que  
6768 nos permite estar a aqui falando, que não é só portaria 926/2003, recentemente, do  
6769 Ministério de desenvolvimento social, mas é todo um processo recente, recente, por  
6770 mais que elas estejam há algum tempo, sobretudo, a partir da década de 1960. E  
6771 aí um breve parêntese, gente, elas têm esse nome de comunidades terapêuticas,  
6772 mas elas não sou nenhum comunidades e nem terapêuticas. Elas roubam um nome,  
6773 inclusive, o nome comunidade terapêutica é de um modelo assistencial que nasce  
6774 na Europa, na Inglaterra, eles gostam muito de falar nisso, que tem uma pessoa  
6775 importante que é o Maxwell Jones, mas que é produzido e desenvolvido por uma  
6776 série de outros autores, que está no marco da reforma psiquiátrica inglesa e de  
6777 outros países europeus. O que a gente tem no Brasil chamada de comunidade  
6778 terapêutica é uma afronta as comunidades terapêuticas originárias, ao contrário  
6779 delas. É importante fazer desse breve parêntese. Elas não são comunidades, elas  
6780 não são terapêuticas, elas são instituição de violência, o que se faz ali é tudo menos  
6781 cuidado, menos assistência. Então, a portaria 926 vem na esteira, na trilha de uma  
6782 série de iniciativas estatais para chancela, inclusive, por meio do repasse do fundo  
6783 público, de verba pública para tais instituições. A gente pode citar aqui, gente, e aí  
6784 é uma análise que eu faço, vão me permitir fazer uma análise mais minha vou propor  
6785 para debate para a gente dialogar sobre isso. Eu acho que, inclusive, elas  
6786 aproveitam uma lacuna, um espaço dentro do próprio carro da saúde mental, álcool  
6787 e outras drogas, que foi uma marginalidade, a marginalização de álcool e outras  
6788 drogas dentro do campo da saúde mental, dentro da reforma psiquiátrica, dentro da  
6789 própria luta antimanicomial. E aí em meados de 2009, 2010, talvez todos lebre aqui  
6790 da chamada epidemia do crack, que, na verdade, foi um pânico moral e social

6791 forjado sob essa suposta epidemia. E que essas instituições, dentre outras variadas,  
6792 violências e barbáries historicamente da saúde mental brasileira, mas que de certa  
6793 forma estavam ali mais acanhadas, ganha novamente força política, inclusive,  
6794 adentrando institucionalmente e captando verba pública justamente nesse contexto  
6795 na qual se abre essa brecha para que elas retornem. Eu costumo falar que é o  
6796 retorno do que nunca fui, na verdade, mas que elas inclusive adentrem nas políticas  
6797 públicas como um todo. E aí eu vou citar rapidamente antes de chegar nessa  
6798 portaria alguns fatos marcantes. Por exemplo, na portaria que institucionalizar rede  
6799 de atenção psicossocial, que tem um caráter supostamente substitutivo, substitutivo  
6800 ao que? Ao manicômio. A gente vai ver que tem um nível de atenção de caráter  
6801 residencial transitório que tem unidades de acolhimento e comunidades  
6802 terapêuticas. Então, a portaria que instituiu a raps coloca a comunidade terapêutica  
6803 para dentro. E além disso tudo que a gente está falando ela está colocando uma  
6804 instituição que é não-governamental para dentro. Então, mais um elemento de  
6805 contradição em de problema frente a isso. Então, temos a portaria 3088/2011, que  
6806 eu mencionei, então, isso tudo vai se alastrando, elas passam a ser regulamentadas  
6807 e aí as fatias de dinheiro só vão aumentando, vão aumentando, vão aumentando  
6808 até que a gente tenha o seu ápice no governo Bolsonaro com o Ministério da  
6809 Cidadania que tem uma Secretaria, SENAPRED, Secretaria lá de prevenção às  
6810 drogas, não lembro agora o nome exato, mas a sigla era SENAPRED, que era  
6811 basicamente para dar dinheiro para comunidades terapêuticas. Conseguimos  
6812 vencer o governo Bolsonaro nas urnas, está joia, está massa. O que a gente ter? O  
6813 Ministério da cidadania é extinta, a SENPRED é extinta, mas quem se passa a  
6814 responsabilizar por essas atribuições que até, então, estava no Ministério da  
6815 Cidadania? O Ministério de Desenvolvimento Social. Eu não vou falar o nome dele  
6816 todo, não, porque é gigante, desenvolvimento social, combate à fome, tem alguma  
6817 coisa de família também, mas eu vou chamar de Ministério de desenvolvimento  
6818 social que é como a gente costuma falar no censo comum. E aí, gente, importante  
6819 a gente mencionar isso, porque a gente tem uma conquista histórica nesse governo  
6820 que é a saúde mental, álcool e outras drogas, pela primeira vez do Ministério da  
6821 Saúde se é alçada a um status de departamento, isso nunca tinha acontecido.

6822 Temos um departamento de saúde mental, álcool e outras drogas dentro do  
6823 Ministério da saúde. Isso é histórico, isso de fato tem que ser comemorado, até  
6824 porque o máximo que chegamos a ser foi status de coordenação dentro do  
6825 Ministério da Saúde e que tinha sido e extinta no governo Bolsonaro. No entanto, o  
6826 que aconteceu no Ministério de desenvolvimento social? Criaram um departamento  
6827 de comunidades terapêuticas, dentro do Ministério de desenvolvimento social.  
6828 Depois eles mudaram o nome, mas uma mudança meramente retórica, porque a  
6829 função deste departamento de apoio a entidades, entidades de apoio, acolhimento,  
6830 álcool e outras drogas. É um nome mais bonito, mais longo, mas é  
6831 fundamentalmente um departamento para e das comunidades terapêuticas. E dá  
6832 para a gente pensar de antemão uma série de contradições e problemas nisso,  
6833 porque eu não tenho um departamento no SUS de CAPS, não tenho nenhum  
6834 departamento de serviço, não existe departamento de tipo de serviço, muito menos  
6835 um departamento de um tipo de serviço que é não público, muito menos um  
6836 departamento de um tipo de serviço que é manicomial, que é aprisionante, que é  
6837 exploratório, escravista. Para piorar, esse departamento, ele está vinculado à  
6838 Secretaria-Executiva do Ministério de desenvolvimento social. Isso é nesse  
6839 governo, nesse ano e é nessa esteira que a portaria 926, de outubro, é pensada e  
6840 instituída. A gente já tem, não sei se todo mundo viu, mas acabou de ter uma matéria  
6841 no Fantástico sobre as comunidades terapêuticas de São Paulo. Não preciso falar  
6842 aqui no serviço que faz isso, que chancela, que está por trás de uma série de visitas,  
6843 vistorias, avaliações junto com mecanismo, dentre outras, mas que conforme mais  
6844 importante movimento de dizer para a sociedade o que ela costuma negar a si  
6845 própria, dizer que não existe que são as comunidades terapêuticas. Aquilo ali é a  
6846 norma, o desvio, aquilo ali é a regra. Só para ter ideia, o dispêndio que o Ministério  
6847 do desenvolvimento social, capitaneado pelo Wellington Dias, que na época quando  
6848 era Governador do Piauí, no estado do Piauí já era um dos que mais chancelava  
6849 comunidades terapêuticas. Então, assim, não é um desvio na trajetória do Wellington  
6850 Dias, é o normal, é o padrão. Então, o próprio Ministério do desenvolvimento social  
6851 já repassou milhões para essas comunidades terapêuticas só esse ano. Você tem,  
6852 por exemplo, normativas que descem do próprio MDS, na qual 80% da verba

6853 dispendida de ação orçamentária do próprio Ministério é para comunidade  
6854 terapêutica, coisas assim do tipo, só para gente ter uma ideia. Então, essa portaria  
6855 926, ela é formalizada, é instituída recentemente. E se a gente for olhar para a  
6856 aparência dela, beleza, o intuito dela, objetivo colocado é fiscalizar esses serviços,  
6857 inclusive, estão recebendo verba pública do próprio Ministério do desenvolvimento  
6858 social. No entanto, gente, se a gente for para analisar tal portaria, eu nem vou me  
6859 deter muito disso até porque já tem Carol, já tem um monte de gente que já está  
6860 fazendo esse processo, mas a gente tem até algumas coisas que eu posso  
6861 repassar. A gente fez um dossiê que recentemente para officiar o Conselho nacional  
6862 de direitos humanos quanto a isso, mas se de fato a gente for para o olhar ela, a  
6863 gente vê que se trata de uma portaria para proteger as comunidades terapêuticas.  
6864 Inclusive de uma série de aspectos absurdos ali, por exemplo, a permissão que tais  
6865 fiscalizações sejam feitas de maneira remotas, online, coisa que nem o governo  
6866 Bolsonaro ousou em implementar. Essa é uma delas, gente, eu não vou aqui me  
6867 estender muito mais, não vou ficar trazendo outros exemplos, porque conseguiria  
6868 tranquilamente falar uns três meses aqui só de problemas nessa portaria. Tem uma  
6869 parte no roteiro de fiscalização na qual um dos itens do checklist é adolescentes  
6870 femininos e masculinos, internação de crianças e adolescentes. Contra uma série  
6871 de normativas, inconstitucional, dentre vários outros apontamentos. Inclusive, essa  
6872 portaria, ela expressa um movimento do MDS de ir para além das suas próprias  
6873 atribuições, porque busca adentrar em posturas, condutas que dizem respeito à  
6874 própria força policial. Então, assim, se eu encontrar questão de escravidão nessa  
6875 instituição, o que o MDS coloca nessa portaria? Bom, a gente vai enviar para ela o  
6876 relatório da vistoria, ela vai ter dez dias para me responder. Se fosse uma  
6877 escravidão muito pesada a gente diminui para cinco dias. É sério, eu estou falando  
6878 muito sério, gente. Se for algo muito pesado a gente diminui de dez para cinco dias.  
6879 Todos os princípios de revitimização, de continuidade da violência, esqueçam tudo  
6880 isso. E mais, ela adentra em atribuições que não são do MDS, mas que são, por  
6881 exemplo, do CONAD, o Conselho nacional de política sobre drogas, porque se a  
6882 gente tem uma lei que fala que o sistema nacional de drogas tem uma ente,  
6883 inclusive, tem várias representações ministeriais, mas também da sociedade civil, a

6884 gente está falando de participação social, e que ele que é a principal entidade para  
6885 regulamentar as políticas, por que o MDS está colocando, se colocando nessa  
6886 posição de dizer quem fiscaliza e como fiscaliza? Por mais que ele esteja dando  
6887 esse dinheiro, essa verba pública que nem precisa entrar no mérito que não deveria  
6888 existir. Então, tem uma série de questões para gente debater, para a gente colocar,  
6889 mas eu queria trazer, então, como reflexão final, que a despeito de está aqui  
6890 centralizado no MDS, tem outro ente e pelo qual tem grande fluxo de dinheiro  
6891 financia as comunidades terapêuticas. E aí é por meio, inclusive, do processo de  
6892 descentralização, não é direto do federal, mas é do federal que passa para os  
6893 estaduais, no nosso caso aqui distrital e municipal, que é o fundo nacional  
6894 antidrogas, FUNAD, que vira fundo estadual, vira fundo municipal, que está dentro  
6895 do Ministério da justiça e segurança pública. Então, assim, resumindo para concluir,  
6896 hoje em dia tem duas grandes fontes de financiamento para esses dispositivos  
6897 públicos, estatais, o MDS e o Ministério de justiça e segurança pública por meio do  
6898 FUNAD. De novo, aqui no DF ele vira FUNPAD, o fundo da política sobre drogas,  
6899 distrital, nos estados e municípios também vira isso. Então, quem tem chancelado  
6900 fortemente essas instituições são esses Ministérios, são suas respectivas instâncias  
6901 hierárquicas de descentralização e logo o estado brasileiro chancelando e  
6902 financiando isso. Então, penso eu que o nosso compromisso, responsabilidade se  
6903 torna ainda mais necessário em fazer os devidos combates e tensionamentos pelo  
6904 fim do financiamento público às comunidades terapêuticas, mas extensão pelo fim  
6905 das comunidades terapêuticas. Eu acho que é um pouco desse cenário que eu  
6906 queria trazer e a gente conversa melhor depois.

6907 **Sra. Thessa Guimarães** – Boa tarde, companheiros e companheiras do comitê  
6908 nacional de prevenção e combate à tortura. Agradeço na pessoa da Carol o espaço  
6909 aberto e também a camaradagem do Pedro que no território do DF vem dessa  
6910 parceria para que nós possamos subir com a pauta e articular a sensibilidade de  
6911 órgão, gestores, atores, atrizes da luta antimanicomial, abolicionista brasileira. No  
6912 sentido de a gente tratar esse problema como um problema sistemático. Eu não sei  
6913 quem teve a oportunidade de ver no domingo as denúncias do fantástico, mas em

6914 cada estado, quando são desbaratadas clínicas, instituições, senzalas como essa,  
6915 há e um elemento geral, um elemento a universal em todas essas experiências. E  
6916 nós refletimos sobre a necessidade de tratarmos sistematicamente esse problema.  
6917 Federalizar e organizar em âmbito nacional as nossas ações com relação a isso.  
6918 Como todos sabem, a gente tem uma inspeção nacional de comunidades  
6919 terapêuticas realizadas em 2017, 18, inclusive tendo o mecanismo nacional  
6920 integrado junto ao CFP e outras entidades. E avaliamos que é um momento  
6921 histórico, apesar de todas as contradições externas a um governo, como ilustrou  
6922 Pedro, nós temos um momento histórico favorável a que possamos inspecionar e  
6923 fechar entidades como essas, que possamos fazer, concorrer força policial, vontade  
6924 política, conhecimento técnico para que a gente possa fazer como a gente escudou  
6925 alguém dizer na última plenária do Conselho nacional de direitos humanos, uma  
6926 operação fecha, fecha. Porque [Ininteligível] documentos, o que a gente encontra  
6927 hoje nas diligências a essas entidades são informações que constaram em 2017,18,  
6928 com a única diferença, como disse o Pedro, os donos dessas comunidades, essas  
6929 instituições vão se sofisticando, se refinando, vão avançando a sua legislação, vão  
6930 aprofundando a sua articulação política no legislativo, no executivo. Então, ela vão  
6931 se sofisticando na arte de se protegerem. Inclusiva, os nossos conselhos estaduais  
6932 de drogas, em boa parte funcionam como verdadeiras gabinetes de lobby de CT. É  
6933 o caso aqui do Distrito Federal onde além de não termos uma composição paritária  
6934 a, temos os poucos acentos da sociedade civil todos tomados por donos de  
6935 comunidades terapêuticas, temos todos os representantes do governo vinculadas  
6936 de alguma maneira ao campo das comunidades terapêuticas. Então, há uma  
6937 promiscuidade entre os poderes locais, estaduais e os donos dessas comunidades.  
6938 A situação do DF não é única, embora possa dizer, porque representa o nosso  
6939 Conselho regional de psicologia no chamado CONEM, o nosso Conselho estadual  
6940 de drogas. Nós sabemos que é o caso também no Maranhão e muitos outros  
6941 estados brasileiros [Ininteligível] onde alguns, no campo da redução de danos e o  
6942 campo da luta antimanicomial ainda consegue travar uma disputa e consegue uma  
6943 correlação de forças distintas. Mas a exemplo do que aconteceu com o CONAD do  
6944 governo Bolsonaro, todos esses espaços que são na lei destinados ao controle

6945 social, estão tomados pelo interesse privado e estão funcionando em desacordo  
6946 para aquilo que se destina. Inclusive, vale a pena dizer, inclusive, lembrando uma  
6947 coluna recentemente publicada pelo Pedro no "Esquerda Online", que as como  
6948 verdades terapêuticas não apenas funcional como essa condensação do pior do  
6949 Brasil, prisões, igrejas, manicômios e senzalas, como elas propriamente atrapalham  
6950 o SUS a funcionar. Porque muitas vezes o paradigma da institucionalização  
6951 promove uma verdadeira sabotagem dos vínculos sociais, dos vínculos territoriais,  
6952 dos vínculos familiares, havendo situações em que internos dessas comunidades  
6953 são impedidos de irem às suas consultas médicas, consultas terapêuticas em  
6954 CAPS. Havendo casos em que os benefícios da assistência social de que gozam  
6955 esses internos são capturados, são roubados pelos chefes das comunidades.  
6956 Casos em que há além dessa exorbitância dos cofres públicos abertas essas  
6957 comunidades, casos de desvio para fins privados desses recursos públicos, casos  
6958 de extorsões das famílias, casos de abuso sexual de internas, de internas, de  
6959 familiares. Então, é preciso, como disse meu colega Pedro, que nós recuperemos  
6960 a sensibilidade transversal para pensar esse problema, porque quem é abolicionista  
6961 penal precisa se preocupar com comunidade terapêutica, que a favor do fim dos  
6962 manicômios precisam se preocupar com o comunidade terapêutica, quem luta pelo  
6963 fim do racismo estrutural precisa se preocupar com o comunidade terapêutica,  
6964 porque essas são entidades onde a escravidão brasileira se reorganizam como as  
6965 forças capitalistas encontram em cada momento histórico novas modalidades,  
6966 novas roupagens para continuarem empreendendo a exploração dos povos. As  
6967 comunidades terapêuticas são espaços onde os comerciantes de seres humanos,  
6968 os comerciantes de escravos estão reorganizados no Brasil e enchendo os bolsos  
6969 de dinheiro público, enquanto essas comunidades efetivamente atrapalham o  
6970 cuidado em liberdade, atrapalham o cuidado territorial, atrapalham a vinculação  
6971 social e comunitária das pessoas em uso prejudicial de álcool e outras drogas. E  
6972 por último, só dizer o que essa altura já está bem óbvio, mas só para ressaltar, que  
6973 as comunidades terapêuticas são hoje uma instituição fundamental da guerra às  
6974 drogas. As comunidades terapêuticas construíram uma espécie de polo manicomial  
6975 privado, irregular, onde vale tudo, onde os donos de uma comunidade fiscalizam os

6976 próprios amigos, onde esses donos de comunidades terapêuticas vivem como  
6977 verdadeiros senhores de engenho. Essas comunidades, em geral, são entidades  
6978 privadas, em geral, são entidades familiares, em geral, entidades cristãs que tem  
6979 tudo se parecem ao aspecto da casa grande senzala, em geral tem uma casa onde  
6980 vive a família, família traficante de escravos, a família proprietária de escravos e ali  
6981 a poucos metros um alojamento para 80, 100 homens, em geral, como disse o  
6982 Pedro, negros, pobres, favelados, fortes, em geral, porque são os guerreiros que  
6983 uso prejudicial de substâncias não conseguiu matar. E é preciso que  
6984 empreendamos esforços desse desafio profundo que temos nesse governo de  
6985 conciliação para abrir a sensibilidade de outros Ministérios para esses absurdos de  
6986 constranger, pressionar ao Ministério da justiça e desenvolvimento social para a  
6987 interrupção imediata desse financiamento público. Obrigada.

6988 **Interlocutora não identificada** – Você vai falar também, Carol?

6989 **Sra. Carolina Lemos** – Eu vou falar rapidinho, pode ser? Então, entrando aqui um  
6990 pouco, acho que os dois trouxeram muito bem já um contexto do que são as  
6991 comunidades terapêuticas, esse relatório que é produzido para uma inspeção  
6992 nacional que teve o mecanismo, MPF, Conselho federal de psicologia, traz todas  
6993 essas informações em inspeções ao redor do Brasil, isso tudo que foi relatado e que  
6994 é constatado in loco, foi constatado por essas inspeções. Agora, só alguns pontos  
6995 específicos da portaria que chamam bastante atenção, uma portaria que fala de  
6996 fiscalização, então, isso nos toca muito principalmente no mecanismo, porque a  
6997 gente faz fiscalização. Então, primeiro assim, para mim, eu lembrei, eu tive meio  
6998 que flashbacks Leila com isso aqui, porque o MDS está dizendo para um Conselho,  
6999 que é o CONAD, como ele deve fazer fiscalização, é um Conselho que tem  
7000 autonomia. Então, assim, eu vi que lembrando da portaria, da famigerada portaria  
7001 aqui da nossa juíza aqui do DF que queria nos ensinar a fazer fiscalização para  
7002 proteger as prisões. E esse aqui também vem bem nessa esteira e aí a possibilidade  
7003 de fazer presencial ou remoto, sem comentários sobre isso. Uma coisa  
7004 interessantíssima também, que eles preveem a possibilidade de contratação de  
7005 terceiros, terceirizar a fiscalização também, uma coisa também inusitada,

7006 interessante para gente se debruçar. E quando você chega no roteiro, bem isso que  
7007 o Pedro falou de dar o prazo para ele responderem, você dá o relatório e o prazo  
7008 de dez dias úteis, se for muito grave as irregularidades aí são 5 dias úteis, gente,  
7009 fiquem tranquilos que assim... Aí você chega no roteiro, que ia embrulha o nosso  
7010 estômago, a gente que faz fiscalização, porque é o negócio de etiquetar, dar Xzinho,  
7011 que a gente já abomina esse tipo de roteiro de fiscalização. É qualitativo,  
7012 quantitativa, a gente não está falando de números, a gente está falando de pessoas.  
7013 Então, assim... E aí aqui de cara você já olha se tem adolescente feminino e  
7014 masculino, espera aí, isso está sendo olhado se tem adolescente e isso não está  
7015 sendo colocado como uma irregularidade? Porque até onde eu sei é ilegal a  
7016 internação de adolescentes nesses espaços, inclusive, tem uma decisão de uma  
7017 ACP na justiça federal que determinou que é ilegal a internação de adolescentes,  
7018 mas não, para o MDS é só uma informação que eles coletam tranquilamente aqui,  
7019 não é irregularidade, gente, é só uma informação. De você chega na parte das  
7020 irregularidades e aí você vai de coloca assim, você pode colocar que é conforme a  
7021 melhorar, não conforme, não aplicada. Aí é interessante porque tem uma que assim,  
7022 o quesito é proibição de castigos físicos, psíquicos ou morais. Aí você não entende  
7023 muito bem se é a prática ou a proibição, porque a proibição é da lei, não é da  
7024 instituição. Quer dizer, imagina uma instituição dizer, não, aqui a gente não proíbe,  
7025 aqui a gente acha legal. E aí na proibição de castigos físicos, psíquicos você que  
7026 vai marcar conforme, a melhorar, não conforme, então, assim, pratica castigos  
7027 físicos, o que a gente tira disso é conforme a melhorar, a melhorar, a melhorar,  
7028 gente, melhorar o quê? O castigo físico ou não ter mais? Também fica um pouco  
7029 confuso. E aí tem algumas coisas que já diz muito esses itens sobre o que são as  
7030 comunidades terapêuticas. Tem um quesito que assim, não expõe o acolhido a  
7031 situação de constrangimento ou de vulnerabilidade como ações em vias públicas de  
7032 vendas de produtos ou arrecadação de recursos outras atividades congêneres.  
7033 Quer dizer, não foi aleatório que eles colocaram esse quesito, eles devem encontrar  
7034 bastante isso a comunidade terapêutica para isso fazer parte de um roteiro. E aí  
7035 também um nessa você vai colocar se é conforme ou se não é conforme, pronto,  
7036 acabou. E aí você coleta tudo isso e entregava para comunidade que vai ter um

7037 tempo de responder. E vai ter no final do roteiro e uma pesquisa de satisfação do  
7038 usuário que é quase uma pesquisa de satisfação do cliente, uma coisa que a gente  
7039 se quer é entende o que é isso, satisfação do usuário, e vocês imaginam fazer essa  
7040 pesquisa de satisfação do usuário, sei lá, cliente, eu não sei se é direito do  
7041 consumidor, eu fico até confusa quando eu leio esse tipo de coisa, que parece que  
7042 a gente está falando do direito do consumidor, está comprando um produto, eu não  
7043 consigo entender. E aí você vai fazer isso remotamente. E aí a pessoa vai ficar lá  
7044 para depois acontecer se lá o que com ela, sei lá o que vai acontecer com essa  
7045 pessoa que responder sinceramente essa pesquisa aqui de satisfação. Então,  
7046 assim, eu acho que são esses os pontos mais complexos dessa portaria para além  
7047 de tudo que o pessoal já pensou. Eu tenho algumas propostas de encaminhamento,  
7048 mas talvez abrir primeiro para falas, intervenções e depois quando a gente chegar  
7049 nos encaminhamentos eu falo. Então, como o Pedro falou, tem um departamento  
7050 das comunidades terapêuticas que fica dentro do MDS, um departamento que é  
7051 ligado à Secretaria-Executiva, dentro desse departamento tem uma única diretoria  
7052 que é de apoio às comunidades terapêuticas. Então, assim, essa diretoria tem como  
7053 diretor o senhor Sâmio Falcão Mendes, que eu acho que uma pessoa que a gente  
7054 poderia convidar para a próxima reunião do comitê, se foi em janeiro, presencial já  
7055 em janeiro, se não for presencial em janeiro, que seja na próxima presencial, para  
7056 que ele nos elucide um pouco, o objetivo, o que embasou essa portaria. Que ele  
7057 conhece será de metodologia de fiscalização para embasar essa portaria que nos  
7058 deixa bastante curiosos para entender um pouco melhor e abri esse canal de  
7059 diálogo com departamento das comunidades terapêuticas. Então, essa é uma  
7060 proposta, chamar o diretor das comunidades terapêuticas do governo federal para  
7061 vir aqui na próxima reunião. A gente solicitar também via um ofício, o colegiado  
7062 solicitar, o mecanismo também pode fazer essa solicitação via ofício, mas eu acho  
7063 talvez seja interessante até algo conjunto do valor total repassado às comunidades  
7064 terapêuticas pelo MDS no ano de 2023. Então, ter isso enquanto informação oficial  
7065 é o acho fundamental para gente seguir, uma informação a qual a gente tem a  
7066 prerrogativa de ter acesso, então, eu acho que é uma coisa interessante. Também  
7067 oficial trazendo alguns questionamentos em relação a própria portaria que nos traz

7068 algum tipo de elucidação em relação a esses pontos que a gente trouxe,  
7069 principalmente a questão de fiscalização remota, como isso vai dar certo  
7070 exatamente. E o próprio questionamento do financiamento feito pelo MDS e a  
7071 instituições que têm tido denúncias, porque são um exemplo, aqui não deve a gente  
7072 ter uma instituição que chama Salve a Si, que teve uma série de denúncias,  
7073 reportagens, entre essas denúncias, denúncia de que as mulheres, as acolhidas  
7074 estavam sendo usadas para a construção de uma imóvel particular do dono da  
7075 ONG. Isso vazou, além de agressões físicas, agressões sexuais, gravíssimas  
7076 denúncias. O fato é que eles recebiam financiamento do MDS, quando isso  
7077 estourou, o MDS corta o financiamento, passa um pouco, retorna o financiamento.  
7078 Então, o MDS voltou a financiar essa comunidade terapêutica, voltou, passou um,  
7079 dois meses, deu uma abafada no caso e vamos voltar a colocar ao dinheiro. Então,  
7080 questionar exatamente como eles fazem, qual é o critério para esse financiamento  
7081 acontecer, o que essas instituições precisam atender para que elas sejam  
7082 financiadas. E se a denúncia de trabalho escravo, físico, se não é o suficiente para  
7083 interromper o financiamento, o que é que seria? Então, eu acho que essas são as  
7084 quatro propostas de encaminhamento.

7085 **Interlocutora não identificada** – Obrigada. Pedro, eu ouvi o seu nome, mas eu  
7086 não ouvir o nome da outra convidada.

7087 **Sra. Thessa Guimarães** – Thessa.

7088 **Interlocutora não identificada** – Thessa?

7089 **Sra. Thessa Guimarães** – Isso.

7090 **Interlocutora não identificada** – Eu queria agradecer a presença do Pedro e da  
7091 Thessa, acho que vocês trouxeram um panorama super importante do tema. E  
7092 agradecer a Carol também por trazer esse ponto aqui. E aí eu queria falar que a...  
7093 Eu não estou enxergando se a Domitila, que é do Ministério de desenvolvimento  
7094 social, que faz parte aqui do comitê está na reunião. Está com a mão levantada. Eu  
7095 acho que é uma pessoa que talvez possa elucidar um pouco tudo que a gente está

7096 conversando. E aí eu vou passar aqui para os inscritos. Eu vou passar primeiro para  
7097 o Ivo que levantou, não, eu acho que... Então, está bem. Patrícia, Ivo e daí Domitila.

7098 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente - Agência Nacional Pelo**  
7099 **Desencarceramento)** – Então, já quero fazer alguns encaminhamentos, algumas  
7100 propostas. Como estamos falando do governo federal, então, eu acho que alguns  
7101 encaminhamentos. Lembrando desse relatório nacional de comunidades  
7102 terapêuticas também, acho importante a gente chamar o Ministério público federal,  
7103 porque recurso federal. Além disso, que a gente cria uma fiscalização nacional entre  
7104 comitê, mecanismo, CNDH, para a gente poder ver isso mais de perto, mas também  
7105 eu acho que é isso assim. Particularmente, é um problema o governo Lula dar  
7106 dinheiro para as comunidades terapêuticas, uma vergonha. Então, eu acho que a  
7107 gente precisa colocar isso bem prática, porque assim, comunidade terapêutica  
7108 também é uma prisão, promoção de combate à tortura, é uma cadeia também.  
7109 Então, assim eu acho que a gente... E também ver junto ao Ministério da saúde  
7110 como é que é previsto isso, envolver também o Conselho nacional de serviço social  
7111 que tem uma... Que eu sei que eles são contrário, obviamente, para a gente poder  
7112 fazer uma articulação realmente nacional e diante de tudo que foi colocado aqui. E  
7113 também uma série de outras coisas que nem saiu no Fantástico, ali a gente viu uma  
7114 parte, porque tudo não saiu. Então, eu acho que a gente precisa ver esse grupo, eu  
7115 nosso esse é um grupo de trabalho que vai ter para fazer fiscalização. Apesar de a  
7116 gente ter um grupo de trabalho no comitê sobre comunidade terapêutica. Uma outra  
7117 coisa que eu acho também que o assessor do pastor Henrique Vieira, o Álvaro, acho  
7118 que ele já não está mais na reunião, porque ele estava na reunião de manhã,  
7119 acabou atrasando. Mas também envolver o mandato do pastor Henrique Vieira que  
7120 se colocou à disposição e que, inclusive, estava montando um plano de trabalho em  
7121 relação a fiscalização de comunidades terapêuticas. Então, eu acho que a gente  
7122 fazer essa força-tarefa com esses fatores. É isso. Lembrando que... É isso, o  
7123 legislativo precisa fiscalizar o executivo, então, nada mais justo que deputados  
7124 federais se envolvam também nisso. E acho que talvez criar uma frente parlamentar  
7125 em relação a comunidade terapêutica. É isso.

7126 **Sr. Ivo Hohn Junior (Suplente - Associação Juízes Pela Democracia)** – Na  
7127 verdade, eu queria só tirar algumas dúvidas antes do encaminhamento. Se vocês  
7128 sabem me dizer qual é a posição do Ministério da saúde em relação à comunidade  
7129 terapêutica, porque essa portaria publicada pelo MDS e do CFM do Conselho  
7130 federal de psicologia.

7131 **Sr. Pedro Henrique da Costa (Professor da UnB)** – Então, não tem... Pelo menos  
7132 dentro da minha ignorância e conhecimento, o MDS tem se pautado pela  
7133 continuidade pela retomada da reforma psiquiátrica, ou seja... Ministério da saúde,  
7134 perdão. Ou seja, investimento e CAPS, ele revogou a portaria 588/2017 que trazia  
7135 uma série de retrocessos na própria rede de atenção psicossocial, na RAPS,  
7136 colocava nela o hospital psiquiátrico. A posição que a gente pode falar pública do  
7137 MDS, no sentido do que ele tem feito... Ministério da saúde. Eu estou falando o quê?  
7138 MDS, desculpa, Ministério da Saúde, tem feito em termos dos editais, das iniciativas  
7139 de fomento é no fortalecendo dentro da reforma psiquiátrica, nos serviços  
7140 substitutivos, CAPS, da raps como um todo, residências terapêuticas. Então, até  
7141 onde a gente tem conhecimento, isso não está sendo feita no Ministério da Saúde.  
7142 Com relação à posição do Conselho federal de medicina, eu confesso que... Até  
7143 para não cometer nenhum tipo de injustiça, eu não tenho conhecimento. A gente  
7144 tem as posições muito fortes do Conselho federal de psicologia, do Conselho  
7145 Federal de Serviço Social, falar de assistência social o pessoal me bate, com razão.  
7146 De serviço social, do CFESS, do Conselho federal de psicologia, dentre outros que  
7147 têm se colocado contrário às comunidades terapêuticas.

7148 **Interlocutora não identificada** – Mas a pergunta é muito boa, companheiro,  
7149 porque talvez estejamos em um momento em que justamente nós precisamos  
7150 cobrar do Ministério da saúde posicionamento, porque há diferentes perspectivas  
7151 no interior do governo com relação a essa problemática. Dois Ministérios  
7152 franqueando o financiamento público, enquanto o Ministério da Saúde vai na linha  
7153 dos serviços substitutivos e do procedimento da reforma psiquiátrica brasileira.  
7154 Então, justamente é o momento em que precisaria haver uma posição unificada do  
7155 governo com relação a esse assunto e nós não obterem, mas isso sei que o

7156 Ministério da Saúde possa encampar essa batalha com posicionamentos, não só  
7157 com financiamento e com as ações destinadas a rede de atenção psicossocial,  
7158 portanto, aparelho substitutivo de manicômio, mas a concreto posicionamento. A  
7159 gente sabe que na correlação de forças é muito difícil, o Ministério da saúde está  
7160 sob ataque desde todo o sempre, mas vemos como a única esperança, a única  
7161 força ministerial que possa se opor a essa situação. Com relação ao sistema do  
7162 Conselho de medicina, a gente sabe que historicamente e tem posições  
7163 conservadoras, punitivistas, paradigma biomédico na maior parte das vezes  
7164 funcionando como mais um saber poder da escravidão brasileira, inclusive, em 2020  
7165 tivemos o Conselho regional de medicina aqui do DF soltando uma nota pública que  
7166 envergonhou nosso território contra o isolamento social e em favor de medicações  
7167 que comprovadamente não serviam para cuidar da covid. Mas recentemente o  
7168 Conselho regional de medicina aqui do DF foi tomado por um plenário progressista,  
7169 pela primeira vez em uma quadra histórica longa e acredito que nessa interface com  
7170 o sistema Conselho de medicina também seja uma outra batalha importante a ser  
7171 tomada, inclusive, porque boa parte dessas entidades contou com médicos e  
7172 médicas psiquiatras muitas vezes exercendo ilegalmente a medicina e contribuindo  
7173 com torturas e violações de direitos dessas entidades, mas entendemos que  
7174 fundamentalmente precisamos de um embate ministerial e precisamos empreender  
7175 esforços em uma direção de trazer ao Ministério da Saúde e a Ministra Nísia para  
7176 esse enfrentamento.

7177 **Sr. Ivo Hohn Junior (Suplente - Associação Juízes Pela Democracia)** – Eu só  
7178 ia sugerir um encaminhamento para que a gente também oficiasse com Ministério  
7179 da Saúde para também saber a posição dele, como a política do Ministério da saúde  
7180 em relação a comunidade terapêutica.

7181 **Interlocutora não identificada** – Pena que o Marlei não está aqui. Mas é que  
7182 ontem ele falou, se eu não estou enganada, ele falou assim: olha... Ele falou alguns  
7183 pontos, não é? Ele falou assim: essa é uma pasta que não está no nosso Ministério  
7184 e quem está cuidando disso é justamente o Ministério de desenvolvimento social,  
7185 mas eu acho que a gente pode, inclusive, eu acho que a gente pode officiar, mas

7186 pode usar a presença dele que está aqui no comitê fazer essa pergunta diretamente  
7187 para ele também que talvez possa ser mais rápido. Claro que a gente teria que  
7188 oficial, porque eu não sei se é ele, enfim, que cuida, mas é uma pessoa que está  
7189 aqui no comitê que talvez possa...

7190 **Sr. Ivo Hohn Junior (Suplente - Associação Juizes Pela Democracia)** – Eu acho  
7191 interessante oficial, porque fica um recado ao Ministério da Saúde para dizer: olha,  
7192 a gente está olhando.

7193 **Interlocutora não identificada** – Não, com certeza, só estou falando que o tempo  
7194 de resposta às vezes no ofício pode ser muito o grande. Eu concordo que tem que  
7195 oficial mesmo com, mas talvez a gente tenha uma resposta mais rápida entrando  
7196 em contato ele que está aqui no comitê.

7197 **Sra. Cíntia (Ministério da Saúde)** – Boa tarde. Eu sou Cíntia, do Ministério da  
7198 Saúde.

7199 **Interlocutora não identificada** – Ah, está bem. Cíntia, eu já passo a palavra para  
7200 você, Domitila estava primeiro inscrita, eu vou passar a palavra para ela aí já passo  
7201 para você.

7202 **Sra. Domitila Mendonça de Mesquita Peixoto (Suplente - Ministério Do**  
7203 **Desenvolvimento E Assistência Social E Combate À Fome – MDS)** – Bom, boa  
7204 tarde, pessoal. Primeiro eu quero dizer que eu considero essa discussão  
7205 extremamente relevante. O Pedro e a Carol fizeram falas muito importantes, foram  
7206 muito ricas. Quero dizer que eu faço parte da Secretaria nacional de assistência  
7207 social, então, eu não vou conseguir cumprir essa expectativa de dar elucidações  
7208 sobre o assunto. A nossa Secretaria não participou desse processo de discussão e  
7209 elaboração da portaria, como foi falado pelo Pedro, Secretaria responsável é a  
7210 Secretaria-Executiva. Então, eu acredito que a área responsável na pessoa do  
7211 diretor Sâmio poderia ter sido chamada para participar dessa conversa, também  
7212 vou ao encontro do que a Carol falou de chamá-lo para conversar com o comitê,  
7213 discutir, refletir sobre os pontos que são extremamente importantes quanto eu quero

7214 aproveitar também, foi relatado aqui sobre a última... A reportagem no último  
7215 domingo do Fantástico, foi citada tanto pelo Pedro quanto pela Thessa. Eu vou  
7216 aproveitar para deixar no Chat a nota do Conselho Nacional de Assistência Social,  
7217 que foi publicada ontem, esclarecendo que as comunidades terapêuticas não  
7218 possuem vínculo com o Sistema Único de Assistência Social, diferente do que foi  
7219 veiculado pela reportagem. Enfim, me coloco à disposição, inclusive, no que  
7220 precisar de articulação dentro do MDS sobre o tema. Obrigada.

7221 **Sr. Pedro Henrique da Costa (Professor da UnB)** – Essa fala da Domitila é  
7222 fundamental, porque um dos mecanismos que as comunidades terapêuticas  
7223 utilizam é que elas estão em todos os lugares, mas não tão em nenhum ao mesmo  
7224 tempo, elas conseguem fugir de uma série de regulamentações, como muito bem  
7225 foi colocado pela Domitila, elas não são serviços da assistência social, formalmente,  
7226 elas não são, formalmente, serviço da saúde, mas estão dentro da portaria da raps.  
7227 Os mecanismos que a gente tem, é uma RDC da vigilância sanitária de 2011, gente,  
7228 uma coisa... Para vocês terem uma ideia, se eles tiverem pessoa formada com  
7229 ensino superior que se coloca como especialista, ele precisa dessa pessoa de um  
7230 suplente, o resto pode ser tudo que eles chamam de ex-internos, para abrir. Então,  
7231 assim, é uma RDC absurdamente precária e propositalmente precária, foi um dos  
7232 mecanismos que as CTs utilizam para conseguir arregimentar essas verbas. É  
7233 justamente isso que a Domitila coloca, eles não estão na saúde, sem distinção. A  
7234 gente brinca que essa capacidade de dançar de acordo, não de acordo, em  
7235 desacordo com os regimentos e as normativas formais por mais que estejam dentro  
7236 deles, assistência social, da saúde, da justiça e dentre outros. Importantíssima  
7237 colaboração.

7238 **Interlocutora não identificada** – Obrigada. Eu vou passar para a Cíntia.

7239 **Sra. Cíntia (Ministério da Saúde)** – Então, boa tarde a todos. Hoje eu estou como  
7240 suplente do Marlei. Ontem eu não participei da reunião, mas é extremamente  
7241 importante essa discussão. Assim, a posição do Ministério é contrário e não repassa  
7242 recurso às comunidades terapêuticas. Mas essa discussão de comunidades

7243 terapêuticas já está sendo repassada direto para o gabinete do Secretário e da  
7244 Ministra. Segundo o Marden, ele é de outra Secretaria. Eu sou da Secretaria de  
7245 vigilância em saúde ambiental, dentro do departamento de doenças e agravos não  
7246 transmissíveis. Mas na área de violência nossa posição é totalmente contrária às  
7247 comunidades terapêuticas. E assim, vão repassar também para os gestores, para  
7248 se comunicar, os Secretários, e fazer um engajamento maior em relação a esse  
7249 tema.

7250 **Interlocutora não identificada** – Obrigada. Queria só fazer um comentário rápido,  
7251 que me parece um pouco de contrassenso, porque as representantes dos  
7252 Ministérios que vieram aqui tanto do desenvolvimento social quanto do Ministério  
7253 da Saúde mostraram que a posição contrária. Mas o que o queria dizer era isso, o  
7254 contrassenso é esse, tem departamentos dentro do Ministério. E aí eu concordo  
7255 com a Thessa no sentido de que é importante que se tem uma coisa [Ininteligível]  
7256 no governo federal, porque se de um lado você dá investimento para comunidade  
7257 terapêutica e do outro você é contrário, depois tem que gastar investimento para  
7258 fazer fiscalização e para cuidar da saúde dessas pessoas, a gente está gastando  
7259 dinheiro público do jeito equivocado e está assim, matando as pessoas. Eu acho  
7260 que o que a gente tem que cobrar aqui desse comitê e obviamente isso é sempre  
7261 complexo, porque a gente tem visto aqui como as decisões vão passando por várias  
7262 instâncias e cada um nas instâncias entende uma coisa diferente e não tem essa  
7263 posição, mas que seja uma posição de um pacto minimamente razoável para que a  
7264 gente tenha uma posição que a gente possa até dizer para as pessoas de fora qual  
7265 é a posição do governo federal que nessa sugestão da Carol de trazer essa pessoa  
7266 específica, esse secretário nesse departamento para que ele possa explicar qual é  
7267 a ramificação dessa decisão desse departamento exclusivo. Eu não sei se é  
7268 departamento, Secretaria, não sei qual é o nome. De como um departamento tem  
7269 esse poder tão grande em relação a tantos outros que dizem ser contrários. Não,  
7270 sim, eu estou falando que tem vários departamentos dentro... Maria Clara.

7271 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**  
7272 **Organizações Populares – GAJOP)** – Gente, obrigada por terem vindo aqui. Eu

7273 acho que essa deve ser uma das nossas prioridades do comitê no ano que vem  
7274 com certeza em nesse papel também de aglutinar esses diferentes esforços entre  
7275 outros conselhos. Edna acabou de vim aqui, disse que vocês estavam na reunião  
7276 do CNDH também passada. Eu acho que devemos fazer esse esforço conjunto. Eu  
7277 não sei, queria perguntar também, algumas coisas já foram esclarecidas, o CONAD,  
7278 como é que tem sido o diálogo com o CONAD, o que a gente poderia fazer de  
7279 Resolução conjunta mesmo. Acho que, inclusive, o CONANDA, como vocês  
7280 mencionam, tem a questão de crianças e adolescentes, normalizando a  
7281 permanência de crianças e adolescentes dentro desses espaços. E eu acho que é  
7282 isso, aproveitar também que tem uma dissonância dentro do próprio MDS, dentro  
7283 do próprio Ministério da saúde, usar disso e aí tentar fazer um esforço conjunto, pelo  
7284 menos de emitir recomendações, nota técnica, um posicionamento contrário  
7285 revogando essa portaria, principalmente para produzir esse desfinanciamento  
7286 público das comunidades terapêuticas, talvez um caminhão a partir das próprias  
7287 comunidades terapêuticas envolvidas com caso de denúncias constatadas. Eu  
7288 também queria saber, vocês disseram que tem um diagnóstico mais recente, tem o  
7289 próprio relatório conjunto que foi produzido, eu não sei se já tem essa relação das  
7290 comunidades que recebem verbas públicas, quais exatamente que estão envolvidas  
7291 nas denúncias de tortura para a gente de repente já produzir uma orientação do  
7292 próprio comitê nacional, eu acho que isso nos atribui se tem envolvimento de  
7293 denúncia de tortura e tem repasse de verba pública, eu acho que desde já a gente  
7294 poderia emitir uma recomendação nesse sentido para interromper o financiamento,  
7295 algo nesse sentido, para gente começa avançando. Essa é uma luta dura, porque  
7296 o lobby é forte, então, realmente não vai ser uma ação que vai resolver o problema,  
7297 tem que ser várias conjuntas. Então, inclusive, talvez o próprio mecanismo  
7298 identificar nessa lista das comunidades terapêuticas que recebem o financiamento,  
7299 talvez inserir nas próximas inspeções para é gente ter dados mais recentes e  
7300 conseguir usar isso argumentativamente também. Olha, já trabalhando isso  
7301 direcionamento, nas recomendações a cada inspeção, porque se a gente já  
7302 consegui identificar cada uma delas a gente vai reduzindo esses financiamentos. E  
7303 é isso que eu queria saber, talvez a gente tentar no ano que vem, no primeiro

7304 semestre, fazer esse esforço conjunto com o CONAD, CNDH, com o CONANDA,  
7305 CNPCT. Eu não sei se tem outro Conselho dentro do Ministério da saúde que se  
7306 somaria nisso. Exato. Então, se a gente conseguisse assim dar robustez a esse  
7307 posicionamento a gente consegue ir aos poucos derrubando esses setores que o  
7308 lobby é muito forte em relação às comunidades terapêuticas. Eu acho que essa é  
7309 uma conversa que a gente tem que prosseguir assim, tem que ser a longo prazo.

7310 **Sr. Pedro Henrique da Costa (Professor da UnB)** – Total concordância. A gente  
7311 estava até fazendo um mapeamento, eu acho que essa força tarefa envolve  
7312 CONAD, CONANDA, CNDH, Conselho nacional de saúde, CNS, e o Conselho  
7313 Nacional de Assistência Social. Fundamentalmente pode ter algum outro, mas  
7314 fundamentalmente passa pelo diálogo e construção coletiva desses cinco conselhos  
7315 e estão direta e indiretamente implicados na questão das CTs, não por  
7316 responsabilidade deles, mas que cabe a eles, eu acho que é fundamental esse  
7317 diálogo, essa conversa. Você falou do CONAD, até por conta do tempo, eu acho  
7318 que estou... Acho não, tenho certeza que estou em um espaço seguro, então, eu  
7319 vou dar uma alimentada aqui para ser um pouco mais direto. O CONAD foi implodido  
7320 no governo Bolsonaro, concretamente assim. O que tinha lá eram representantes  
7321 fundamentalmente do governo para fazer o que eles bem quisessem. Isso  
7322 recentemente foi modificado, é um avanço, uma conquista recente, foi feito amplo  
7323 processo na qual houve participação da sociedade civil e eles tiveram uma primeira  
7324 reunião recentemente para a tomada de posse dessa gestão do CONAD para a  
7325 questão de Regimento Interno posteriormente. Eles vão ter uma reunião agora no  
7326 dia 1 de dezembro, então, talvez seria interessante estar próximo, porque talvez  
7327 coubesse algum tipo de oficialização para que aproveitasse essa reunião no dia 1 de  
7328 dezembro. E de fato, está seguindo o que está na lei enquanto instituição que de  
7329 fato se coloca e a lógica do controle da participação social. Tem representantes do  
7330 estado, mas também tem uma parcela significativa de representantes da sociedade  
7331 civil é uma perspectiva da redução de danos. Então, eu acho que é um espaço  
7332 interessante para também ser colocado. Você falou do CONANDA, tem a Resolução  
7333 nº 3/2020, que é do CONAD, mas que desrespeita a constituição, o ECA, uma série

7334 de coisas, que é para internação de crianças e adolescentes em comunidades  
7335 terapêuticas. Durante a pandemia, o CONAD, nesses moldes que eu falei do  
7336 governo Bolsonaro, o governo stricto sensu Bolsonaro sancionou, colocou em voga  
7337 essa Resolução nº 3/2020 que era fundamentalmente para internar crianças e  
7338 adolescentes em CTs. Isso passou por uma série de contra posições, a Carol pode  
7339 falar muito bem aqui, melhor que eu, a questão jurídicas, mas pelo que a gente  
7340 entende está suspenso. Inclusive um dos aspectos problemáticos dessa portaria do  
7341 MDS, 926, porque o checklist está lá, tem internação para criança e adolescente só  
7342 que isso está suspenso, não pode, não pode. Então, no máximo o que acontecer...  
7343 Não pode. Esse é um dos pontos sensíveis, sei lá, 50.000 pontos sensíveis que,  
7344 infelizmente, tem essa portaria. Então, eu acho que é importante também até como  
7345 mais um elemento para chamar o CONANDA para a jogada. Por que eu estou  
7346 falando isso também? Porque a gente tem a lei 3840, ela muda uma pancada de  
7347 coisa não 11.343, que é a tal da lei de drogas. E uma das coisas... Ela é de 2019,  
7348 então, do governo Bolsonaro, a gente pode concluir que ela já traz uma série de  
7349 retrocessos. E uma das coisas que essa lei fala, ela cria um artigo para as  
7350 comunidades terapêuticas, a gente tem uma lei que cria um artigo para as  
7351 comunidades terapêuticas. A nova velha lei de drogas tem um capítulo para as  
7352 comunidades terapêuticas, é absurdo isso. E o que eles fazem? Eles tentam uma  
7353 mudança retórica, que eles querem apagar na base da retórica o caráter asilar  
7354 manicomial das comunidades terapêuticas. Então, tudo que a gente até, então,  
7355 chama de internação e não apenas internação, uma internação em uma lógica  
7356 manicomial. Eles falaram assim: as comunidades terapêuticas não podem fazer  
7357 internação, o que elas fazem é acolhimento. A gente sabe que elas continuam  
7358 fazendo internação em uma perspectiva manicomial, mas é acolhimento. Mas ao  
7359 mesmo tempo isso está na lei, está na lei que comunidade terapêutica não pode  
7360 fazer internação. Então, por mais que eu não concorde com essa lei, acho que ela  
7361 um absurdo, ela não tinha que existir, tem esse capítulo só para sustentar  
7362 comunidade terapêutica, mas está o português bem evidente que não pode fazer  
7363 internação, essa portaria, por exemplo, a 926 tem lá no checklist que se tem  
7364 internação ou não de adolescentes, não só internação, mas de adolescente. E por

7365 fim, a gente está no processo de análise dos dados de repasse público à CTs. A  
7366 gente está fazendo um mapeamento da UNB, um grupo de pesquisa que eu faço  
7367 parte sobre isso, a gente tem uma realidade do DF. Se vocês quiserem a gente  
7368 pode, inclusive, depois apresentar realidade do DF, tem alguns trabalhos publicados  
7369 nesse sentido. Então, a gente sabe quais são as comunidades terapêuticas do DF  
7370 que recebem verba pública do MDS ou do antigo Ministério da cidadania, ou do  
7371 Ministério da justiça via FUNPAD, o FUNAD aqui do DF. A gente tem os valores, só  
7372 para vocês terem uma ideia, só dessas duas rubricas, nos últimos 4 anos, ou seja,  
7373 governo Bolsonaro e gestão primeira do Ibaneis aqui, em quatro anos, só dessas  
7374 duas rubricas, só dessas duas fontes foram 28 milhões para 18 comunidades  
7375 terapêuticas. Para a gente ter uma ideia, no DF todo tem 18 CAPS e desses 18  
7376 CAPS apenas oito são CAPSAD habilitados. E aí eu só queria citar um exemplo que  
7377 foi mencionado pela Carol que é a Salve a Si, é a segunda que mais recebe dinheiro  
7378 público, foi vistoriada e está publicado, está aí, Carol, você está e debaixo do  
7379 microfone. A Salve a Si é uma das duas do DF que foi vistoriada e está publicada  
7380 aqui com as irregularidades que foram encontradas, está aqui, mesmo depois disso  
7381 tudo ela continua recebendo verba, é a segunda que mais recebe verba pública. Ela  
7382 foi a ampla e fartamente denunciado é só esse a ano, foi o que a Carol falou,  
7383 acharam as internas construindo a casa do dono, laborterapia. É isso. Então, sim,  
7384 a gente pode falar com certeza as do DF, nacionalmente a gente está nesse  
7385 processo. Eu vou até passar a palavra para a Thessa, porque uma das dificuldades  
7386 que nós temos nos conselhos estaduais e municipais é que eles se encontram as  
7387 irregularidades, eles colocam para os próprios conselhos só que a maioria desses  
7388 conselhos municipais e estaduais é formado por gente que defende comunidade  
7389 terapêutica. Então, assim, tem uma pancada de regularidade só que dentro dos  
7390 próprios conselhos estaduais e municipais e isso é jogado para debaixo do tapete.  
7391 Só para vocês terem uma exemplo, o CONEM, que é o Conselho distrital de política  
7392 sobre drogas, ele desde 2012, que foi até onde a gente conseguiu para trás pegar  
7393 os dados, de 2012 até, então, toda a verba, toda, 100% da verba que o Conselho  
7394 gerencia, toda, vai para o verdades terapêuticas. Então, o Conselho das e para as  
7395 comunidades terapêuticas. Mais um motivo para acessar o CONADE para ter algum

7396 tipo de incidência desses conselhos que são estaduais e municipais. Passo a  
7397 palavra para a Thessa.

7398 **Sra. Thessa Guimarães** – Companheiros, já nos delongamos a respeito desse  
7399 tema. Agradeço a todas e todas pelas contribuições muito precisas e que conhece  
7400 o funcionamento do estado e de quem nos acolhe de boa vontade aqui nessa tarde  
7401 de acordo com todos os encaminhamentos propostos, mas os deixo com uma última  
7402 informação de que essa comunidade terapêutica Salve a Si, uma das comunidades  
7403 mais poderosas do ponto de vista da sua promiscuidade com os poderes do  
7404 legislativo e no executivo aqui no nosso território. Após as denúncias da reportagem  
7405 da Globo, tribunal de contas do DF pediu que o CONEM fizesse uma diligência lá  
7406 para apurar que essas irregularidades eram factuais. E eu enquanto Conselheira do  
7407 nosso Conselho estadual, distrital de drogas, de escalei para essa diligência. E lá,  
7408 coincidentemente, é realizada no dia 10 de outubro, dia internacional da luta  
7409 antimanicomial, da saúde mental, não é? Nacional. Estávamos lá e encontramos  
7410 provas testemunhadas e documentais que dão conta de acidente de trabalho, o  
7411 trabalho forçado em situação degradante, nepotismo na diretoria, repasses  
7412 irregulares de verba pública para interesse privado dos donos e algumas outras  
7413 irregularidades cujo rol probatório não foi tão robusto, mas vinculando, inclusive,  
7414 situações de abuso sexual por parte de voluntárias e internas. E ao defender esse  
7415 relatório no interior do nosso Conselho distrital de drogas e ao defender pelo  
7416 cancelamento do registro dessa entidade no cadastro de entidades passíveis de  
7417 recebimento de verba pública, obviamente das ervas derrotados e vamos procurar  
7418 a justiça para procurar impugnar dessas e de outras reuniões que apresentam  
7419 irregularidades que funcionam sempre na linha da proteção dessas entidades.  
7420 Então, mais uma vez o nosso agradecimento ao comitê e a oportunidade de  
7421 pensarmos juntas e juntos para o caminho da desinstitucionalização  
7422 contemporânea brasileira. Obrigada.

7423 **Interlocutora não identificada** – Obrigada. Gente, eu gostaria só de sistematizar  
7424 aqui os encaminhamentos... Você quer falar? Paulo.

7425 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**  
7426 **Do Norte – UFRN)** – Eu queria agradecer também a presença dos convidados, que  
7427 eu acho que é muito bom em termos de formação, trouxe muitas informações e  
7428 encaminhamentos. Eu queria lembrar duas coisas. Eu dei uma olhada aqui nas  
7429 comissões, nossa Comissão de comunidade terapêutica e hospitais psiquiátricos,  
7430 Resolução está em construção pela não indicação de membros do governo. Então,  
7431 eu acho que vale a pena ressaltar que essa Comissão ainda não está presente. A  
7432 gente tem indicação da ANADP e da UFRN na composição, naturalmente a  
7433 contribuição que a professora Ana Carolina tem nesse campo com reflexão. Então,  
7434 a gente tem a presença das duas representações do governo de uma maneira  
7435 virtual que acho que também pode ser interessante entrar para essa Comissão para  
7436 contribuir, para que ela possa avançar. Da mesma questão eu acho que vale a pena  
7437 pontuar, e aí eu acho que os membros do governo federal que estão acompanhando  
7438 de madeira entenderão o meu comentário, eu acho que teriam conversas que  
7439 seriam muito produtivas se a gente pudesse ter entre corredores. Então, eu queria  
7440 renovar a importância para que a representação do governo possa estar aqui  
7441 presencialmente nas reuniões do comitê. Então, se vocês tivessem aqui a gente  
7442 poderia dialogar um pouco mais. Eu entendo os desafios que se todos nós temos,  
7443 mas ia ser muito bacana a presença aqui conosco de madeira presencial para que  
7444 essas conversas pudessem avançar. E aí só para concluir em termos de  
7445 encaminhamentos, acho quede maneira direta e não tem como não pontuar pela  
7446 relação com o tema anterior, a gente discutiu a experiência da população do LGBT  
7447 em situação de cárcere, então, a gente teria uma série de denúncias que essas  
7448 comunidades terapêuticas são utilizadas em processo de tentativa de conversão de  
7449 identidade sexual e de gênero. Então, de certa maneira também vale registrar isso  
7450 aqui na reunião do comitê, utilização também para esse fim dessas comunidades,  
7451 as práticas de tortura em torno da relação da identidade sexual, da identidade de  
7452 gênero, mas de maneira bem objetiva, considerando que a gente vai fazer esse  
7453 convite para o MDS e o nosso esforço de tentar ter mais informações para essa  
7454 presença. Eu queria ver a possibilidade do comitê mandado mensagem para os  
7455 comitês estaduais e mecanismos solicitando informações que possam ter no estado

7456 das comunidades terapêuticas, que se a gente tiver alguma relato já produzido dos  
7457 acompanhamentos feitos a partir dos comitês ou dos mecanismos estaduais a gente  
7458 pode ter mais informações também para a visita. Eu acho que o Pedro falou do  
7459 levantamento que eles têm aqui na UNB, eu sei que lá no Rio Grande do Norte o  
7460 CRDH fez das comunidades terapêuticas que receberam recursos que são  
7461 denunciadas, então, a partir de notificação dos comitês e conselhos estaduais a  
7462 gente consiga ter mais informação para essa conversa com representante do MDS.  
7463 É isso.

7464 **Interlocutora não identificada** – Eu queria acrescentar que o grupo de trabalho do  
7465 comitê nacional, os comitês estaduais fazem parte, inclusive, o grupo de trabalho  
7466 da comunidade terapêutica, porque não tem nome ainda de nenhuma  
7467 representação de comitê estadual, mas a gente pactuou isso nas reuniões.

7468 **Interlocutora não identificada** – Bom, então, tem os encaminhamentos propostos  
7469 pela Carol mais diretos em relação a portaria especificamente. Tem esses  
7470 encaminhamentos agora que foram propostos pelo Paulo. Eu não estou lembrando  
7471 se a Maria clara, você propôs encaminhamento?

7472 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**  
7473 **Organizações Populares – GAJOP)** – Em relação ao ofício sugerido pela Carol,  
7474 eu concordo, eu acho que a gente tem que fazer uma conversa ampla com os  
7475 conselhos que a gente mencionou, CNDH, o CONANDA, CONAD e Conselho da  
7476 saúde sobre eventual posicionamento para a revogação da portaria. Mas  
7477 previamente a isso eu acho que reunir essas informações, então, tentar identificar,  
7478 fazer esse esforço de identificar quais unidades já denunciadas recebem verbas  
7479 públicas. E aí eu não sei se o grupo da UNB já está fazendo esse levantamento, se  
7480 tiver concluído nos envie. Sobre a convocação para próximo RO. Eu não sei, porque  
7481 a gente vai deliberar ainda sobre a pauta da RO e tem muitas outras coisas que a  
7482 gente também vai levar, mas eu concordo com a ideia de convocar ele para uma  
7483 reunião, eu não sei se dentro da RO, talvez seja uma ida até lá e a gente se

7484 presente como comitê, porque têm ficado muito extensas essas pautas da RO e  
7485 aí eu tenho só essa preocupação.

7486 **Interlocutora não identificada** – Bom, Débora, você conseguiu pegar os... Está  
7487 bem. Alguém tem mais alguma coisa?

7488 **Interlocutora não identificada** – Eu não sei se ficou com um estado 8 adiamento  
7489 da Patrícia, para encaminhamento de ofício para o Ministério Público federal. Acho  
7490 que Carlos Vilhena, não é? Eu também queria perguntar, Pedro, eu não sei se vocês  
7491 têm uma nota sobre essas coisas que vocês denunciaram aqui hoje, se poderia ser  
7492 compartilhada, porque de repente a gente encaminha um ofício para o MPF com a  
7493 cópia de um documento que vocês têm produzido.

7494 **Sr. Pedro Henrique da Costa (Professor da UnB)** – A gente montou um dossiê  
7495 para o CNDH na reunião que a gente teve, eu posso encaminhar esse dossiê,  
7496 porque tem esses estudos, pesquisas, publicações tudo...

7497 **Interlocutora não identificada** – Ótimo. Porque daí os ofícios a gente pode  
7498 substanciar ele com esse documento que vocês... Aí depois só me passar o contato,  
7499 o canal específico que eu mando fato

7500 **Interlocutora não identificada** – Então, obrigada. Eu queria agradecer a presença  
7501 de vocês, disponibilidade de virem aqui e que o comitê, as reuniões são abertas,  
7502 então, em outros momentos se vocês acharem que é interessante trazer outras  
7503 questões e denúncias específicas também a gente está aberto aqui para recebê-  
7504 los. E aí conforme os encaminhamentos forem sendo feitos, eu acho importante  
7505 participação de vocês nessas reuniões, por exemplo, com os conselhos e etc., por  
7506 você saberia com bastante profundidade do tema. Agora, a gente passaria para o  
7507 próximo ponto de pauta. Tem três pontos aqui, salvo engano, que a gente tem ainda  
7508 que tratar em 1h, mas eles são mais curtos. Seria a questão... Seria a questão da...  
7509 É um informe parcial do GT de audiência de Custódia, Silvia. Ontem você tinha  
7510 pedido uma... Então, tem esse que é mais curto esse informe. Ah, está bem. Então,  
7511 se você quiser dar esse informe agora eu acho que...

7512 **Interlocutora não identificada** – Nós compartilhamos em um dos grupos do  
7513 WhatsApp a ata justamente com o resumo do que foi discutido naquele GT, debate  
7514 temático das audiências de Custódia, mas eu não sei se tem alguma pasta, algum  
7515 lugar mais oficial para que fique arquivada essa ata, porque eu passei basicamente  
7516 em um grupo de WhatsApp, mas eu acho que seria interessante para ficar no  
7517 arquivo do CNPCT, artigo do encontro. Eu não sei se tem algum relatório de  
7518 conclusão do encontro nacional, então, incluir como parte do encontro.

7519 **Interlocutora não identificada** – Para toda ação realizada a gente tem que abrir  
7520 um procedimento SEI e a gente arquiva tudo lá. Então, se encaminhar no e-mail do  
7521 CNPCT a gente arquiva no procedimento SEI, que tem programação, passagens,  
7522 tudo do encontro está em um processo só para não sumir.

7523 **Interlocutora não identificada** – Eu encaminharia para o e-mail do CNPCT?

7524 **Interlocutora não identificada** – CNPCT.

7525 **Interlocutora não identificada** – Está bem, posso fazer esse encaminhamento.  
7526 Foram tirados alguns encaminhamentos nesse debate temático e também eu queria  
7527 juntar isso um pouco com o trabalho que a gente teria que fazer no GT. Porque o  
7528 GT de audiência de Custódia gente acabou não avançando nisso. E eu estava até  
7529 aqui fazendo uma revisão das últimas interações no GT, a gente tinha tirado 2  
7530 encaminhamentos, 1 era entra em contato com o CNJ e também a escrever uma  
7531 recomendação sobre audiência de Custódia. E assim, a gente acabou não  
7532 avançando nisso até agora. E como parte do debate temático saio também diálogo  
7533 com CNJ, saiu também ideia de diálogo com CNMP, então, e tudo isso saiu como  
7534 propostas do debate temático. E saiu também uma proposta de fazer uma conversa  
7535 com subcomitê de prevenção da tortura da ONU, que acho que seria interessante,  
7536 porque pensando justamente em audiência de custódia como esse instrumento,  
7537 esse instituto de prevenção à tortura, acho que talvez a gente pudesse tentar de  
7538 alguma maneira levar essa questão da virtualidade, das audiências de Custódia  
7539 para esses organismos internacionais, principalmente esse de prevenção à tortura

7540 porque talvez pudesse colocar em algum tipo de relatório, recomendação, em algum  
7541 tipo de comunicação ao estado brasileiro. A gente poderia tentar fazer esse gancho  
7542 com subcomitê. E outras duas questões que eu queria trazer de encaminhamentos,  
7543 uma, na verdade, que saiu de uma reunião que eu tive ontem com os defensores  
7544 públicos, estava presença Secretaria de acesso à justiça. Eu fiquei pensando se  
7545 talvez não seria interessante a gente trabalhar com a Secretaria de acesso à justiça,  
7546 essa questão de audiências de Custódia virtuais, de preferência para abalar as  
7547 audiências de Custódia virtuais. Não sei se a gente já fez algum diálogo, não sei,  
7548 coloco essa pergunta, não se a gente já com Ministério da justiça sobre isso e seria  
7549 interessante estratégico, coloco também como pergunta. E a Maria Clara ontem me  
7550 [Ininteligível] observatório, direitos humanos, CNJ, não sei se também tem algum  
7551 repasse a respeito disso e se esse seria um tema a ser tratado desse espaço de  
7552 observatório dos direitos humanos da CNJ. Mas bom, o acho que temos de  
7553 encaminhamento eu acho que seria o primeiro essa questão da recomendação  
7554 porque eu acho que até para gente poder fazer diálogo com esses interruptores  
7555 seria importante ter algo prescrito, isso aqui é uma recomendação do CNPCT,  
7556 alguém falou de um dossiê, alguma coisa que pudesse entregar e a partir dali fazer  
7557 incidência. Então, eu não sei, eu acho que cabe um pouco ao GT, do qual eu sou  
7558 parte, fazer esse trabalho. Quem está no GT? Seria bom a gente lembrar aqui. Maria  
7559 Clara, perdão, não sei quem mais está no GT. Fernanda, ANADEP. Eu não sei se  
7560 tem alguém do governo ou não no GT, mas eu acho que o primeiro passo seria a  
7561 gente se comprometer talvez a trabalhar essa recomendação para depois pensar  
7562 nesse espaço de incidência. Bom, foi um pouco essas as ideias que saíram. E em  
7563 um momento também saiu a ideia de uma reunião até com a equipe do bebê estado  
7564 dos direitos humanos, de uma pauta mais para ativa no Ministério de Direitos  
7565 Humanos contrariamente às audiências de Custódia, mas eu acho também que  
7566 essa pauta acabou caindo, a gente não fez essa conversa. Então, é isso, têm muitas  
7567 ideias em aberto, mas a gente não traçou um caminho, talvez o primeiro caminho  
7568 fosse essa elaboração desse documento.

7569 **Interlocutora não identificada** – Obrigada, Silvia. Sílvia, você acha que seria  
7570 pertinente a gente provocar o CNJ para produzir um documento, porque assim, eles  
7571 têm uma Resolução que, salvo engano, fala da audiência de Custódia. A mais  
7572 recente depois da pandemia, para retornar às audiências de Custódia presenciais.  
7573 De repente a gente provocar o CNJ sobre informações do cumprimento da sua  
7574 própria Resolução no país inteiro. Acha que seria pertinente? Eu falo porque eu  
7575 acho que do GT eu acho que talvez a gente não tenha indicação, eu acho que em  
7576 nenhum dos GT a gente teve indicação, então, eu acho que os GTs não estão  
7577 funcionando. Eu acho que em relação aos GTs a gente tem que assumir que o  
7578 governo não vai fazer a parte dele. E aí a gente faz uma proposta de documento e  
7579 aprova na próxima RO, porque precisa de um posicionamento do comitê, isso que  
7580 a gente já tinha tirado. Posicionamento do comitê atestando que as audiências de  
7581 Custódia não cumprem a função de instrumento de prevenção e combate à tortura,  
7582 eu acho que esse foi o principal encaminhamento que a gente tirou e a gente não  
7583 conseguiu dar continuidade. E aí os GT tem funcionado como um grupo de  
7584 WhatsApp, eu acho que isso é muito triste, esse fato enfraquece funcionamento do  
7585 comitê, mas essa é a realidade. E aí a partir disso a gente pode definir as estratégias  
7586 de incidência a partir do nosso próprio planejamento em relação ao CNJ, MJ.

7587 **Interlocutora não identificada** – É isso, tem que encaminha ao trabalho no GT.

7588 **Interlocutora não identificada** – Eu perguntei porque, em tese, o que a gente teve  
7589 de produção foi no encontro dos comitês, teve aquela parte ele é de boas práticas  
7590 e de coisas [Ininteligível]. Eu não sei se a partir daquele documento a gente já  
7591 poderia utilizar para fazer provocações, porque eu acho que vai ter eleições aqui  
7592 para a gente já... Vai ser quase no início do ano, não é? Esse ano a gente já não  
7593 mais reuniões e aí a gente não tem data da nossa própria reunião e da próxima  
7594 reunião do comitê. Eu estou perguntando para ver se alguma coisa a gente não  
7595 extrai daqui logo em relação a esse documento, seja em produzido no GT específico  
7596 da reunião dos comitês ou alguma coisa que o comitê possa fazer ou produzir já de  
7597 imediato.

7598 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que a gente tem muitos subsídios, tanto  
7599 dessa ata do GT... Naquele levantamento que a gente fez que tem essa tendência  
7600 preocupante desse modelo, cresceu muito, então, basicamente fica a critério de  
7601 cada juiz, tem um juiz que faz virtual porque quer, tem o tribunal que faz virtual, tem  
7602 outro que faz presencial, fica muito a critério de cada juiz. Eu acho que a gente tem  
7603 muito subsídios para justificar talvez um posicionamento, mas eu acho que seria  
7604 interessante uma coisa mais tipo, sei lá, um posicionamento do CNPCT para a gente  
7605 levar para esses diálogos. A ata da reunião do debate como está, eu acho que não  
7606 está um documento que você fala, isso aqui é um documento, um documento de  
7607 subsídios que a gente pode trabalhar juntando da observa Custódia, ata do GT,  
7608 recomendação do CAT. Outro dia eu encontrei um documento do escritório para os  
7609 direitos humanos, eles fazem tipo uma nota técnica falando dos usos dos  
7610 instrumentos virtuais, online, digitais no sistema de justiça. E nessa nota técnica é  
7611 muito enxuta, mas ela fala justamente que uma audiência na qual, na verdade, não  
7612 se pode permitir ou aceitar o uso da virtualidade é justamente dessas audiências de  
7613 apresentação da pessoa presa nos primeiros momentos. Então, assim, tem vários  
7614 posicionamentos que a gente pode aglutinar em um documento e tentar levar  
7615 adiante para esse diálogo e aí como agenda de reuniões, a gente tem que falar com  
7616 todo mundo mesmo, CNJ, CNMP.

7617 **Interlocutora não identificada** – Perfeito, porque se já tem os documentos de  
7618 repente a gente pode utilizar eles para otimizar o nosso trabalho a partir do que já  
7619 tem produzido ou provocar uma resposta sobre o cumprimento da Resolução, se há  
7620 algum outro planejamento, porque já tem subsídio de que a Resolução está sendo  
7621 relativizado, enfim. Então, talvez a gente pudesse fazer uma provocação de uma  
7622 reunião ou de uma resposta, um ofício com os dados.

7623 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
7624 **e Cidadania - ITTC)** – Gente, Mateus está com a placa levantada faz um tempo já,  
7625 foi o primeiro.

7626 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**  
7627 **Defensores Públicos - ANADEP)** – Obrigado, Sofia. Eu só queria lembrar que  
7628 reuniões anteriores nós havíamos solicitado fazer parte do GT de Custódia e do GT  
7629 socioeducativo e do de mulheres também, e nós não ainda fomos incluídos em  
7630 grupos ou recebemos qualquer em formação com relação a isso, se está tendo  
7631 andamento, se tem alguma coisa em andamento sobre os grupos de trabalho.  
7632 Então, eu reforço novamente o nosso pedido se é possível a nossa inclusão nas  
7633 pautas de trabalho dos grupos que são desmembrados desse comitê. Obrigado.

7634 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Vice-presidenta - Instituto Terra, Trabalho**  
7635 **e Cidadania - ITTC)** – Obrigada. Patrícia.

7636 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**  
7637 **Desencarceramento)** – Então, pessoal, eu acho que a gente é amarrado demais e  
7638 a gente está com pouco de dificuldade de lembranças. Inclusive, a gente ia fazer  
7639 uma reunião com o Conselheiro do CNJ para falar sobre audiência de Custódia que  
7640 ele desmarcou três vezes. A gente só precisa resgatar a reunião com ele, porque  
7641 uma coisa e, assim, as coisas vão passando, vão acontecendo. Eu acho que a gente  
7642 não tem que ficar esperando Resolução do encaminhamento do grupo de trabalho,  
7643 sabe? A gente está muito dependente, eu acho que a gente precisa assim, vai sair?  
7644 Vai sair, mas enquanto isso a gente vai trabalhando, vai fazendo as coisas, porque  
7645 senão a gente não vai conseguir avançar. A gente criou os grupos de trabalho,  
7646 enfim, e aí a gente não consegue fazer uma reunião porque não tem a Resolução,  
7647 a gente não consegue fazer as coisas. Então, assim, a gente vai fazendo as coisas  
7648 e eu tenho muita preocupação, porque eu tenho meu nome a zelar e o meu CPF  
7649 também, entendeu? Então, eu acho que a gente tem que ter uma preocupação,  
7650 porque a gente está aqui representando organizações, instituições e o papel da  
7651 sociedade civil também é cobrar a sociedade civil. Quando eu não estava aqui no  
7652 comitê o quanto eu já cobre do povo da sociedade civil. Então, assim, eu acho que  
7653 a gente também precisa se colocar e ser mais ágil. Então, assim, vamos ver quem  
7654 são os membros de comitês que ficou de estar em alguns grupos, porque a gente  
7655 ainda não teve as atas, a gente vê e já vamos marcando uma reunião, vamos

7656 colocando a mão na massa, vamos fazer as coisas, eu acho que a gente está muito  
7657 dependente, eu acho que a gente precisa dar uma autoorganizadinha nisso.

7658 **Interlocutor não identificado** – Eu acho que primeiro solicitar a inclusão da JD no  
7659 GT de audiência de Custódia, a partir de janeiro são outros dois colegas que viram,  
7660 mas eles têm interesse em participar. E uma informação que eu acho importante,  
7661 todos os tribunais do país têm o prazo de 1 ano para instituir o juiz de garantia de  
7662 uma coisa está ligada a outra. Provavelmente são os juízes de garantia que queiram  
7663 realizar as audiências de Custódia. Então, a regulamentação dos juízes de garantia  
7664 e por consequência da audiência de Custódia estão sendo elaboradas pelos  
7665 tribunais. Eu percebo, isso eu digo pelo meu tribunal, que há uma pressão muito  
7666 grande dos tribunais para que sejam permitidas as audiências por videoconferência.  
7667 Algumas situações, eu vou falar não como representante da JD, mas pessoalmente,  
7668 deixam a gente pensativos. Ontem teve uma reunião com o juiz do Amazonas, o  
7669 Amazonas tem comarcas que levam quatro dias de barcos para chegar no juiz.  
7670 Então, a pessoa está presa, você fica no dilema, mantém ela presa quatro dias sem  
7671 ser apresentada para o juiz ou faz por vídeo conferência. Então, nós vamos ter  
7672 essas situações que são os limites, são as excepcionalidades. Eu quero dizer o  
7673 seguinte, se puder trabalhar de uma maneira que nós do comitê cheguemos ao CNJ  
7674 mais rápido possível, porque a pressão que está vindo dos tribunais em cima do  
7675 CNJ é imensa, porque eles estão juntando... O que os tribunais estão dizendo? Nós  
7676 não temos dinheiro e não temos condições de criar cargos de juízes, exclusivos de  
7677 juízes de garantia. Então, nós vamos criar... No DF isso não é um problema, mas  
7678 nos estados grandes do norte e nordeste é, Mato Grosso, nós vamos criar juízo de  
7679 garantia regionais. Então, se forem esperados Juiz de garantia regionais são eles  
7680 que vão fazer a audiência de Custódia e aí vai servir de conferência. Então, assim,  
7681 eu acho que esse é um tema bem urgente, porque está misturado com a  
7682 regulamentação de juízes de garantia.

7683 **Interlocutora não identificada** – Obrigada. Silvia.

7684 **Sra. Silvia** – Responder Patrícia. Não, Patrícia, eu concordo, eu acho que a gente  
7685 não tem que esperar e acho que a nossa intenção no GT não foi essa. Foi aquela  
7686 coisa, vamos fazer a reunião, não tenho tempo essa semana e foi passando,  
7687 passando, passando. Mas eu acho que a gente não tem que ficar esperando  
7688 Resolução, regulamentando, GT, a gente pode ir trabalhando.

7689 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que a gente pode ir para auxiliar a isso,  
7690 eu não sei muito bem como fazer isso na prática, mas eu acho que ajuda a da  
7691 [Ininteligível] que acompanha o comitê, mas também da coordenação de organizar  
7692 um pouco melhor esses documentos. Eu já falei da tabela com aquilo que a gente  
7693 encaminha, mas é porque são muitas pessoas, muitas coisas, todo mundo faz muita  
7694 coisa, mas a gente vai acabar esquecendo um pouco das coisas. Então, se a gente  
7695 tiver, inclusive, esses documentos em um drive de acesso para outras, para outros  
7696 comitês, então, eu acho que isso ajuda bastante do trabalho em si. Então, por  
7697 exemplo, se tiver, tem essa coisa da degravação aqui, mas a degravação não  
7698 impede que tenha uma ata da reunião. Então, eu acho que ata da RO, ela tem que...  
7699 A gente tem que instituir, não sei se tem isso no regimento interno, mas que depois  
7700 de uma semana, 10 dias, no máximo, a gente tem ata da RO independente da  
7701 degravação da reunião. Eu não sei, eu acho que pode ser que tenha e eu não...  
7702 Tem da 41<sup>a</sup>, estamos na 42<sup>a</sup>, 1<sup>a</sup> que falta. Então, eu acho que a gente pode fazer  
7703 esse esforço aqui de fazer um drive com essas informações todas e é com a ajuda...  
7704 Eu só estou ultrapassando ponto, não vou estar mais aqui, mas está falando coisas  
7705 que podem ser pertinentes, a gente pode tirar aqui da as pessoas que componha  
7706 comitês, da sociedade civil principalmente, pessoas para assumirem funções e uma  
7707 pessoa tem que assumir uma função administrativa aqui que é de organizar um  
7708 pouco as coisas, organizar os documentos, pedido de reunião, auxiliar também a  
7709 coordenação, porque elas tomam nota aqui, mas às vezes o encaminhamento não  
7710 está exatamente como a gente falou aqui porque a gente não escreve ali o  
7711 encaminhamento, antes a gente escrevia o encaminhamento ali e a gente não tem  
7712 feito isso, porque são pautas muito extensas, mas a gente tem que verificar isso.  
7713 Então, eu acho que são várias questões que a gente tem que se dar conta aqui para

7714 organizar melhor ao nosso trabalho, porque senão fica muito contraproducente a  
7715 gente vira aqui e não a organizar direito ao trabalho. E aí eu acho que, por exemplo,  
7716 o GT, de fato a gente não tem como espera a presença do governo aqui, talvez com  
7717 razão essas que tiveram, mudança do decreto, talvez a gente tenha pessoas que  
7718 participem de maneira mais ativa. Paulo falou muito bem das pessoas que estão  
7719 aqui online, é muito importante que elas estejam, participaram aqui, deram  
7720 contribuições, mas a gente já fez uma Resolução que as pessoas não podem  
7721 participar virtualmente das reuniões que componha o comitê, a gente já fez isso,  
7722 mas agora vai ficar aqui insistindo, gastando tempo para ficar falando isso. Então,  
7723 eu acho que a gente tem que se organizar melhor, eu estou falando isso porque  
7724 veio uma demanda um pouco com falta de organização nessa questão aqui... Você  
7725 quer falar?

7726 **Sra. Débora** – Essa questão também da organização administrativa, uma coisa que  
7727 a gente sempre faz a deixar o sumário e ata degravada no site, só que a gente não  
7728 está conseguindo aprovar essas atas porque as cotas estão ficando muito extensas  
7729 e uma coisa que a para ser a aprovação das degravações e das atas a gente está  
7730 deixando para depois, então, esse ano a gente não subiu nenhuma ata no site,  
7731 nenhuma degravação ainda por falta de aprovação. Então, assim, a gente não pode  
7732 deixar essas questões administrativas também muito para depois, porque acaba  
7733 que... Se estiver no site todo mundo consegue ver, todo mundo consegue  
7734 acompanhar, mas a gente não pode subir no site enquanto o comitê dizer que está  
7735 de acordo com essa ata e com esse sumário, pode colocar público para todo mundo,  
7736 entendeu? E aí eu também peço ajuda de vocês nesse sentido, quando a gente  
7737 colocar uma pauta, uma ata, uma degravação para aprovação vamos aprovar, uma  
7738 coisa muito rápida, a gente sabe com antecedência no drive para todo mundo ver e  
7739 aí a prova rapidinho e a gente já pode subir no site e dar para todo mundo  
7740 acompanhar também a essas questões. Eu acho que a questão do grupo de trabalho  
7741 também, a nossa intenção foi isso, não tem como puxar reunião para todos os  
7742 grupos de trabalho, para todas as comissões, então, o ideal seria que as pessoas  
7743 que estão... É tanto que eu dei permissão para todo mundo incluir qualquer pessoa

7744 no grupo de trabalho, quem fosse lembrando, que vocês pudessem fazer isso junto  
7745 com a gente, porque não temos condições de estar... A coordenação de apoio ao  
7746 comitê puxar a reunião para todos os grupos de trabalho para todas as comissões  
7747 e a gente de guiar os trabalhos dos grupos de trabalho, a gente não tem condições  
7748 de fazer isso.

7749 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**  
7750 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Débora. Então, só para voltar aqui para o  
7751 encaminhamento, então, da audiência, a questão seria a gente fazer um  
7752 documento, elaborar um documento e para trazer para aprovação, eu acho que na  
7753 próxima reunião ordinária para assinatura do plano desse documento voto  
7754 recuperar a reunião com o Conselheiro do CNJ que desmarcou com a gente três  
7755 vezes. Eu acho que tem essa questão importante o Ivo trouxe do juízo de garantia,  
7756 que era uma questão que a gente não estava olhando, mas que é algo que a gente  
7757 pode incluir nessa pauta. Eu não sei se é esse mesmo, porque esse Conselheiro do  
7758 CNJ era uma pessoa que estava especificamente nessa pauta, eu não sei se teria  
7759 outra pessoa para a gente conversar ou se seria ele mesmo. Mais alguém tem  
7760 algum encaminhamento nesse sentido?

7761 **Interlocutora não identificada** – O encaminhamento é oficial insistido na reunião,  
7762 pedido novamente a reunião.

7763 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**  
7764 **e Cidadania – ITTC)** - é, eu acho que pedindo a reunião e aí o grupo de trabalho  
7765 com a presença do governo, não presença do governo, pode fazer essa operação  
7766 nessa nota e trazer para o pleno na próxima RO, enfim. A gente não aprovou o  
7767 nosso calendário ainda e possivelmente a gente não vai conseguir fazer isso hoje  
7768 também, mas vai ter uma reunião extraordinária no dia 11, virtual, então, eu acho  
7769 que essas questões... É. De manhã, a gente combinou ontem, para tratar alguns  
7770 temas que a gente não tinha conseguido tratar aqui, principalmente a aprovação do  
7771 documento da as diretrizes para a criação dos mecanismos e comitês que a Carol  
7772 estava finalizando e aí a ideia é aprovar isso no dia 11, mas tem outras questões

7773 aqui. Ontem eu tinha solicitado para a Nana o extrato do orçamento, mas ela ainda  
7774 não conseguiu produzir porque foi em um tempo muito exíguo, mas ela disse que  
7775 até dia 11 consegue produzir é isso é importante para a gente pensar o nosso  
7776 planejamento pensar coisas mais objetivas mesmo para o planejamento. A gente  
7777 conversou aqui em paralelo, não com todo mundo, mas de ações de mais incidência  
7778 de Advocacy no Congresso, de que a gente possa vir mais a Brasília para fazer  
7779 essas outras coisas, essas pessoas que a gente já vem falando, mas a gente  
7780 acabou sendo atropelado. E a gente foi muito atropelado por uma coisa que a gente  
7781 já desencanou que é a falta de participação do governo, então, a gente ficou muito  
7782 dessa coisa, porque seria muito importante, a gente pode perceber que tem  
7783 questões dos Ministérios que poderiam ser resolvidas aqui, respondidas aqui e  
7784 acabam não sendo e isso é uma pena mais a gente vai ter que trabalhar com o que  
7785 tem, então, não adianta mais insistir nisso. Então, eu acho que a gente pode  
7786 encerrar a esse ponto, se todo mundo concordar, e passar para o próximo. De  
7787 acordo? O próximo ponto é em relação a portaria das caravanas. A gente, ontem,  
7788 não com todas as pessoas do comitê, mas a Maria Clara fez esse esforço bastante  
7789 hercúleo depois da reunião de sistematização pouco algumas sugestões que a  
7790 gente teria no comitê para anuir a portaria. A gente não fez a conversa com todo  
7791 mundo, mas algumas pessoas que estavam ali das organizações concordaram que  
7792 seria importante. Eu já vou passar para Maria Clara para ela falar, mas seria  
7793 importante que a gente anuísse a portaria e não necessariamente anuir a portaria  
7794 significa que a gente precise ir em todas as caravanas, a gente pode avaliar se é  
7795 caso de a gente ir ou não em determinadas caravanas. Eu vou passar para Maria  
7796 Clara para ela ler os apontamentos que foram feitos.

7797 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**  
7798 **Organizações Populares – GAJOP)** – Condensado aqui o posicionamento do  
7799 CNPCT sobre anuência da portaria a partida seguinte sugestão. Em relação às  
7800 reuniões preparatórias é necessário explicitar a finalidade das reuniões  
7801 preparatórias sobre o entendimento que ela irá desenvolver a metodologia de cada  
7802 visita de monitoramento a partir de diálogo conjunto com os atores institucionais,

7803 participantes e peticionários. Também as reuniões preparatórias deverão ser  
7804 subsidiadas por meio da avaliação prévia dos relatórios do mecanismo nacional do  
7805 estado a ser revisitado e o CNPCT oferecerá orientação sobre o nível de  
7806 implementação das recomendações já feitas ao estado e em relação ao nível de  
7807 implementação do próprio sistema estadual de prevenção e combate à tortura. As  
7808 reuniões preparatórias também deverão respeitar um tempo mínimo de pelo menos  
7809 15 dias antes da visita in loco para um planejamento adequado. Em relação às  
7810 visitas in loco, elas deverão preservar o máximo a identidade e a privacidade das  
7811 pessoas privadas de liberdade, lembrando que elas estão privadas de liberdade e  
7812 não de direitos. Necessidade também de um combinado prévio sobre a relação total  
7813 de todos os participantes da caravana, sugerindo o limite de 20 pessoas por visita.  
7814 Necessidade de que as assessorias de comunicação estejam presentes nas  
7815 reuniões preparatórias para o alinhamento acerca do que poderá ou não ser  
7816 divulgado durante as visitas. Em relação a... Tendo em vista também que as  
7817 caravanas já se iniciaram e não tem conhecimento do plano de ação ainda  
7818 apresentado dos três estados, nem quais são as medidas de monitoramento em  
7819 relação a eles a gente está colocando como sugestão que seja primeiro  
7820 apresentado esses planos de monitoramento, os planos de ação e o relatório das  
7821 inspeções antes da continuidade das caravanas. Em relação a escuta com os  
7822 movimentos sociais e familiares, sugestão também de que ocorra previamente a  
7823 reunião com os atores institucionais e a própria visita a in loco, em razão do que  
7824 aconteceu anteriormente que se deu na ordem inversa. Em relação à reunião com  
7825 os atores institucionais a sugestão de se levar a um termo de compromisso para o  
7826 comprometimento desses atores institucionais do estado indicado esse  
7827 compromisso de implementação do plano de ação a ser apresentado após a visita  
7828 para que essas reuniões não fiquem...

7829 **42ª RO do CNPCT-Dia 2-3:**

7830 **Interlocutora não identificada** – Continuidade e nem assumir o compromisso. Em  
7831 relação aos indicadores e o plano de ação apresentado a ser apresentado, eles  
7832 devem contemplar necessariamente... Mecanismo nacional que já tinham sido feitas

7833 ao estado e que não tinham sido implementadas até o momento. E levarão em  
7834 consideração as contribuições a serem encaminhadas pelas próprias os  
7835 movimentos sociais e os familiares que foram ouvidos na vista em in loco, também  
7836 o relatório do plano de ação deverá ser apresentado em um prazo até um mês após  
7837 a visita. O monitoramento, em relação ao monitoramento, ele deverá ter o objetivo  
7838 de avaliar a implementação do plano de ação que poderá envolver também a escuta  
7839 periódica do expedicionários, dos representantes institucionais e representantes  
7840 das caravanas e poderá envolver a convocação dos autores institucionais do  
7841 estado. Serão produzidos também relatórios de acompanhamento do plano de ação  
7842 a cada seis meses, isso como sugestão, essas são as sugestões de contribuição  
7843 do comitê para anuência da portaria sobre as caravanas.

7844 **Interlocutora não identificada** – Pode falar, senhora.

7845 **Interlocutor não identificado** – Não sei se já foi discutido ontem, imagino que sim,  
7846 é que fiquei pensando em uma questão, não sei se vocês já discutiram, lendo a  
7847 portaria do artigo 4 para em comitiva das caravanas, então no caso, o comitê e  
7848 mecanismo seriam parte dessa comitiva, mas eu fiquei pensando se não seria,  
7849 talvez, mais interessante, pensando nas atribuições também que não fosse parte  
7850 da comitiva, principalmente fiquei pensando no mecanismo, não sei se vocês já  
7851 discutiram isso, mas eu estou colocando aqui, porque a questão também da  
7852 independência do mecanismo. E eu não sei se o relatório que vai sair de uma  
7853 caravana necessariamente o mecanismo estar de acordo, por exemplo, estão  
7854 sendo pontuada no relatório, por exemplo, os mecanismos vão estar de acordo com  
7855 tudo realmente sendo pautado em uma Caravana. Então, eu fiquei pensando se  
7856 não seria mais adequado tendo em vista as atribuições da natureza das diferentes  
7857 entidades, que fosse alguma coisa meio que um acompanhamento, uma coisa... Eu  
7858 não sei como chamar, mas realmente me chamou a atenção essa coisa da comitiva,  
7859 pensando pouco na questão da independência. Porque quem no final tem a palavra,  
7860 digamos, o relatório final dessa comitiva. Vai ser o mecanismo, vai ter a palavra  
7861 final? Acredito que não, né? Eu acredito que será o ministro, sei lá, a Secretaria.  
7862 Então, eu fiquei pensando, sabe? Eu acho importante mecanismo comitê, na minha

7863 visão, está envolvido, mas eu não sei se como parte dessa comitiva, entende?  
7864 Colocar uma problematização que eu fiquei pensando...

7865 **Interlocutora não identificada** – A gente debateu isso ontem, eu cheguei a  
7866 comentar sobre essa questão das atribuições do mecanismo sem seu próprio  
7867 formato e procedimentos de fiscalização. O comitê, também por sua vez que têm  
7868 suas responsabilidades, do que tinha até sugerido, se eventualmente a gente não  
7869 poderia colocar acompanhamento, mas principalmente na fase de escuta da  
7870 sociedade civil e depois no recebimento dos relatórios para averiguar o que no  
7871 âmbito do comitê poderia ser feito a partir dali do que foi constatado, não sei se  
7872 seria suficiente. Eu pensei a mesma coisa, Silvia, de como poderia ficar ali nessa  
7873 atividade mesmo de inspeção e visita considerada as atribuições que cada um tem  
7874 nesse sistema.

7875 **Interlocutora não identificada** – Então, assim, debatemos muito, muito mesmo  
7876 assim. Particularmente, eu tenho um incômodo. Primeiro, eu tenho incômodo com  
7877 o nome, eu tenho incômodo do jeito que foi criado, mas enfim, é o que a gente tem  
7878 para hoje. Então assim, e eu fiz essa fala com os membros do comitê, que eu fico  
7879 com a preocupação também com a esvaziamento do próprio comitê. Porque, assim,  
7880 o comitê é um órgão de Prevenção de Combate à Tortura que deveria tratar das  
7881 políticas públicas no espaço de privação à liberdade. Lembrando que o comitê que  
7882 está ligado ao Ministério de Direitos Humanos, o ministro é o presidente do comitê,  
7883 mas dito isso, que isso é falta vencida, já que o Lula deu essa tarefa, a participação  
7884 do comitê não será, digamos, uma coisa obrigatória, né? Então, assim, eu vou falar  
7885 do meu quadrado, por exemplo, no Rio de Janeiro, a gente não quer caravana, a  
7886 gente já disse isso claramente. Não vai se a caravana que vai mudar a vida dos  
7887 presos do Evaristo de Moraes, nem do... Carvalho. Então, assim, tem o simbolismo  
7888 ministro aí na unidade prisional? Talvez sim, talvez não. E colocando-se muito do  
7889 meu lugar no Rio de Janeiro, para o Evaristo de Moraes qual seria o simbolismo? E  
7890 assim, sabe, é uma unidade super antiga que deveria ter sido fechada, que está lá  
7891 o plácito, o plácito só teve uma medida da corte porque uma pessoa privada de  
7892 liberdade morreu, a pessoa estava igualzinha a uma pessoa da Etiópia, porque foi

7893 assim que foi o caso para a corte, o homem estava preso lá há dez anos, ninguém  
7894 nunca enxergava ele do jeito que ele estava muito deliberado mesmo assim, a  
7895 pessoa estava muito ruim, de saúde. Então, assim, mas já que a gente tem... Dentro  
7896 da caravana o comitê é meio dividido, a gente não chegou em um consenso nesse  
7897 sentido, então a gente pensou muito nisso, assim, a gente já fez uma avaliação  
7898 falando da primeira, mas a ideia é que tenha mais informações e como a gente não  
7899 sabe assim, tipo: "Quem vai fazer o relatório dessa caravana?", a gente não tem  
7900 certas informações, então a gente colocou de uma maneira também que possa ser  
7901 mais... mais maleável. Porque assim pode ser: "Ah, o comitê vai lá tem que fazer  
7902 relatório, o mecanismo vai, tem que fazer relatório". A gente não tinha essas  
7903 informações, então a gente deixou um pouco mais fluido nesse sentido. Então  
7904 assim, é isso assim, a gente precisa pensar mesmo, refletir. Porque assim as  
7905 instituições que vão ser convidadas para a caravana já estão no comitê também,  
7906 sabe? Eu tenho dificuldade com isso, acaba sendo uma coisa que me cria muitas  
7907 dificuldades ainda de saber lidar com ela, né? Mas eu acho que é um pouco isso,  
7908 não deixou tão amarrado, e tão colocado assim. Por exemplo, na reunião do Rio,  
7909 foi utilizado a palavra diagnóstico, que não vai ser mais usada essa palavra, porque  
7910 não é um diagnóstico. Um diagnóstico mecanismo nacional faz, o mecanismo do  
7911 Rio faz. Então assim é uma outra... É outro meio termo que tem que ser achado  
7912 para caravana, para que... As caravanas.

7913 **Interlocutora não identificada** – Não, agora é Rogério, e depois a Jaque e Paulo  
7914 Vitor.

7915 **Sr. Rogério** – Rápido, só a título de sugestão, Silvia. A gente teve pouquíssimo  
7916 tempo na semana para poder responder lá no mecanismo, a gente focou em dois  
7917 termos, apenas no artigo 4º e 5º, que tratava sobre a... Desculpa, as reuniões  
7918 preparatórias, como já apontado aqui, do tempo e da participação dessa comitiva,  
7919 desses integrantes que participariam dessa comitiva para preparatório, então a  
7920 gente focou nisso. Mas tem um ponto quando começa a definir quais são os  
7921 integrantes dessa comitiva que participará, talvez sua sugestão seria poder

7922 participar, que aí fica facultado a participação. Isso... Isso. Então, a gente tiraria a  
7923 obrigatoriedade para atender. É isso.

7924 **Interlocutora não identificada** – Agora Jaqueline, depois Paulo Vitor e depois  
7925 Maria Clara.

7926 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**  
7927 **Resistência Contra O Genocídio)** – Eu acho que eu, inclusive, já disse isso antes.  
7928 Acho que dos questionamentos talvez fosse importante externalizar novamente. Eu  
7929 entendo as caravanas como uma ação estritamente opcional. Eu entendo que talvez  
7930 o que causa em nós, talvez essa angústia, esse descontentamento, é porque  
7931 estamos olhando com olhar de expansão e dar primazia pela escuta das pessoas  
7932 que privação da liberdade, pelo diálogo com a sociedade civil e é uma questão que  
7933 a gente não identificou desde início das caravanas, que eu ressalto novamente,  
7934 entendo como uma atividade institucional. Então, eu entendo que nos  
7935 apresentamos outras prioridades ao adentrar dentro desses espaços, né? Não  
7936 quero entrar no mérito do motivo ao qual as caravanas surgiram, mas eu entendo  
7937 que tem um peso, sim, grande, o Ministro de Estado dentro de um espaço de  
7938 privação de liberdade, entendeu? E, talvez, nós estejamos, talvez, enxergando esse  
7939 peso, porque nós também estamos falando de outro lugar. Mas eu acho que tem  
7940 um peso, e assim, e aí eu acho que, talvez, a gente esteja valorando a partir de nós,  
7941 entendeu? Outra questão que eu entendo é que as caravanas, elas vão acontecer  
7942 independente da nossa participação, é uma questão que está dada, é institucional.  
7943 E nós não temos gestão quanto a um pedido do Presidente da República e ao  
7944 atendimento de um Ministro de Estado. Nós não temos gestão aí, entendeu? Mas  
7945 eu entendo que nós podemos, sim, ter uma incidência em relação a questões que  
7946 para a gente são importantes, todas as colocações que foram feitas desde o início  
7947 da discussão das caravanas aqui dentro desse colegiado, elas são muito coerentes  
7948 e pertinentes, uma preocupação muito grande em relação a exposição das pessoas  
7949 com privação de liberdade, essa necessidade de escuta. Então, eu entendo que,  
7950 embora, ela vai acontecer independente da nossa participação, da nossa anuência,  
7951 ou não, eu entendo que nós como mecanismo, nós otimizamos as caravanas que

7952 vão acontecer, nós podemos otimizar, porque este olhar de escuta é primazia para  
7953 gente, e eu acho, embora a gente não tenha convencido na vontade política do que  
7954 é institucional, eu acho que, sim, estando lá nós temos condições de incidir naquilo  
7955 que para a gente pode causar maior violação, eu acho que a gente tem condições  
7956 de incidir, por exemplo, de talvez, aproximar o diálogo dentro do Estado, que nós  
7957 estamos encontrando dificuldades, acha que a gente pode, sim, incidir e cobrar  
7958 quantas respostas de ofícios que não foram feitas. Então, assim, tem um caráter  
7959 que ela não é uma inspeção, eu acho que ter que estar muito entendido para a  
7960 gente que não é uma inspeção, que é outro caráter que não é institucional e qual  
7961 seria a nossa participação nessa. A questão do documento é exatamente isso, que  
7962 eu acho que é uma questão que é importante, porque se você chega lá em uma  
7963 visita em que ela é avisada, então pode ser tranquilamente, acredito que vai ser  
7964 falseada toda a situação ali. Eu só acho que, inclusive, esse é outro motivo que eu  
7965 defendo a nossa participação, é no sentido que temos pontos focais nos estados,  
7966 temos relatórios produzidos em diversos estados, temos diálogos dentro dos  
7967 estados com a sociedade civil. Então, eu entendo que a gente pode... Entendo  
7968 também que não é para gente levantar diagnósticos, mas eu entendo que ele pode  
7969 ir com um diagnóstico prévio, até mesmo para que os questionamentos feitos para  
7970 esses autores institucionais, eles sejam mais assertivos e diretos. Eu acho que a  
7971 gente melhora a questão da caravana e é isso.

7972 **Interlocutor não identificado** – Acho que sou eu. Não, acho que eu acompanho  
7973 alguns aspectos da fala da Jaque, entendo questionamento da Patrícia dizendo que  
7974 as caravanas não vão resolver, mas eu acho que as nossas lutas não serão  
7975 resolvidas, nem por caravana, nem por nada. Então, eu acho que, de fato, essa não  
7976 é uma questão. Eu acho que... É isso. Acho que eles reclamam da nossa cidade,  
7977 nosso desejo de dialogar com o MDH para construção disso, acho que foi feito o  
7978 movimento, então acho que é importante a gente também continuar esse diálogo a  
7979 partir desse convite, então acho importante a composição das caravanas. Nesse  
7980 sentido, eu acho reforço que pode ser interessante a gente disputar as caravanas,  
7981 por isso a nossa participação, e os encaminhamento, essas reuniões preparatórias,

7982 por isso acho significativo. E acho que é um espaço para incidir politicamente, mas  
7983 se vocês acharem, acompanhando a Silvia, talvez a gente modificar o texto e  
7984 colocar [ininteligível] para da participação. Porque tem o parágrafo 1º que fala de  
7985 convite, eu acho que a gente não entraria em convite, porque a gente não é para  
7986 ser convidado, mas a gente pode colocar do comitê nacional, caso deseje participar,  
7987 alguma coisa assim mais livre, mas eu acho que vale a pena a gente está ali com  
7988 marco institucional, fixo mesmo na convenção para disputar. E eu acho que se der  
7989 merda lança uma nota dizendo que a gente saiu por tais questões. Eu acho assim  
7990 bem objetivamente, a gente está construído, topando o diálogo que a gente  
7991 demandou, foi procurado diálogo, e aí a gente começou a acompanhar. Primeiro a  
7992 segunda não avançou, seja parte dos pontos que a gente colocou nessa carta de  
7993 adesão, seja a partir de outras coisas, a gente faz uma nota colocando as razões  
7994 para sair disso. Eu acho que é isso.

7995 **Interlocutora não identificada** – Maria Clara, depois Sílvia, depois eu de novo  
7996 porque eu vou ter que falar uma coisa. Eu não sou balão para guardar.

7997 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**  
7998 **Organizações Populares - GAJOP)** – Eu vou ser objetiva. Inclusive, que a Ana  
7999 estava pedindo para acessar o documento. Eu tenho uma sugestão. De acrescentar  
8000 estas sugestões da Silvia que o comitê participará nesse caráter consultivo, talvez.

8001 **Interlocutora não identificada** – Deixa eu só esclarecer também. O meu  
8002 comentário era mais até em relação ao mecanismo, mais até que o comitê, porque  
8003 eu acho que eu mecanismo cumpre uma função muito específica, da questão da  
8004 independência, era até mais em relação ao mecanismo do que o comitê, está? Era  
8005 mais em relação mecanismo que tem uma maneira, uma metodologia, que tem toda  
8006 questão da independência, assinatura de relatório, então como é que vai ser, será  
8007 que eles vão estar de acordo, era até mais em relação do mecanismo do que o  
8008 comitê.

8009 **Sra. Maria Clara d'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**  
8010 **Organizações Populares - GAJOP)** – Mas em relação ao mecanismo já anuiu a  
8011 portaria, eu nem sei se a gente pode assim, fazer essa sugestão ao mecanismo,  
8012 mas no âmbito da nossa atribuição, acho que até para gente se resguardar, tendo  
8013 todas essas preocupações que a gente apontou até agora, de acrescentar qual de  
8014 fato seria atribuição do comitê, que participaria em caráter consultivo no âmbito da  
8015 suas atribuições, em relação que a gente já tem acompanhado, em relação à  
8016 implementação de sistemas, a portaria traz que uma das atribuições da caravana é  
8017 de relação a implementação de sistemas. Eu acho que isso nos resguardam. E é a  
8018 segunda alteração seria essa de não ser necessariamente vai estar na comitiva,  
8019 isso que o Rogério sugeriu, do poderá participar. É. Em relação... É. Em relação às  
8020 outras sugestões que a gente fez, que a gente elaborou nesse documento, como  
8021 eu acho que não vai dar tempo assim, enfim, o ministério talvez não contemple as  
8022 sugestões. Sugestões são sugestões, né? Eu acho que fazer essa resguarda, que  
8023 é em caráter consultivo, e que a gente não necessariamente vai estar na comitiva,  
8024 mas pode estar. Todas as nossas outras sugestões podem ser consideradas ou não  
8025 por quem está a caravana. Então, aí vocês não precisariam... Enfim, não fica na  
8026 dependência disso para gente anuir ou não a portaria. Já que a gente, enfim, está  
8027 participando com esse resguardo. Então a minha sugestão é essa, a gente anuir  
8028 desde essas, apenas essas duas alterações, e a gente sugere todas as outras, se  
8029 vocês quiserem receber, recebam, se não, enfim. A gente fica pelo menos  
8030 resguardado nisso.

8031 **Interlocutora não identificada** – Agora é o Igor, depois a Silvia, depois...

8032 **Sr. Igor e manda no corpo** – Bem rapidamente. Eu só quero assinar embaixo a  
8033 fala da Jaqueline e do Paulo. Eu acho que a caravana vai acontecer, como você  
8034 falou. E eu fico imaginando da repercussão como Comitê Nacional de Prevenção à  
8035 Combate à Tortura se recusa a participar de visitas a presídios. Que é isso que vai  
8036 sair. Então, eu acho assim, apesar de como que surgiu, o porquê surgiu, como  
8037 surgiu, isso não pode estar superado, mas isso não vai ser dito na hora que for  
8038 criticar o comitê, na hora que for criticar vai dizer: "O comitê não quis participar de

8039 uma visita a um presídio, com tanto problema, com tanta questão, com tanta  
8040 violação a direitos humanos. E o comitê não quis na companhia de um ministro de  
8041 estado." É isso que vai ser divulgado. E não é assim: "Olha, o comitê não quis por  
8042 causa disso, por causa daquilo". Então, assim, acho até ser que o mecanismo for  
8043 participar, dentro da autonomia do mecanismo, pode fazer um relatório paralelo,  
8044 pode fazer seu relatório e dizer: "Não vou aderir ao relatório porque eu tenho essas,  
8045 e essas e outras questões." Acho que o comitê pode... Se for alguma unidade que  
8046 a gente já tenha alguma denúncia, alguma coisa, pode antecipar ao ministro, olha:  
8047 "Fique atento a esse ponto, aquele, aquele, porque a gente já tem essa denúncia,  
8048 aquela". Então, concordando com as sugestões da alteração, eu ratifico o que a  
8049 Jaqueline e o Paulo falaram.

8050 **Interlocutora não identificada** – É Silvia agora, depois sou eu.

8051 **Sra. Silvia** – Eu só que ia fazer dois comentários. Não, um também que assim...  
8052 Também concordo com que a Jaque falou. Eu também concordo que as caravanas  
8053 vão acontecer, e que eu acho, na verdade, uma coisa que já está conversando com  
8054 algumas pessoas, eu acho que comitê tem que ser estratégico. Se vai acontecer e  
8055 se o ministro vai ao estado, então como é que que a gente incide na pauta do  
8056 ministro? Por isso até achei muito bom esse parágrafo único, acha que ao parágrafo  
8057 único, parágrafo 1º, que fala justamente sobre os objetivos da caravana é a questão  
8058 de promover a implantação dos sistemas estaduais, prevenção à combate à tortura,  
8059 acho muito importante isso está essa portaria, porque eu acho que é justamente é  
8060 isso, acho que o ministro pode ir lá e falar: "E cadê mecanismo estadual, cadê o  
8061 comitê estadual, convocar o comitê estadual." Então, já que vai acontecer e é uma  
8062 vontade política, uma política de governo, o que eles vão fazer? Então, como incidir  
8063 de maneira estratégica para que as nossas demandas, nossas pauta cheguem lá,  
8064 que o ministro leve essas pautas. Então, eu não estou me posicionando contrária à  
8065 caravana, não. Era mais essa preocupação em relação, como eu falei, mais até pelo  
8066 mecanismo, pela atribuição da questão específica a autonomia do mecanismo. Mais  
8067 uma questão que o queria colocar, uma pergunta, na verdade. É porque eu sei que,  
8068 assim, lendo também a portaria, está muito voltada ao acompanhamento das

8069 medidas cautelares, da corte, da comissão, e eu sei que a natureza jurídica, a  
8070 natureza jurídica é muito específica, que por exemplo, as recomendações do  
8071 sistema ONU do relato contra à tortura não tem esse caráter tão vinculante. Mas eu  
8072 fiquei pensando se não se poderia incluísse também, porque tem recomendações  
8073 do relator contra a tortura, relator sobre comitê da ONUS, específica para algumas  
8074 unidades, nas últimas visita de 2015, por exemplo. Então, eu não sei daria para  
8075 ampliar um pouquinho o escopo e trazer esse olhar para acompanhamento,  
8076 monitoramento das incrementações do sistema internacional da ONU ao Brasil. Por  
8077 exemplo, é uma sugestão, vai ver pode ficar até muito amplo, não sei, fiquei  
8078 pensando: "Por que não?" Se tem esse olhar de justamente de acompanhar as  
8079 recomendações e cautelares de questões que são dirigidas ao Brasil pelos órgãos  
8080 internacionais, regionais. Não sei se caberia também pensar nas recomendações  
8081 dos relatores, dos órgãos de proteção tratado das nações unidas e trazer isso  
8082 também para a portaria. Uma sugestão. E aí uma terceira sugestão e última, que eu  
8083 acho que a Maria Clara trouxe na fala dela, fiquei prestando atenção, que é  
8084 justamente também se a caravana não seria o momento, aí pensando, incidir e usar  
8085 politicamente, justamente de chamar a atenção para os relatórios do mecanismo  
8086 nacional. Porque, gente, acho que para mim, o ministro tinha que ir com esse  
8087 relatório na mão, na verdade. Eu acho que era isso. O ministro pegar esse relatório  
8088 na mão do mecanismo e ir lá incidir sobre as recomendações. O que que aconteceu  
8089 que esse relatório? O que está sendo implementado? Então, eu não sei se na sua  
8090 fala, acho que você falou alguma coisa de relatório de recomendações. Ah, ótimo.  
8091 Mas acho que isso poderia ser um ponto-chave para essa portaria, se possível.

8092 **Interlocutora não identificada** – Que a gente... Desculpa. O que a gente chegou  
8093 a discutir ontem, não sei se Maria Clara falou, sobre a gente pontuar as coisas que  
8094 o mecanismo e o comitê já discutível em relação canonicidade e acrescentar as  
8095 questões das próprias decisões da comissão porque, ou da corte. Na verdade, são  
8096 cautelares da comissão, essas unidades. Então, porque são... Normalmente, as  
8097 cautelares também são muito amplas, falando um monte de coisa, então para que  
8098 a gente também nesse tema do monitoramento não deixasse alguma coisa de fora,

8099 eu não sei, Maria clara, como ficou aí, mas de repente a gente acrescenta essa  
8100 questão que a Silvia trouxe sobre o sistema onusiano que você falou. Aham. Os  
8101 relatórios da ONU. É. Então, não sei a gente... Sim. Então, de repente, a gente podia  
8102 pedir que a gente fosse comunicado com antecedência para apresentar... Para  
8103 sugerir a caravana. Então, não é, então isso é uma coisa é que já dá para a gente  
8104 fazer. A gente pegue simplesmente o que tem de cada decisão, das questões que  
8105 já foram discutidas aqui, dos relatórios de mecanismo, e a gente aponta desde já.  
8106 Deixar isso claro.

8107 **Interlocutora não identificada** – Peraí, peraí...

8108 **Interlocutora não identificada** – As outras já tem.

8109 **Interlocutora não identificada** – Olha só, gente, vamos voltar assim, um passado  
8110 bem distante, porque assim, difícil assim. Na primeira reunião para falar da  
8111 caravana, a gente conversou, a gente colocou todas as informações, o que não era  
8112 para fazer na caravana, coisa e tal. Depois, a gente falou na história de  
8113 Pernambuco. É por isso que eu repito igual vitrola arranhada, porque eu não  
8114 [ininteligível] esqueço. Então, assim... É sério, gente, é sério. Aí, assim, vou dar uma  
8115 explicação do meu quadrado, o Rio de Janeiro. A caravana ia acontecer no Rio de  
8116 Janeiro, no dia 31 de outubro e no dia 1 de novembro. Não aconteceu porque o  
8117 governador do estado do Rio de Janeiro se posicionou contrário. Aí foi feito uma  
8118 reunião com o comitê e com mecanismo do Rio de Janeiro no dia 31, mas aí já teria  
8119 acontecido a caravana. Aí a gente pediu para continuar dialogando antes da data  
8120 da caravana. Aí participei de uma reunião com uma secretaria, e aí descobri nessa  
8121 reunião que a caravana no estado do Rio de Janeiro é dia 18 e 19 de dezembro.  
8122 Então, assim, como é que você continua dialogando com o comitê e mecanismo se  
8123 já tem uma data da caravana e nem o comitê, nem o mecanismo do Rio de Janeiro  
8124 está sabendo? Como foi tirada a data da caravana no Rio Grande do Sul, 13 e 14  
8125 de dezembro, entendeu? Então assim, a gente fala de diálogo, diálogo... Isso que  
8126 me incomoda. Porque, assim, não adianta a gente falar: "Estamos dialogando,  
8127 estamos dialogando..." O negócio vir acontecer. O ministro já está no Rio de Janeiro,

8128 inclusive, fazendo uma reunião com a Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, e  
8129 amanhã vai estar no Rio de Janeiro, como está no Rio de Janeiro hoje. Então assim,  
8130 acho que tem coisas que me incomodam muito, muito, muito, muito, entendeu?  
8131 Porque assim, a gente fala, fala, fala, fala, fala, fala, e o negócio não anda, não  
8132 caminha. A gente falou... Essas informações foram colocadas por quê? Porque a  
8133 gente fala. O ministro é o presidente do comitê, ele não está nem aí para o comitê.  
8134 Então, isso precisa ser dito, precisa ser claro, porque assim, a gente ficar falando  
8135 por isso por isso que os outros ministérios não vêm, gente já conversou várias  
8136 coisas, a gente já pediu várias coisas. Inclusive, no Rio de Janeiro, a gente pediu,  
8137 porque ele não participou da reunião com a gente, foi a Isadora e a Nana, porque  
8138 ele saiu para receber um prêmio no IAB, ele não participou, que a gente pediu que  
8139 ligasse lá para o edital. Então, assim, tem várias coisas que a gente já falou, a gente  
8140 vai e volta, simbolismo na cadeia não tem gente? E, olha, eu espero que assim, eu  
8141 conheço muito bem com meu Rio de Janeiro, eu espero que poderia bote o pé na  
8142 cadeia o povo não agarra ele lá. Porque, assim, quem saiu, saiu, quem não saiu vai  
8143 estar lá tentando fugir, e se eu tivesse presa, eu faria a mesma coisa.

8144 **Interlocutora não identificada** – Então, vamos lá, eu acho que a gente tem um  
8145 ponto que a gente vai anuir a portaria... A gente está discutindo aqui e acho que  
8146 foram levantadas... A Maria Clara já anotou aqui algum ponto para a gente sugerir.  
8147 E eu acho que é isso, eu acho que a gente está nessa posição de poder criticar, e  
8148 poder contribuir nesse sentido, e de falar as coisas e de discordar, ou concordar em  
8149 discordar. Porque tem coisas que a gente não vai concordar, e eles vão fazer e  
8150 mesmo assim é isso. E a gente tem a nossa autonomia, e a gente pode não querer  
8151 participar de algo que a gente ache. E eu acho que com essa ressalva de tirar a  
8152 gente até desse lugar de membro, ou... Vou usar esse termo, mas não era isso, de  
8153 quase como membro nato, é melhor porque a gente consegue se proteger um pouco  
8154 melhor de coisas que, talvez, saiam publicadas ali que a gente não necessariamente  
8155 concorde. Eu queria saber... Para gente avançar aqui e porque só tem uma última  
8156 pauta, que é um repasse, para a gente acabar no tempo. Se a gente pode abrir uma  
8157 votação aqui só para a gente compactuar a anuência do comitê e com esses pontos

8158 que já foram levantados pela Maria Clara e que todo mundo contribuiu. Então, eu  
8159 vou... Eu não sei se tem alguém porque esse sistema do governo que está aqui  
8160 online ainda... Cinthia, então... Cinthia, você está aqui?

8161 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**  
8162 **Penais - MJSP) – Sim.**

8163 **Interlocutora não identificada –** É, então, a gente vai fazer essa votação, eu queria  
8164 saber se você concorda com a anuência do comitê na portaria das caravanas nos  
8165 termos que a gente deu enquanto gestão.

8166 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**  
8167 **Penais - MJSP) –** Olha, é... Eu, na verdade, assim, sou a primeira vez que eu estou  
8168 ouvindo sobre isso. E foi incluída às pressas ontem para participar dessa reunião.  
8169 E eu, na verdade, eu não sei.

8170 **Interlocutora não identificada –** Você tem a opção de se abster, por exemplo, se  
8171 você achar que é caso.

8172 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**  
8173 **Penais - MJSP) –** Sim, eu prefiro. Por que eu precisaria mais de... Acho que de  
8174 mais... Mais tempo e até para entender melhor como... Como dará isso. Uma... Uma  
8175 dúvida. Para participar é apenas quem é do comitê, assim, porque veio para gente  
8176 que é só servidor que pode participar. É isso mesmo?

8177 **Interlocutora não identificada –** Não, olha só, gente, desculpa. Eu estava  
8178 tentando ficar calada, mas vamos fazer alguns esclarecimentos, algumas  
8179 retomadas e demarcações. Primeira coisa, quando o ministro vai para as caravanas,  
8180 ele vai sabendo dos relatórios do mecanismo, das recomendações em relação não  
8181 só àquela unidade, mas ao estado inteiro. Porque ainda que a gente coloque na  
8182 portaria que o nosso foco são as medidas, isso foi uma estratégia política para não  
8183 criar problemas políticos no interior de um para que não é uma harmonia, gente,  
8184 não é um campo no jardim. É uma briga o tempo inteiro. E nós não somos a maioria.

8185 Então, foi uma estratégia política para a gente conseguir incidir atendendo à  
8186 demanda que nos foi trazida, mas sem criar problemas com os outros ministérios,  
8187 e você sabe de qual ministério eu estou falando, não precisa desenhar. Então, isso  
8188 é uma estratégia política, está? As datas das caravanas são algo que eu não tenho  
8189 domínio de determinar. E que vão chegar para a gente, e o que a gente consegue  
8190 e em que a gente têm feito, é garantir uma antecedência, que não aconteceu antes.  
8191 Eu só... A partir do momento que as datas são informadas, a gente começa a  
8192 trabalhar essas datas. Então, por exemplo, a caravana que iria haver no Rio Grande  
8193 do Sul, eu comecei a enviar... Eu chamo de "Reserve a data" porque ainda não vai  
8194 com a programação completa. O "Reserve a data" se ontem. Então, muita gente  
8195 ainda não recebeu, só que hoje eu fui informada que não vai acontecer. Não, nem  
8196 a do Rio Grande do Sul. Eu vi, Caio. Por que... Por que o que que eu faço? Eu oficio  
8197 primeiro os órgãos... O que é que eu estou fazendo? Oficiando primeiro os órgãos  
8198 nacionais, principalmente os que estão vinculados a ministérios porque precisa do  
8199 trâmites de emissão de passagem e esse trâmite é longo. Vocês sabem disso tão  
8200 bem quanto eu. E vira o desespero. E nós temos que emitir nessa diretoria, que eu  
8201 estou, 400 passagens para dezembro. E não é fácil emitir 400 passagens, não é  
8202 igual entrar no site da GOL e comprar uma passagem para a gente. É outro  
8203 processo. Então, eu acho que isso precisa ficar entendido. Então, a rádio corredor  
8204 não é fonte de informação oficial. Por que a rádio corredor pode ficar sabendo que  
8205 vai ter caravana dia 13 e essa data cair. Não é porque a gente está escondendo a  
8206 data de alguém. Eu acho que isso precisa ficar demarcado. Em relação à essa  
8207 questão da sugestões, a gente vai tratá-las todas, mas assim o ministro não chega  
8208 para caravana vendido no corre, não. Para Pernambuco eu fiz um dossiê de 96  
8209 páginas. Então, assim, não é essa coisa aleatória desse jeito. A gente não precisa  
8210 ficar falando como nós somos maravilhosas, "olha tudo que nós fizemos", não  
8211 precisa disso. Mas é lógico que ele vai com subsídio suficiente para ele se  
8212 posicionar. Fortaleza, eu acho até que pelo processo de aprendizado, que a gente  
8213 vai tomando na cara e aprendendo, foi a melhor caravana em todos os aspectos. E  
8214 a escuta com a sociedade civil, ela respeita o desejo da sociedade civil do território,  
8215 e é importante que isso fique claro. Então, se a sociedade civil do território falar: "Eu

8216 quero ser ouvido no final da caravana", ela vai ser ouvida no final da caravana.  
8217 Porque eu acho que a principal virtude das caravanas é dar oportunidade as  
8218 pessoas do território, que não estão nesse espaço aqui de poderem falar e falar  
8219 com o ministro. E isso é muito importante para mim. Eu falando enquanto militante  
8220 de base. A doninha lá que visita no presídio não sei onde em Pernambuco, ela quer  
8221 falar para o ministro, sabe? Lá no CEDECA, as mães do CURIO, tem os filhos  
8222 mortos, mães que têm os meninos no socioeducativo, elas puderam falar com o  
8223 ministro, coletivos de periferia puderam falar com o ministro, isso é importante,  
8224 gente. Para muita gente pode parecer bobagem que circula pelos espaços com  
8225 tranquilidade, mas para quem não circula é importante. Então, assim, eu como eu  
8226 venho da base, para mim de todo limão, eu tento fazer uma limonada. Esse negócio  
8227 também não nasceu de jeito eu gostaria, mas caiu no colo e eu vou fazer uma coisa  
8228 que funcione... pessoas que precisam. De Fortaleza nas voltamos com saldo muito  
8229 positivo voltamos com o compromisso do projeto de lei na assembleia até o final do  
8230 mês. Foi votado. Esse. Se bobear está votando lá agora. É amanhã. Votamos com  
8231 a demolição da unidade feminina, socioeducativa feminina para a construção de  
8232 uma nova unidade, que era um pleito antigo voltamos com um concurso para agente  
8233 socioeducativo, que lá os agentes são todos contratados, nunca teve um concurso  
8234 para só para o mundo socioeducativo de lá. Então, assim, voltamos com termo de  
8235 execução com a assembleia legislativa porque eles têm uma grande experiência em  
8236 monitoramento em relação à unidade de segurança pública, que nós fizemos um  
8237 termo de execução de centralizar sem ônus para o Ministério de Direitos Humanos.  
8238 Então, assim, eu acho que a Jaqueline foi a pessoa que se apropriou mais. É  
8239 institucional sim, é para fazer a articulação mais fina, é para pegar na mão e falar:  
8240 "Vamos aqui, coleguinha, para a gente resolver esse problema que está se  
8241 arrastando há 15 anos. O que que você quer para resolver esse negócio? Vamos  
8242 negociar aqui." do É isso mesmo. É isso mesmo. Não tenho dúvida que é isso. O  
8243 plano de ação a partir do momento que ele é pronto, ele é pactuado, pactuado. Olha,  
8244 tivemos aqui queremos isso, vamos negociar, o que quer dar, o que que não dar,  
8245 puxa daqui, puxa dali, porque política funciona assim. Nós temos um pacto  
8246 federativo, a gente não pode chegar lá no estado, dá um tapa, um pedala na cabeça

8247 do governador, agora você tem que fazer tudo isso daí. Não vai acontecer, gente.  
8248 Não é assim. A estrutura do estado que que nós construímos não nos permite fazer  
8249 isso. Gostaria que permitisse? Eu adoraria, mas não nos permite. Agora, a  
8250 sociedade civil, um dos papéis da sociedade civil é pressionar, quanto mais pressão  
8251 bota, mais coisa a gente consegue arrancar do governador, daquele estado. Então,  
8252 quando você faz uma escuta da sociedade civil grande, com o pessoal botando  
8253 pressão, e isso tem impacto. Por que as coisas deram muito certo no Ceará? Porque  
8254 foram feitas várias articulações políticas antes da gente chegar lá. Para gente  
8255 pressionar e apertar. E o governador também não queria ficar mais pressionado  
8256 pelo CEDECA do que ele já é. Que o CEDECA faz da vida dele um inferno. Então,  
8257 assim, ele já estava querendo se livrar desses BO. E falou abertamente: "Finalmente  
8258 vocês conseguiram. Esse projeto de lei vai para a câmara." Falou lá para todo  
8259 mundo ouvir, o povo gravando com o celularzinho. Então, assim, é um processo  
8260 político, de construção política. E de escuta de pessoas que, em geral, não acessam  
8261 esses espaços que nós estamos hoje. Como um dia nós também não acessamos e  
8262 não tivemos essa oportunidade. Então, assim, não tem nenhuma questão, a gente  
8263 entendeu que a demanda era para estar no processo, mas pode ser facultativo, não  
8264 tenho nenhum problema com isso, não altera a substância. As reuniões... E por que  
8265 está nesse formato? É importante dizer. Porque tenho um decreto... Um maldita  
8266 decreto 9191. Que que se a gente criasse um sistema de grupo de trabalho, ou  
8267 qualquer coisa que insinuasse isso, a gente não poderia fazer uma portaria, teria  
8268 que ser um decreto presidencial. E aí isso não ficaria pronto nem no dia de são  
8269 nunca à tarde. Então, a gente está usando o instrumento portaria e estar construindo  
8270 de forma que passe pela CONJUR para que a gente consiga ter uma estrutura  
8271 melhor de execução do projeto. Uma acordo mais claro e mais transparente de  
8272 execução de projeto. E a outra coisa que vocês tinham pedido é o caráter consultivo.  
8273 Acho que todas as pessoas que participam da construção são essas o caráter  
8274 mesmo. E os relatórios, eles são batidos com todas as pessoas que participaram  
8275 do processo. Relatório de Pernambuco eu ainda não terminei de fazer. E o relatoria  
8276 é bruto. Depois eu vou me sentar com povo de Pernambuco. "Vamos bater aqui. É  
8277 isso mesmo? Isso vai? Isso tira? Isso fica? Proposta de plano de ação é essa? Tá

8278 certo? Não? Volta. Vai." Não vai ser essa coisa imposta a ninguém. E aí no final  
8279 pode falar: "Eu não vou assinar esse relatório." Está bom. Não tem problema. Então,  
8280 assim, muito mais tranquilo assim, a partir do momento, eu quero que isso fique  
8281 muito demarcado para todas as pessoas aqui, a partir do momento que eu começo  
8282 a enviar os convites, ainda assim a data pode ser alterada. Ainda assim ela pode  
8283 ser alterada, que muita coisa acontece em 5 segundos nesse lugar, infelizmente.  
8284 Eu queria ter uma coisa mais estável, mais tranquila, mas não é.

8285 **Interlocutora não identificada** – Obrigada, Nena, pelos esclarecimentos. Então,  
8286 eu acho que a gente pode retomar aqui a votação porque a gente já ultrapassou 5  
8287 minutos do tempo. Então, eu queria... Bom, a representante do governo estava aqui,  
8288 enfim, chegou agora e tal. Então, se absteve. Mas eu vou passar então para a  
8289 sociedade civil a votação. [Ininteligível] Pode começar com você.

8290 **Interlocutor não identificado** – E a anuência com esses pontos aí?

8291 **Interlocutora não identificada** – Não, só uma ressalva. O que a gente está votando  
8292 é a anuência desde que com o caráter consultivo, mas todas as sugestões que a  
8293 gente vai enviar, elas poderão ser consideradas ou não pelo governo. Eu posso,  
8294 assim, deixar esse documento e mandar até o final da semana para o governo, a  
8295 gente acorda amanhã. Mas só para que na votação fique bem claro que a anuência  
8296 é desde que seja alterado o caráter consultivo do CNPCT, e a participação não  
8297 obrigatória, e o resto das sugestões o governo vai acatar ou não. A nossa anuência  
8298 não está dependendo disso.

8299 **Interlocutor não identificado** – Sim, é isso.

8300 **Interlocutora não identificada** – Rende pela anuência com as observações  
8301 colocadas.

8302 **Interlocutora não identificada** – Eu volto atrás então.

8303 **Interlocutora não identificada** – Está, pode falar qual é o seu voto então.

- 8304 **Interlocutora não identificada** – Não, eu concordo com essas observações.
- 8305 **Interlocutora não identificada** – Está bom, obrigada.
- 8306 **Interlocutor não identificado** – EDUCARGO Concorda também.
- 8307 **Interlocutora não identificada** – Associação de Amigos concorda também.
- 8308 **Interlocutora não identificada** – GAJOP de acordo.
- 8309 **Interlocutora não identificada** – ANADEP de acordo também com a sugestões da  
8310 Silvia. Os pontos estão em um artigo específico, né? Esses pontos.
- 8311 **Interlocutora não identificada** – De acordo.
- 8312 **Interlocutora não identificada** – [Ininteligível] de acordo.
- 8313 **Interlocutora não identificada** – Vou votar com anuência de tudo que a gente  
8314 colocou no documento sem mudar uma vírgula.
- 8315 **Interlocutora não identificada** – COFEN de acordo
- 8316 **Interlocutora não identificada** – Ela votou outra coisa.
- 8317 **Interlocutora não identificada** – Não, eu votei com as sugestões que foram  
8318 colocadas, mas que não tire nenhuma vírgula. Eu vou seguir o colegiado para que  
8319 lá na frente eu possa cobrar.
- 8320 **Interlocutor não identificado** – A JV de acordo.
- 8321 **Interlocutor não identificado** – De acordo. Estamos de acordo.
- 8322 **Interlocutora não identificada** – Obrigada, gente. Então, vamos passar para o  
8323 último ponto da pauta. Vai ser um informe da Jaque. Em relação ao edital.
- 8324 **Interlocutora não identificada** – Bem, vamos lá. Eu acho que... Eu acho que,  
8325 primeiro eu acho que, talvez, fosse importante falar que a comissão do edital. A

8326 comissão do edital, embora ainda não formalizada, mas nós também... Nós também  
8327 compreendemos urgência do edital, mas nós também nos reunimos enquanto  
8328 comissão tardiamente desde quando começou a discussões. Vou passar que nós  
8329 estamos considerando o processo de construção desde maio até aqui que eu vou  
8330 situar vocês agora. Só lembrando, acho que a maioria aqui estava presente, mas  
8331 na reunião de maio a Mauricleia falou o sobre análise do último... Uma análise  
8332 jurídica feita pela política do CFSS do último edital de seleção para perícia do  
8333 mecanismo. Aqui também neste colegiado já foram colocados questionamentos  
8334 quanto a este edital, mas nós estamos utilizando ele como parâmetro, e prestigiando  
8335 todas as colocações que foram feitas pelo jurídicos do CFSS e saíamos a partir daí.  
8336 Uma das primeiras colocações... A primeira colocação colocada pelo jurídico do  
8337 CFSS é em relação a determinar que as vagas, as vagas também servem para  
8338 preencher a vacância de cargo ocorrida até determinada data, no entender do que  
8339 com isso a gente pode opifício no edital e colocarmos possibilidade de  
8340 judicialização, tão somente constar reserva de vagas. Nessa questão pode gerar...  
8341 Ai, sai daqui. Essa questão pode gerar entendimento diverso. O nosso... O último  
8342 edital ele diz assim: "Para preencher vagas que vacarem até a data de X." A  
8343 proposta... Até... Não, e aí a gente tirar essa nomenclatura, e tão somente deixar  
8344 para cadastro reserva. Porque o edital ele utiliza em determinados momentos esse  
8345 termo diferente. Então, a gente colocar tão-somente para cadastro reserva. Oi? Sim.  
8346 Exatamente essa questão do apontamento, a validade a validade do concurso, e é  
8347 isso. Outra questão que foi apontada a partir do último edital, eles fizeram uma  
8348 restrição em relação à entrevista, entendendo que a entrevista, ela coloca no  
8349 processo seletivo um critério um tanto que subjetivo demais. Então, ela coloca uma  
8350 restrição em relação à questão da entrevista, entendendo que pode violar o princípio  
8351 da impessoalidade. Eu estou falando a princípio o que foi considerada pelo jurídico  
8352 do CFSS que nós estamos considerando, está? Outra questão colocada é quanto  
8353 à possibilidade de recursos após a divulgação da classificação. Porque, na verdade,  
8354 acho que houve uma previsão de recursos também em relação a próxima  
8355 classificação, mas de um dia. Então, tem um questionamento em relação a esse  
8356 prazo somente de um dia após a classificação e ressaltou a questão da necessidade

8357 para a legitimidade de recursos após todas as etapas.... Todas as etapas do edital.  
8358 Outra questão é quanto às exigências para as exigências para os critérios para  
8359 concorrer à vaga. E o que foi muito rechaçado pelo jurídico do CFSS foi e em relação  
8360 ao critério que a atuação de ter realizado inspeções e da atuação específica na  
8361 prevenção e combate à tortura. E apontou que essas questões afunilam de mais,  
8362 talvez, a participação. E, que talvez, nós devêssemos ampliar para pessoas com a  
8363 atuação na defesa dos direitos humanos, e não necessariamente da prevenção e  
8364 combate à tortura, e de ampliar mais também. Só uma questão de sugestão aí  
8365 enquanto a questão da... A outra questão apontada pelo... Opa, reserva de vagas  
8366 eu já falei. Uma consideração que para mim foi feita pelo CFSS é de que talvez a  
8367 forma que ficou a redação tem se uma leitura de que eu limito o preenchimento de  
8368 vagas afirmativas a 20%. Então, uma observação a olharmos a questão da redação  
8369 neste quesito. Bem, eu acho que em relação ao CFSS foi isso. A Mauricleia em  
8370 maio, na reunião de maio, ela disse: "Nosso jurídico fez uma avaliação, eu não  
8371 posso participar da comissão do edital, mas quero contribuir de alguma forma, então  
8372 estou passando." Estes foram os pontos colocados pelo CFSS. E ela também  
8373 colocou: "Sugiro que vocês encaminhem para o jurídico da organização de vocês  
8374 para que também possam contribuir." A única organização que avaliou foi o COFEN.  
8375 E que o COFEN, na verdade, defende a questão da realização das entrevistas,  
8376 inclusive, dizendo que é utilizado em outros processos seletivos. Nós não  
8377 discutimos esse item, mas o COFEN também pede para incluir a questão da  
8378 comprovação da inscrição do órgão de classe, se assim fosse. Nós não discutimos  
8379 a esta questão do item do órgão de classe, está bom?

8380 **Interlocutora não identificada** – Gente, eu acho que assim, são coisas  
8381 preliminares que a Jaque está contando aqui o que foi discutido, não é o que vai  
8382 ser.

8383 **Interlocutora não identificada** – Não, mas eu disse, inclusive, que essa questão  
8384 não foi discutida. Só estou dizendo as organizações que fizeram a análise, que foi  
8385 disponibilizada para as organizações em maio a partir de uma avaliação jurídica do  
8386 CFSS, a única que fez, que apresentou foi o COFEN, só as considerações do

8387 COFEN. Nós tivemos uma reunião da comissão, ela foi muito produtiva, inclusive,  
8388 esteve com os quatro membros. Em relação à questão da entrevista, por exemplo,  
8389 porque nós tivemos um questionamento do CFSS e uma validação da entrevista  
8390 pelo COFEN, que foi o jurídico das duas organizações. Uma das questões que a  
8391 gente discutiu sobre a entrevista é da manutenção, mas que talvez... Talvez a gente  
8392 não deixe os critérios tão soltos, só a realização das entrevistas e estabelecer  
8393 alguns critérios mais objetivos de forma que a entrevista não seja... A gente não fira  
8394 o princípio da impessoalidade na entrevista e não macule, na verdade, o processo.  
8395 As discussões de fundo, na verdade, em relação à questão do edital, estar na  
8396 questão de ser um edital inclusivo. Um consenso para todo mundo da comissão da  
8397 necessidade do edital ser inclusivo, do edital ser afirmativo, mas também há um  
8398 entendimento para que esse edital seja realmente inclusivo, talvez a gente deva  
8399 prestigiar e se debruçar mais sobre os critérios de classificação sobre os critério de  
8400 desempate. Então, na verdade, avaliar no âmbito dessas questões, entendendo  
8401 que, talvez, os critérios é que sejam excludentes. Acho que em relação a isso a  
8402 gente teve uma discussão muito, muito madura quanto que, talvez, os critérios  
8403 estabelecidos até aqui tenham sido, talvez, não assegurem de fato uma inclusão  
8404 para a seleção dos peritos. Então colocamos como prioridade também debruçamos  
8405 então sobre isso que a gente entende, o entendimento da comissão que a gente  
8406 entende que é o mais sensível, e o que vai determinar o edital afirmativo, na  
8407 verdade, sobre esses critérios. Em relação a essa necessidade, como eu disse, não  
8408 há qualquer [ininteligível] na comissão. Acreditamos no nós que a gente traga para  
8409 esse pleno uma proposta que seja madura, inclusiva e consensual entre os  
8410 membros da comissão. Nós tiramos algum calendário... Um calendário de reuniões  
8411 para a gente mais especificamente nos debruçamos sobre esses critérios, porque  
8412 esses critérios não foram questão, na verdade, que foram afundo apontadas pela  
8413 avaliação que foram feitas pelas organizações previamente, mas a gente entende  
8414 que, embora, o que discutimos enquanto a esses critérios não houve divergência  
8415 também entre as pessoas. Não houve aprofundamento, mas nós discutimos,  
8416 desses critérios discutido não houve divergências entre os membros da comissão,  
8417 mas aí tiramos também é como uma forma de amadurecer, na verdade, essas

8418 questões, de forma que ele seja além de inclusivo, que ele seja efetivamente legal,  
8419 é ouvir pessoas que tenha atuação tanto na área de questão racial e conhecimento  
8420 do mecanismo. Uma das pessoas que nós indicamos foi a Deise Benedito, então já  
8421 está sendo feito o contato com ela... Só entendendo. A questão é a maturação em  
8422 relação a esses critérios de forma que eles sejam inclusivos. Então, nós já temos  
8423 uma proposta de reunião para o dia 20 de dezembro, na verdade, seria essa que  
8424 nós tiramos o calendário. Nós entendemos a urgência, mas nós também queremos  
8425 apresentar algo que ele... Esteja maduro entre nós, mas consideramos também o  
8426 pouco tempo. A última reunião que nós colocamos para fechamento do edital nosso,  
8427 enquanto comissão, é no dia 17 de janeiro. Então, na verdade, é no início que da  
8428 segunda quinzena como prazo de fechamento aí da comissão dessa minuta de  
8429 edital para apresentar e aí estamos confiantes de que podemos colocar para  
8430 votação na reunião em janeiro. Nós vamos nos debruçar para que ele esteja pronto  
8431 até a terceira semana de janeiro para que a gente possa discutir. Eu confesso que  
8432 de verdade, eu estava bem tensa, na verdade, quanto a questão do edital, acho  
8433 uma responsabilidade muito grande, mas também estou super disposta a contribuir  
8434 nessa construção e estou muito contente com a maturidade das discussões da  
8435 comissão. Entendendo que, no fundo, todo mundo quer a mesma coisa e é isso, eu  
8436 acho. Se quiser acrescentar alguma coisa, acho que a Nanda está presente, a  
8437 Domitila acho que saiu e o Coutinho também não está. Se a Nanda quiser  
8438 acrescentar.

8439 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**  
8440 **e Cidadania – ITTC)** –É, bom, e obrigada pelo informe. Acho que a gente com isso  
8441 encerra aqui os nossos pontos. Eu vou me despedir de vocês porque eu não vou  
8442 estar mais na Vice-presidência, mas vou agradecer muito vocês porque acho que  
8443 foi um momento de bastante aprendizado para mim com cada um. E importante  
8444 também para o ITTC a gente está aqui nesse lugar, espero que tenha cumprido um  
8445 bom trabalho aqui, não é um lugar muito fácil para mim, acho que muitas vezes tive  
8446 dificuldade cortar as pessoas, ou de ser mais direta assim, aqui nos  
8447 encaminhamentos, mas eu saio com a certeza de que eu fiz o melhor que eu pude

8448 dentro das minhas capacidades emocionais, físicas etc. Então, eu queria agradecer  
8449 todo mundo e dizer que eu aprendi muito com vocês e estamos aqui, continuo junto.  
8450 Queria agradecer também a Débora, Tamires, que sempre foram super solícitas e  
8451 me ajudaram bastante. E a Nana que na posição de coordenação. Então, obrigada  
8452 a todos e todos os peritos... Todos os peritos não. Todas as peritas e o Rogério.  
8453 Obrigada. E essa é a minha última [ininteligível] fico no ITTC até dia 15, então até  
8454 dia 15 teoricamente eu estou no comitê. Quem vai entrar aqui no meu lugar vai ser  
8455 a **Kim**, que é coordenadora do ITTC. A suplência de início vai ser da Juliana Arcanjo.  
8456 E aí a gente vai formalizar isso tudo, então não sei se, eventualmente, tiver algum  
8457 próximo evento se a Kim, ela já participa, mas também de qualquer jeito se precisar  
8458 de mim para alguma memória de algo etc. Aí também estou me colocando à  
8459 disposição delas que, no final das contas, não acompanharam tanto o comitê nesse  
8460 tempo, mas para a gente não ter nenhuma perda de informações, ou enfim. Então,  
8461 eu espero que os trabalhos continuem bem. E acho que a minha opinião é o  
8462 seguinte. Acho que assim que for resolvida essa questão da CONJUR etc. É o  
8463 tempo também de mudar a vice-presidência do comitê de instituição porque depois  
8464 que, de fato, a gente resolver e ficar definido que a vice-presidência estará com a  
8465 sociedade civil, é bom também para ventilar, acho que já vai ventilar com a minha  
8466 saída, mas é isso. Obrigada a todos vocês. E é isso, vamos encerrar aqui a nossa  
8467 reunião.

8468 **Interlocutora não identificada** – Gente, depois olha nesse grupo que tem um  
8469 evento na câmara. Vocês viram? Seis e sete. Sobre a prevenção e combate à  
8470 tortura, inclusive, o ministro vai estar lá.

8471 **Interlocutora não identificada** – Vamos fazer uma foto? Vamos fazer uma foto  
8472 oficial. E uma última foto com a Sofia com o comitê.